

Eduardo Mendonça Pinheiro
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
Lucílio Araújo Costa

Pesquisas em *Economia* Rural 1

Volume 2




Pascal
Editora

2024

Eduardo Mendonça Pinheiro
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
Lucílio Araújo Costa
(Organizadores)

PESQUISAS EM
ECONOMIA RURAL

VOLUME 2

EDITORA PASCAL

2024

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos

Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel

Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa

Dr^a Elba Pereira Chaves

Dr^a Elba Pereira Chaves

Dr^a Marina Bezerra Figueiredo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474c

Coletânea Pesquisas em economia rural / Eduardo Mendonça Pinheiro, Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati e Lucílio Araújo Costa (Orgs.). — São Luís: Editora Pascal, 2024.

237 f. : il. (Pesquisas em economia rural; v. 2)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-095-1

D.O.I.: 10.29327/5430353

1. Economia rural. 2. Economia em desenvolvimento. 3. Agricultura. I. Pinheiro, Eduardo Mendonça. II. Ottati, Ana Maria Aquino dos Anjos. III. Costa, Lucílio Araújo. IV. Título.

CDU: 338.43.01+330.342.22::631

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2024

www.editorapascal.com.br

APRESENTAÇÃO

Antes de entender o que é Economia Rural é bom lembrar o que é economia. Economia é a ciência que estuda a utilização dos recursos escassos na elaboração de bens e serviços para suprir os desejos ilimitados dos seres humanos. Assim, a Economia trata da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De fato, sempre teremos alguém que produz e alguém que necessita consumir alguma coisa. Essa interação entre o produtor e o consumidor é o que nós chamamos de mercado, levando à formação do preço.

Diante disso, fica fácil dizer que a Economia Rural é a parte da economia que trata da produção, distribuição e consumo de bens e serviços que tiveram origem no meio rural. Trata das relações entre pessoas e empresas, alguém que oferta e alguém que demanda, no meio rural, bens e serviços agrícolas, pecuários ou agroindustriais.

O mundo rural passou por profundas mudanças a partir do conceito de agronegócio, incorporado no Brasil com base no conceito de Agribusiness, formulado na Escola de Negócios e Administração da Universidade de Harvard, Estados Unidos, no ano de 1957, cuja ideia era incrementar a participação do produtor rural no mercado. A produção agropecuária modernizou-se, a propriedade rural mudou e o homem do campo acompanhou essa modernização com a utilização das tecnologias modernas de produção através das máquinas e dos softwares. A Economia Rural evoluiu junto, exigindo desse produtor maior produtividade, visando minimizar os seus custos, considerando que ele não tem o poder de determinar o preço do seu produto, o que é feito pelo mercado. Além disso, ele enfrenta uma grande concorrência na hora da venda do produto, dada a estrutura de mercado do setor que é a concorrência perfeita. Esse tipo de mercado tem como principais características a grande quantidade de produtores e vendedores e a homogeneidade do produto.

As áreas de estudo da Economia Rural são imensas: desenvolvimento rural, cadeias produtivas, comercialização agrícola, exportação e importação, situação fundiária, assistência técnica e extensão rural, agroindústria, transporte, crédito rural, agricultura familiar e os programas governamentais, marketing, logística, renda agrícola, meio ambiente, política agrícola, consumidor final, população jovem rural, etc.

Neste livro vários desses assuntos serão encontrados. Desejamos aos leitores que aproveitem os textos e tenham uma excelente experiência com os diversos temas da Economia Rural.

Profª Drª Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Prof. Dr. Lucilio Araujo Costa

*Departamento de Economia Rural
do curso de Agronomia da
Universidade Estadual do Maranhão*

ORGANIZADORES

Eduardo Mendonça Pinheiro

Doutor em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2023). Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2017). Pós Graduação em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2021). Especialista em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras-MG (UFLA, 2006), Especialista em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2017). Graduado em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2004), Licenciatura Plena pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2008). Mestrado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, interrompido em 2014). Engenheiro Agrônomo concursado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA). Sócio Proprietário da Editora Pascal LTDA. Professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão. Consultor pelo Programa Alimentos Seguros (PAS). Já atuou como consultor e instrutor no setor de alimentos e bebidas pelo SENAI-MA (2004-2014). Atuou na Assessoria técnica na Secretária de Estado de Agricultura do Maranhão (2015-2017).

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (1989), Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1997) e Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2013). Professora do Departamento de Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. Temas trabalhados: cadeia produtiva, comercialização agrícola e agricultura familiar.

Lucílio Araújo Costa

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1980) e mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Atualmente é professor das disciplinas de Planejamento e Administração Rural nos cursos de Zootecnia, Medicina Veterinária e Engenharia Agrônômica da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Agronegócios e Exportações.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA GRANDE ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO	
<i>Alaide Pereira Lima</i>	
<i>Lays Regina Batista Costa</i>	
<i>Leonardo Alves Furtado</i>	
<i>José Ribamar Mendes</i>	
<i>Alderir Neto Siqueira Veloso</i>	
<i>Leonardo Victor Moreira Conceição</i>	
<i>Sâmara Antonia Tavares Lima</i>	
<i>Eduardo Mendonça Pinheiro</i>	
CAPÍTULO 2.....	51
PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CONSUMIDORES DE HORTALIÇAS EM DIFERENTES FEIRAS LIVRES DE SÃO LUÍS-MA	
<i>Lucas Henrique Mendonça Alves</i>	
<i>Lorena Bandeira De Assis Ribeiro</i>	
<i>Matheus Henrique Da Conceição Almeida</i>	
<i>Danilo Collins Vidal</i>	
<i>Davi Botelho Cutrim</i>	
<i>Thiago Oliveira Santiago</i>	
<i>Robson Almeida Da Silva</i>	
<i>Eduardo Mendonça Pinheiro</i>	
CAPÍTULO 3.....	65
ANÁLISE DE MARGEM DE LUCRO NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO MARANHÃO	
<i>Roberto Serejo Graça Junior</i>	
<i>Maria Cristina Rocha Silva</i>	
<i>Aline Silva Araújo</i>	
<i>Antônia Edilaila Pestana Moreira</i>	
<i>Darlyara Reis Silva</i>	
<i>Josilene Costa Silva</i>	
<i>Rayssa Luiza Farias do Vale</i>	
<i>Carlos Daniel Farias Silva</i>	
<i>Karla Bianca Aguiar Ramos</i>	
<i>Eduardo Mendonça Pinheiro</i>	

CAPÍTULO 4	81
DIAGNÓSTICO DO PERFIL TECNOLÓGICO E SOCIOECONÔMICO DO SISTEMA PRODUTIVO DA CAJUCULTURA NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS, MARANHÃO	
<i>Edivaldo Rocha Lisboa Junior</i>	
<i>José Ribamar Gusmão Araujo</i>	
<i>Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati</i>	
<i>Moisés Rodrigues Martins</i>	
<i>Raimunda Nonata Santos de Lemos</i>	
<i>Anderson Santos Caldas</i>	
CAPÍTULO 5.....	97
CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE VIANA – MA	
<i>Shirley dos Santos</i>	
<i>Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati</i>	
CAPÍTULO 6.....	112
OS DESAFIOS DA ASSOCIAÇÃO BABAÇU É VIDA – AMEBV	
<i>Raniele da Silva Magalhães</i>	
<i>Poliana Oliveira Cardoso</i>	
<i>Gabriel da Silva Behenck</i>	
<i>Leonardo Victor Moreira Conceição</i>	
CAPÍTULO 7.....	121
A REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTABILIDADE SOCIAL	
<i>Vinicius Ribeiro Marques</i>	
<i>Hewellen Alves de Sousa</i>	
<i>Josevy Vitoria Brito da Silva</i>	
<i>Luis Gustavo Meireles Barroso</i>	
<i>Bruna da Silva Silva</i>	
CAPÍTULO 8	136
IMPACTO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: COMO A DISPUTA POR TERRAS AFETA OS PEQUENOS AGRICULTORES E SUAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS	
<i>Gabriel Oliveira Lima</i>	
<i>Marília Fernanda Muniz dos Santos</i>	
<i>Antonya Vitória da Silva e Silva</i>	
<i>Adriane de Oliveira Pereira</i>	
<i>Eduardo Mendonça Pinheiro</i>	

CAPÍTULO 9.....	145
PREFERÊNCIA DO MERCADO CONSUMIDOR DE MEL EM SÃO LUÍS-MA	
<i>Cintia de Cássia Melonio Pacheco</i>	
CAPÍTULO 10.....	157
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL	
<i>Fredson de Jesus Pinto Neves</i>	
<i>Melissa Rodrigues Lopes</i>	
<i>Mathias Ariel Chaves Duarte</i>	
<i>Isabella Sales Alencar</i>	
<i>Paulo Eduardo Boaes</i>	
CAPÍTULO 11.....	165
EXTRATIVISMO DE COLETA DO BACURI (<i>Platonia insignis</i> Mart.) EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SANTA RITA, MARANHÃO	
<i>José Ribamar Gusmão Araujo</i>	
<i>José Carlos Ericeira Junior</i>	
<i>Moisés Rodrigues Martins</i>	
<i>Ariadne Enes Rocha</i>	
<i>Raimunda Nonata Santos de Lemos</i>	
<i>Thais Roseli Corrêa</i>	
<i>Maria da Cruz Chaves Lima Moura</i>	
<i>Marileia Barros Furtado</i>	
<i>Arilson de Jesus França Souza</i>	
<i>João Marcus Abreu da Silva</i>	
CAPÍTULO 12	180
CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA GESTÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO LUÍS – MA: O CASO DO HORTOMERCADO COHAB	
<i>Flavia Myllena dos Santos Araujo</i>	
<i>Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati</i>	
<i>Claudia Reis Pereira</i>	
CAPÍTULO 13	190
PERFIL DE PRODUTORES E CONSUMIDORES DE HORTALIÇAS E CENÁRIO DE COMERCIALIZAÇÃO EM ITAPECURU-MIRIM	
<i>Maria Eduarda de Oliveira Martins</i>	
<i>Lusinete Rodrigues Martins</i>	
<i>Camila Pinheiro Nobre</i>	

CAPÍTULO 14.....205
DESAFIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Daniel dos Santos Rodrigues

Eduarda de Sousa Carvalho

Suellen Jhoyna de Oliveira Rodrigues

João Henrique Coelho Pires

Valquiria Barros dos Santos

CAPÍTULO 15216
USO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS ADOTADAS PARA MITIGAR IMPACTOS CAUSADOS POR DESASTRES NATURAIS

Cristielen de Oliveira Pozza

Jean Carlos Costa Rodrigues

João José Lima Junior

Lucas Emanuel Ribeiro Araújo

Vanderson Gomes Marques Souza

AUTORES226

1

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA GRANDE ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

*SOCIOECONOMIC CHARACTERIZATION OF VEGETABLE PRODUCTION AND
COMMERCIALIZATION IN THE LARGE ISLAND OF SÃO LUÍS, MARANHÃO*

Alaide Pereira Lima

Lays Regina Batista Costa

Leonardo Alves Furtado

José Ribamar Mendes

Alderir Neto Siqueira Veloso

Leonardo Victor Moreira Conceição

Sâmara Antonia Tavares Lima

Eduardo Mendonça Pinheiro

 **10.29327/5430353.1-1**



Resumo

A presente pesquisa analisa e compreende a horticultura urbana praticada na Grande Ilha de São Luís, no Estado do Maranhão. Nesse contexto, o objetivo do estudo é caracterizar socioeconomicamente a produção e comercialização de hortaliças, visando entender a dinâmica do mercado local. Para tal, foram registradas informações sobre aspectos socioeconômicos, produtividade, saneamento e as exigências dos consumidores. Assim, o público-alvo do estudo foi composto por 34 produtores familiares e foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas para compreender a produção e comercialização de hortaliças. Dessa forma, o roteiro metodológico incluiu a realização de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, e com base nas informações coletadas, foi elaborado um questionário, com o auxílio do Google Forms. A pesquisa enfatizou a importância dos produtores familiares na produção de alimentos, além de abordar o atendimento às necessidades dos consumidores da região. Destaca-se que, além do processo de comercialização, foram contabilizadas características como a utilização de transporte próprio, idade, escolaridade, tipo de imóvel, renda, mercadorias comercializadas e religião.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, dinâmica de mercado, produtores familiares.

Abstract

The objective of this research was to analyze and understand the urban horticulture practiced in the Great Island of São Luís, in the State of Maranhão. In this context, the objective of the study is to socioeconomically characterize the production and commercialization of vegetables, aiming to understand the dynamics of the local market. To this end, information on socioeconomic aspects, productivity, sanitation and consumer demands will be recorded. Thus, the target audience of the study was composed of 34 family producers and qualitative and quantitative research was carried out to understand the production and commercialization of vegetables. Thus, the methodological script included a literature review and field research, and based on the information collected, a questionnaire was elaborated with the help of Google Forms. The survey emphasized the importance of family producers in food production, in addition to addressing the needs of consumers in the region. It is noteworthy that, in addition to the commercialization process, characteristics such as the use of own transportation, age, education, type of property, income, merchandise sold, and religion were accounted for.

Keywords: Rural development, market dynamics, family producers.

1. INTRODUÇÃO

A grande ilha de São Luís se encontra localizada na região nordeste, ao norte do Estado do Maranhão. Os municípios que compõem a ilha são, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís. Os polos rurais destacam-se na grande quantidade existente nas zonas rurais, na qual possuem áreas favoráveis ao cultivo de hortaliças e outras culturas (Gomes; Souza, 2018).

A produção e consumo de hortaliças é crucial para garantir a alimentação adequada da população na grande ilha de São Luís, a qual busca uma ampla diversidade de hortaliças no mercado, visando o retorno nutricional e a busca por saúde com o consumo destes produtos naturais, cuja baixa ingestão está ligada ao aumento de doenças como câncer e problemas cardiovasculares (Silva, 2021).

Sendo assim, a caracterização socioeconômica busca informações que possibilitem a análise dos produtores para que possa ser traçado um perfil, analisando suas condições de vida, como acesso a recursos básicos como água e energia, suas principais problemáticas na produção e comercialização de seus produtos que são altamente perecíveis, estes que impõe um alto risco a atividade agrícola destes produtores que são na sua maioria compostos por pequenos e médios produtores em busca de renda, os quais estão constantemente no que tange ao aspecto financeiro na linha frágil entre o lucro e a estagnação de seus recursos econômicos (Thomaz Júnior, 2012).

Nas últimas décadas o Brasil passou por uma série de transformações socioeconômicas, que refletem diretamente no modo como as hortaliças são produzidas e comercializadas. Atualmente, a depender da região e da cadeia produtiva considerada, novas ou velhas práticas são adotadas (Landau *et al.*, 2020).

Desta forma, caracterizar a produção e comercialização de hortaliças socioeconomicamente é de suma importância para entender a dinâmica do mercado local e como esta influência nos preços e na disponibilidade das hortaliças ao longo do ano, afetando assim os produtores e consumidores.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A história agrícola do Maranhão é rica e marcada por transformações significativas ao longo dos séculos, com um foco especial na produção de hortaliças (Carneiro *et al.*, 2021). Inicialmente, a economia agrícola do estado era dominada por culturas de exportação como algodão, arroz e cana-de-açúcar (Castro, 2013).

No século XX, a urbanização e o crescimento populacional reforçaram a relevância da produção de hortaliças (Castro, 2009). Pequenos produtores e agricultores familiares passaram a cultivar uma ampla variedade de hortaliças para abastecer mercados urbanos e rurais (Tonezer *et al.*, 2022).

Dessa forma, a horticultura sempre teve um papel importante na agricultura familiar, contribuindo para o consumo interno e complementando a renda das famílias rurais, com o tempo, a diversificação agrícola e as mudanças nos padrões de consumo impulsionam o aumento da produção de hortaliças para atender à demanda local e regional (Silva, 2021).

Além disso, os produtores rurais enfrentam obstáculos significativos, incluindo a concentração fundiária, especulação imobiliária e falta de políticas eficazes de reforma agrária.

ria, que dificultam o acesso à terra (Sícoli *et al.*, 2023). Não só isso, mas também a infraestrutura precária, com estradas, eletricidade e água potável insuficientes, agrava a situação, dificultando o escoamento da produção e o acesso a insumos agrícolas (Cardoso, 2012).

Vale ressaltar, que as mudanças climáticas, causando secas e enchentes frequentes, também causam perdas de produção e afetam a segurança alimentar (Brilhante, 2014). Contudo, existem oportunidades promissoras, como investimentos em infraestrutura de transporte, adoção de tecnologias modernas, diversificação de mercados e práticas agrícolas sustentáveis (Silva; Firme, 2023).

Logo, a situação socioeconômica das áreas rurais na Grande Ilha de São Luís é marcada por desafios e disparidades, mas também oferece oportunidades de desenvolvimento (Barros *et al.*, 2017). As áreas rurais da Grande Ilha possuem uma população significativa, embora menos densa que as áreas urbanas (Rogerson, 2012). Assim, a população é majoritariamente formada por famílias agricultoras, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais (Souza, 2015). Por isso, a migração de jovens para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego é comum e pode impactar a estrutura etária e a dinâmica populacional rural (Burnett, 2016).

Efetivamente, os níveis de renda nas áreas rurais tendem a ser mais baixos em comparação às áreas urbanas, devido principalmente à predominância da agricultura de subsistência e à falta de diversificação econômica (Albuquerque, 2012). Dessa forma, muitas famílias dependem da agricultura familiar como principal fonte de renda, sendo vulneráveis a condições climáticas adversas, falta de acesso a crédito e mercados, e preços baixos dos produtos agrícolas (Costa *et al.*, 2016).

Além das propriedades familiares, há áreas comerciais que adotam práticas agrícolas intensivas, como o uso de estufas e sistemas de irrigação (Guerra *et al.*, 2018). Assim, essas áreas muitas vezes suprem grande parte da demanda regional e abastecem outros mercados, e com técnicas adequadas e práticas sustentáveis, os produtores têm potencial para altos níveis de produtividade, contribuindo significativamente para o abastecimento de hortaliças na região (Casimiro, 2011).

Na Grande Ilha de São Luís, produtores de hortaliças utilizam diversos canais de comercialização para vender seus produtos e atender às demandas dos consumidores (Viana *et al.*, 2019). Entre os principais canais estão feiras livres, mercados municipais, programas de compra direta, venda para intermediários e venda online (Souza, 2005).

Há alguns anos, o preço era o único fator considerado no processo de compra de hortaliças. Contudo, essa visão tem mudado recentemente. Atualmente, os dois principais critérios que influenciam a decisão de compra de hortaliças folhosas entre os frequentadores de feiras livres são a qualidade 43% e o preço 32% (Viana *et al.*, 2020).

As feiras livres são locais tradicionais onde os produtores vendem diretamente aos consumidores, os mercados municipais também permitem essa venda direta, além de fornecer produtos a estabelecimentos comerciais (Gomes *et al.*, 2018). Dessa forma, programas de compra direta possibilitam a venda para instituições públicas como escolas e hospitais e alguns produtores optam por vender para intermediários, que revendem os produtos em outros mercados (Ribeiro *et al.*, 2007). Além disso, a venda online é uma tendência crescente, facilitando a comercialização direta com entregas em domicílio (Souza *et al.*, 2023).

Observa-se que 69% dos entrevistados preferem comprar hortaliças em feiras, enquanto 19% optam pelos supermercados, 8% pelos mercados e 4% pelos sacolões (Figura 1), essa predominância de preferência pelas feiras livres para adquirir hortaliças folhosas

está diretamente ligada à relação entre consumidor e vendedor, além da variedade de produtos e da facilidade de estabelecer um relacionamento interpessoal entre as partes envolvidas no processo de comercialização (Viana *et al.*, 2020).

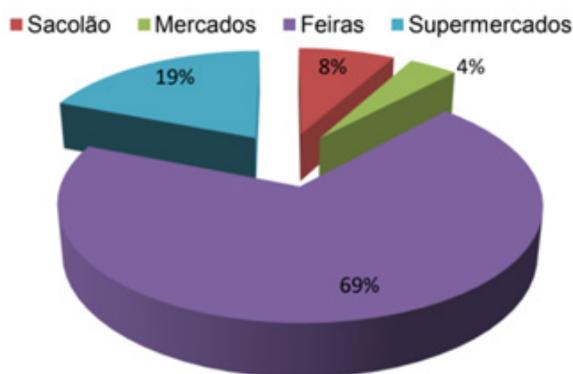


Figura 1. Local de preferência para compra de hortaliças folhosas. São Luís – MA, 2018.

Fonte: Viana *et al.*, (2020)

Apesar desses canais, os produtores enfrentam desafios significativos como a baixa infraestrutura de transporte que dificulta o escoamento da produção causando elevados custos, a concorrência com produtos importados que subsidia preços estrangeiros que afetam a demanda por produtos locais e a perecibilidade das hortaliças que exige cuidados especiais para evitar perdas (Lima *et al.*, 2014). Além disso, muitos produtores têm dificuldades para obter crédito e enfrentam complexidades regulatórias e burocráticas (Mariuzzo, 2007).

Contudo, a geração de emprego e renda é um dos principais impactos, beneficiando desde pequenos agricultores e trabalhadores nas cadeias de distribuição e venda (Krauzer, 2024). Isso contribui para reduzir a pobreza e melhorar o padrão de vida das comunidades rurais e urbanas (Silva, 2021). Assim, o fortalecimento da economia local ocorre quando os produtores vendem nos mercados locais e regionais, promovendo o comércio de produtos locais e reduzindo a dependência de alimentos importados (Cruz *et al.*, 2021).

Para tanto, diversas políticas públicas e iniciativas têm sido implementadas para promover a produção e comercialização de hortaliças, visando o desenvolvimento sustentável da agricultura local e o fortalecimento da economia rural (Silva, 2021). Entre essas iniciativas, destacam-se os Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que oferecem capacitação e assistência técnica aos produtores para melhorar práticas agrícolas e promover técnicas sustentáveis de cultivo (Souza, 2023).

Haja vista, outro apoio significativo é o acesso a crédito rural específico para agricultores familiares, facilitando investimentos em infraestrutura e modernização das atividades produtivas (Garcia; Henkes, 2021). Tal qual, programas de compra direta da agricultura familiar permitem que instituições públicas adquiram alimentos diretamente dos produtores locais, aumentando a renda dos agricultores e incentivando a produção local (Souza, 2023).

Bem como, feiras da Agricultura Familiar que são organizadas em diversos bairros, possibilitando a comercialização direta entre produtores e consumidores, fortalecendo os vínculos locais (Simão, 2023). Assim, o governo também incentiva a certificação orgânica, oferecendo apoio técnico e fiscal para valorizar produtos sustentáveis (Mendes *et al.*, 2023). Sendo assim, investimentos na infraestrutura de mercados municipais e feiras livres melhoram as condições de comercialização, beneficiando tanto produtores quanto consumidores (Aquino *et al.*, 2018).

Em síntese, a capacitação e assistência técnica contínua são essenciais para melhorar a qualidade e competitividade dos produtos de horticultura (Almeida *et al.*, 2020). Portanto, a colaboração entre governo, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e setor privado é fundamental para superar desafios e aproveitar oportunidades, promovendo o desenvolvimento sustentável da horticultura, segurança alimentar, geração de renda e conservação ambiental na região (Andrade *et al.*, 2020).

3. METODOLOGIA

A pesquisa proposta investigou os aspectos sociais e econômicos de quatro municípios da Grande Ilha: São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e São Luís. Assim, o público-alvo do estudo foi composto por 34 produtores familiares e optou por uma pesquisa descritiva para compreender as percepções e interpretações dos residentes sobre suas realidades.

São Luís do Maranhão tem sua população estimada em 1.108.975 habitantes, sendo o município mais populoso do estado e o quarto da Região Nordeste. Com uma área de 583 km², dos quais 166 km² são urbanizados (IBGE, 2022), a cidade apresenta uma dinâmica social e econômica peculiar, com quatro municípios da grande ilha periurbana que representam desafios e oportunidades singulares, juntos, perfazem uma população de 1.458.836 habitantes (IBGE/2022).

A abordagem qualitativa permitiu uma análise mais profunda e contextualizada dos fenômenos sociais e econômicos nas áreas periurbanas de São Luís do Maranhão. O estudo foi conduzido por meio da aplicação de questionários, contendo trinta e sete perguntas, abordando aspectos sociais (como nível de escolaridade, capacitação, renda e formas de comercialização) e aspectos econômicos (incluindo o escoamento e os tipos de hortaliças mais comercializadas).

A amostra consistiu em residentes dos municípios de Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís, selecionados de forma aleatória. Os questionários foram aplicados por meio de entrevistas diretas, utilizando perguntas objetivas de múltipla escolha para aumentar a precisão das respostas. Além disso, foi disponibilizado um formulário online através do Google Forms para alcançar outros contribuintes que não puderem ser entrevistados presencialmente ou que não possuem acesso ao programa.

A coleta de dados foi realizada pelos autores do artigo que cursam agronomia na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), devidamente treinados, garantindo a uniformidade e a qualidade das informações obtidas. Os dados coletados foram tabulados e submetidos à análise qualitativa, utilizando técnicas como a codificação de dados e a análise temática para identificar padrões, tendências e insights relevantes sobre os aspectos sociais e econômicos.

A presente pesquisa teve um tempo de disponibilidade do Google Forms entre os dias 6 e 16 de junho. Este período foi selecionado devido à sua relevância para a coleta de dados e à disponibilidade da ferramenta. Os dados coletados serão representados por meio de gráficos e tabelas nos resultados e discussões subsequentes.

Para garantir a validade amostral da pesquisa, foi utilizada a fórmula de Berni (2002), que considera o tamanho da população da Região Metropolitana da Grande São Luís (N), o tamanho da amostra (n) e o erro amostral (e).

A fórmula de Berni é expressa da seguinte maneira:

$$n = \frac{N}{1 + (N-1) \cdot e^2}$$

Onde:

N= tamanho da população, n= tamanho da amostra e e= erro amostral.

Assumindo um erro amostral de 5%, a fórmula de Berni será aplicada para determinar o tamanho adequado da amostra, garantindo uma representatividade estatisticamente significativa. Após a coleta dos dados da pesquisa, estes foram interpretados para serem estudados para a divulgação do trabalho em vista.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, garantindo o consentimento informado e a confidencialidade das informações fornecidas. Além disso, foram adotadas medidas para garantir a representatividade da amostra e minimizar possíveis vieses.

As limitações da pesquisa, como a restrição geográfica e a dependência de auto-relatos, serão devidamente reconhecidas e discutidas. Esta pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos aspectos sociais e econômicos nas áreas periurbanas de São Luís do Maranhão, fornecendo insights relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de intervenção voltadas para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da naturalidade dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís evidencia uma concentração predominante em São Luís, destacando a capital como um centro comercial vital (Souza, 2019). Outros municípios da região, como São José de Ribamar e Paço do Lumiar, apresentam uma menor quantidade de produtores, com quatro e três, respectivamente. A Raposa registra a menor presença, com apenas um produtor. Ademais, a presença de produtores oriundos de outras cidades fora da Grande Ilha, como Barreirinhas e Coelho Neto, bem como de estados vizinhos, como Teresina no Piauí, ilustra a natureza metropolitana da região (Gráfico 1).

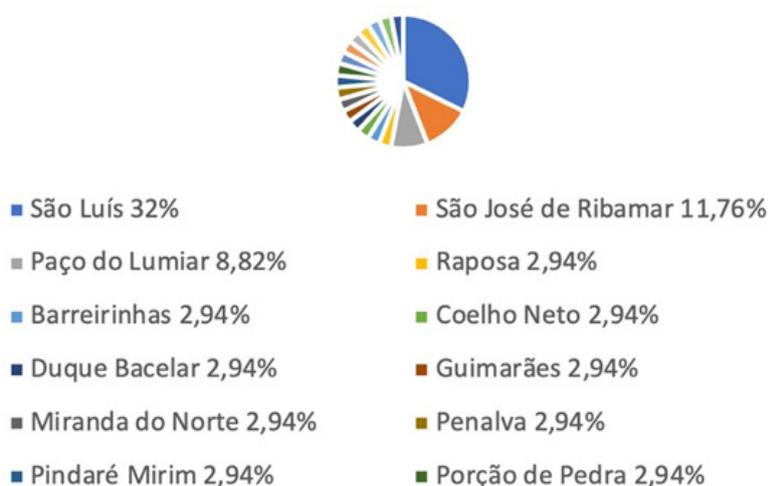


Gráfico 1. Naturalidade dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís

Fonte: Autores, 2024

A análise da naturalidade mostra uma concentração significativa em São Luís, enquanto outros municípios vizinhos, como São José de Ribamar e Paço do Lumiar, têm uma presença mais modesta (Machado *et al.*, 2004). Assim, os resultados indicam que a dispersão dos produtores em localidades menores, como Raposa, reflete desafios logísticos e econômicos enfrentados por essas regiões (Santos, 2022). A diversidade de origem dos produtores, incluindo cidades fora da Grande Ilha e até estados vizinhos, como Teresina, sugere uma dinâmica metropolitana que atrai indivíduos de várias regiões (Moura *et al.*, 2021).

Os estudos feitos por Masullo *et al.* (2016), entre 2014 e 2015 mostraram um aumento de 1,83% na população residente na Região Metropolitana da Grande São Luís. Durante esse período, o maior crescimento populacional foi registrado nos municípios de São José de Ribamar e São Luís, com acréscimos de 11.342 e 9.696 habitantes, respectivamente.

A distribuição dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela um padrão significativo de concentração em São Luís, com 58,8% dos produtores residindo na capital. As porcentagens de presença em outros municípios são menores, com 20,6% em Paço do Lumiar, 8,8% em São José de Ribamar e 11,8% em Raposa (Gráfico 2).

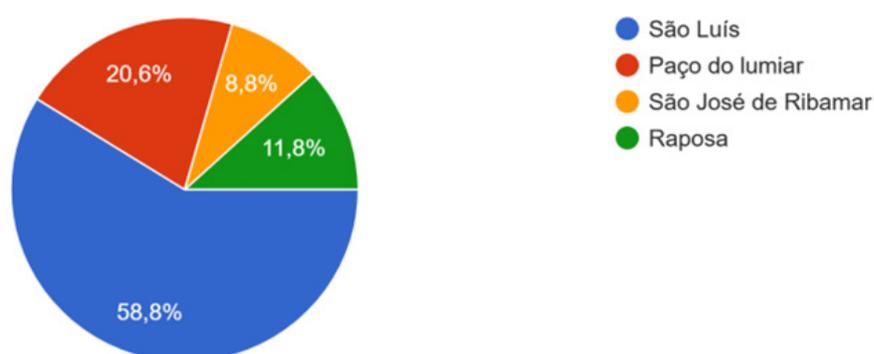


Gráfico 2. Cidade ou município onde residem atualmente

Fonte: Autores, 2024

A distribuição dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís, com 58,8% dos produtores residindo na capital, reflete um padrão significativo de concentração em São Luís. A capital desempenha um papel central na economia e na vida social da região, o que atrai uma maior quantidade de produtores devido às melhores oportunidades de mercado e infraestrutura (Machado *et al.*, 2004).

A menor porcentagem de produtores em Paço do Lumiar (20,6%), São José de Ribamar (8,8%) e Raposa (11,8%) pode ser analisada sob diferentes perspectivas. A proximidade de Paço do Lumiar com São Luís e o desenvolvimento da infraestrutura local são fatores que atraem produtores para essa área, além das oportunidades locais de mercado (Silva; Santos, 2018). Em contrapartida, São José de Ribamar e Raposa possuem uma população menor e menos infraestrutura comparada à capital, o que limita as oportunidades econômicas e a atração de produtores (Souza; Lima, 2019).

A alta concentração de produtores em São Luís pode levar a uma forte concorrência entre eles, afetando os preços e as margens de lucro. Essa maior competição no mercado local pode pressionar os preços para baixo, afetando a rentabilidade dos produtores (Castro; Pereira, 2017). Além disso, a presença de produtores em Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, embora menor, contribui para o desenvolvimento econômico dessas áreas (Canil, 2021).

A concentração de produtores em algumas áreas específicas, como Iguaíba, Pindoba e São Joaquim, pode indicar locais com maior potencial para desenvolvimento agrícola. A maior concentração nesses locais pode facilitar o acesso aos mercados e a organização de feiras ou cooperativas de hortaliças, assim a densidade de produtores em áreas específicas pode aumentar a eficiência na comercialização e nas práticas de cultivo (Gráfico 3).

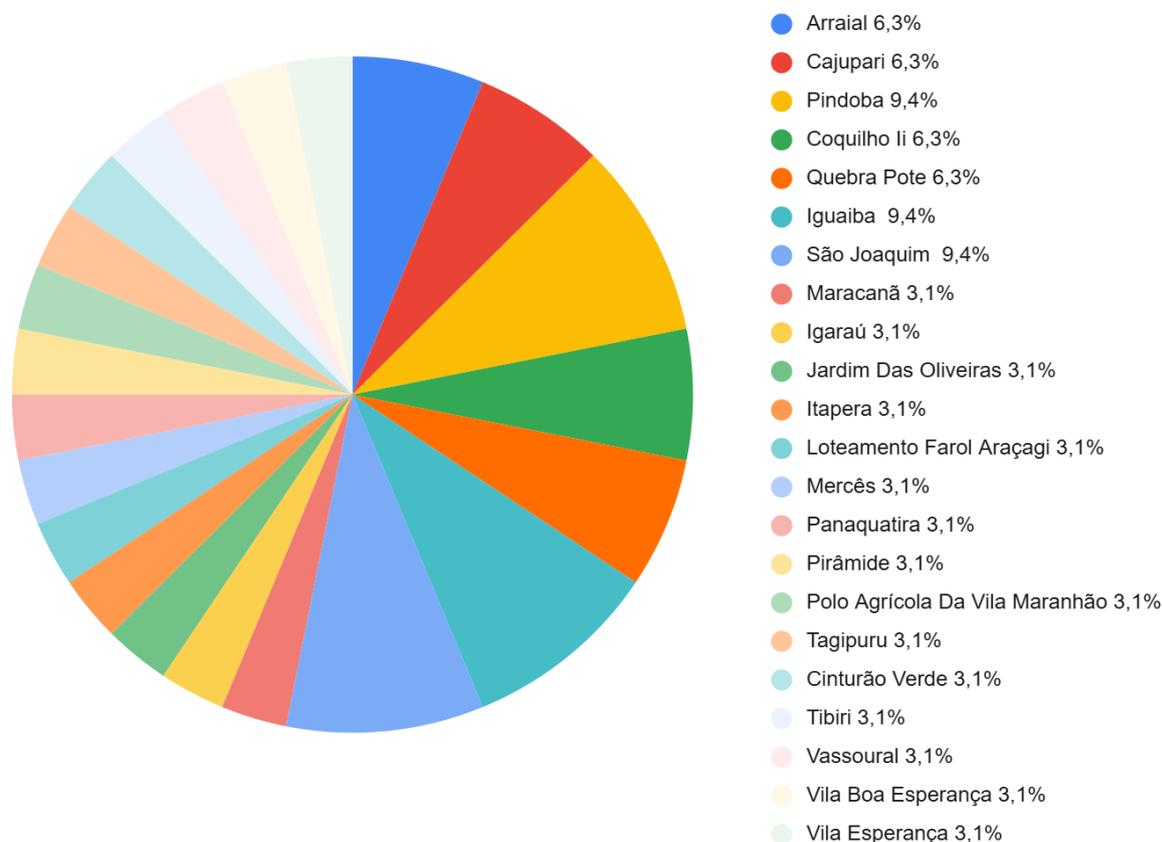


Gráfico 3. Residência dos produtores de hortaliças na grande Ilha de São Luís

Fonte: Autores, 2024

Essa dispersão reflete a diversidade geográfica e socioeconômica da região, onde a proximidade com áreas urbanas e o acesso à infraestrutura agrícola desempenham um papel crucial na decisão dos produtores sobre onde se estabelecer (Machado *et al.*, 2004).

Comunidades como Maracanã, Igaraú, Jardim das Oliveiras e Itapera, com apenas um produtor cada, ilustram a variabilidade na densidade de produtores em diferentes áreas. Essa variação pode ser influenciada por fatores como a qualidade do solo, acesso a mercados e suporte técnico disponível (Sousa, 2021). Em localidades como Polo Agrícola da Vila Maranhão e Cinturão Verde, também com um produtor cada, a presença reduzida pode estar associada a desafios específicos, como limitações de recursos e infraestrutura.

A concentração em bairros como Pindoba, Iguaíba e São Joaquim, cada um com três produtores, pode ser um indicativo de áreas com maior potencial agrícola e melhores condições para o cultivo de hortaliças. Nessas regiões, a proximidade e a colaboração entre produtores podem levar a práticas agrícolas mais eficientes e a um maior compartilhamento de conhecimentos (Canil, 2021).

A faixa etária dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela um setor

dominado por indivíduos em fases mais avançadas da vida, com uma baixa representação de jovens adultos (Gráfico 4).

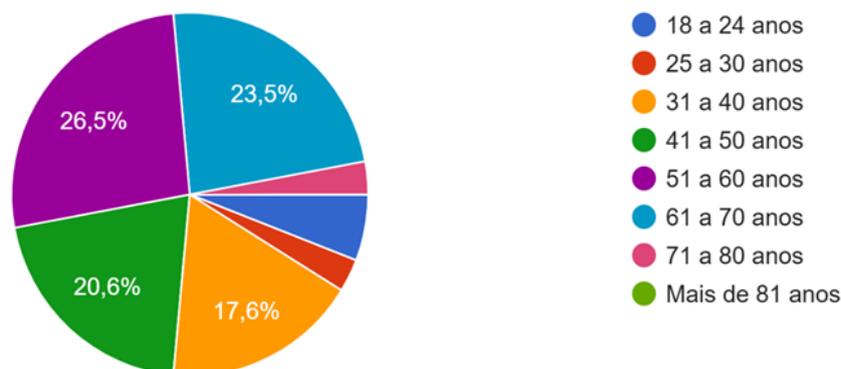


Gráfico 4. Faixa etária dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A análise demográfica dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela que apenas 2,9% dos produtores estão na faixa etária de 25 a 30 anos, indicando uma baixa participação de jovens no setor agrícola. Essa tendência pode ser atribuída à preferência dos jovens por carreiras alternativas ou à falta de incentivos para ingressarem na agricultura, o que ameaça a continuidade e a inovação no setor (Tonezer *et al.*, 2022). A dificuldade em atrair novas gerações pode comprometer a transição suave à medida que a geração atual de produtores se aproxima da aposentadoria (Sicoli, 2023).

Um estudo realizado por Silva *et al.* (2019), revelou que 28,8% da população estava na faixa etária de 20 a 39 anos, 15,3% na faixa de 40 a 59 anos, e 5,8% acima de 60 anos. Esses dados indicam que a maioria da população encontra-se em uma idade economicamente ativa, evidenciando a demanda por oportunidades de trabalho, estudo ou profissionalização.

A faixa etária de 31 a 40 anos, que representa 17,6% dos produtores, sugere que essa fase é marcada pela busca de estabilidade profissional, possivelmente por indivíduos que optaram pela agricultura após experimentarem outras carreiras. Este grupo pode estar consolidando sua decisão de se dedicar à agricultura como uma carreira de longo prazo.

A alta porcentagem de produtores entre 41 e 50 anos indica uma fase de maturidade profissional, onde muitos produtores estão consolidando suas práticas agrícolas e buscando expandir suas operações ou melhorar suas técnicas de cultivo. Essa faixa etária está associada a produtores bem estabelecidos, que têm uma vasta experiência acumulada e estão pensando na transição para a aposentadoria ou em reduzir a carga de trabalho (Canil, 2021).

A presença significativa de produtores na faixa etária de 61 a 70 anos reflete uma fase final de carreira, onde muitos estão se preparando para a aposentadoria. A continuidade do setor pode depender de estratégias eficazes de sucessão e transferência de conhecimentos para as gerações mais jovens (Serra, 2019). A baixa porcentagem de produtores acima de 70 anos é esperada devido às exigências físicas do trabalho agrícola.

A ausência de produtores acima de 81 anos é compreensível, dada a natureza física do trabalho agrícola e a tendência de redução da atividade laboral na idade avançada. No entanto, os produtores mais experientes podem atuar como mentores para os jovens interessados na agricultura, contribuindo para a transferência de conhecimentos e habili-

dades essenciais para a continuidade do setor (Castro; Pereira, 2017).

Outro parâmetro foi a igualdade de gênero observada na distribuição dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís é um aspecto positivo e notável do setor agrícola local (Gráfico 5).

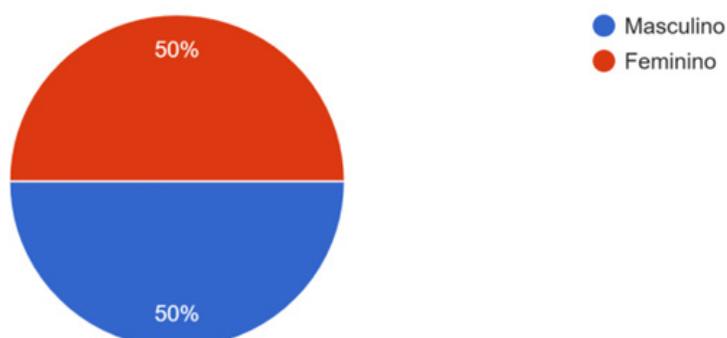


Gráfico 5. Gênero dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Essa paridade reflete um ambiente inclusivo onde homens e mulheres têm oportunidades iguais. A presença equilibrada de homens e mulheres entre os produtores de hortaliças é um reflexo positivo de equidade e inclusão no setor agrícola. Em muitos contextos, a agricultura ainda é um campo predominantemente masculino, então essa paridade sugere que há um ambiente inclusivo onde tanto homens quanto mulheres têm oportunidades iguais para se engajar na produção de hortaliças (Gomes; Souza, 2018).

Um estudo realizado por Nascimento *et al.* (2021), indicou que nas cinco feiras pesquisadas, 42% dos feirantes são mulheres e 58% são homens. Esse desequilíbrio pode estar relacionado à repressão histórica e à percepção de que o trabalho feminino se restringia ao ambiente doméstico por muito tempo.

A presença de ambos os gêneros pode enriquecer o setor com uma diversidade de perspectivas e abordagens para a produção de hortaliças. Estudos demonstram que a diversidade de gênero pode levar a uma maior inovação e à adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e eficazes (World; United, 2020). O principal desafio é garantir que a igualdade de gênero se mantenha e se expanda a longo prazo, enfrentando barreiras que possam surgir e promovendo a equidade em todas as áreas do setor.

A análise do nível de escolaridade dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela uma diversidade de níveis educacionais, com uma predominância de produtores com Ensino Médio Completo e uma presença significativa de indivíduos com graduação e pós-graduação (Gráfico 6).

O perfil educacional dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís demonstra uma diversidade significativa de níveis de escolaridade, com uma predominância de educação básica e média. A maioria dos produtores possui Ensino Médio Completo (29,4%), enquanto uma porção considerável tem algum nível de educação fundamental incompleta (20,6%) ou completa (8,8%). Essa distribuição sugere que muitos produtores possuem uma base educacional sólida, mas ainda há uma presença significativa de produtores com níveis de escolaridade mais baixos (Machado; Oliveira, 2021).

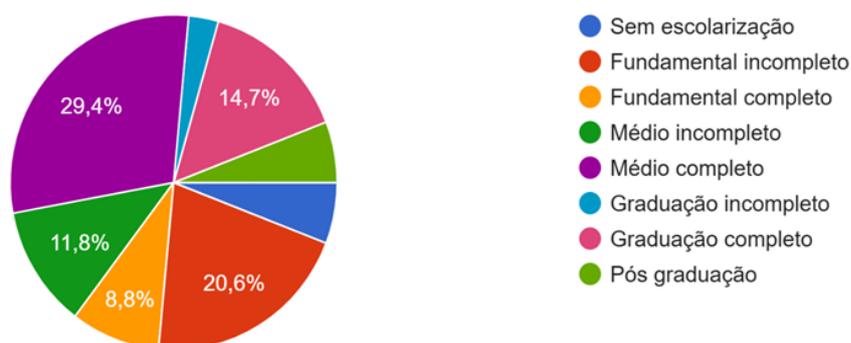


Gráfico 6. Nível de escolaridade dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

O número de produtores com Graduação Completa (14,7%) e Pós-Graduação (5,9%) é menor, indicando que poucos produtores alcançam níveis mais elevados de educação formal. Essa situação pode estar relacionada a barreiras socioeconômicas e à falta de acesso a oportunidades de educação superior nas áreas rurais (Souza, 2019).

O baixo número de produtores com Graduação Incompleta (2,9%) e sem Escolarização (5,9%) também reflete a necessidade de programas de capacitação e educação prática para melhorar a qualificação dos produtores e, conseqüentemente, a eficiência e a sustentabilidade da produção agrícola. A presença de um número considerável de produtores com níveis mais baixos de escolaridade indica a importância de políticas públicas focadas na educação e capacitação técnica (Ferreira; Coelho, 2018).

Resultados semelhantes foram observados por Nascimento *et al.*, (2019), que analisaram o nível de escolaridade dos produtores e constataram que 13% têm o ensino fundamental incompleto, 27% concluíram apenas o ensino fundamental, e 17% possuem o ensino médio incompleto. Essa situação é atribuída ao fato de muitos produtores começarem a trabalhar desde cedo para ajudar na renda familiar, o que frequentemente resulta na desistência dos estudos por falta de alternativas. Além disso, 42% dos feirantes concluíram o ensino médio, enquanto apenas 2% possuem ensino superior. Esses dados evidenciam o baixo nível de escolaridade.

A análise dos estados civis sugere que a maioria dos produtores tem algum nível de apoio social, seja através de parceiros ou famílias. As redes de suporte social são cruciais para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades no setor agrícola. Quanto à análise dos dados, a maioria dos produtores de hortaliças se identifica como solteiro(a) 50%, seguido por casados(as) 29,4% e viúvos(as) 11,8% (Gráfico 7).

Resultados semelhantes foram observados por Vasconcelos Filho (2019), que relatou as seguintes porcentagens: 10% dos entrevistados declararam ser solteiros, 73,33% informaram estar casados, e 17% eram viúvos. O estudo também destacou casos em que ambos os cônjuges trabalhavam como feirantes, cada um com sua própria banca, o que contribuiu significativamente para a renda familiar. Para Martins Filho *et al.* (2019), 67% dos agricultores são casados, enquanto 33% estão em união estável.

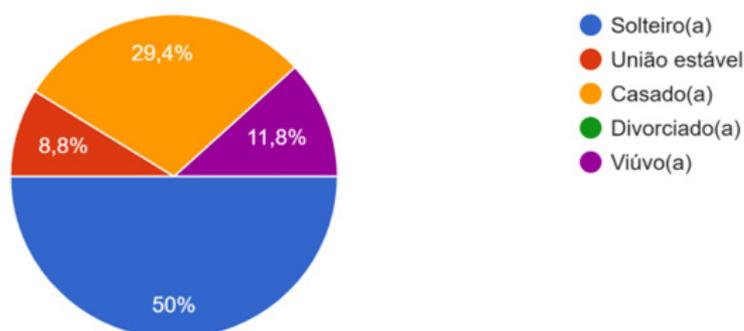


Gráfico 7. Estado civil dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Índices de produtores solteiros pode estar relacionada à mobilidade e à flexibilidade exigidas pelo trabalho agrícola, enquanto aqueles que são casados podem beneficiar de um suporte direto dentro da unidade familiar, o que pode contribuir para uma maior estabilidade na produção (Ribeiro; Oliveira, 2020). Por outro lado, a presença de viúvos(as) (11,8%) indica que alguns produtores enfrentam os desafios do setor agrícola sem o suporte de um parceiro, o que pode influenciar a tomada de decisões e a capacidade de gerir as operações agrícolas de maneira eficiente (Canil, 2021).

A análise da quantidade de filhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela uma predominância de produtores com mais de dois filhos 52,9%, posteriormente com 32,4% com dois filhos e 8,8% com um filho (Gráfico 8).

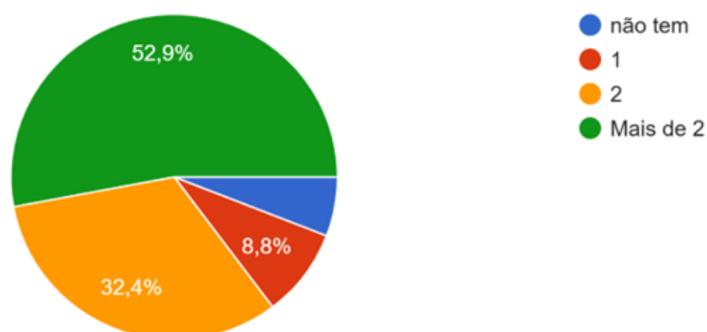


Gráfico 8. Quantidade de filhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Resultados semelhantes foram observados por Vasconcelos Filho (2019). Entre os feirantes entrevistados em uma feira livre, 10% relataram não ter filhos; 16,66% afirmaram ter apenas um filho; 16,66% tinham dois filhos; 16,66% possuíam três filhos; 20% tinham quatro filhos; 13,33% relataram ter cinco filhos; e 6,69% dos feirantes tinham mais de cinco filhos.

A análise da quantidade de filhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela que 52,9% dos produtores têm mais de dois filhos, o que pode ter várias implicações para a vida pessoal e as práticas agrícolas desses indivíduos. A presença de um número maior de filhos geralmente implica uma pressão financeira mais significativa, decorrente dos custos com criação e educação, o que pode impactar diretamente as decisões de investimento e gestão na agricultura (Almeida, 2023).

Os produtores com até dois filhos representam 32,4%, enquanto 8,8% têm apenas um filho (Gráfico 8). Essa distribuição sugere que, além das implicações financeiras, o tamanho da família pode influenciar a disponibilidade de mão de obra adicional para apoiar as atividades agrícolas. Uma família maior pode proporcionar mais apoio direto na execução das tarefas agrícolas, enquanto produtores com menos filhos podem depender mais de mão de obra externa ou de estratégias de otimização das operações (Souza, 2019).

Dos filhos dos entrevistados, 80,6% frequentam a escola e a maioria dos entrevistados têm filhos na escola. Enquanto 19,4% não frequentam, pois já estão formados (Gráfico 9).

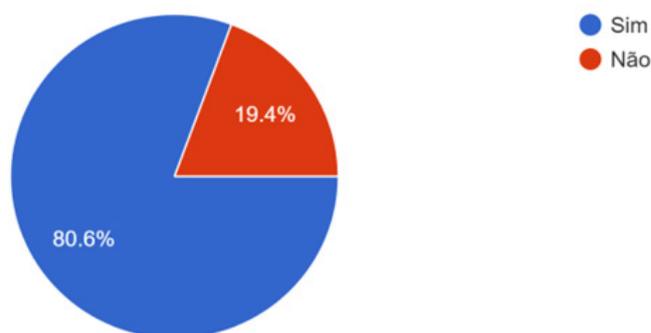


Gráfico 9. Frequência escolar dos filhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A análise dos filhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela que 80,6% frequentam a escola, indicando que a maioria dos entrevistados têm filhos em idade escolar. Este dado reflete a importância da educação para essas famílias e o esforço dos produtores em garantir o acesso dos filhos à educação. A educação dos filhos pode ter um impacto significativo nas práticas agrícolas, pois pais com filhos na escola tendem a valorizar mais a formação educacional e podem estar mais abertos à adoção de novas tecnologias e métodos de cultivo (Silva; Torres, 2020).

Por outro lado, 19,4% dos filhos não frequentam a escola, pois já estão formados. A formação educacional completa dos filhos pode aliviar parte da pressão financeira sobre as famílias, permitindo que os produtores invistam em suas atividades agrícolas (Souza, 2019). Além disso, filhos formados podem contribuir com novos conhecimentos e habilidades adquiridos, potencialmente influenciando positivamente a gestão e a produtividade das propriedades agrícolas.

A diversidade religiosa entre os produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela um interessante panorama da composição social e cultural da região. Com 50% dos produtores se identificando como católicos e 32,4% como evangélicos (Gráfico 10).

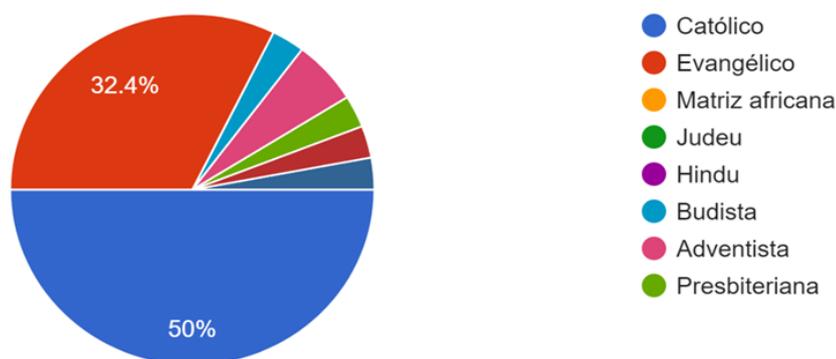


Gráfico 10. Religião dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A diversidade religiosa entre os produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís revela um interessante panorama da composição social e cultural da região. A religião pode desempenhar um papel significativo na coesão social e no apoio comunitário, fatores importantes para a resiliência e o desenvolvimento das atividades agrícolas (Gadelha, 2022).

Com 50% dos produtores se identificando como católicos e 32,4% como evangélicos, essas duas denominações representam a maior parte da população agrícola. As práticas e valores associados a essas religiões podem influenciar a ética de trabalho, a colaboração comunitária e as formas de lidar com desafios econômicos e ambientais (Machado; Oliveira, 2021).

A diversidade religiosa, apesar de concentrada em poucas denominações principais, pode também refletir uma variedade de tradições e práticas culturais que enriquecem a vida comunitária. Essa diversidade pode contribuir para um ambiente de apoio mútuo e solidariedade, essencial para enfrentar as adversidades e explorar oportunidades no setor agrícola (Lisboa *et al.*, 2020).

Quanto às ocupações, a maioria são agricultores com 58,8%, seguido por 11,8 % de comerciantes, os demais possuem outras ocupações principais 17,6% estão em trabalhos não ligados diretamente às atividades agropecuárias (Gráfico 11).

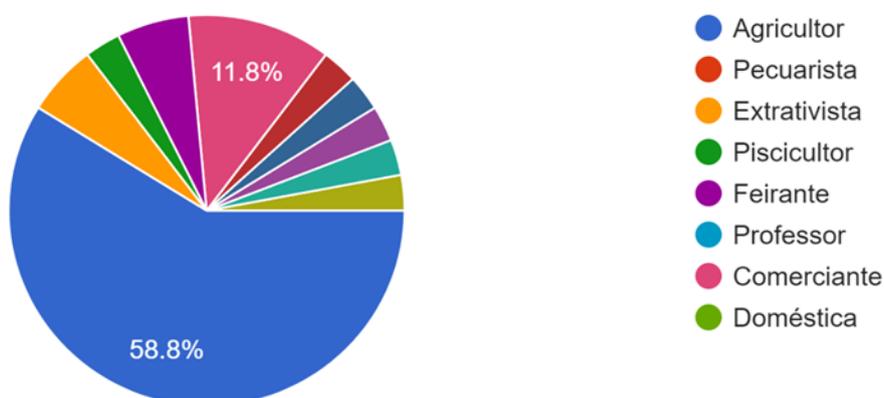


Gráfico 11. Principais trabalhos dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Quanto às ocupações, a maioria dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís são agricultores, representando 58,8% do total. Isso sugere uma diversificação nas ocupações, onde parte dos agricultores pode complementar sua renda com atividades comerciais. Essa diversificação pode ser uma estratégia para mitigar riscos econômicos e garantir a estabilidade financeira das famílias agrícolas (Pereira; Castro, 2021).

Além disso, 11,8% dos produtores são comerciantes, indicando uma presença significativa de comércio paralelo que sustenta a economia agrícola. A combinação de atividades agrícolas e comerciais pode proporcionar uma fonte de renda mais estável, permitindo que os produtores invistam em suas operações agrícolas e melhorem sua produtividade (Matos, 2019).

Os dados de *Carvalho et al.* (2007) também mostram que 17,6% dos produtores têm outras ocupações principais, sugerindo que a atividade agrícola não é a fonte de renda única e principal para todos os proprietários. Essa tendência pode ser atribuída à necessidade de complementar a renda devido às flutuações no mercado agrícola e aos desafios financeiros enfrentados pelos pequenos produtores.

Quanto ao tipo de casa, 91,2% moram em residências, 5,9% em apartamentos e 2,9% em palafitas. Quanto à propriedade das residências, 94,1% possuem a propriedade da sua residência enquanto 5,9% estão pagando aluguel (Gráfico 12).

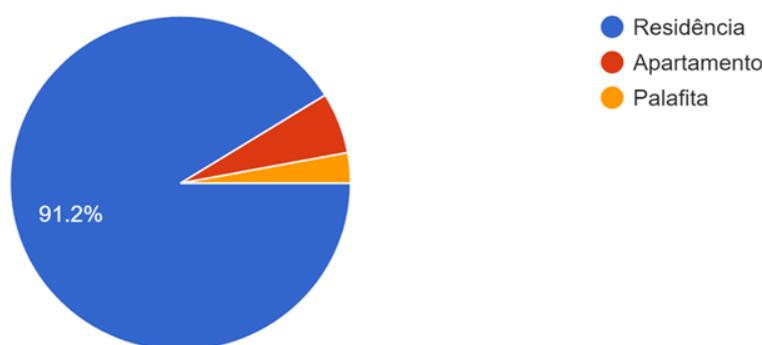


Gráfico 12. Residência dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Quanto ao tipo de moradia dos produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís, 91,2% residem em casas, 5,9% em apartamentos e 2,9% em palafitas. Esta predominância de residências próprias reflete um padrão de vida estável e talvez uma ligação mais forte com a terra e a comunidade local. Morar em residências próprias pode proporcionar uma sensação de segurança e estabilidade, essencial para a continuidade das atividades agrícolas (Costa, 2018).

Em relação à propriedade das residências, 94,1% dos produtores são proprietários de suas casas, enquanto 5,9% estão pagando aluguel. A alta taxa de propriedade residencial entre os produtores indica um investimento significativo em bens imóveis, o que pode ser um indicador de estabilidade econômica e de comprometimento com a vida rural (Costa *et al.*, 2020). Por outro lado, a pequena porcentagem de produtores que pagam aluguel pode enfrentar desafios adicionais relacionados à segurança habitacional e à alocação de recursos financeiros.

Essa estabilidade habitacional e econômica é crucial para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e para a capacidade de enfrentar desafios financeiros e climá-

ticos. A posse de propriedade pode incentivar os produtores a investirem mais em suas terras e em tecnologias agrícolas, promovendo a produtividade e a sustentabilidade a longo prazo (Ornelas, 2019).

A taxa de 94,1% de produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís com casa própria reflete uma situação de estabilidade e segurança econômica significativa. Essa realidade não apenas beneficia os indivíduos diretamente envolvidos, mas também contribui para o desenvolvimento comunitário, incentivando investimentos em infraestrutura e fortalecendo a coesão social (Gráfico 13).

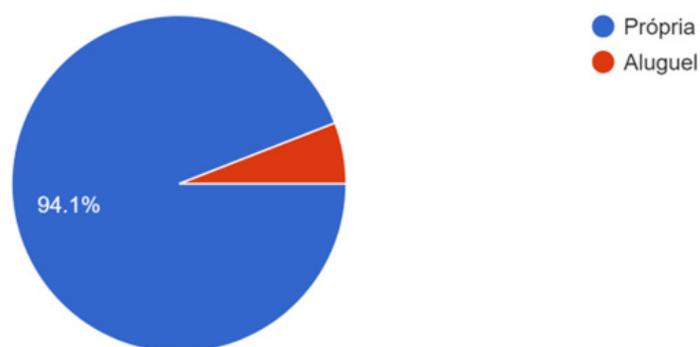


Gráfico 13. Residência própria e alugada de produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Primeiramente, a posse de casa própria oferece aos produtores uma base sólida sobre a qual podem construir e planejar suas atividades econômicas e familiares. A segurança habitacional permite que os produtores se concentrem em melhorar suas práticas agrícolas, aumentar a produtividade e investir em tecnologias e infraestruturas agrícolas, sem a preocupação constante com a instabilidade habitacional (Almeida, 2023).

A coesão social também é fortalecida em comunidades onde a maioria dos moradores possui suas casas. A propriedade de residências promove um senso de pertencimento e responsabilidade comunitária, incentivando os residentes a se envolverem mais ativamente em iniciativas comunitárias e na cooperação mútua para enfrentar desafios comuns (Santos; Ferreira, 2019).

A quantidade de banheiros nas residências é um aspecto relevante a ser analisado em um questionário socioeconômico voltado para agricultores na Grande Ilha de São Luís. Observa-se que 47,1% das residências possuem 2 banheiros, 41,2% possuem 1 banheiro, 5,9% possuem 3 banheiros e outros 5,9% possuem 4 banheiros (Gráfico 14).

Essa distribuição reflete não apenas o padrão de vida e a infraestrutura das residências dos produtores, mas também pode fornecer insights sobre as condições de higiene e conforto das famílias. A quantidade de banheiros em uma residência está correlacionada com o bem-estar das famílias e pode indicar um nível maior de conforto e qualidade de vida. Residências com mais banheiros tendem a proporcionar melhores condições de higiene e privacidade, aspectos importantes para a saúde e o bem-estar dos moradores (Araújo *et al.*, 2020).

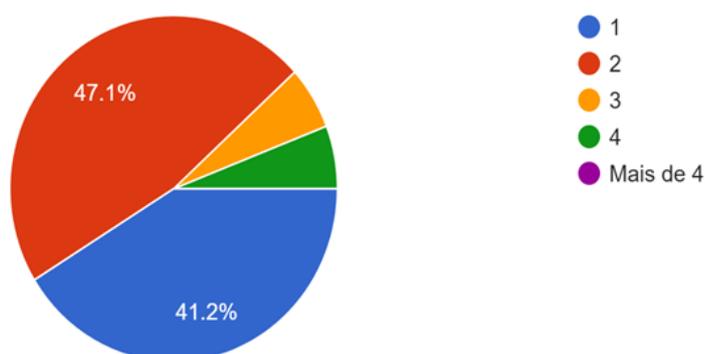


Gráfico 14. Quantidade de banheiros na casa dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Além disso, a presença de mais banheiros pode estar associada a residências maiores ou a uma maior capacidade financeira para investimentos em infraestrutura residencial. Produtores com residências mais bem equipadas, incluindo um maior número de banheiros, podem estar em uma posição econômica mais favorável, o que lhes permite investir mais em suas propriedades agrícolas e em melhorias de infraestrutura (Almeida, 2020).

Por outro lado, a significativa proporção de residências com apenas um banheiro (41,2%) pode indicar limitações econômicas ou restrições de espaço, que são comuns em áreas rurais. Essa limitação pode impactar a qualidade de vida e a saúde das famílias, especialmente em residências com muitos membros, onde o uso compartilhado de um único banheiro pode ser inadequado (Ornelas, 2019).

Com base nos dados apresentados, observa-se que 94,1% da população de produtores de hortaliças na Grande Ilha de São Luís dispõe de banheiros com alvenaria, evidenciando a predominância deste tipo de construção. Em contraste, apenas 5,9% dos indivíduos utilizam banheiros com sistema de sentina (Gráfico 15).

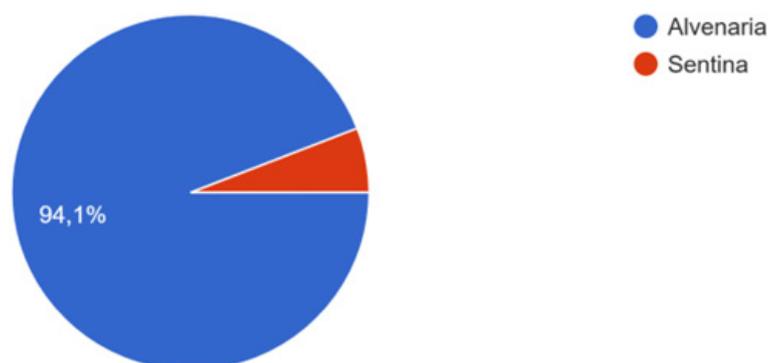


Gráfico 15. Banheiro de alvenaria ou sentina dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A predominância de banheiros de alvenaria indica um nível razoável de infraestrutura e condições sanitárias para a maioria dos produtores. A presença de banheiros de alvenaria é um indicador positivo de qualidade de vida, pois esses banheiros geralmente oferecem melhores condições de higiene e conforto, contribuindo para a saúde e o bem-estar das famílias (Araújo *et al.*, 2020).

No entanto, a presença de uma minoria que ainda utiliza sistemas de sentina aponta para desigualdades significativas que precisam ser abordadas através de políticas públicas eficazes e inclusivas. A utilização de sistemas de sentina está associada a condições sanitárias precárias, que podem aumentar o risco de doenças e afetar negativamente a qualidade de vida dos indivíduos (Oliveira *et al.*, 2022).

A respeito da água consumida pela população nas porcentagens disponíveis, constata-se que 20,6% da população obtém sua água para consumo a partir do abastecimento público gerido pela CAEMA, enquanto uma expressiva maioria de 79,4% depende de água de poço (Gráfico 16). Este panorama reflete uma notável predominância do uso de fontes privadas de abastecimento hídrico em contraste com as alternativas públicas, já evidenciando uma forte dependência de recursos hídricos autônomos por parte da maior parte da comunidade.

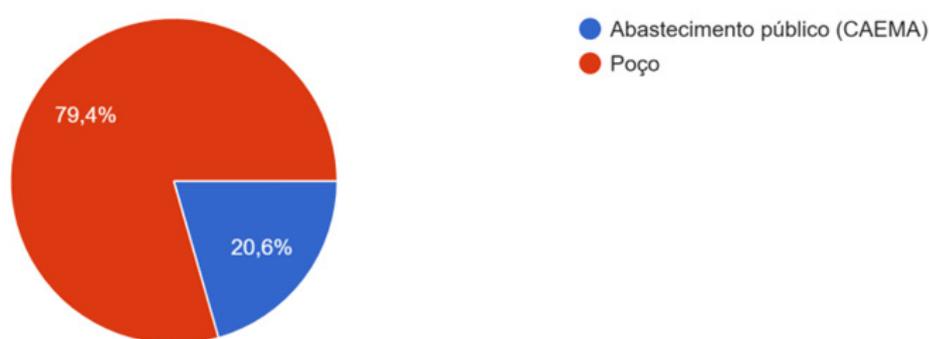


Gráfico 16. Fonte de água para consumo dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024.

No entanto, essa dependência de poços artesianos apresenta desafios significativos. Durante os períodos chuvosos, a água dos poços pode ser contaminada mais facilmente, pois os microrganismos se infiltram rapidamente até a água subterrânea. Nessa época, o lençol freático se aproxima da superfície do solo, reduzindo sua eficácia como filtro natural. Esse risco de contaminação representa uma ameaça à saúde pública, especialmente em áreas rurais onde o tratamento da água pode ser inadequado ou inexistente (Amaral, 2003).

A predominância do uso de água de poço pode indicar limitações na infraestrutura pública de abastecimento de água e a necessidade de soluções mais seguras e sustentáveis. Investimentos em infraestrutura hídrica e em sistemas de tratamento de água são essenciais para garantir o fornecimento seguro de água potável, reduzindo os riscos de contaminação e doenças associadas (Trivellato, 2019).

Além disso, a dependência de fontes de água autônomas pode levar a desigualdades no acesso a água de qualidade. As comunidades que dependem de poços são mais vulneráveis a variações sazonais e à qualidade da água subterrânea, o que pode afetar a saúde e a produtividade das famílias agrícolas (Leite *et al.*, 2023).

A análise dos dados revela que 70,6% da população realiza o descarte de resíduos sólidos por meio de coleta pública, evidenciando uma prática predominantemente organizada e formal para a gestão dos resíduos. Em contraste, 29,4% dos indivíduos optam por descartar o lixo em terrenos baldios, uma prática menos estruturada e potencialmente prejudicial ao meio ambiente (Gráfico 17).

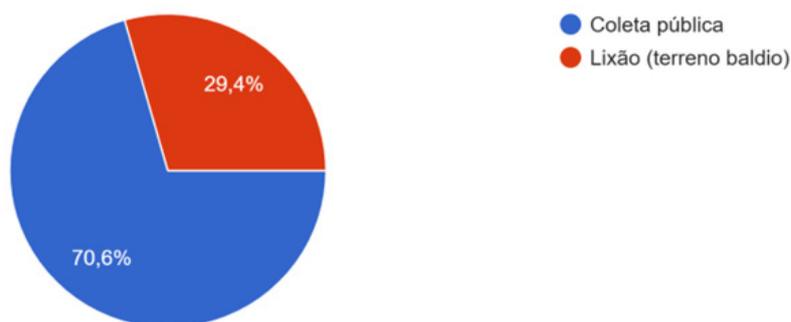


Gráfico 17. Saneamento dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Este panorama ilustra uma clara divisão entre métodos de saneamento mais regulamentados e alternativas de descarte informal, destacando a necessidade de melhorias na gestão de resíduos para alcançar uma maior uniformidade nas práticas de saneamento. A predominância da coleta pública de resíduos é um indicativo positivo de infraestrutura urbana e organização comunitária. A coleta pública de resíduos é essencial para manter a limpeza urbana, reduzir a proliferação de doenças e minimizar os impactos ambientais negativos associados ao descarte inadequado de lixo. Essa prática organizada demonstra que a maioria da população tem acesso a serviços essenciais de saneamento, contribuindo para um ambiente mais saudável e sustentável (Ferreira; Leccioli, 2020).

No entanto, a significativa porcentagem de 29,4% que ainda descarta resíduos em terrenos baldios revela desafios persistentes na gestão de resíduos sólidos. O descarte informal de lixo pode levar à contaminação do solo e da água, proliferação de vetores de doenças, e degradação ambiental. Essa prática indica a necessidade urgente de intervenções educacionais e de políticas públicas que promovam métodos de descarte mais seguros e sustentáveis (Alencar; Sousa, 2019).

Para melhorar a uniformidade nas práticas de saneamento, é crucial implementar programas de conscientização sobre os impactos negativos do descarte inadequado de resíduos e os benefícios da coleta pública. Além disso, o fortalecimento das infraestruturas de coleta e reciclagem de resíduos pode incentivar práticas mais sustentáveis e inclusivas, garantindo que toda a população tenha acesso a métodos de descarte adequados (Silva; Capanema, 2019).

A pesquisa revela que 94,1% dos lares recebem energia elétrica por meio do fornecimento público prestado pela Equatorial, refletindo uma forte dependência da infraestrutura elétrica oficial e organizada para suprimento energético domiciliar. Em contraste, apenas 5,9% das residências utilizam geradores como fonte de energia, uma alternativa mais autônoma e menos convencional (Gráfico 18).

A predominância do fornecimento público de energia elétrica é um indicativo de infraestrutura bem estabelecida e de acessibilidade a serviços essenciais. O acesso à energia elétrica pública é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, proporcionando condições adequadas para a realização de atividades domésticas, educativas e econômicas. Esse fornecimento confiável e organizado é crucial para a qualidade de vida dos moradores e para o funcionamento das comunidades (Araújo, 2021).

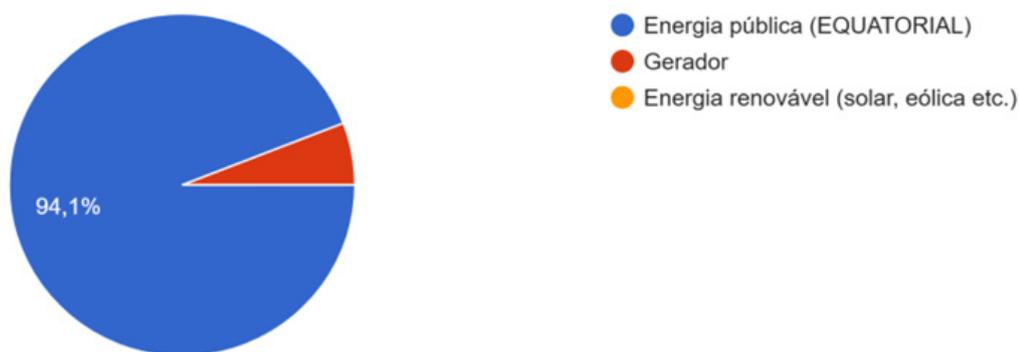


Gráfico 18. Empresa fornecedora de energia dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Por outro lado, a utilização de geradores por 5,9% das residências sugere a presença de lacunas ou limitações no fornecimento público de energia. A dependência de geradores pode ser um indicativo de instabilidade no fornecimento elétrico em algumas áreas ou de uma busca por autonomia energética. No entanto, essa alternativa pode ser menos eficiente e mais onerosa em comparação com a energia fornecida pela rede pública, além de apresentar desafios ambientais devido à emissão de poluentes (Carvalho, 2022).

Para melhorar a uniformidade no acesso à energia elétrica e reduzir a necessidade de geradores, é essencial investir na expansão e melhoria da infraestrutura elétrica pública. Políticas públicas voltadas para a modernização da rede elétrica, a implementação de fontes de energia renovável e o fortalecimento da rede de distribuição podem contribuir para a universalização do acesso à energia de qualidade (Santos, 2020).

A análise dos dados demonstra que 55,9% da população tem acesso a um posto de saúde nas proximidades de sua residência, evidenciando a disponibilidade relativamente acessível de serviços de saúde primários. Em contrapartida, 44,1% dos indivíduos não possuem um posto de saúde próximo, o que sublinha a existência de uma lacuna significativa na cobertura de serviços de saúde para uma parte considerável da comunidade (Gráfico 19).

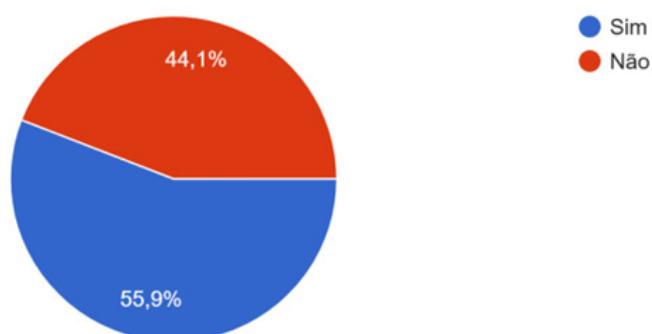


Gráfico 19. Disponibilidade de serviços de postos de saúde dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A disponibilidade de serviços de saúde nas proximidades é um fator crucial para a promoção da saúde e bem-estar das comunidades. O acesso facilitado a postos de saúde pode melhorar significativamente os indicadores de saúde pública, permitindo diagnósticos e tratamentos mais precoces, além de promover ações preventivas. A presença de

postos de saúde próximos reduz barreiras geográficas e financeiras, facilitando a adesão a programas de vacinação, consultas de rotina e tratamentos contínuos (Almeida, 2023).

Por outro lado, a falta de acesso a postos de saúde para 44,1% da população pode levar ao agravamento de condições médicas simples, aumento da mortalidade infantil e materna, e maior incidência de doenças infecciosas e crônicas não tratadas (Souza, 2019).

Os dados sobre a distribuição dos benefícios governamentais na região metropolitana. Aproximadamente 67,6% da população brasileira não possui algum tipo de benefício, como a bolsa família ou o auxílio social do governo, onde essas famílias se possuírem renda própria podem sofrer algum impacto de vulnerabilidade social, necessitando do apoio do Estado para garantir a sua sobrevivência (Gráfico 20).

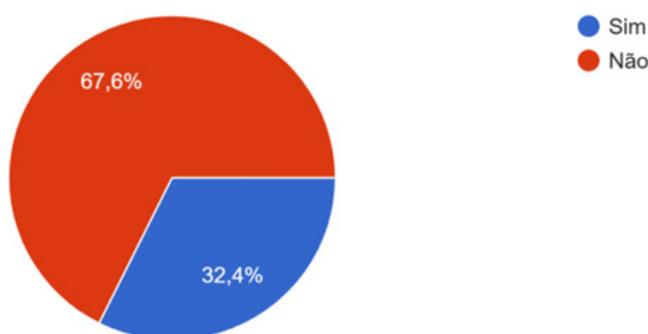


Gráfico 20. Recebimento do Bolsa família ou auxílio dos produtores de hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Resultados semelhantes foram observados por Vasconcelos Filho (2019), que constatou que 36,66% recebiam o Bolsa Família, e os demais 23,34% não estavam incluídos em nenhum programa de benefícios sociais, não recebendo nenhum tipo de auxílio e 40% dos feirantes entrevistados recebiam aposentadoria.

Os programas de assistência social desempenham um papel crucial na redução da pobreza e na promoção da equidade social. A distribuição de benefícios governamentais, como o Bolsa Família, tem sido eficaz na melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda, especialmente em áreas rurais. Esses programas proporcionam uma rede de segurança financeira que ajuda a mitigar os efeitos da pobreza extrema, permitindo que as famílias tenham acesso a necessidades básicas como alimentação, saúde e educação (Del Grossi, 2019).

Em referência, a maioria das residências não possui pessoas aposentadas, são (67,6%), cerca de (14,6%) das casas têm apenas uma pessoa aposentada, uma situação em que um dos cônjuges possivelmente é aposentado. Uma pequena parcela (5,9%) refere-se a residências em áreas rurais com aposentados. (2,9%) das casas têm duas pessoas aposentadas, isso pode representar casais de aposentados. Já (5,8%) de residências possuem pessoas com alguma deficiência e são beneficiárias de aposentadoria (Gráfico 21).

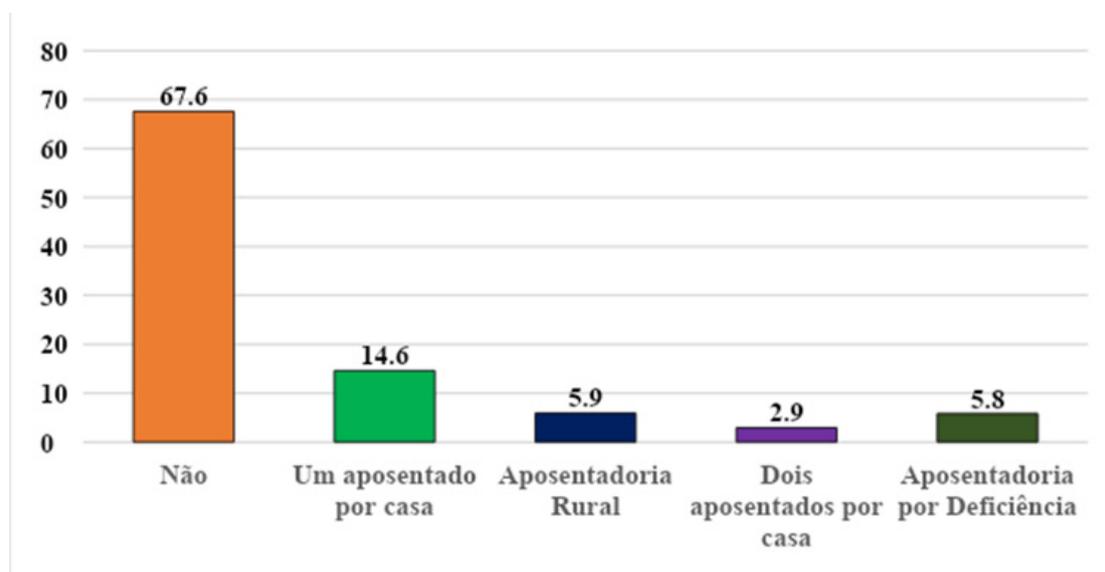


Gráfico 21. Pessoas aposentadas presentes na residência de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A ausência de aposentados em 67,6% das residências pode refletir a composição etária da população agrícola, onde a maioria está em idade ativa e ainda não atingiu a aposentadoria. A predominância de indivíduos em idade produtiva é comum em comunidades agrícolas, onde o trabalho é essencial para a subsistência familiar (Costa, 2019).

Por outro lado, as residências com uma pessoa aposentada (14,6%) ou duas pessoas aposentadas (2,9%) indicam a presença de um grupo que já atingiu a idade de aposentadoria e que pode estar contribuindo financeiramente para a família com os benefícios recebidos. A aposentadoria pode proporcionar estabilidade financeira para famílias rurais, permitindo investimentos em melhorias habitacionais e qualidade de vida (Del Grossi, 2019)

A presença de aposentados em áreas rurais (5,9%) e de pessoas com deficiência beneficiárias de aposentadoria (5,8%) ressalta a importância dos benefícios sociais para a sustentabilidade dessas famílias. Os benefícios de aposentadoria para pessoas com deficiência são essenciais para garantir uma renda mínima e promover a inclusão social (Pereira, 2020).

A renda local apresenta um perfil heterogêneo, com a maioria das pessoas recebendo entre 1 salário mínimo (38,2%) e de faixas de renda de até 2 salários mínimos (32,4%). Demonstrando a prevalência de rendas baixas na região. Um breve concentrado apresenta uma faixa de renda inferior a um salário-mínimo (11,8%). Outros (11,8%) possuem uma renda mais confortável na faixa 3 a 5 salários mínimos, permitindo maior acesso a bens e serviços. A menor parcela, com (5,9%), têm renda entre 5 e 8 salários mínimos (Gráfico 22).

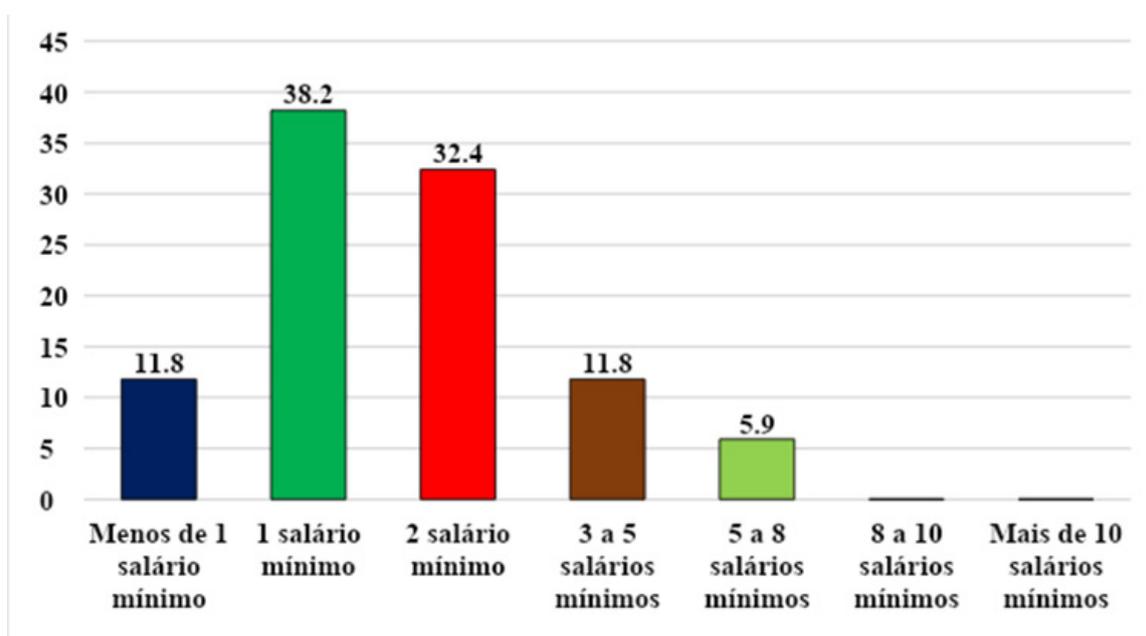


Gráfico 22. Renda média mensal de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A predominância de rendas baixas, com 38,2% recebendo um salário mínimo e 32,4% até dois salários mínimos, reflete uma situação econômica desafiadora para a maioria da população local. A baixa renda está frequentemente associada a dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação adequada. Isso pode perpetuar um ciclo de pobreza e limitar as oportunidades de desenvolvimento econômico e social (Rossi, 2019).

A faixa de renda inferior a um salário mínimo (11,8%) destaca um segmento particularmente vulnerável da população. Essas famílias são as mais propensas a enfrentar insegurança alimentar e condições de vida precárias. A necessidade de políticas públicas direcionadas para aumentar a renda e melhorar as condições de vida dessas pessoas é evidente (Oliveira; Pinto, 2017).

Por outro lado, a existência de um grupo com renda mais confortável (11,8% ganhando entre 3 e 5 salários mínimos e 5,9% entre 5 e 8 salários mínimos) indica que há segmentos da população com maior poder aquisitivo e acesso a melhores oportunidades. Esses grupos podem desempenhar um papel importante no estímulo à economia local, desde que haja um ambiente favorável para investimentos e desenvolvimento (Galhardo *et al.*, 2019).

A pesquisa revela uma dinâmica econômica marcada pela predominância do setor agropecuário. Esse segmento é responsável por (79,4%) da renda total, indicando sua relevância para a sustentabilidade local. Esse setor inclui cultivos diversos, além da criação de gado e aves. O extrativismo, representando 20,6% da renda, também desempenha um papel significativo, envolvendo a coleta de recursos naturais como madeira, frutas nativas, peixes e mariscos (Gráfico 23).

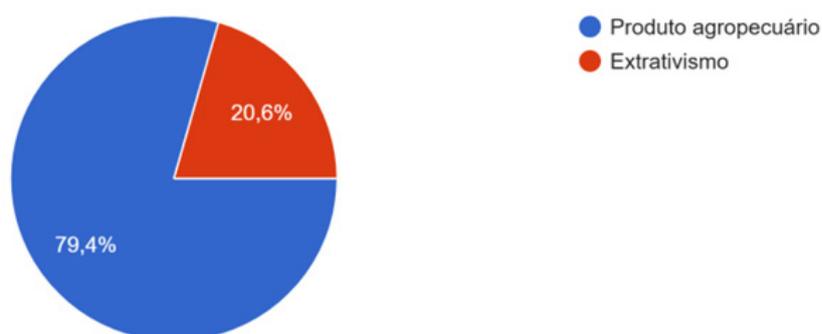


Gráfico 23. Renda de produtos agropecuários e extrativismo de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A integração entre os municípios, impulsionada pelo sistema de transporte e pela expansão urbana, fortalece tanto o setor agropecuário quanto o extrativismo. A circulação de força de trabalho e a diversificação das atividades econômicas contribuem para o desenvolvimento sustentável. A predominância do setor agropecuário em regiões rurais é uma característica comum em áreas com vastas terras férteis e condições favoráveis para a agricultura e a pecuária. Esse setor não apenas proporciona a base econômica para muitas famílias, mas também sustenta mercados locais e regionais, criando uma rede de interdependência econômica (Ribeiro; Oliveira, 2020).

Por outro lado, o papel significativo do extrativismo, possui importância da biodiversidade local e a necessidade de práticas sustentáveis que equilibrem a exploração de recursos naturais com a conservação ambiental. A coleta de recursos naturais, quando feita de forma sustentável, pode complementar a renda das famílias e contribuir para a preservação dos ecossistemas locais (Lima, 2019).

A integração entre os municípios, facilitada por melhorias no sistema de transporte e pela expansão urbana, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região. A conectividade entre áreas rurais e urbanas permite uma maior circulação de bens, serviços e mão de obra, promovendo a diversificação das atividades econômicas e aumentando a resiliência das comunidades locais (Pereira; Castro, 2021).

Assim, a distribuição percentual das tarefas realizadas pela população da Região Metropolitana segundo os dados, a grande parte dos residentes (67,7%) não possui atividades extras para suprir suas necessidades alimentares. Apesar de a grande maioria da população não ter atividades complementares à alimentação, um percentual significativo (32,3%) exerce atividades que contribuem para a renda familiar e a subsistência. Atividades como a criação de animais são importantes nessa situação (5,8%), assim como a agricultura (2,9%) (Gráfico 24).

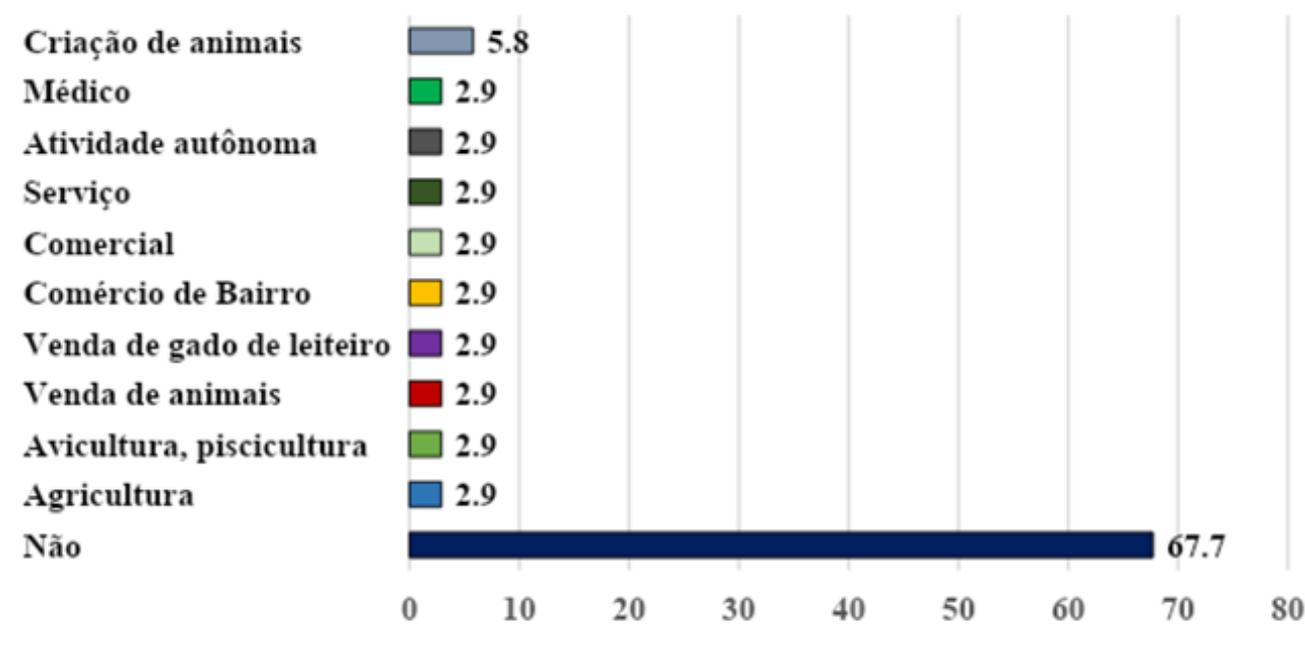


Gráfico 24. Trabalhos Complementares de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Esse panorama pode ser comparado com outras regiões rurais onde atividades complementares são comuns entre os moradores para garantir uma fonte adicional de renda e alimentos. Em muitas áreas rurais, a criação de animais e a agricultura de subsistência são práticas fundamentais para assegurar a segurança alimentar e a estabilidade econômica das famílias. Essas atividades não só fornecem alimentos diretamente para o consumo, mas também geram renda adicional que pode ser usada para outras necessidades (Souza *et al.*, 2018).

Assim a diversidade de atividades econômicas em áreas rurais é uma estratégia importante para mitigar riscos e aumentar a resiliência das famílias frente a desafios econômicos e ambientais. Em contextos onde a agricultura é a principal atividade econômica, a diversificação através da criação de animais e outras práticas agrícolas pode proporcionar uma rede de segurança que fortalece a sustentabilidade das comunidades (Ferreira, 2019).

A população não tem outras fontes de renda (73,5%) formal além do trabalho principal, que é a comercialização das hortaliças. Apesar da maioria da população não ter outras fontes de renda formal, os números mostram que (26,5%) das pessoas têm outras atividades que geram renda. Dessa forma, empregam-se no setor público, (5,9%) no setor privado (5,9%) e possuem outro empreendimento próprio (14,7%) (Gráfico 25).

Enquanto a maioria dos produtores de hortaliças depende exclusivamente da comercialização de seus produtos, a existência de um grupo significativo que busca alternativas para complementar sua renda é um indicativo positivo. No entanto, 26,5% das pessoas têm outras atividades que geram renda. Entre elas, 5,9% estão empregadas no setor público, 5,9% no setor privado, e 14,7% possuem outro empreendimento próprio. Esse dado é significativo, pois a diversificação de fontes de renda é uma estratégia eficiente para aumentar a resiliência econômica das famílias. A diversificação é crucial para mitigar riscos financeiros e melhorar a estabilidade econômica das comunidades rurais (Souza *et al.*, 2018).

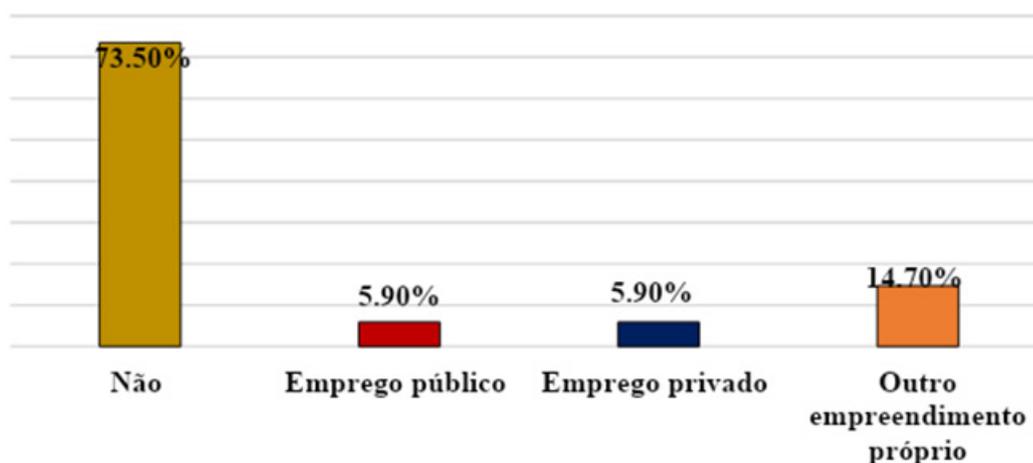


Gráfico 25. Outras fontes de emprego de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Além disso, a presença de múltiplas fontes de renda pode proporcionar maior segurança financeira e facilitar o acesso a melhores condições de vida. Aqueles que conseguem diversificar suas atividades econômicas têm maior capacidade de enfrentar adversidades econômicas e climáticas, o que é essencial para a sustentabilidade a longo prazo (Oliveira; Pinto, 2017).

A análise da produção agrícola na Grande Ilha de São Luís revela uma forte dependência de culturas específicas, mas também uma notável diversidade que fortalece a resiliência econômica e a segurança alimentar das comunidades locais. Dentro da amostra avaliada, dos produtos mais produzidos destaca-se a vinagreira (78,8%), a cebolinha, o coentro e o alface, ambos com 75,8%. O que indica a importância econômica e social dessas culturas (Gráfico 26).

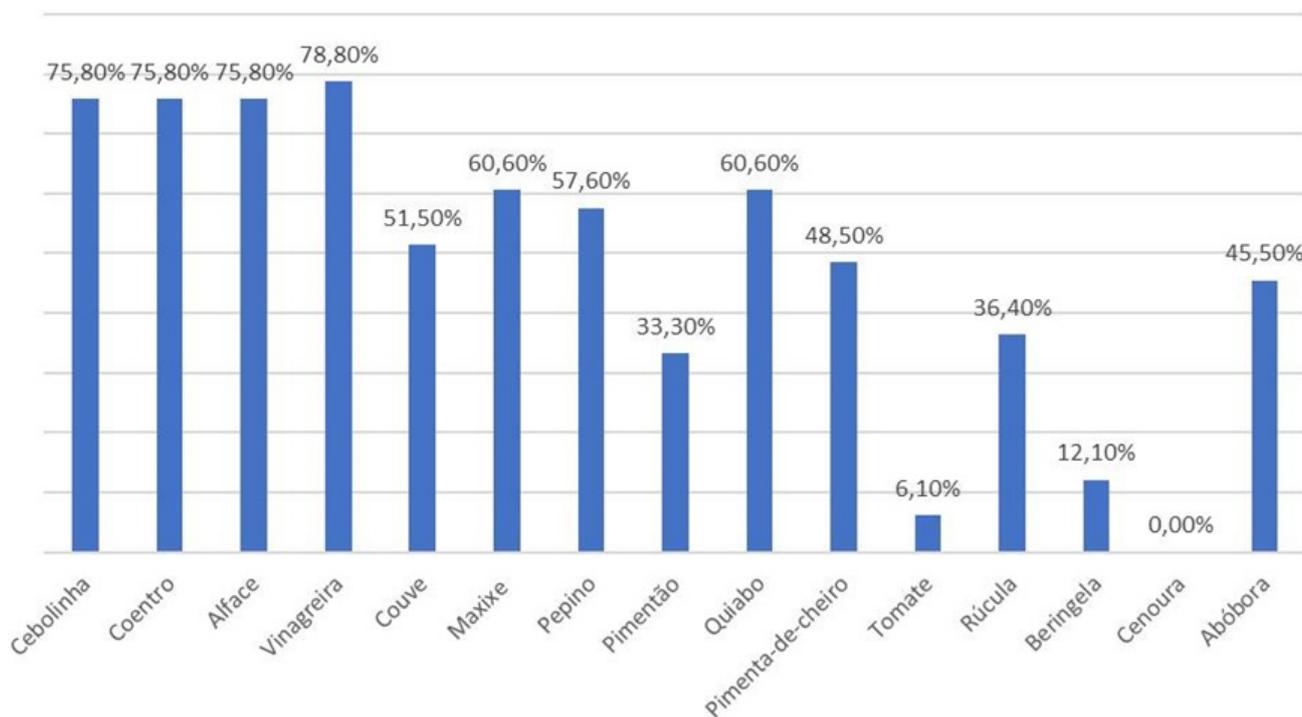


Gráfico 26. Hortaliças produzidas pelos produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

A relevância dessas culturas está alinhada com a literatura sobre a produção agrícola em pequenas propriedades. A diversificação de culturas é uma estratégia crucial para a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares, pois permite uma distribuição de riscos e uma maior estabilidade de renda (Moreira; Binotto, 2014). Além disso, a produção diversificada contribui para a segurança alimentar e nutricional das comunidades locais, garantindo uma oferta variada de alimentos frescos (Santos, 2019).

A predominância da vinagreira, cebolinha, coentro e alface também reflete preferências de mercado e padrões de consumo da população local. A vinagreira, por exemplo, é uma planta com múltiplos usos culinários e medicinais, amplamente consumida na região. A alta frequência de produção dessas hortaliças sugere que os produtores estão respondendo diretamente às demandas do mercado, o que é essencial para a viabilidade econômica de suas atividades (EMBRAPA, 2017).

O perfil das propriedades rurais na Grande Ilha de São Luís, com uma concentração de áreas menores, sublinha a importância de políticas públicas direcionadas ao apoio e desenvolvimento da agricultura. O tamanho das propriedades rurais dos entrevistados revela uma predominância de áreas menores, com 60,6% das propriedades medindo abaixo de 1 hectare. Em seguida, 27,3% têm entre 2 a 5 hectares, 6,1% possuem exatamente 1 hectare, e apenas 3% têm entre 5 a 10 hectares ou entre 10 a 50 hectares. Nenhuma das propriedades analisadas ultrapassa os 100 hectares (Gráfico 27).

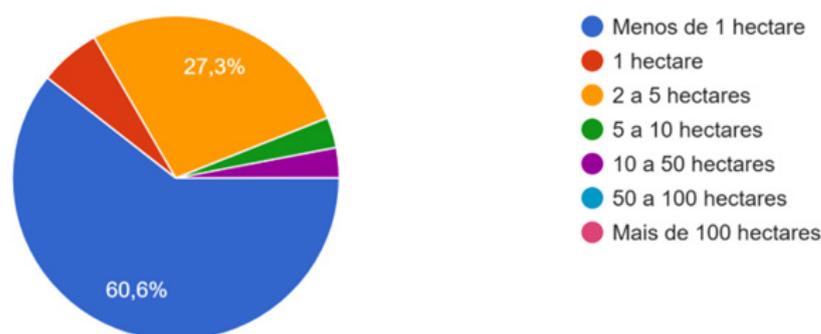


Gráfico 27. Tamanho da propriedade de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Este perfil fundiário, em que a maioria das propriedades está abaixo de 4 módulos fiscais (definido como 60 hectares para São Luís e 120 hectares para Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar), reflete a estrutura fundiária característica de muitas regiões de agricultura familiar no Brasil (SEMA, 2018).

A predominância de pequenas propriedades é comum em áreas de agricultura familiar, aonde a produção é voltada principalmente para a subsistência e o mercado local. Essa estrutura fundiária pode ser vantajosa para a diversificação de culturas e a sustentabilidade ambiental, mas também apresenta desafios, como acesso limitado a crédito e tecnologias avançadas (Cantelle, 2013).

Além disso, as pequenas propriedades têm um papel crucial na segurança alimentar, pois são responsáveis por uma parcela significativa da produção de alimentos consumidos localmente. No entanto, a fragmentação da terra e a limitação de recursos podem restringir a capacidade de expansão e modernização das práticas agrícolas (Silva, 2019).

A distribuição dos métodos de cultivo entre os produtores da Grande Ilha de São Luís

reflete uma diversidade de práticas agrícolas, com uma forte presença de métodos tradicionais. O método de cultivo mais empregado pelos produtores entrevistados é o plantio convencional 47,1% seguido do orgânico com 44,1%, agroecológico com 8,8% e nenhum dos produtores entrevistados trabalham com cultivo hidropônico (0,0%) (Gráfico 28).

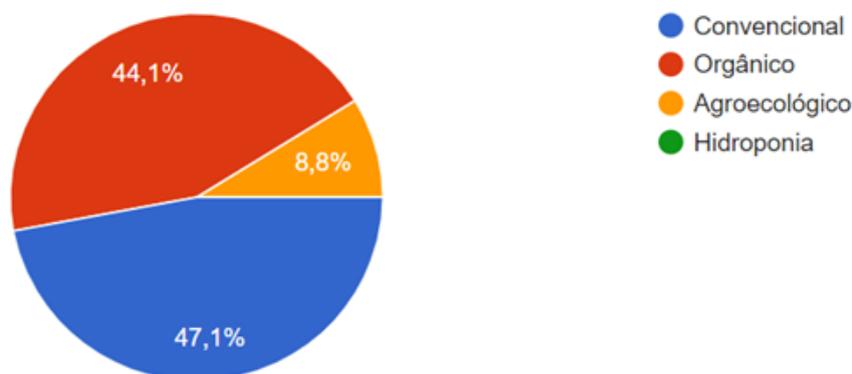


Gráfico 28. Método de cultivo de produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

No entanto, o que se percebe na apresentação dos resultados é uma confusão e falta de compreensão dos conceitos sobre produção orgânica. Pois, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Produção Orgânica, apenas os produtores da Associação dos agricultores e agricultoras da vila residencial nova Canaã, localizados em Paço do Lumiar, são certificados como produtores orgânicos na grande ilha de São Luís (BRASIL, 2024). Portanto, infere-se que os produtores que se autodenominam produtores orgânicos na verdade pratiquem cultivo agroecológico.

A prevalência do cultivo convencional pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a familiaridade com as técnicas, o custo relativamente baixo de implementação inicial e o acesso a insumos químicos que podem aumentar a produtividade a curto prazo. O cultivo convencional é frequentemente adotado em áreas onde a maximização da produção é priorizada, apesar dos potenciais impactos ambientais negativos (Pires; Silva, 2020).

O cultivo agroecológico, representando 8,8% dos produtores, integra princípios ecológicos e sociais, promovendo a sustentabilidade e a justiça social. Este método, embora menos prevalente, indica uma tendência emergente de práticas agrícolas que buscam harmonizar a produção de alimentos com a conservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais (Gomes, 2019).

Nenhum dos produtores entrevistados utiliza o meio de cultivo hidropônico, o que se justifica pela alta tecnologia empregada, além dos altos custos iniciais. Outro fator é o maior conhecimento técnico necessário, por ser um sistema fechado, o domínio das áreas de nutrição, ambiência e fisiologia são muito exigidas para uma produção adequada da hidroponia (Mello; Campagnol, 2016).

Em relação aos desafios enfrentados na produção os resultados mais expressivos foram, 84,8% relataram dificuldades quanto a aquisição de sementes, 81,8% destacam a falta de adubo orgânicos e 72,7% a falta de fertilizantes e ainda se destaca como principal entrave a falta de assistência técnica (72,7%) (Gráfico 29).

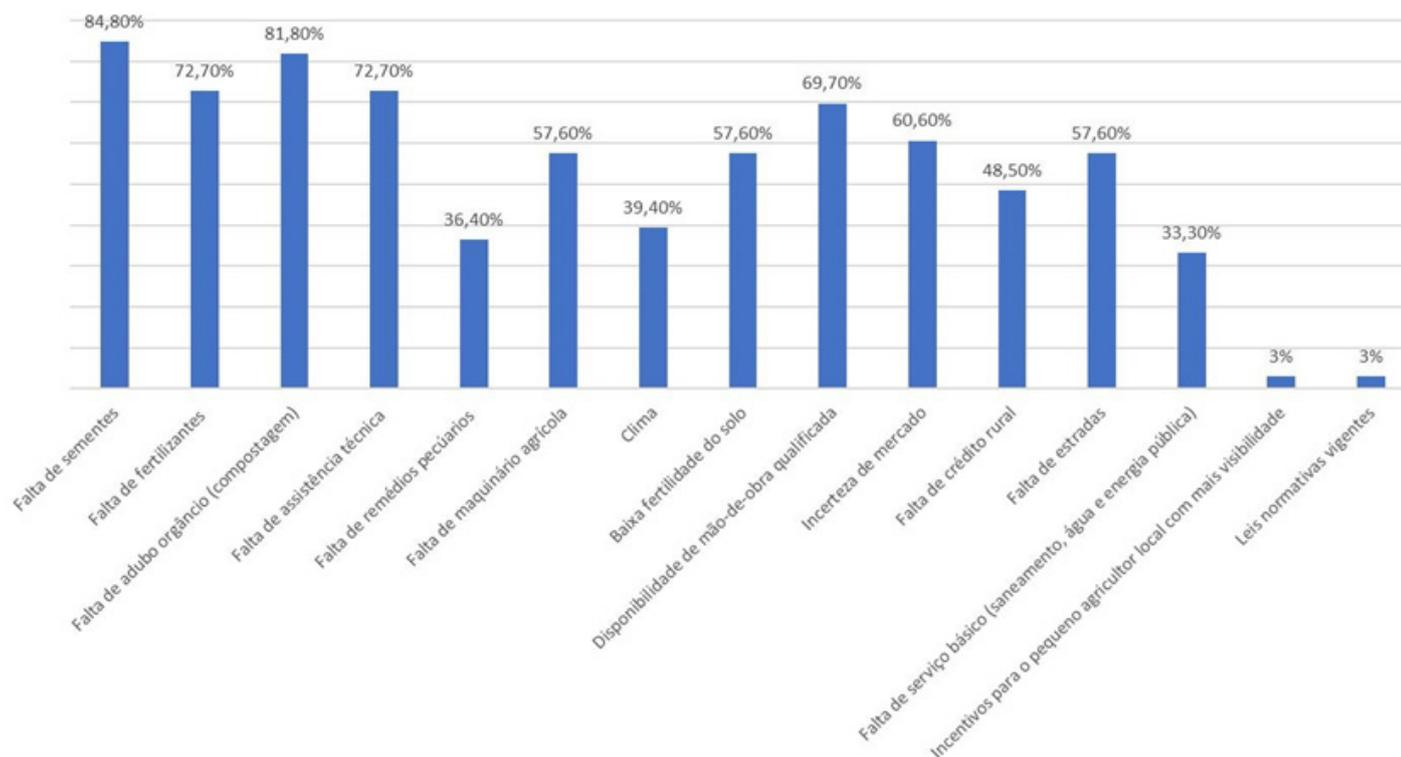


Gráfico 29. Principais desafios enfrentados na produção de hortaliças

Fonte: Autores, 2024

Esses desafios refletem questões amplamente discutidas na literatura agrícola, e as dificuldades na aquisição de sementes de qualidade é um obstáculo comum que pode comprometer a produtividade e a rentabilidade das lavouras. A escassez de adubo orgânico e fertilizantes, mencionada por uma grande parte dos produtores, também é crítica, pois esses insumos são essenciais para manter a fertilidade do solo e a saúde das plantas (Lima, 2021).

Das dificuldades relatadas pelos entrevistados boa parte refere-se à aquisição de insumos, falta de mão de obra e assistência técnica, além da dificuldade em acesso ao crédito rural, incerteza de mercado, o que em boa parte se deve a falta de informação, e gestão, o que facilmente se resolveria mediante inserção de políticas de crédito e assistência rural e uma gestão eficiente do negócio. Os agricultores familiares enfrentam diversos desafios que compreendem a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos e a dependência de intermediários na cadeia de suprimentos (Silva; Dias, 2023).

A falta de assistência técnica, destacada por 72,7% dos produtores, é um entrave substancial para a implementação de práticas agrícolas modernas e sustentáveis. A assistência técnica desempenha um papel crucial na transferência de conhecimento, inovação e técnicas de manejo eficiente, que são vitais para o sucesso da agricultura familiar (Souza; Ferrara, 2019).

Comparando com estudos anteriores, a falta de insumos e a assistência técnica inadequada são desafios persistentes enfrentados por pequenos produtores rurais no Brasil. Esses problemas são exacerbados pela falta de políticas públicas eficientes que incentivem a distribuição de insumos e a prestação de serviços técnicos em áreas rurais (Areia, 2020).

Dos produtos agrícolas comercializados 70,6% são vendidos em feiras públicas, 41,2% para comércio local, 41,2% para programas institucionais PAA e PNAE, 20,6% para atravessadores, mercados públicos 17,6% e frutarias e restaurantes 8,8%. Se tratando da CEASA

apenas 2,9% são comercializados por esse meio (Gráfico 30).

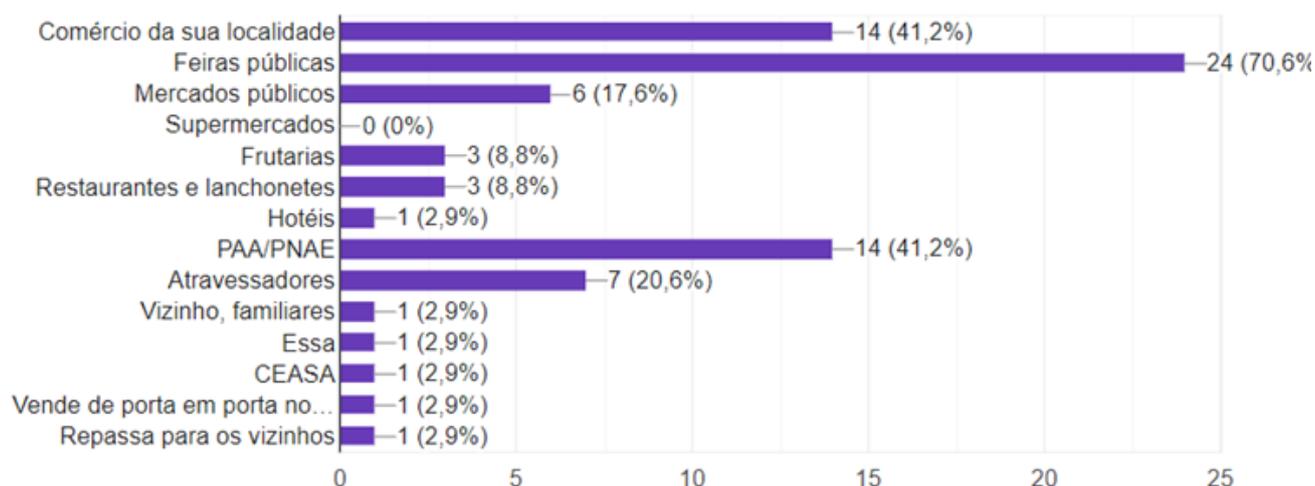


Gráfico 30. Formas de comercialização das hortaliças na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

De acordo com o levantamento realizado, a maior parte dos produtos são comercializados em feiras, a comercialização dos produtos na feira permite uma maior agregação de valor na mercadoria e qualidade nutricional e ainda proporciona ao consumidor valores mais acessíveis, permitindo um relacionamento mais direto entre o produtor e o consumidor (Carvalho, 2019).

No entanto, ao analisar o destino da comercialização dos produtos hortifrutícola dos agricultores familiares da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, inferiu que os produtos agrícolas comercializados pelos produtores entrevistados, 93,5% eram vendidos para programas institucionais como PAA e PNAE, e apenas 61,3% para feiras (Coelho *et al.*, 2021).

Através do questionário foi possível identificar os principais obstáculos enfrentados pelos produtores na comercialização de hortaliças na Grande Ilha de São Luís, MA. Os resultados indicam que o maior obstáculo referente a comercialização é a falta de incentivo do serviço público na inserção do agricultor no mercado com 79,40% (Gráfico 31).

Esses resultados estão alinhados com os desafios de comercialização discutidos na literatura agrícola. A falta de apoio governamental na inserção dos pequenos agricultores no mercado formal é um problema recorrente que impede o crescimento sustentável da agricultura familiar. A falta de políticas públicas que facilitem o acesso a canais de comercialização e a promoção dos produtos locais contribui para a vulnerabilidade dos pequenos produtores (Almeida; Silva, 2020).

A sensibilidade dos consumidores ao preço, apontada por 61,8% dos produtores, reflete um mercado competitivo onde os agricultores são pressionados a vender seus produtos a preços baixos para atrair consumidores, muitas vezes comprometendo suas margens de lucro. A competição com produtos de grandes produtores ou importados pode levar a uma redução nos preços pagos aos agricultores familiares, afetando sua sustentabilidade financeira (Junior, 2018).

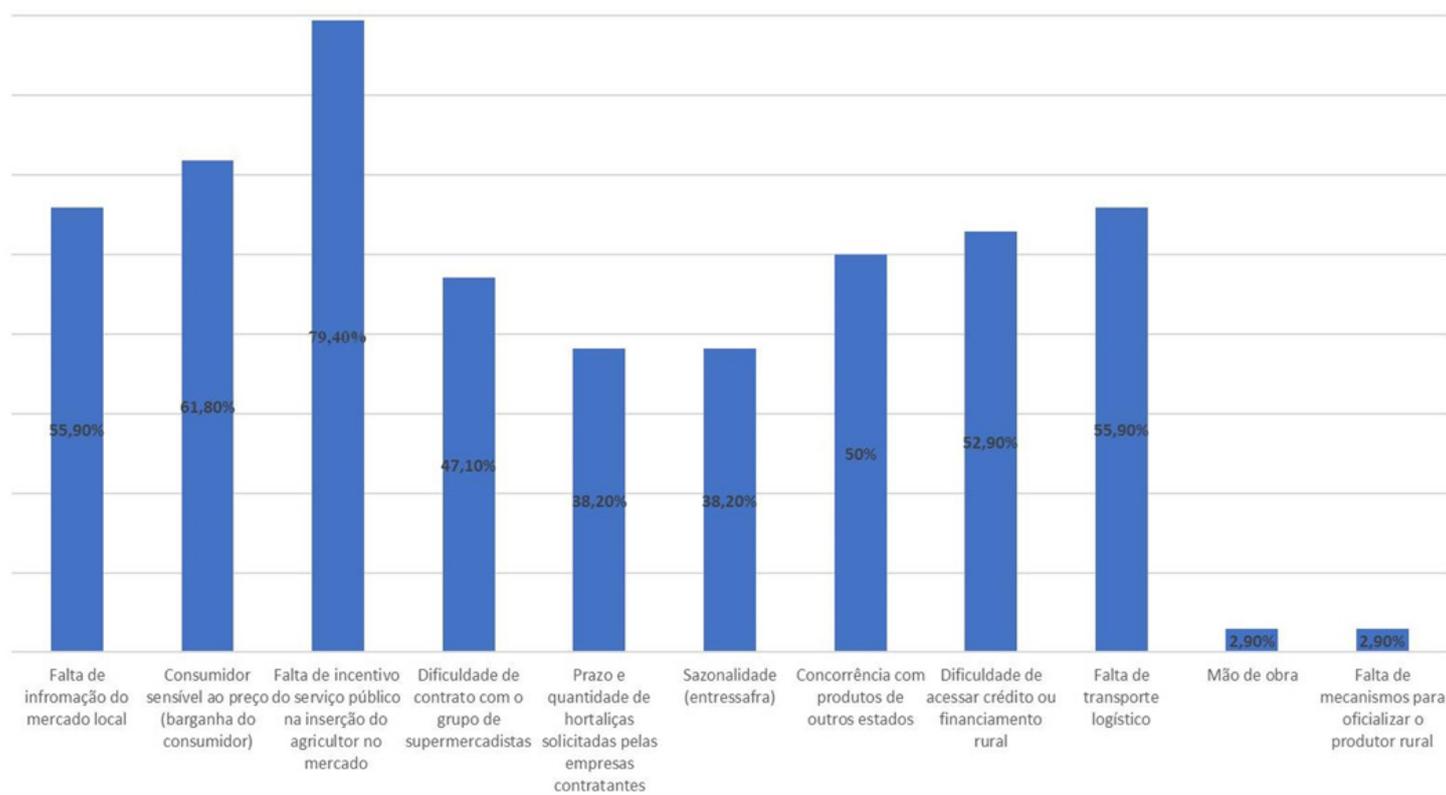


Gráfico 31. Principais obstáculos enfrentados na comercialização de hortaliças

Fonte: Autores, 2024

A falta de informação sobre os locais de venda, mencionada por 55,9% dos produtores, sugere a necessidade de melhores estratégias de comunicação e marketing para conectar os agricultores aos consumidores. A importância de feiras livres, mercados locais e plataformas digitais que possam facilitar essa conexão e promover a visibilidade dos produtos locais (Costa, 2018). Outras dificuldades identificadas no questionário podem incluir problemas logísticos, como transporte inadequado e infraestrutura de armazenamento, que também são mencionados na literatura como barreiras significativas para a comercialização eficiente (Fernandes, 2021).

De acordo com os dados, 94,1% dos entrevistados afirmaram que o cultivo e consumo desses alimentos melhoram a qualidade de vida. Esse número expressivo reflete a importância que as hortaliças têm na promoção da saúde e bem-estar dos indivíduos. Por outro lado, 5,9% dos entrevistados afirmaram que o cultivo e consumo de hortaliças não impactam em suas vidas (Gráfico 32).

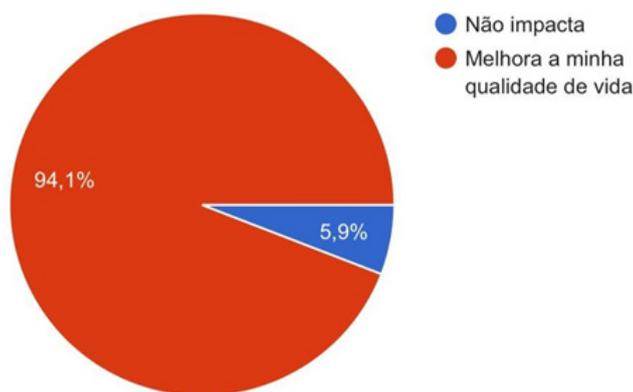


Gráfico 32. Como a produção e consumo de hortaliça afeta a vida dos produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Por outro lado, 5,9% dos entrevistados afirmaram que o cultivo e consumo de hortaliças não impactam suas vidas. Embora essa porcentagem seja menor, é importante ressaltar que a incorporação de hortaliças na alimentação pode trazer inúmeros benefícios para a saúde e qualidade de vida, mesmo que algumas pessoas não percebam esses benefícios de imediato. A percepção dos benefícios pode variar de acordo com fatores como conhecimento nutricional, hábitos alimentares preexistentes e a frequência de consumo de hortaliças (Pires; Silva, 2020).

A melhoria da qualidade de vida relatada pela maioria dos entrevistados pode ser atribuída à combinação de fatores nutricionais e sociais. O consumo regular de hortaliças fornece vitaminas, minerais e fibras essenciais, enquanto o envolvimento no cultivo pode promover atividades físicas e fortalecer os laços comunitários (Ferreira, 2022). Essas práticas também têm um impacto positivo na sustentabilidade ambiental, promovendo práticas agrícolas responsáveis e a preservação da biodiversidade (Santos *et al.*, 2021).

As hortaliças desempenham um papel significativo na dieta e no estilo de vida dos produtores, de acordo com os dados, 88,2% dos entrevistados afirmaram consumir hortaliças frequentemente, o que indica o reconhecimento da importância desses alimentos para a sua saúde e bem-estar. Por outro lado, 8,8% dos entrevistados afirmaram consumir hortaliças raramente, apesar das recomendações dos órgãos nacionais e internacionais, como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS), respectivamente, o que sugere que ainda há uma parcela de produtores que pode não estar dando a devida atenção a esses alimentos em suas escolhas alimentares. Por fim, 3% dos entrevistados responderam que são indiferentes em relação ao consumo de hortaliças (Gráfico 33).

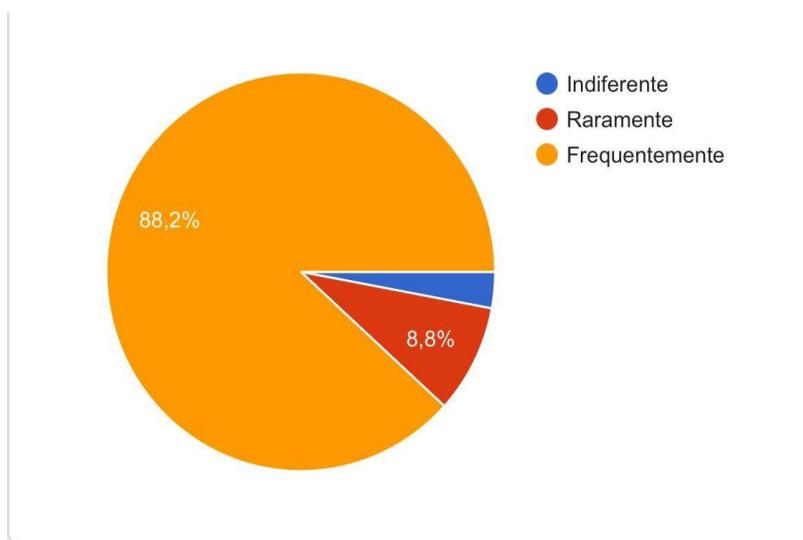


Gráfico 33. Consumo de hortaliça dos produtores na Grande Ilha

Fonte: Autores, 2024

Por outro lado, 8,8% dos entrevistados afirmaram consumir hortaliças raramente. Essa porcentagem sugere que ainda há uma parcela de produtores que pode não estar priorizando esses alimentos em suas escolhas alimentares, possivelmente devido a fatores como hábitos alimentares preexistentes, falta de conhecimento sobre os benefícios nutricionais ou dificuldades no acesso a esses produtos. Estudos mostram que a educação alimentar e nutricional pode desempenhar um papel crucial na modificação de comportamentos e na promoção de uma alimentação mais saudável (Silva, 2018).

Por fim, 3% dos entrevistados responderam que são indiferentes em relação ao consumo de hortaliças. Esse grupo pode estar relacionado a uma falta de motivação ou interesse em mudar seus padrões alimentares, o que pode ser abordado através de campanhas de conscientização e programas de educação nutricional que destacam os benefícios das hortaliças e oferecem sugestões práticas para incorporá-las na dieta diária (Costa, 2018).

A pesquisa revela, que 100% dos entrevistados acreditam que a produção e consumo de hortaliças podem ter um impacto positivo na comunidade. Esse dado é extremamente significativo, pois demonstra que há uma ampla conscientização sobre os benefícios que a incorporação de hortaliças pode trazer não apenas para o produtor, mas também para a sociedade como um todo (Gráfico 34).

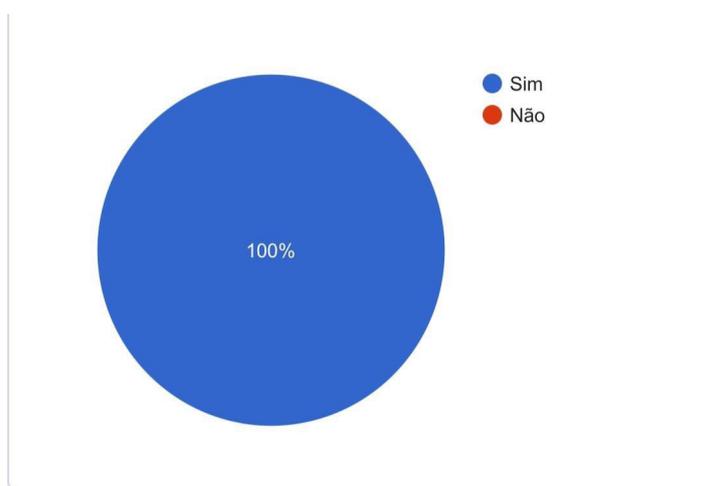


Gráfico 34. Impacto da produção e consumo de hortaliças

Fonte: Autores, 2024

As pessoas, bem como os profissionais, vêm buscando cada vez mais simplificar suas tarefas, com a finalidade de economizarem tempo e concluírem com maior agilidade. A partir desses questionários online, foram elaboradas trinta e quatro perguntas, e sugestões que produtores buscam para otimizar sua produção, com intuito de adquirir informações, que sem elas tornam-se pequenas dificuldades, que em sua maioria formam grandes problemas (Pires; Silva, 2020).

Dentre as sugestões colocadas pelos produtores, está a falta de informações, assim como assistências nas localidades de cultivos. Outro fator importante é que se a agricultura brasileira não tiver condições para se capacitar, absorver e utilizar inovações, em geral, e tecnologias da informação, mais especificamente, isso poderá comprometer a competitividade dinâmica do setor (Buainain, 2007).

Na atualidade, os relacionamentos entre as organizações de venda estão se tornando mais comuns e aprofundados, impactando no mercado de pequenos e grandes produtores. O desenvolvimento de ações de marketing envolvidas na rede social, configura-se em um fator imprescindível ao sucesso do agricultor familiar (Costa, 2018).

As sugestões e observações nos questionários, destacam-se a necessidade de uma maior divulgação para a comunidade externa, que são consumidores, que podem se fidelizar com os produtores, criando a princípio fornecimentos semanais de variedade ou hortaliças específicas. Com isso se busca a maior frequência e oferta de hortaliças, além de uma maior divulgação de mercadorias, assim buscando expandir a divulgação. A ampliação da diversidade de hortaliças também foi uma sugestão, os consumidores visualizaram a possibilidade de comprar mais produtos orgânicos (Santos, 2020).

Assim, com os resultados verificados e as sugestões levantadas, observa-se a necessidade de ampliação da divulgação para os consumidores reais, assim não precisando passar por 'n' logística até o consumidor final. A ampliação tem como objetivo a formação de uma rede de estratégias alternativas de comercialização, baseadas na honestidade e na relação de vínculo de confiança entre produtores e consumidores. Além disso, a feira da honestidade pode se configurar em uma ferramenta capaz de levar a comunidade a se habituar a formas diferenciadas de produção e comercialização de hortaliças.

5. CONCLUSÃO

A caracterização socioeconômica da produção e comercialização de hortaliças na Grande Ilha de São Luís, Maranhão, revela um setor agrícola diversificado e dinâmico, com a maioria dos produtores concentrada na capital. Os produtores localizados na grande ilha de São Luís comercializam grande parte das hortaliças consumidas pelos moradores locais, possibilitando assim o sustento de suas famílias e a segurança alimentar local.

Assim, a caracterização evidenciou que a maioria dos produtores residem em São Luís e nos outros municípios constituintes da ilha, essa presença pode ser justificada pela maior proximidade ao mercado consumidor e distribuidores. A maioria dos produtores entrevistados possuem a propriedade da sua terra em que produzem, em sua quase totalidade com acesso a água através de poços ou abastecimento público e a energia elétrica pública. As propriedades são de pequeno porte em sua maioria, com menos de 1 hectare, e o método de cultivo predominante é o convencional, seguido pelo orgânico. A comercialização é diversificada, com a maioria das vendas ocorrendo em feiras públicas. A crença de que o cultivo e consumo de hortaliças melhoram a qualidade de vida é amplamente compartilhada, destacando a importância deste setor para a saúde e bem-estar da comunidade.

Portanto, para aprimorar os resultados e garantir o desenvolvimento sustentável e a prosperidade do setor agrícola na Grande Ilha de São Luís, algumas providências podem ser tomadas. Em primeiro lugar, é essencial oferecer apoio técnico e educacional. Isso pode ser feito através da promoção de programas de capacitação para agricultores, focados em práticas agrícolas sustentáveis, técnicas de cultivo orgânico, manejo de solo e uso eficiente de recursos hídricos. Além disso, é fundamental fortalecer a assistência técnica para apoiar os agricultores na implementação de novas tecnologias e práticas agrícolas inovadoras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R.; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Maranhão. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3, p. 45-64, 2012.
- ALENCAR, A. P. M.; SOUSA, L. V. F. Proteção ambiental e o descarte irregular de resíduos sólidos em unidade de conservação-bragança, Pará. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, v. 34, n. 4, p. 24, 2019.
- ALMEIDA, A. C. S. Viabilidade Econômica De Produção De Bioenergia Em Áreas De Assentamentos De Reforma Agrária No Nordeste Semiárido, Pe, Brasil. **Pesquisa Agropecuária Pernambucana**, v. 28, n. 1, p. 32. 2023.
- ALMEIDA, A. O. Agroecologia como forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Revista Georaguaia**, v. 10, n. 2, p. 144-195, 2020.
- ALMEIDA, E. I. B., FERRÃO, G. D. E., MARQUES, J., & SOUSA, W. D. S. **Perdas pós-colheita de frutas e hortaliças no Maranhão: estimativas, causas, impactos e soluções**. São Luís: EDUFMA, 2020.
- AMARAL, L. A. et al. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 510-514, 2003.
- ANDRADE, D. A. D. C.; CORDEIRO, C. S. S.; DA SILVA, D. L. B. Hospitalidade: Percepções De Clientes E Comerciantes No Mercado Central De São Luís Do Maranhão [Brasil]. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 2, p. 366-386. 2020.
- AQUINO, A. M.; CAMPOS, T.; DOS SANTOS, M.; SANTOS, S.; CARNEIRO, J.; AUGUSTO, M.; ELOI, R. F. Análise da contribuição dos programas institucionais (PAA, PNAE e feira livre itinerante) na geração de renda e na qualidade de vida dos agricultores familiares da microrregião aglomeração urbana de São Luís-MA. *Extensão Rural em Foco: Apoio à Agricultura Familiar*, **Empreendedorismo e Inovação**, v. 1, n. 23, p. 173-182. 2018.
- ARAÚJO, J. R. E. S. Agricultura de sequeiro e variabilidade produtiva de uma cultura de subsistência em Gado Bravo, Semiárido da Paraíba. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 3, p. 2905-2918, 2021.
- Araújo, M. L. D.; Nascimento, D. R.; Lopes, M. S.; Passos, C. M. D.; Lopes, A. C. S. Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, n. 9, p. e0110, 2020.
- AREIA, J. S. As principais motivações elencadas para o desmame precoce por lactantes adultas: revisão integrativa da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 41, p. e2568-e2568, 2020.
- BARROS, V. A. M. de; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. de A. Habitus da previdência social no estilo de vida das famílias rurais: o caso dos municípios de São Miguel do Anta e Piranga/ Habitus da seguridade social no estilo de vida das famílias rurais: o caso da São Municípios Miguel do Anta e Piranga na Zona da Mata Mineira, Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 47, n. 6, p. 78-85, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20151191>.
- BRANDÃO, V. A. C. A importância do tratamento adequado da água para eliminação de microorganismos. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 55-70. 2011
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/tm. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BUAINAIN, A. M. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Bib. Orton IICA/CATIE, 2007.
- BURNETT, C. F. L. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: EDUEMA, 2016.
- CANIL, K. Vulnerabilidades, riscos e justiça ambiental em escala macro metropolitana. **Mercator (Fortaleza)**, v. 20, n. 2, p. e20003, 2021.

- CANELLE, T. D. Competitividade na agricultura comercial versus sustentabilidade ambiental. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 6, n. 1, 2013.
- CARDOSO, A. I. I. Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico (seed production and vegetables breeding for smallholder farming in organic management). **Revista Nera**, v. 19, n. 7, p. 162-169, 2012.
- CARVALHO, F. de F.; GROSSI, S. de F. A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS LIVRES E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226–234, 2019. DOI: 10.31510/infa.v16i2.665. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/665>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. Dinâmica metropolitana e segregação socioespacial. **Caderno CRH**, v. 20, p. 261-279, 2007.
- CARVALHO, W. R. Transição socioenergética para o desenvolvimento social: um estudo sobre comunidades rurais na região do Médio Solimões/AM. 2022.
- CASIMIRO, D. L. **Perfil socioeconômico dos produtores de hortaliças e caracterização dos sistemas produtivos nos perímetros irrigados de Sousa-PB**. v. 5, n. 7, p. 23-64, 2011.
- CASTRO, C. A. O ensino agrícola no Maranhão imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 25–39, 2013. DOI: 10.20396/rho.v12i48.8640006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640006>. Acesso em: 22 maio 2024.
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural ea política nacional de Ater**. Texto para discussão, 2017.
- CASTRO, R. L. P.; BRITO, D. R. B.; RIBEIRO, M. C.; DA COSTA, J. V.; PIRES FILHO, P. C. S. (2022). Caracterização de pequenas criações de caprinos e ovinos da Ilha de São Luís. **Revista Sítio Novo**, v. 6, n. 1, p. 30-41, 2022.
- COELHO, TC.; FERREIRA, MGR.; CUTRIM, MB de A.; BEZERRA, DHS.; COSTA NETO, A.; ROCHA, CH da S.; MONTEIRO, GL.; LEITE, MJ de H. Estratégias e dificuldades encontradas na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em São Luís – MA. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 5, pág. e1310514632, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14632. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- COSTA, D. G. S. Na labuta: vida e trabalho do (a) velho (a) trabalhador (a). 2019.
- COSTA, J. A. N. Estratégias de produção e comercialização da agricultura familiar no município de São José dos Cordeiros-PB. 2018.
- COSTA, R. F. R.; COSTA, G. C. Pobres no campo, ricos na cidade? Uma análise multidimensional da pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 537-560, 2016.
- COSTA, V. B.S.; BULHÕES, C. S. G.; NAGASHIMA, A. M. S. Quando os pássaros voam”: a família em momento de “ninho vazio”. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 10, n. 14, p. 1-20, 2020.
- COSTA, W. F. Uso de instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa: um estudo em produções científicas de turismo. **Turismo: visão e ação**, v. 20, n. 1, p. 02-28, 2018.
- CRUZ, N. B. da; JESUS, J. G. de; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 226-850, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- DEL GROSSI, M. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 40-45, 2019.
- EMPRAPA. **Hortaliças Não Convencionais. Hortaliças Tradicionais**: Vinagreira. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2017. Disponível em: <https://ain.cnptia.embrapa.br-vinagreira.pdf>. Acesso em 14 de jul de 2024.
- FERNANDES, F. M. Agricultura familiar, biodiesel e competitividade: O caso do núcleo de produção de oleaginosas de Serra do Ramalho (BA). **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 23, p. e1752-e1752, 2021.
- FERREIRA, L. B.; J. S. D. A.; Esposti, C. D. D.; Cruz, M. M. D. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 223-239, 2019.
- FERREIRA, M. I. P. Água como fio condutor dos ODS: avaliando o bem-estar com um sistema holístico de indicadores de sustentabilidade aplicados à gestão de recursos hídricos. 2022.
- FERREIRA, P. N. C. S.; COELHO, T. **Formação inicial, conhecimento profissional e práticas em ensino e aprendizagem da gramática**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

- FERREIRA, W. S.; LECCIOLI, W. Audiência de saneamento e organização instrutória participativa (case management). In: **Revista de Processo, São Paulo**. 2020. p. 111-137.
- GADELHA, H. S. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: modificações no código civil e conquistas sociais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e35011225444-e35011225444, 2022.
- GALHARDO, L. R.; DA SILVA, L. F. S.; LIMA, Â. S. F. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 37-45, 2019.
- GARCIA, A. I. P.; HENKES, J. A. Crédito Rural E Bananicultura: Estudo Da Demanda Por Crédito Agrícola Para Os Bananicultores Do Município De Peruíbe-SP. **Revista Brasileira de Meio Ambiente & Sustentabilidade**, v. 1, n. 4, p. 42-59, 2021.
- GOMES, J. F. B.; DE SOUZA, A. O. Caracterização socioespacial da produção e comercialização de hortícolas na Ilha de São Luís, Maranhão. **Scientia Plena**, v. 14, n. 4, p. 20-67, 2018.
- GOMES, R. A formação técnica e agroecologia no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o curso pós-médio em “Cooperativismo e Agroecologia” no estado de São Paulo. 2019.
- GUERRA, A. M. N. M.; SANTOS, D. S.; SILVA, P. S.; SANTOS, L. B. S. Perfil dos consumidores e comerciantes de hortaliças em feira livre na cidade da Barra, BA. **Tecnologia & Ciência Agropecuária**, v. 12, n. 4, p. 39-45, 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE CIDADE E ESTADOS. Portal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html>. Acesso em: 20 julho 2024.
- JUNIOR, J. S. Z. Manejo agroecológico de pragas: alternativas para uma agricultura sustentável. **Revista Científica Intellecto**, v. 3, n. 3, 2018.
- KRAUZER, E. de A. Fatores de restrição ao crédito rural destinado à agricultura familiar na perspectiva das instituições financeiras estabelecidas no município de Espigão do Oeste, **Rondônia**. v. 6, n. 1, p. 4, 2024.
- LANDAU, E. C.; da SILVA, G. A.; MOURA, L.; HIRSCH, A.; GUIMARÃES, D. P.; Hirsch, A.; GUIMARÃES, D. P. Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais. 2020.
- LEITE, A. F.; SOUSA, C. M. D.; SILVA, J. I. A. D. O. Acesso e governança da água no semiárido brasileiro: um estudo em comunidades rurais do Estado da Paraíba. 2023.
- LIMA, J. S. **Feira agroecológica: um diálogo entre saberes**. EDUFBA, 2021.
- LIMA, M. L. O. Feira de ciências: interdisciplinaridade no ensino de biologia para o ensino médio. Dissertação (Mestrado em ensino de Ciências de Matemática) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- LIMA, D. B.; MORAES, D. A. R.; SILVA, J. S. Um olhar sobre as feiras de São Luís: uma visão a partir do contexto socioeconômico da Feira da Cidade Operária. **Anais.VII Congresso brasileiro de geógrafos**. v. 64, n. 5, p. 34-45, 2014.
- LISBOA, L. S.; DE SALES SILVA, J. C.; SANTOS, N. S.; DE ALMEIDA, R. S.; SANTOS, C. J.; DANTAS, F. A. L.; DE LIMA, C. M. D. Diagnóstico socioprodutivo dos produtores rurais de Senador Rui Palmeira, Alagoas, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 45959-45973, 2020.
- MACHADO, I. F.; DE OLIVEIRA, R. C.; Educação do campo como dimensão da luta pela terra: Countryside education as a dimension of the struggle for land. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021.
- MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo exploratório da produção de hortaliças. **Organizações Rurais e Agroindustriais/Rural and Agro-Industrial Organizations**, v. 6, n. 1, p. 67-80, 2004.
- MARIUZZO, P. Diferenciação do produto: estratégia da indústria têxtil para enfrentar a concorrência estrangeira. **Inovação Uniemp**, v. 3, n. 3, p. 6-9, 2007.
- MARTINS FILHO, J. B. Perfil socioeconômico e práticas agrícolas de agricultores familiares no município de Chapadinha (MA). **Natural Resources**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2019.
- MATOS, M. I. S. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. eManuscrito, 2019.
- MELLO, S. C.; CAMPAGNOL, R. Cultivo hidropônico. Curitiba: SENAR – PR., 2016. 86 p.
- MENDES, J. N.; DE MATTOS JUNIOR, J. S.; DE SOUSA, I. B. B. Estado E Agricultura Familiar: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís–MA–Brasil. **Ensaios de Geografia**, v. 10, n. 22, p. 105-125, 2023.

MOREIRA, F. G.; BINOTTO, E. A Diversificação de Culturas Agronômicas como Forma Sustentável na Agricultura Familiar: uma Análise para o Estado, MS. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 5, p. 10, 2014.

NASCIMENTO, A. S. M. do.; SANTOS, F. O. dos.; LIMA, N. da C.; SANTOS, D. M.; RAMOS, G. G.; FREITAS, A. de L.; LEITE, M. J. de H. Socioeconomic commercialization of cucurbits at the street markets in São Luís – MA. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e20010615687, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15687. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15687>. Acesso em: 5 aug. 2024.

OLIVEIRA, F. C.; PINTO, W. F. Tecnologia da Informação para a agropecuária: utilização de ferramentas da tecnologia da informação no apoio a tomada de decisões em pequenas propriedades. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 38-49, 2017.

OLIVEIRA, M. D.; DA SILVA, A. H. M. L.; MOSER, L. M. Desafios para soberania e segurança alimentar na agricultura familiar. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2022. DOI: 10.52719/bjas.v4i1.4118. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/4118>. Acesso em: 6 ago. 2024.

ORNELAS, A. J. A. **O papel da geografia física nos territórios inteligentes: o caso de estudo da Lousã como território inteligente e sustentável**. 2019.

PEREIRA, C. B. D.; Políticas públicas de inclusão: desafios e benefícios da implementação da política de cotas para deficientes nas universidades federais. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 21, 2020.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **Educação no meio rural: Diferenciais entre o rural eo urbano**. Texto para Discussão, 2021.

PIRES, I. V.; SILVA, A. E. Caracterização e capacidade antioxidante do jambu (*Spilanthes oleracea* L.) in natura procedente do cultivo convencional e de hidroponia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 74624-74636, 2020.

RIBEIRO, E. M.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F. M.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H.; FREITAS, C. D. S. As feiras livres do Jequitinhonha: feirantes, consumidores e comércio urbano no semi-árido mineiro. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 228, p. 11-26, 2007.

RIBEIRO, M. L.; OLIVEIRA, M. J. S. Avaliação da aprendizagem: contribuições da pesquisa-ação colaborativa. **Revista de Iniciação à Docência**, v. 5, n. 1, p. 84-99, 2020.

ROGERSON, P. A. **Métodos estatísticos** para geografia: um guia para o estudante. Ed. –Porto Alegre : Bookman Editora, v. 3, n. 36, p. 458-642, 2012.

ROSSI, T. R. A. Crise econômica, austeridade e seus efeitos sobre o financiamento e acesso a serviços públicos e privados de saúde bucal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4427-4436, 2019.

SANTOS, G. M. G. C. Barreiras percebidas para o consumo de frutas e de verduras ou legumes em adultos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2461-2470, 2019.

SANTOS, J. V. Perfil Dos Consumidores E Caracterização Química De Hortaliças Tipo Folhas Comercializadas Em Feiras Livres Na Cidade De São Luís–Ma. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p. e9255-e9255, 2020.

SANTOS, L. M. L.; CHACON, S. S.; DA CUNHA, E. V. Esquadrinhando conceitos essenciais: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar. **Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade**, p. 11, 2021.

SANTOS, S. A. Desenvolvimento de uma ferramenta computacional para aplicação num estudo de qualidade da energia elétrica associada a geração solar fotovoltaica. **Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos-SBSE**, v. 1, n. 1, 2020.

SANTOS, T. S. **Diagnóstico da comercialização dos produtos da agricultura familiar em feiras livres**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural da Amazônia.

SEMA, **Cadastro Ambiental Rural**. Secretaria de Estado Do Meio Ambiente e Recursos Naturais, São Luís, 28 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

SERRA, S. J. Expansão Urbana E Impactos Ambientais Na Zona Costeira Norte Do Município De São Luís (Ma). **Ra'e Ga**, v. 46, n. 1, 2019.

SÍCOLI, C. E.; BATISTA B. I. M. O.; DALTON LIMA, A.; MARANHÃO FROUFE, L. C. Restauração ecológica em sistemas agroflorestais sucessionais do Vale do Ribeira, São Paulo. **Brazilian Journal of Forest Research/Pes-**

quisa Florestal Brasileira, v. 43, n. 23, p. 45, 2023.

SILVA, A. C.; DIAS, R. B. G. **Desafios da agricultura familiar na produção e comercialização de hortaliças: gestão da qualidade na produção. – SP**, Trabalho de conclusão de curso. (Curso superior de tecnologia em Gestão Comercial). Faculdade de Tecnologia de Assis, Prof. Dr. José Luiz Guimarães. Assis, 2023.

SILVA, A. V.; FIRME, V. de A. C. Uma análise empírica sobre os determinantes da quantidade de produtores de alimentos orgânicos nos municípios brasileiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 32, p. 267067, 2023.

SILVA, J. I. A. O.; LEITE, A. F.; DE SOUSA, C. M. Apropriação Social Da Água Nas Comunidades Rurais Do Semiárido: Os Desafios Da Governança. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, 2023.

SILVA, P.; PINHEIRO, A. S. Caracterização das unidades de produção familiares-um estudo junto aos produtores rurais associados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Campos Lindos/TO. **Revista São Luís Orione**, v. 6, n. 1, 2019.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. T. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. 2020.

SILVA, R. N.; COSTA, B. A. L.; PRIORE, S. E. Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária: espaço de socialização e aprendizado. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 2, p. 223-224, 2019.

SILVA, S. Melhoramento genético participativo de alface resistente ao LMV para a agricultura orgânica. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2021.

SILVA, S. U. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2671-2681, 2018.

SILVA, V. P. M.; CAPANEMA, L. X L. Políticas públicas na gestão de resíduos sólidos: experiências comparadas e desafios para o Brasil. 2019.

SIMÃO, L. Políticas públicas e dinâmica dos mercados institucionais: o caso da COOPAFI-FB e dos agricultores familiares agroecológicos. v. 23, n. 44, p. 342, 2023.

SOUSA, D. N. Os mercados institucionais e suas possibilidades para combate à pobreza rural e inclusão produtiva. **Colóquio-revista do desenvolvimento regional**, v. 18, n. 2, abr./jun., p. 125-141, 2021.

SOUZA NASCIMENTO, Paloma. Impactos socioambientais em áreas de expansão urbana de barreiras (ba): análises consolidadas. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 3978-3993, 2019.

SOUZA, A. L.; FERRARA, F. A. A. Implantação de sistema de mudas pré-brotadas de cana e assistência técnica a produtores rurais de Bom Jesus do Itabapoana. **Mostra do Conhecimento-Campus Bom Jesus do Itabapoana**, v. 7, n. 3, 2019.

SOUZA, F. R.; SILVA, A. M.; FALCÃO, R. P. A pluriatividade como fator de geração de renda para a agricultura familiar de córrego primavera, Rio Bananal, Espírito Santo, Brasil. **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 52-72, 2018.

SOUZA, M. I. A. de. **Assistência Técnica E Extensão Rural Em Propriedades Rurais Do Município De Anápolis-Goiás**. v. 3, n. 25, p. 32, 2023.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 10. ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, v. 8, n. 9, p. 5-6, 2015.

SOUZA, M. R.; DOS SANTOS, A. E. O.; DOS SANTOS CARVALHO, R. V.; SANTANA, A.; VILAR, F. C. R.; SILVA, L. D. O. S.; DA SILVA, M. R. Capacitação de pequenos produtores para o beneficiamento e processamento de hortaliças. **Jornada de Iniciação Científica e Extensão**, v. 17, n. 1, p. 2, 2023.

SOUZA, P. M. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 594-617, 2019.

SOUZA, R. A. M. **Mudanças no consumo e na distribuição de alimentos: o caso da distribuição de hortaliças de folhas na cidade de São Paulo**. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP –SP, v. 36, n. 21, p. 133, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. Capital, Trabalho, Território e Sustentabilidade: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-15, 02 jun 2024.

TONEZER, C.; CORONA, H. P. M.; CERATTI, E. R. R. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução

social da agricultura familiar. **Redes**, v. 27, n. 1, 2022.

TRIVELLATO, P. T. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 865-874, 2019.

VASCONCELOS FILHO, B. G. A feira livre de Delmiro Gouveia, Alagoas, e seus feirantes. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Curso de Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2019.

VIANA, J. D.; LOURENÇO, M. D. N.; GOMES, A. M. N.; GOMES, T.; FILHO OLIVEIRA, A. S. B. Perfil dos consumidores e caracterização química de hortaliças folhosas comercializadas em feiras livres na cidade de São Luís-MA. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p. 9255, 2020.

VIANA, J. S.; GOMES, A. M. N.; LOURENÇO, M. S. N.; CHAGAS FILHO, E. Quantitative determination of macronutrients (NPK) in leafy vegetables in marketed in free trade fairs. **Horticultura Argentina**, v. 39, n. 96, p. 30-44, 2019.

WORLD H. O.; UNITED N. C. F. Levels and trends in child malnutrition: key findings of the 2020 edition. UNICEF/WHO/World Bank Group joint child malnutrition estimates. **World Health Organization**, v. 67, n. 4, p. 125-133, 2020.

2

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CONSUMIDORES DE HORTALIÇAS EM DIFERENTES FEIRAS LIVRES DE SÃO LUÍS-MA

*SOCIOECONOMIC PROFILE OF VEGETABLE CONSUMERS IN DIFFERENT
OPEN FAIRS IN SÃO LUÍS-MA*

Lucas Henrique Mendonça Alves

Lorena Bandeira De Assis Ribeiro

Matheus Henrique Da Conceição Almeida

Danilo Collins Vidal

Davi Botelho Cutrim

Thiago Oliveira Santiago

Robson Almeida Da Silva

Eduardo Mendonça Pinheiro

 **10.29327/5430353.1-2**



Resumo

Os consumidores buscam a cada dia uma alimentação balanceada com isenção de hortaliças em seus pratos, por isso há elevada procura. As hortaliças são encontradas em vários segmentos do comércio (feiras, sacolões e supermercados). Não há muitos estudos a respeito dos tipos de consumidores que visitam as feiras de São Luís-MA. Diante disso o objetivo deste trabalho foi investigar o perfil socioeconômico de consumidores de hortaliças em diferentes bairros do município de São Luís-MA. Foi aplicado um questionário obtendo no total 33 respostas dos entrevistados. Foi demonstrado na pesquisa que a maioria dos frequentadores das feiras são homens entre 45 e 64 anos, com renda predominante de até dois salários mínimos. A frequência de visita às feiras é semanal, destacando o tomate como a hortaliça mais consumida. Há interesse por hortaliças não convencionais e uma demanda crescente por produtos orgânicos, apesar de muitos consumidores não saberem diferenciá-los. O estudo enfatiza o papel das feiras na promoção de hábitos alimentares saudáveis e sugere oportunidades para expandir a oferta de produtos sustentáveis e educar os consumidores sobre suas escolhas alimentares, por fim as feiras têm um papel muito importante para a sociedade de modo geral e continuará, pois, promove um sistema alimentar justo e diverso em todas as categorias de consumidores, diversificando de acordo com as suas necessidades.

Palavras-chave: Feiras-livres, Agricultura familiar, Alimentos Saudáveis.

Abstract

Consumers look for a balanced diet every day that is free of vegetables in their dishes, which is why there is high demand. Vegetables are found in various segments of commerce (Fairs, grocery stores and supermarkets). There are not many studies regarding the types of consumers who visit markets in São Luís-MA. Therefore, the objective of this work was to investigate the socioeconomic profile of vegetable consumers in different neighborhoods in the city of São Luís-MA. A questionnaire was administered, obtaining a total of 33 responses from interviewees. The research demonstrated that the majority of fairgoers are men between 45 and 64 years old, with a predominant income of up to two minimum wages. The frequency of visits to markets is weekly, highlighting tomatoes as the most consumed vegetable. There is interest in unconventional vegetables and a growing demand for organic products, although many consumers do not know how to differentiate them. The study emphasizes the role of fairs in promoting healthy eating habits and suggests opportunities to expand the supply of sustainable products and educate consumers about their food choices. Finally, fairs play a very important role for society in general and will continue to promote a fair and diverse food system for all categories of consumers, diversifying according to their needs.

Keywords: Open-air markets, Family farming, Healthy Foods.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Néspoli *et al.* (2015), o cultivo de hortaliças desempenha um papel crucial na agricultura familiar no Brasil, influenciando positivamente a economia social ao proporcionar tanto rendimento quanto postos de trabalho, diretos e indiretos. A estimativa indica que para cada hectare de cultivo de hortaliças, são criados entre três e seis empregos, abrangendo tanto investimentos diretos quanto indiretos. Segundo Viana *et al.* (2020), na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, o consumo de hortaliças está intimamente ligado à gastronomia local. As seis hortaliças mais consumidas nas feiras livres da ilha de São Luís são: alface, cebolinha, coentro, repolho, vinagreira e João Gomes. Dentre essas, a vinagreira e a hortaliça João Gomes são consideradas hortaliças não convencionais.

A procura alta por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos tem levado um número cada vez maior de consumidores às feiras agroecológicas, popularizando o pensamento agroecológico entre a população (Silva, 2010).

As feiras livres se sobressaem como um dos principais canais de distribuição de alimentos orgânicos. Nesse ambiente, os consumidores demonstram maior preocupação com seus hábitos alimentares e com as questões ambientais, dedicando mais atenção à seleção dos produtos (Brochado *et al.*, 2015). Segundo Machado *et al.* (2005) a feira-livre facilita a interação direta entre o produtor e o consumidor final. Essa proximidade permite identificar mais facilmente as necessidades e preferências dos consumidores, melhorando tanto a produção quanto a comercialização. O mercado de hortaliças é altamente dinâmico e influenciado pelas preferências dos consumidores, podendo até redirecionar a produção. Portanto, compreender o perfil dos consumidores é essencial para que os produtores ajustem sua oferta às demandas específicas do público (Vilella *et al.*, 2000).

Ao entender os perfis e preferências dos consumidores de produtos orgânicos, podem explorar possibilidades para o desenvolvimento de políticas públicas. Essas políticas visam tornar os alimentos orgânicos mais alcançáveis à população como um todo, desafiando a dominância do sistema alimentar (Castaño *et al.*, 2019).

Contudo, o objetivo deste presente trabalho teve como propósito, investigar o perfil socioeconômico de consumidores de hortaliças em diferentes bairros do município de São Luís-MA.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A importância das Hortaliças

As hortaliças são indispensáveis para uma alimentação saudável e à prevenção de doenças, pois seus elementos são essenciais para a manutenção da saúde e do peso corporal. Há mais de 20 anos a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Ministério da Saúde recomendam o consumo mínimo de 400 gramas de frutas e hortaliças por dia, representado por cinco porções diárias. No entanto, verifica-se no Brasil que menos de 10% da população atinge essa recomendação (Kist *et al.*, 2023).

O mercado brasileiro de hortaliças por sua vez é altamente diversificado e segmentado, com o volume de produção concentrado em seis espécies – batata, tomate, melancia, alface, cebola e cenoura, sendo a agricultura familiar responsável por mais da metade da

produção nacional. O Brasil movimentou mais de 5 milhões de toneladas de hortaliças nas 62 principais centrais de abastecimento do país, sendo a quantidade de hortaliças comercializada em 2023 estimada em 4.802.393.495 kg, representando a olericultura 20% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), faturando R\$ 269 bilhões por ano (Conab, 2024; Estadão, 2024.)

As hortaliças são culturas atrativas do âmbito financeiro ao produtor e para a saúde do consumidor, desse modo, sua produção cresce exponencialmente a cada ano, tendo destaque dentro da produção mundial e brasileira. A partir dos anos 2000, diversas hortaliças aumentaram sua área plantada e sua produtividade globalmente, especificamente no Brasil, segundo a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM), hortaliças propagadas por sementes geraram um montante de R\$ 10,6 bilhões, cultivadas em uma área de 533.212 hectares e produzindo 17,34 milhões de toneladas (Filho *et al.*, 2017).

Segundo Pereira *et al.* (2016), as hortaliças e olerícolas englobam a produção de culturas folhosas (alface e couve) raízes (cenoura e batata-baroa), bulbos (cebola e alho), tubérculos (batata) e frutos (tomate, berinjela, quiabo) e 60% (sessenta por cento) da sua produção é, geralmente, realizada em propriedades com menos de 10 (dez) hectares.

2.2 Feiras livres regionais

Estudos demonstram que em diferentes regiões do país, as “feiras livres” são importantes canais de comercialização para pequenos produtores e comerciantes locais. As feiras, presentes no Brasil desde a época colonial, continuam a existir apesar dos desafios dos “tempos modernos” e dos inconvenientes que causam nas grandes cidades. Em muitas menos desenvolvidas do país, essas feiras são a principal e muitas das vezes o único ponto de compra e venda de mercadorias da população (Souza *et al.*, 2020).

Nas feiras livres há uma maior diversificação de pessoas, com idades diferentes, renda e emprego, níveis de instrução escolar, porém todos visitam a feira com a mesma finalidade que é suprir suas necessidades diárias. Com isso, são consideradas como um meio de suprimento de alimentos das cidades, de forma principal nas do interior, promovendo o desenvolvimento econômico e social e consequentemente aumentando a economia dessas cidades pequenas (Santos *et al.*, 2020).

Vasconcelos *et al.* (2023) confirmam o potencial da feira nesse sentido, contudo, é importante colocar que os agentes de transformação envolvidos no processo de produção e de comercialização devem contribuir para que o consumo consciente e crítico seja efetivamente uma alavanca e que haja geração de trabalho e renda compatíveis com o desenvolvimento local.

A criação de espaços destinados à comercialização de produtos de forma direta da unidade agrícola para o consumidor tem oportunizado novos canais de comercialização para os participantes dessas iniciativas, além de aumentar a confiança dos consumidores. Além disso, os circuitos curtos agregam ainda mais as relações entre produtor e consumidor para manter um sistema agroalimentar balanceado através de vendas diretas e indiretas (Darolt *et al.*, 2013).

Na perspectiva dos sistemas alimentares e circuitos de comercialização, o consumo responsável surge na tentativa de aproximar quem consome de quem produz (Gonçalves *et al.*, 2018). As cadeias curtas de abastecimento de alimentos referem-se a qualquer forma de venda direta dos produtores aos consumidores, como é o caso das feiras livres, que possibilitam uma relação de confiança com os agricultores, estabelecendo uma interde-

pendência saudável entre os ambientes rural e urbano (Schneider *et al.*, 2017).

Para que o sucesso venha a ser garantido muitos mercados grandes apostam em realizar pesquisas e conhecer o perfil do consumidor, com isso, é possível planejar variedades de produtos e serviços atendendo as necessidades, fidelizando e tornando-os clientes (Santos *et al.*, 2020). As informações referentes ao perfil dos consumidores são de grande importância, visto que ajudamos o mercado na definição de políticas públicas governamentais, de modo a promover desenvolvimento do setor de orgânicos. Geralmente o comportamento desses consumidores é influenciado por aspectos culturais, sociais, pessoais e psicológicos e pelos estímulos de marketing (Cardoso *et al.*, 2018).

2.3 Dificuldades na inclusão de hortaliças na alimentação diária

Atualmente as pessoas consomem muitos alimentos ultraprocessados do que in natura, que devem ser deixados de lado, caso as pessoas almejem alcançar níveis de saúde desejados, pois esses alimentos possuem altos valores calóricos em sua composição. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) aponta que os alimentos ultraprocessados geralmente contêm altos níveis de sódio. Isso se deve à adição significativa de sal em sua constituição que é utilizada para aumentar a sua durabilidade dos produtos e intensificar o seu sabor ou mascarar sabores indesejáveis provenientes da adição de aditivos ou substâncias geradas pelas técnicas de ultraprocessagem.

É notório que as pessoas estão buscando cada vez mais melhorar sua qualidade de vida e bem-estar que se relacionam diretamente com a aplicação da atividade física, ingestão de alimentos saudáveis nutricionalmente e dietas balanceadas. Portanto segundo Martino *et al.* (2023) a rotina alimentar desequilibrada das pessoas leva a consumirem alimentos rápidos ou também os chamados fast-foods, comidas com altos valores calóricos e ricos em açúcares e gorduras.

Segundo Popkin *et al.* (2006) a sociedade passou por vários estágios alimentares no decorrer da sua história e em uma delas houve maior consumo de alimentos processados que contribuiu para o aparecimento de diversos problemas de saúde na humanidade dentre elas podem ser citadas: Obesidade, doenças cardíacas crônicas e doenças degenerativas, além de contribuir para o aumento da taxa de mortalidade entre os idosos.

Outro fator crucial para a adoção de hortaliças na alimentação diária, é na questão onde essas hortaliças são disponibilizadas, seja em feiras, supermercados e sacolões. O consumo alimentar de Hortifrutis não é uma questão opcional das pessoas, mas é movido por questões econômicas, sociais e culturais que tangenciam de uma vida mais saudável, entretanto residir em áreas com acesso a feiras e mercados que vendem frutas e hortaliças de qualidade facilita a adesão hábitos alimentares mais saudáveis (Brasil, 2014).

2. METODOLOGIA

O projeto foi feito e desenvolvido nas feiras livres nos bairros da Cidade Operária e Cohab, ambos localizados no município de São Luís-MA. Os bairros possuem feiras todos os dias em que há grande quantidade de consumidores de hortaliças.



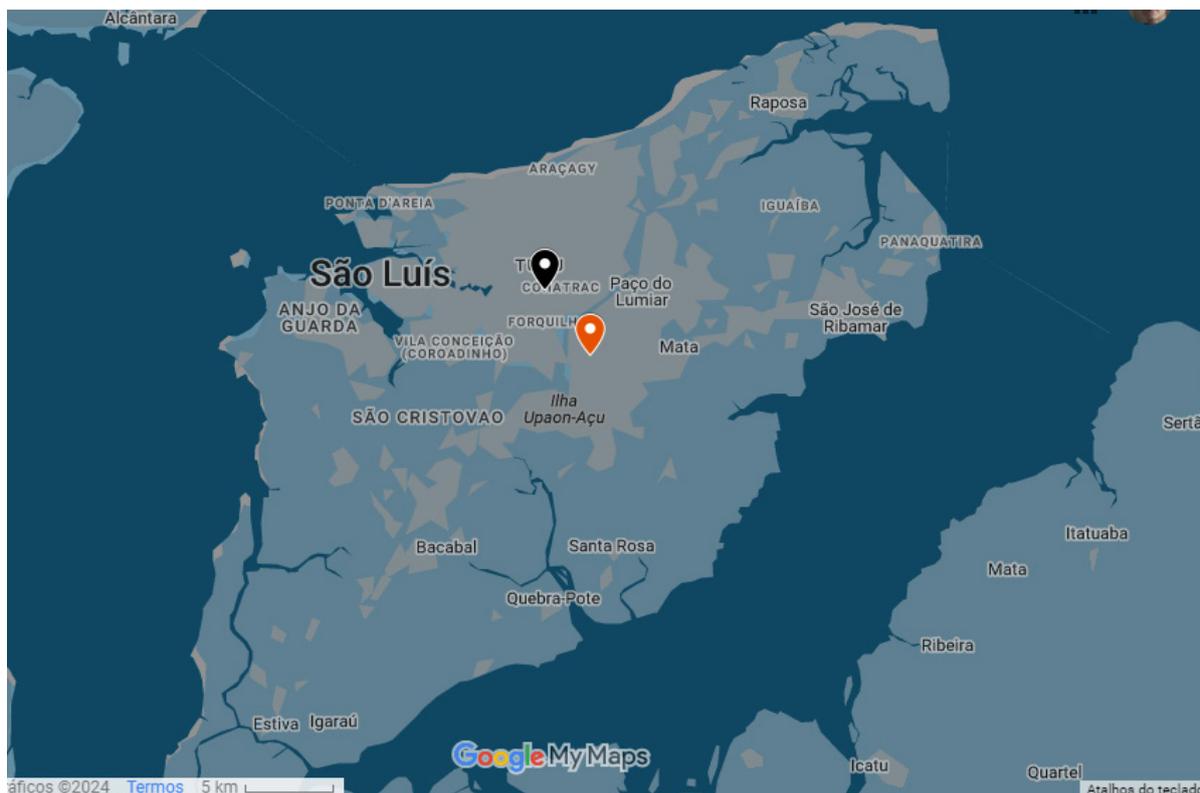


Figura 1. Referências das feiras visitadas

Fonte: Google My Maps (2024)

A pesquisa foi elaborada na forma de questionário com perguntas diretas, a fim de coletar maior número de informações a respeito do entrevistado para ter acesso a maior número de dados para compor o trabalho com enfoque somente no público que comprará hortaliças em cada bairro de estudo. O entrevistado será escolhido de forma casual, então o questionário irá ser feito da seguinte estrutura: 1) Qual é a sua idade; 2) Qual seu sexo?; 3) Você está aposentado(a) ou não?; 4) Recebe algum tipo de benefício do governo; 5) Qual é sua renda mensal?; 6) Com que frequência você vai à feira semanalmente?; 7) Quais as hortaliças são as de maior consumo para você?; 8) Você adquire hortaliças exclusivamente em feiras?; 9) Existem hortaliças que você encontra na feira e gostaria de encontrar?; 10) Estaria disposto(a) a adquirir ou consumir hortaliças diferentes dos habituais?; 11) Qual tipo de hortaliça você não consumiria; 12) Quanto da renda é destinada mensalmente com o consumo de hortaliças?; 13) Você tem preferência por ir à feira ou ao supermercado para adquirir hortaliças?; 14) Possui conhecimento para diferenciar um produto orgânico de um não orgânico?.

Andres *et al.* (2020) explicam que o software Google Forms tem a função de formar fichas para entrevistas por meio de planilhas que podem ser feitas manualmente pelo próprio usuário ou usufruir de modelos já estabelecidos. Contudo através do aplicativo foi feito um questionário para coleta dos dados e usados para caracterizar cada perfil do consumidor entrevistado, assim somando um total de 33 respostas ambas coletadas nos períodos de: 22, 25 e 29 de junho e a última no dia 6 de julho de 2024 nas feiras da Cidade Operária e da Cohab.

Após a coleta dos dados, será feita a tabulação dos dados e serão analisados descritivamente através de tabelas, gráficos e entre outros meios a fim de correlacionar as variáveis coletadas pelos consumidores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado no trabalho teve como resultado (Gráfico 1) uma amostra composta das ambas as feiras estudadas que foram Cidade Operária e Cohab onde mostrou-se que houve maior participação do público masculino (54,5%) em relação ao público feminino (45,5%).

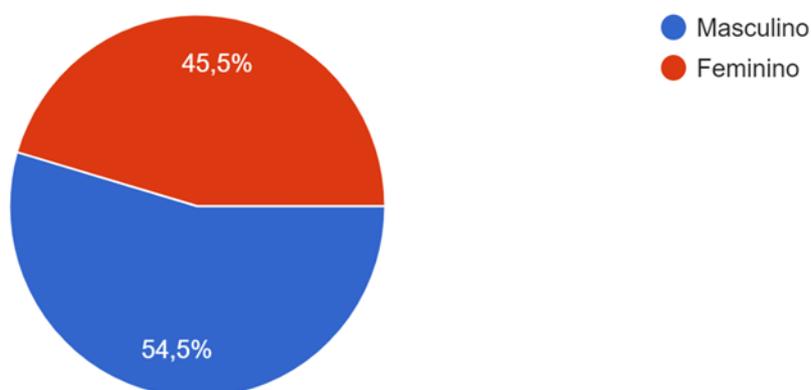


Gráfico 1. Sexo dos consumidores

Fonte: Google Forms (2024)

Em relação ao fator idade (Gráfico 2) houve prevalência das faixas etárias entre 55-64 anos representando 27,3% e 45-54 anos representando também 27,3% e logo abaixo tiveram 35-44 anos representando 15,2%, 25-34 anos representando 15,2%, jovens de 19-24 anos representando 9,1% e por último a faixa etária de 65 anos para mais, representando 0% pois o número de entrevistados nessa idade foi 0 (zero).

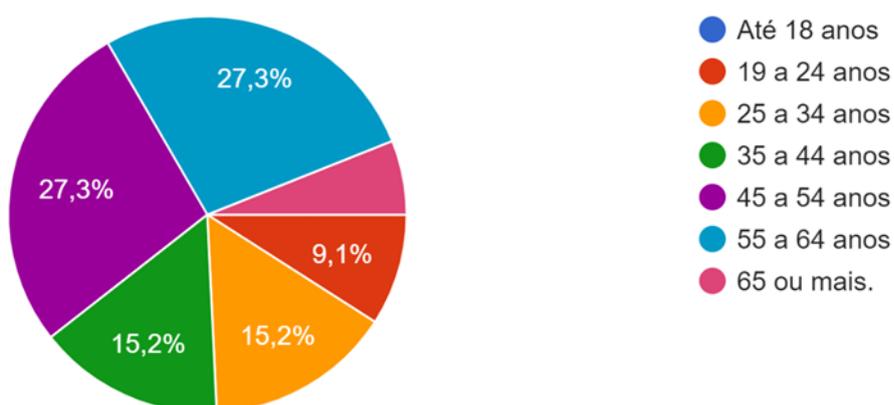


Gráfico 2. Idade dos entrevistados

Fonte: Google Forms (2024)

De acordo com Sampaio *et al.* (2012) nas feiras livres de Tupã-SP a maioria dos entrevistados cerca de 63% tinham mais de 55 anos de idade e na sua pesquisa é justificada que essa faixa etária está respondida pelo fato de estarem responsáveis pela compra de frutas, verduras e legumes da faixa etária mais nova, ou seja, seus filhos.

Em relação aos aposentados (Gráfico 3), o estudo mostrou no período de coletas que

foi registrado poucas pessoas aposentadas, representando cerca de 33,3% e não aposentados cerca de 66,7%,

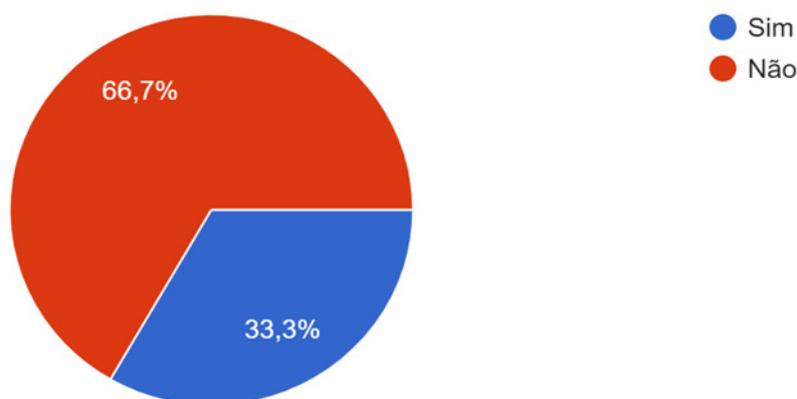


Gráfico 3. Entrevistados aposentados

Fonte: Google Forms (2024)

Foi apresentado (Gráfico 4) que 81,8% dos entrevistados não recebem nenhum tipo de benefício do governo e 18,2% recebem auxílio do bolsa família.

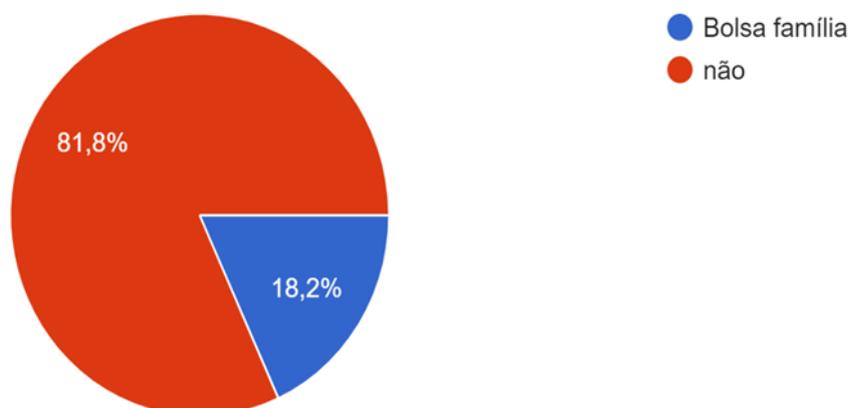


Gráfico 4. Entrevistados que recebem algum benefício do governo

Fonte: Google Forms (2024)

Para traçar o tipo de perfil de consumidor (Gráfico 5) que visita as feiras onde foram aplicadas o questionário, foi feito o levantamento da renda em que compreendeu de gastos com compras de hortícolas, uma média aproximada de 380 reais de acordo com as respostas dos entrevistados sendo que 30,3% não souberam responder.



Gráfico 5. Renda destinada mensalmente com o consumo de hortaliças

Fonte: Google Forms (2024)

Sobre a renda do próprio consumidor (Gráfico 6) 66,7% do público entrevistado obteve até 2 salários mínimos, 21,2% representando de 3 a 5 salários mínimos e teve a análise descritiva das respostas dos consumidores onde 1% respondeu até 1 salário mínimo.

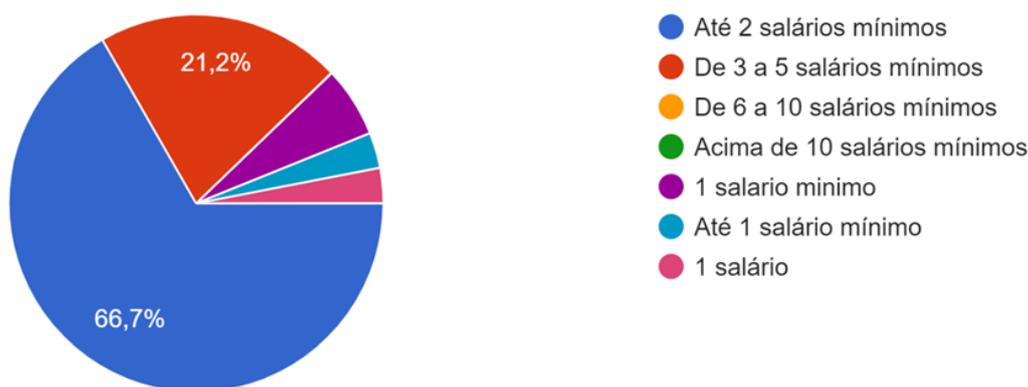


Gráfico 6. Renda mensal dos consumidores entrevistados

Fonte: Google Forms (2024)

Conforme o IBGE (2023) o salário médio mensal dos trabalhadores formais em São Luís-MA é na faixa de até 2,8 salários mínimos para o ano de 2023, representando maior que o teto salarial estipulado.

Contudo foi feita a pergunta (Gráfico 7) “Com que frequência você vai à feira semanalmente?” e a maioria dos entrevistados que vão à feira responderam com maior frequência “uma vez por semana” ou “semanalmente”.

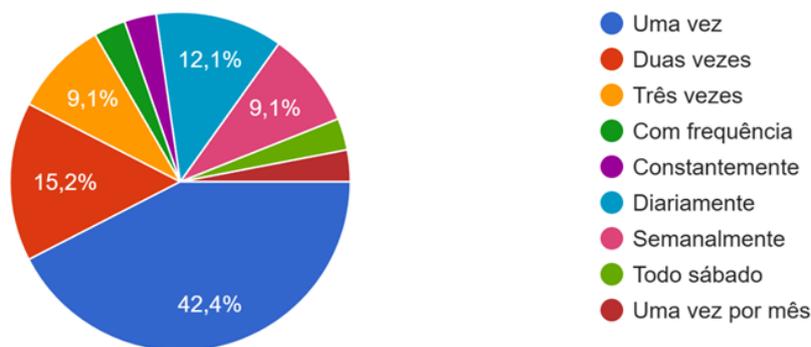


Gráfico 7. Frequência de ida dos consumidores às feiras

Fonte: Google Forms (2024)

Esta afirmação é similar aos estudos de Moreira *et al.* (2012) feito na feira livre de Bom Jesus-PI, onde foi afirmado que a maioria dos consumidores (79% das pessoas entrevistadas) tem preferência de ir à feira pelo menos uma vez por semana.

No gráfico 8 é mostrado a porcentagem das hortaliças que são mais consumidas pelos frequentadores das feiras estudadas, o tomate obteve maior representatividade, hortaliça que faz parte da alimentação de boa parte dos ludovicenses.

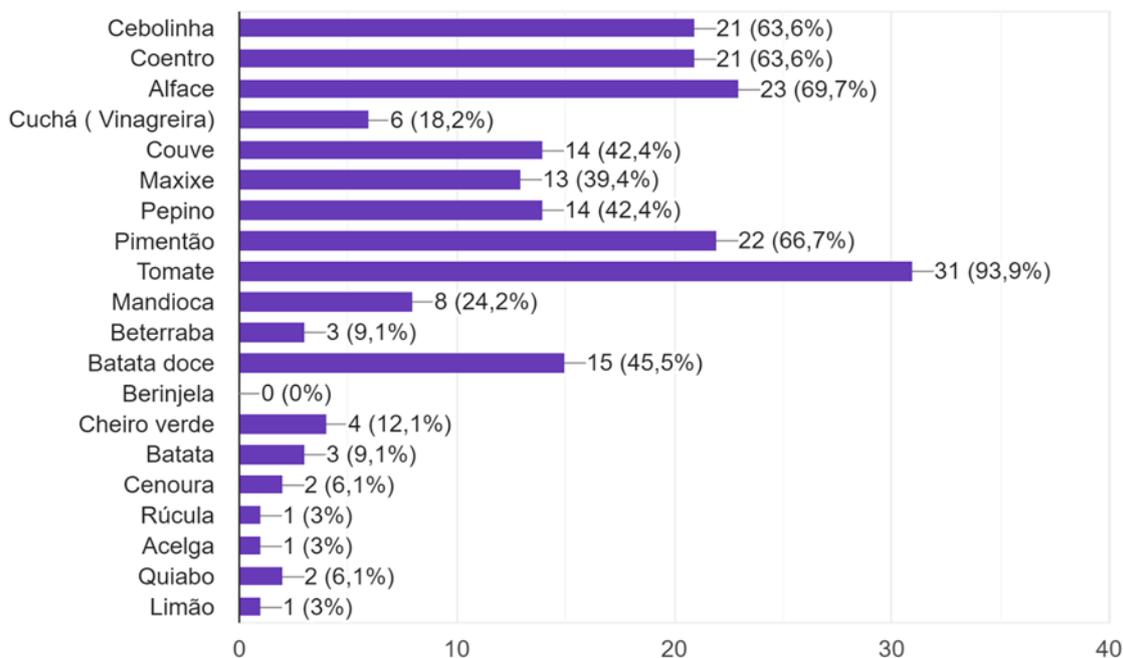


Gráfico 8. Gráfico de maior consumo de hortaliças dos entrevistados

Fonte: Google Forms (2024)

Em outras consultas foi semelhante, em Francilino *et al.* (2014) afirmam que o tomate é a hortaliça mais consumida nas feiras da cidade de Iguatu-CE com 24,7% de representatividade em relação às outras hortaliças.

No gráfico 9 teve a oportunidade de revelar que dentre as hortaliças ditas pelos consumidores, as que eles menos gostariam de consumir são: Jiló (20%), beterraba (14,3%), brócolis (8,6%) e as demais hortícolas teve entre 2,9-5,7% das respostas, muitos dos entrevistados (28,6%) não responderam ou não souberam responder.



Gráfico 9. Hortaliças que os entrevistados não gostariam de consumir

Fonte: Google Forms (2024)

Na entrevista também teve a oportunidade de revelar (Gráfico 10) que alguns dos consumidores não encontram hortaliças não convencionais, mas gostariam de encontrar, entretanto de acordo com as respostas foram: couve, gengibre, cariru, brócolis e espinafre ambos com 2,9% do total dos entrevistados, porém mais da metade (85,3%) não souberam responder.

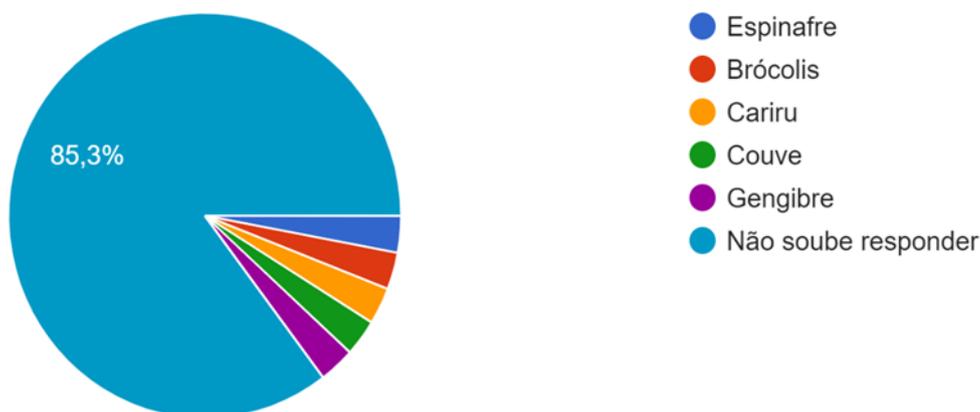


Gráfico 10. Hortaliças que não são muito encontradas pelos consumidores

Fonte: Google Forms (2024)

No Gráfico 11 foi feita a pergunta “Estaria disposto(a) de adquirir ou consumir hortaliças diferentes dos habituais?” e foi lembrado pelos entrevistados: gengibre, nabo, rabanete e brócolis, ambos representando 3%, enquanto 87,9% não souberam responder.

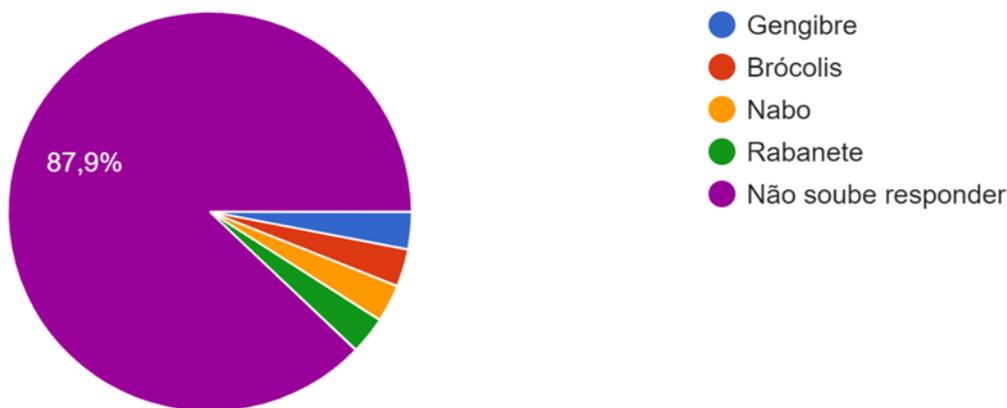


Gráfico 11. Hortaliças diferentes dos habituais que os consumidores gostariam de adquirir ou consumir

Fonte: Google Forms (2024)

Em um estudo feito em Cárceres - MT realizado por Isobe *et al.* (2008) onde foi realizado um questionário sobre saúde familiar, 98% das famílias afirmam que consomem PANCS (Plantas alimentícias não convencionais) e sabem seus benefícios para sua saúde de maneira geral e muitos produtores da região comercializam, a exemplo, o coentrão que faz parte da renda de muitos deles e consumidos por 40% das famílias. As PANCS nas feiras da região de São Luís deveriam ser integradas pelos feirantes, pois além de servir como renda, contribuiria para a diversificação de compra do consumidor.

As pessoas foram indagadas se elas têm preferências por adquirirem hortaliças em feiras ou supermercados (Gráfico 12) e boa parte delas 81,8% responderam que preferem adquirir hortaliças em feiras, enquanto 18,2% preferem fazer compras de hortaliças em su-

permercados.

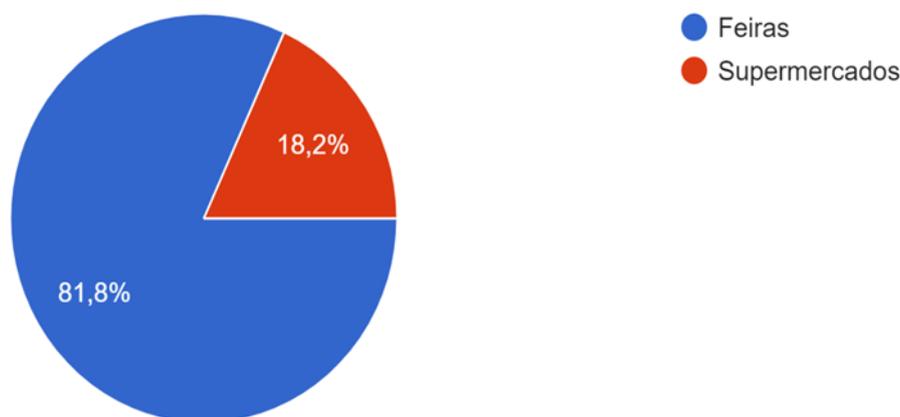


Gráfico 12. Preferências por ir às feiras ou supermercados

Fonte: Google Forms (2024)

Em estudo realizado por Santos *et al.*, (2020a) realizaram uma pesquisa para saber o perfil de consumidores em feiras e supermercados da região central de Aracaju-SE e com os resultados foi visto que a frequência dos consumidores foi maior em feiras, 63% dos entrevistados vão semanalmente enquanto 58% diz que frequentam ao supermercado apenas uma vez ao mês. Nesse estudo demonstra os efeitos das feiras em relação aos supermercados onde nas feiras pode ser interessante a diversificação de produtos frescos e naturais e em outras razões pode se levar em conta os preços dos produtos também. Conforme Amor *et al.* (2012) tratam as feiras por ter variados produtos diversos e preços baixos, permite a classes baixas o poder de compra de alimentos.

Na última pergunta foi feita (Gráfico 13) “você sabe diferenciar um produto orgânico de um não orgânico?” Mais da metade 69,7% responderam que não sabem reconhecer um produto que passou por tratamento químicos antes de estarem livres para a comercialização e é percebido que o público de alimentos não orgânicos é maior e não há restrições por escolhas de alimentos naturais livres de agroquímicos.

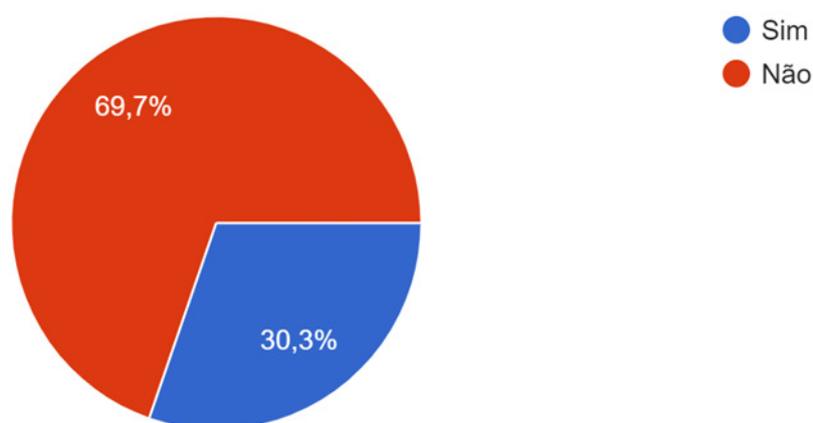


Gráfico 13. Quantidade que souberam diferenciar produtos orgânicos

Fonte: Google Forms (2024)

Em feiras agroecológicas, como na feira de um mercado municipal em Goiânia que faz parte da pesquisa de De Moraes *et al.* (2012) foi observado que 94% dos consumidores vão em busca de alimentos orgânicos pois estão preocupados com a sua saúde e da saúde

de seus familiares e querem levar uma vida mais saudável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a relevância das feiras livres como espaços vitais para a comercialização de hortaliças, destacando-se a preferência dos consumidores por esses ambientes em detrimento dos supermercados. A pesquisa mostrou que uma parcela significativa dos entrevistados prefere adquirir hortaliças em feiras devido à maior oferta de produtos frescos e naturais, bem como aos preços mais acessíveis. Por fim, para que as feiras livres continuem sendo um meio eficaz de abastecimento alimentar, é essencial que haja uma colaboração contínua entre produtores, consumidores e autoridades governamentais. A implementação de políticas que incentivem a produção sustentável e a comercialização direta pode fortalecer ainda mais esses mercados, promovendo um sistema alimentar mais justo e equilibrado.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ CASTAÑO, L. S.; CADAVID CASTRO, M. A.; QUINTERO-VERGARA, S. D.; MARTÍNEZ-BEDOYA, X.; RÍOS PANIAGUA, L. M. Los consumidores de alimentos orgánicos ¿es posible construir política pública? **Nutrición Hospitalaria**, v. 36, n. 3, p. 640- 646, 2019.
- AMOR, Ana Lúcia Moreno et al. Perfil de manipuladores e consumidores de hortaliças provenientes de feiras livres e supermercados. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 792-792, 2012.
- Brasil. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. (2. ed., 156 p.). Brasília: Ministério da saúde. 2014^a.
- CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P. Evolução da produção e da comercialização das principais hortaliças no mundo e no Brasil, 1970 a 2015. **Informações Econômicas**, v.47, n.3, jul./set. 2017.
- CARDOSO, M.C.; SOUSA, S. R.; LIRA, A. G. S. et al. Consumidor de alimento orgânicos: um estudo na feira de agricultura familiar na universidade federal do oeste do Pará em Santarém –PA. **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, v.13, n.1, jul. 2018.
- CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. C. M.; SAMPAIO, F. F. Perfil do consumidor e os hábitos de consumo de frutas, legumes e verduras (flv) nas feiras livres de Tupã-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXII., **Anais [...]** Bento Gonçalves, 2012.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. PROHOT. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortihrajeiros-prohot>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- DA COSTA ANDRES, Fabiane et al. **A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica**: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e284997174-e284997174, 2020.
- DA SILVA SOUZA, Bianca et al. Feira livre de Rio Largo/AL, Brasil: origem, tradição e rupturas. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 2, p. 1007-1028, 2020.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-19-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- DE MORAIS, Fernando Ferrari et al. Perfil dos consumidores de produtos orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia, GO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 4, p. 49, 2012.
- ESTADÃO. Olericultura: Brasil produz 5 milhões de toneladas de hortaliças. 2023. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/olericultura-brasilproduz-5-milhoes-de-toneladas-de-hortaliças/>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- FRANCILINO, Anna Hozana et al. Perfil dos consumos de hortaliças no município de Iguatu-CE. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 1, p. 17, 2014.

GONÇALVES, Juliana; MASCARENHAS, Thais. Grupo de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. In: PEREZ-CASSARINO, J; TRICHES, R. M; BACCARIN, J. G; TEO, C. R. P. A. (Org.).

IBGE. **Trabalho e rendimento:** Salário médio dos trabalhadores formais São Luís-MA. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 14 Jul. 2023.

ISOBE, Mônica Tiho Chisaki et al. **As hortaliças não-convencionais no projeto horta doméstica: o conhecimento e o consumo.** Resumo Expandido. Cárceres: Universidade do Estado do Mato Grosso. Universidade do Estado do Mato Grosso, 2008.

KIST, B. B.; BELING, R. R. **Anuário brasileiro de horti&fruti 2023.** Editora Gazeta: Santa Cruz, 2023. 108 p.

MACHADO, M.D.; SILVA, A.L. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar. In: SOUZA FILHO HM; BATALHA MO. **Gestão Integrada da agricultura familiar.** São Carlos: Edufscar, p.95-129, 2005.

MARTINHO, Taynara Freire da Silva Gonçalves et al. Importância alimentar e nutracêutica das hortaliças: Uma revisão. **Caderno de Anais Home,** 2023.

MOREIRA, G. R.; CRUZ, P. P.; FERREIRA, F. S.; RODRIGUES, M. G. Perfil dos compradores de hortaliças na feira livre de Bom Jesus – PI. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer,** Goiânia, v. 8, n. 15, p. 25-27, 2012.

NESPOLI, A.; COCHEV, J.S.; SEABRA JÚNIOR, S.; NEVES, S.M.A.S. Produção de hortaliças pela agricultura familiar de Alta Floresta, Amazônia Matogrossense. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária,** v.10, n.21, p.159-191, 2015.

OLIVEIRA-BROCHADO, F.; OLIVEIRA-BROCHADO, A.; CALDEIRA, T. Os determinantes psicológicos do consumidor verde. **Tourism & Management Studies,** v. 11, n. 2, p. 104-111, 2015. DOI: 10.18089/tms.2015.11213

PEREIRA, D. M; SILVA, G.S. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento, 2011.**

PEREZ-CASSARINO, Julian et al. **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais.** Editora UFFS, 2018.

POPKIN, B. M. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **Am J Clin Nutr.** 2006 Aug;84(2):289-98. doi: 10.1093/ajcn/84.1.289. PMID: 16895874.

SANTOS, P. D. M.; DE SÁ, H, C, M, ; CAVALCANTE, L, F, L. Perfil consumidores de hortifruti em feiras e supermercados da região central de Aracaju. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios,** v. 9, n. 9, Mar. 2020, p. 325-349a.

SANTOS, Priscila de Melo. Perfil consumidores de hortifruti em feiras e supermercados da região central de Aracaju. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios,** v. 9, n. 9, Mar. 2020, p. 325-349.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas** – negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, D. A. O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa - PB. **Revista Espaço Acadêmico,** v. 9, n. 107, p. 124- 128, 2010

VAN HERK VASCONCELOS, A. C.; CLEPS, G. D. G. **Reflexões para além da comercialização: a importância do consumo crítico, solidário e sustentável.** 2023. Oficina de Formação. In: 8ª Feira Regional de Economia Popular Solidária. Uberlândia, Minas Gerais, 2023.

VIANA, Jonathan et al. PERFIL DOS CONSUMIDORES E CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DE HORTALIÇAS FOLHOSAS COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRES NA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA. **Revista Craibeiras de Agroecologia,** São Luís, v. 5, n. 1, p. e 9255, 2020.

VILELA NJ; HENZ GP. 2000. Situação atual da participação das hortaliças no agronegócio brasileiro e perspectivas futuras. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** 17: 71-89.

3

ANÁLISE DE MARGEM DE LUCRO NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO MARANHÃO

*ANALYSIS OF PROFIT MARGIN IN THE COMMERCIALIZATION OF
HORTICULTURAL IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LUÍS IN MARANHÃO*

Roberto Serejo Graça Junior

Maria Cristina Rocha Silva

Aline Silva Araújo

Antônia Edilaila Pestana Moreira

Darlyara Reis Silva

Josilene Costa Silva

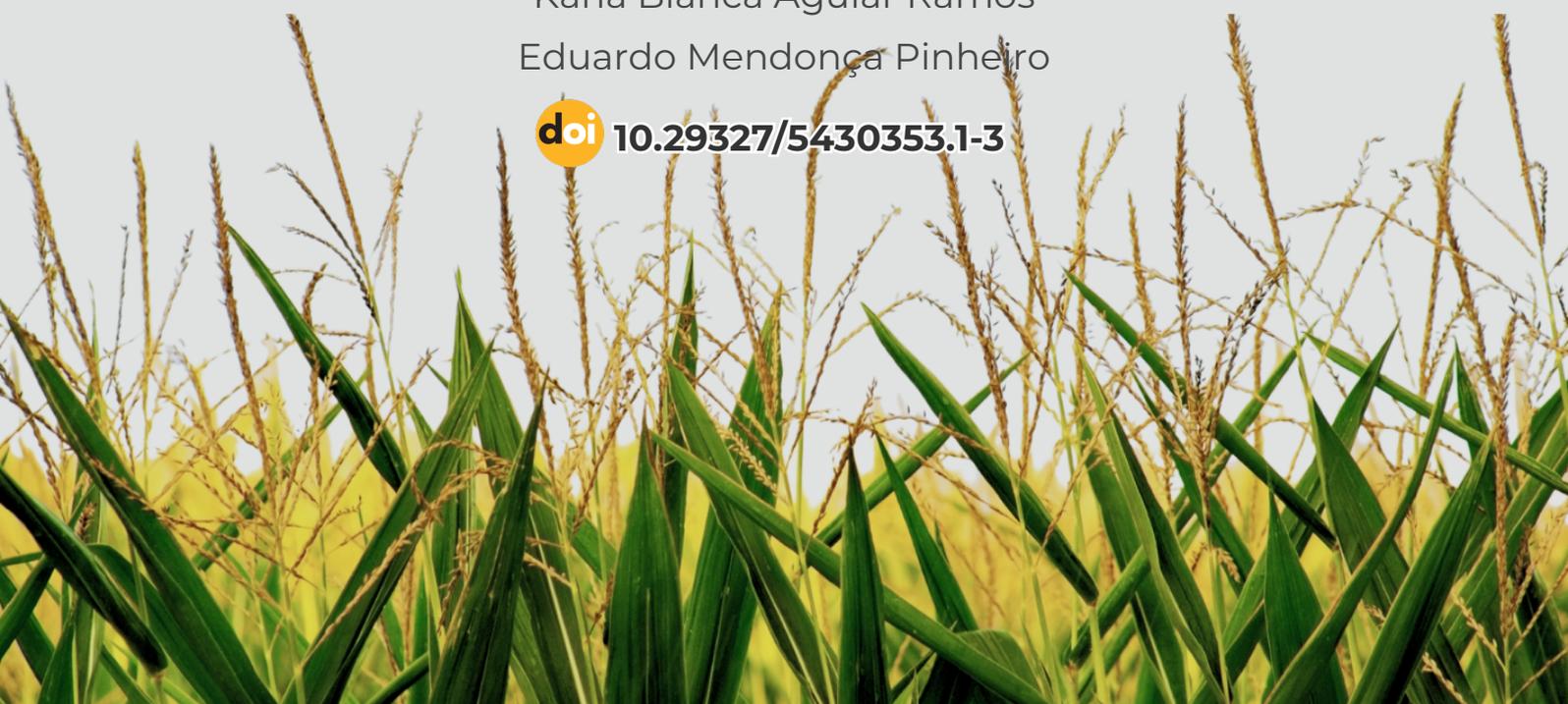
Rayssa Luiza Farias do Vale

Carlos Daniel Farias Silva

Karla Bianca Aguiar Ramos

Eduardo Mendonça Pinheiro

 **10.29327/5430353.1-3**



Resumo

O objetivo do trabalho foi apresentar uma pesquisa de mercado e a análise de comercialização de hortícolas em estabelecimentos comerciais, assim como cálculos de Margem Absoluta e Margem Relativa. A pesquisa deu-se no município de São Luís do Maranhão, as hortícolas foram: melancia, quiabo, maxixe, alface, couve, coentro, cebolinha, berinjela, mandioca, batata doce, beterraba e pimentinha. Os estabelecimentos escolhidos para consulta dos preços foram: Central de Abastecimento do Maranhão, supermercados Mateus, Assaí e a feira livre. O levantamento dos preços foi realizado em três meses consecutivos. Os resultados indicaram uma variação nas margens absolutas e relativas entre os diferentes produtos nos supermercados. Na feira, o maxixe e a berinjela destacaram-se por apresentarem os maiores valores absolutos, R\$ 13,00 e R\$ 7,90 por Kg, em contrapartida, a alface crespa e o coentro apresentaram os menores valores absolutos, R\$ 0,35 e R\$ 0,50 o que pode ser um indicativo de concorrência intensa desses produtos na feira. A margem de varejo dos supermercados indicou uma alta lucratividade, contrastando com a pouca participação dos produtores de hortícolas. Para análise de varejo observou-se que a melancia e berinjela apresentam as maiores margens de lucro, com 50,00% e 64,06%, o que pode ser atribuído à alta demanda. Conclui-se, que através dos dados obtidos foi possível analisar, as margens de lucros, bem como os tipos de comercialização e a influência dos mesmos nas lucratividades dos produtos, além de apresentar uma baixa participação dos produtores na precificação dos produtos comercializados.

Palavras-chave: Canais de venda, Vegetais, Lucratividade, São Luís.

Abstract

The objective of the work was to present market research and analysis of vegetable sales in commercial establishments, as well as calculations of Absolute Margin and Relative Margin. The research took place in the municipality of São Luís do Maranhão, the vegetables were: watermelon, okra, gherkins, lettuce, cabbage, coriander, chives, eggplant, cassava, sweet potatoes, beets and peppers. The establishments chosen for price consultation were: Maranhão Supply Center, Mateus supermarkets, Assaí and the free market. The price survey was carried out in three consecutive months. The results indicated a variation in absolute and relative margins between different products in supermarkets. At the fair, gherkin and eggplant stood out for presenting the highest absolute values, R\$ 13.00 and R\$ 7.90 per kg, on the other hand, curly lettuce and coriander presented the lowest absolute values, R\$ 0.35 and R\$ 0.50, which may be an indication of intense competition for these products at the fair. The retail margin of supermarkets indicated high profitability, contrasting with the low participation of vegetable producers. For retail analysis, it was observed that watermelon and eggplant have the highest profit margins, with 50.00% and 64.06%, which can be attributed to high demand. It is concluded that, through the data obtained, it was possible to analyze the profit margins, as well as the types of marketing and their influence on the profitability of the products, in addition to showing a low participation of producers in the pricing of the products sold.

Keywords: Sales channels, Vegetable, Profitability, São Luís.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade hortícola ocupa uma área de 2,7 milhões de hectares e, segundo os dados da FAO, no ano de 2018, a produção de raízes, tubérculos e vegetais primários foi de aproximadamente 40,6 toneladas por hectare (Almeida *et al.*, 2020). As hortaliças têm boa combinação de fibras, vitaminas, minerais e baixa densidade energética. Esses alimentos possuem capacidade antioxidante e diminuem os riscos de mortes relacionadas a diversas doenças cardíacas e podem auxiliar na prevenção contra o câncer, obesidade, diabetes e hipertensão arterial (Oliveira; Nogueira, 2010), daí sua importância. Além disso, segundo dados e resultados de uma pesquisa realizada através de questionário estruturado por Loch *et al.*, 2018, para 55,6% dos entrevistados, o principal motivo da compra de hortifrutis e produtos agroecológicos foi a saúde da família. Paralelamente, a maioria dos consumidores de alimentos orgânicos ou de base agroecológica de São Luís pertenceu à faixa etária acima de 51 anos (32,61%). Esses resultados podem ser explicados pela maior preocupação com a saúde e maior busca à informação por pessoas dessa faixa etária (Loch *et al.*, 2018).

De acordo com a tendência mundial do mercado de produtos naturais e orgânicos, em São Luís, Maranhão, surgiram iniciativas com diferentes visões e objetivos para ocupar esse nicho. Algumas delas com visão mais empreendedora (franquias e representantes), outras em busca da construção de novas relações econômicas como feiras livres e a venda direta (Loch *et al.*, 2018).

Neste trabalho, será apresentada uma pesquisa de mercado e a análise de comercialização de hortícolas em estabelecimentos comerciais na região metropolitana do município de São Luís, MA, assim como dados obtidos a partir dos cálculos de Margem Absoluta e Margem Relativa, parâmetros esses que demonstram numericamente a importância da comercialização desses alimentos na região.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Conceitos de comercialização

A comercialização consiste numa série de etapas realizadas por instituições, com objetivo de transferir bens e serviços, envolvendo etapas de compra e venda baseada na compreensão das necessidades e desejos dos consumidores, inicia-se com o planejamento de produção até a chegar ao consumidor final (Barbosa *et al.*, 2021). Barbosa *et al.* (2021), ainda ressaltam que o suporte da comercialização é o mercado, ou seja, o espaço onde ocorre as operações de oferta e demanda, por meio dos vendedores e compradores. Glasenapp e Lima (2022) enfatizam que para ocorrer o desenvolvimento da comercialização, é necessário atenta-se para as exigências do público-alvo, esses parâmetros, auxiliam no processo de comercialização e amplia a percepção da sociedade sobre o produto.

2.2 Teoria das Margens de comercialização

As margens de comercialização são representadas pela diferença do preço de aquisição do produto e o preço de venda do mesmo, o que reflete na porção de lucro obtido em cada venda (Wander e Cunha, 2013).

Rodrigues (2023), ressalta que por meio da margem de comercialização é possível entender a forma estrutural dos preços dos produtos e o mercado, além de permite analisar as mudanças que influenciam o comportamento dos produtores e consumidores.

Silva e Marques (2015), ressaltam que por meio das medidas de margens de comercialização, é possível avaliar o desempenho dos mercados, bem como analisar a instabilidades do mesmo.

2.3 O custo e margem de comercialização

A margem de comercialização é definida como a diferença no preço do produto nos diversos níveis de mercado expressa em unidades equivalentes (Marques; Aguiar, 1993). É utilizada como indicadores da eficiência do mercado e do desempenho ao longo do tempo, ajudando a estudar a comercialização dos produtos e identificar os agentes dentro do processo (Lages *et al.*, 2018).

Segundo Barros (2012), o custo e margem de comercialização são dois conceitos interligados e podem ser confundidos entre si, a margem diz respeito às despesas cobradas do consumidor pela execução das atividades de comercialização, então: $M=C+L$, onde M é a margem, C é o custo e L é o lucro ou prejuízo dos agentes. Considerando o autor, a margem é composta pela diferença entre o preço pelo qual um intermediário (ou conjunto de intermediários) vende uma unidade de produto e o pagamento que ele realiza pela quantidade equivalente que precisa comprar para vender essa unidade. Menciona a Margem Total (MT), como a diferença entre o preço de varejo (Pv) de um produto qualquer e o pagamento recebido pelo produtor pela quantidade equivalente na fazenda (Pp), sendo $MT = Pv - Pp$. Esta busca mensurar as despesas do consumidor devido ao processo de comercialização (Barros, 2012).

A análise de margem de comercialização tem relevância porque possibilita compreender como os preços dos produtos e o mercado estão formados estruturalmente, pela extensão do canal de comercialização (Santana, 2005).

2.4 Margem Absoluta, Relativa e Markup

A margem absoluta é a diferença entre o preço do varejo e o preço do produtor, onde quanto maior essa diferença, melhor para o varejista. Quando ocorre perdas de produtos no varejo, o preço dos produtos perdidos deve ser obtido na venda dos produtos restantes para que o varejista não saia no prejuízo (Guiducci *et al.*, 2012). Desse modo, a margem absoluta tende a diminuir e, portanto, reduzir a lucratividade do varejista. Quanto maior a perda pós-colheita, menor a margem absoluta e, por conseguinte, menor a lucratividade (Guiducci *et al.*, 2012).

A margem relativa, em relação ao preço no varejo, possibilita analisar a distribuição do gasto do consumidor entre todos os agentes. Uma margem relativa decrescente pode decorrer do uso de poder de mercado, por outros níveis de mercado, ou de maior ganho de produtividade. Portanto, a margem relativa representa a quantidade de moeda recebida por todo o setor intermediário por unidade vendida no varejo, após ajuste para os subprodutos (Lages, 2018).

O preço de venda com markup é uma técnica utilizada por empresas para determinar o preço final de seus produtos, cobrindo os custos e despesas relacionados à venda. O

markup é um índice multiplicador aplicado sobre o custo de um produto para obter o preço de venda. Esta técnica é uma das mais comuns para definição de preços, mas requer cuidados na sua utilização (Oliveira, 2023). De acordo com Kotler e Keller (2019), esse índice permite que a empresa inclua os custos fixos e variáveis, bem como a margem de lucro desejada, no preço de venda.

Para os diferentes níveis de mercado têm-se as seguintes fórmulas (Quadro 1):

MARGEM (M)	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO (%)
Margem Total (MT)	$P_v - P_p$	$[(P_v - P_p) / P_v] \times 100$
Margem Varejo (MV)	$P_v - P_a$	$[(P_v - P_a) / P_v] \times 100$
Margem Atacado (MA)	$P_a - P_p$	$[(P_a - P_p) / P_v] \times 100$

Quadro 1. Definição de mark-up de comercialização

Fonte: Adaptado de Mendes (2007)

Onde:

P_v = preço ao nível de varejo, este é o preço pago pelo consumidor final;

P_a = preço ao nível de atacado, este é o preço de venda do atacadista;

P_p = preço ao nível de produtor, este é o preço pago ao produtor.

2.5 Estratégias de precificação

Segundo Manuel (2022), historicamente, o marketing para supermercados era baseado na expansão de negócios com a abertura de novas lojas. A divulgação da marca era por meio de anúncios de televisão, rádios e jornais. Para muitos consumidores o primeiro contato com o varejista era por meio desses canais de comunicação ou diretamente nas lojas físicas. Mas com a rápida evolução de mercado, surgiram novas tendências de consumo e o modelo tradicional de marketing passou a não trazer os mesmos resultados.

Ao olhar para esse cenário de precificação e marketing, pode-se destacar alguns grupos de ação importantes para se adequar ao cenário atual do varejo, no caso dos supermercados de São Luís- MA, além das ofertas de hortifruti chamarem atenção dos consumidores às quartas e quintas-feiras, utilizam estratégias como fazer com que o cliente chegue à sua loja com mais eficiência como: utilizar canais de comunicação que vão além da mídia impressa, rádio e televisão; promover múltiplos pontos de interação com seus clientes: PDV e canais digitais; entender o comportamento dos clientes para promover ações estratégicas; proporcionar uma jornada integrada, ágil e personalizada; personalizar campanhas e promoções em múltiplos canais; identificar os resultados dessas campanhas; e medir a satisfação dos clientes (Manuel, 2022).

Se tratando das feiras livres, para Ângulo (2011), o ambiente da feira livre fornece informações que dizem respeito às condições de trabalho, organização e consumo, origem e destino dos produtos potenciais de comercialização, nível de satisfação e sobre demais segmentos sociais envolvidos no processo –feirantes, clientes e organizações locais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, no Brasil existem 5.119 feiras livres em 1.176 municípios, nos 26 estados e no distrito federal (BRASIL, 2015).

2.6 Elasticidade de preço

A descrição de Pyndyck e Rubinfeld (1994) sobre a elasticidade-preço da demanda é fundamental para compreendermos como a demanda por um produto reage a mudanças nos preços. Quando mencionam que a elasticidade é elástica, significa que a redução percentual na quantidade demandada é maior do que o aumento percentual no preço de venda. Por outro lado, quando a variação na quantidade demandada é menor do que a variação no preço, temos uma elasticidade-preço inelástica. Esses conceitos são essenciais para entendermos o comportamento dos consumidores em relação aos preços dos produtos e são amplamente discutidos na teoria econômica.

Em relação as hortaliças, Pucuhuaranga e Ferraz-Almeida (2024) verificaram que os preços das hortaliças variam significativamente entre diferentes centros de distribuição e ao longo do tempo, influenciados por fatores sazonais. Ao analisarem dados de cinco anos, constataram que a variação de preço e volume de vegetais como tomate, batata, cebola, alface e cenoura reflete uma alta inelasticidade de demanda desses produtos. Isso significa que, mesmo diante de flutuações sazonais e instabilidades de preço, os consumidores continuam adquirindo essas hortaliças devido à sua importância nutricional. Portanto, os autores verificaram que a interação entre oferta e demanda desempenha um papel crucial na formação dos preços, evidenciando a característica inelástica das hortaliças nesse contexto.

3. METODOLOGIA

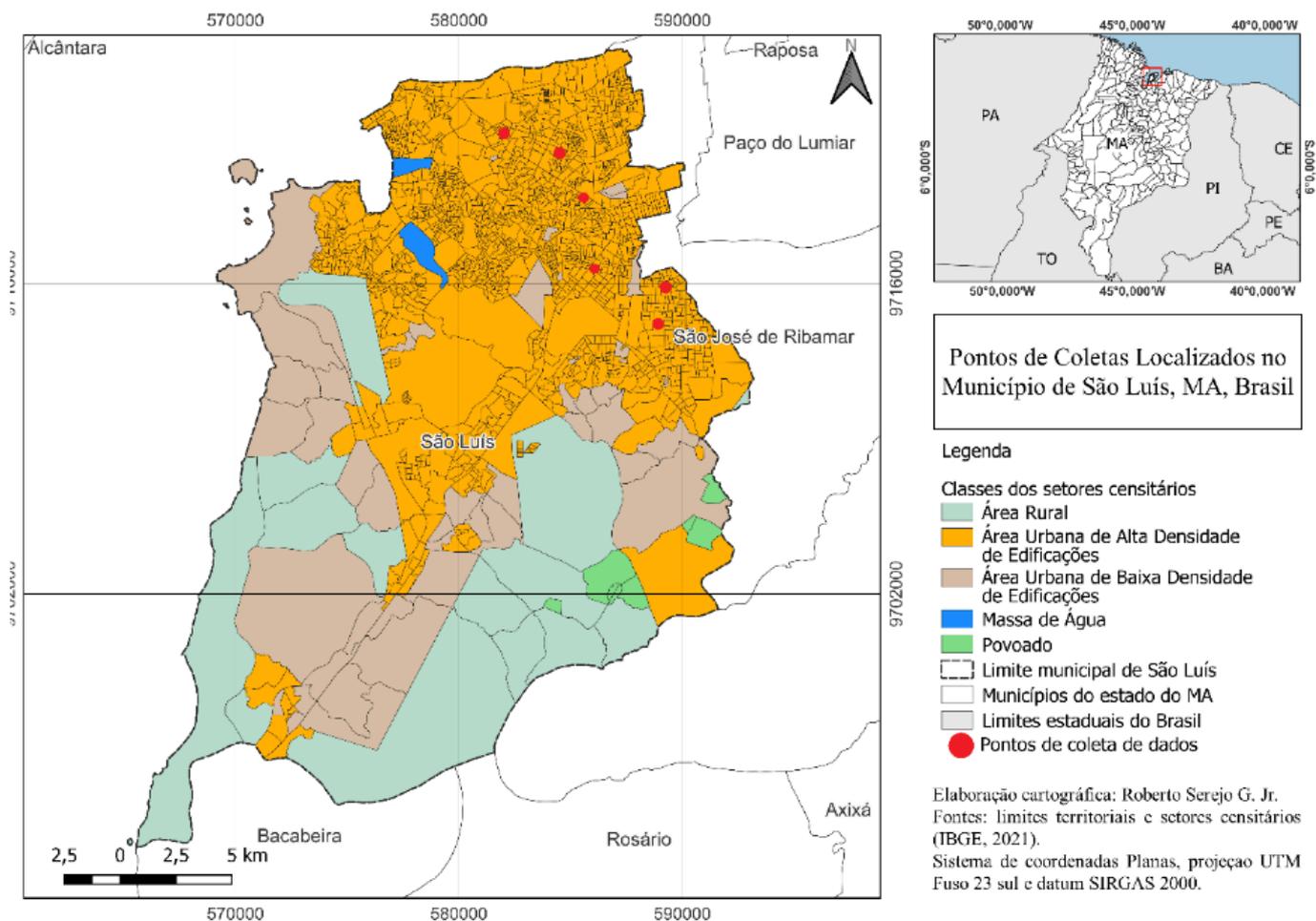
3.1 Caracterização do local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de São Luís no Norte do Estado do Maranhão, Nordeste, Brasil, a 2° 31' 47" de Latitude Sul e 44° 18' 10" de Longitude Oeste, e altitude de 17 metros (Figura 1).

O clima da região, conforme a classificação de Köppen é do tipo Aw', equatorial quente e úmido, com duas estações bem delimitadas ao longo do ano, uma chuvosa, que se estende de janeiro a junho, e outra seca, com déficit hídrico acentuado de julho a dezembro. As precipitações totais anuais variam de 1.800 mm a 2.700 mm, das quais mais de 80% ocorrem de janeiro a junho.

As temperaturas são altas durante todo o ano e variam em média entre 23° e 30°C e a amplitude térmica diária é considerada baixa, devido principalmente a baixa latitude e a proximidade com o oceano, não levando a uma variação de temperatura acentuada entre o dia e a noite.

Figura 1. Localização dos pontos das coletas de dados, situados no município de São Luís, Maranhão, Brasil



Fonte: Autores (2024)

3.2 Levantamento de dados

As variações climáticas interferem diretamente na precificação das hortaliças, assim como o modo de comercialização (atacado e varejo). As hortaliças escolhidas foram: melancia, quiabo, maxixe, alface, couve, coentro, cebolinha, berinjela, mandioca, batata doce, beterraba e pimentinha, conforme o Quadro 1. Para a análise de lucro será considerada a precificação estabelecida por produtores rurais de hortaliças da região do Cinturão verde e Quebra-pote, zona rural de São Luís-MA (Quadro 2) e a precificação estabelecida por diferentes estabelecimentos comerciais de São Luís-MA, sendo elas: Central de Abastecimento do Maranhão (CEASA – MA), localizada no bairro Cohafuma, representando o segmento atacadista; supermercados Mateus (Unidades Cidade Operária e Cohama) e Assaí (Unidades Angelim e Guajajaras) e a feira livre da Cidade Operária, correspondentes ao varejo, totalizando seis estabelecimentos comerciais. O levantamento dos preços em cada uma dessas unidades, foi realizado em três momentos distintos durante a estação chuvosa: o primeiro no final do mês de abril, o segundo na metade do mês de maio e o terceiro no começo do mês de junho (Figura 2). O cálculo das margens foi realizado utilizando os valores apresentados no (Quadro 3), que são referentes a média dos três meses (abril, maio e junho).

HORTALIÇA	UNIDADE	PREÇO (CAMPO)
MELANCIA	Kg	R\$ 2,80
QUIABO	Kg	R\$ 8,00
MAXIXE	Kg	R\$ 8,00
ALFACE	Maço	R\$ 3,00
COUVE	Maço	R\$ 2,00
COENTRO	Maço	R\$ 1,50
CEBOLINHA	Maço	R\$ 2,00
BERINJELA	Kg	R\$ 4,50
MANDIOCA	Kg	R\$ 4,00
BATATA DOCE	Kg	R\$ 5,00
BETERRABA	Kg	R\$ 8,00
PIMENTINHA	Kg	R\$ 10,00

Quadro 2. Hortaliças e respectivos preços estabelecidos por produtores rurais da região do Cinturão verde e Quebra-pote, em São Luís- Ma

Fonte: Autores (2024)

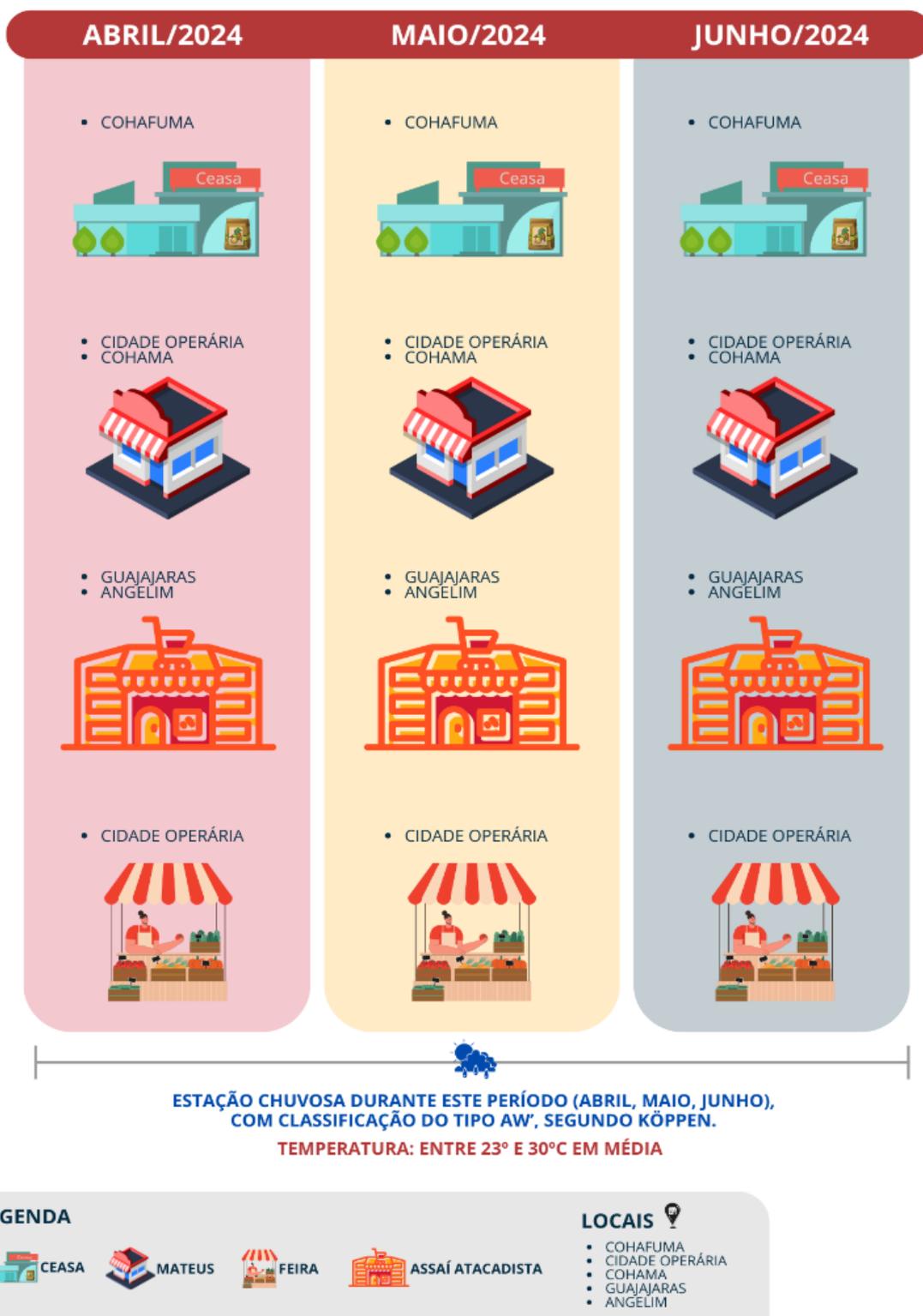
ITEM	UNIDADE	CAMPO	CEASA	FEIRA C.O	MÉDIA SUPERMERCADOS
Melancia	Kg	R\$ 2,80	R\$ 2,30	R\$ 4,60	R\$ 4,32
Quiabo	kg	R\$ 8,00	R\$ 14,40	R\$ 15,00	R\$ 22,34
Maxixe	kg	R\$ 8,00	R\$ 14,77	R\$ 21,00	R\$ 22,75
Alface Crespa	maço	R\$ 3,00	R\$ 2,40	R\$ 3,35	R\$ 4,08
Couve	maço	R\$ 2,00	R\$ 1,83	R\$ 2,00	R\$ 3,80
Coentro	maço	R\$ 1,50	R\$ 1,83	R\$ 2,00	R\$ 2,96
Cebolinha	maço	R\$ 2,00	R\$ 1,77	R\$ 2,00	R\$ 3,32
Berinjela	kg	R\$ 4,50	R\$ 4,46	R\$ 12,40	R\$ 8,98
Mandioca	kg	R\$ 4,00	R\$ 4,23	R\$ 6,50	R\$ 8,61
Batata doce	kg	R\$ 5,00	R\$ 4,27	R\$ 8,00	R\$ 6,02
Beterraba	kg	R\$ 8,00	R\$ 7,13	R\$ 10,67	R\$ 10,52
Pimentinha	kg	R\$ 10,00	R\$ 8,72	R\$ 16,00	R\$ 24,69

Quadro 3. Médias dos valores mensais utilizados no cálculo das Margens de Comercialização

Fonte: Autores (2024)

Figura 2. Croqui esquematizando a metodologia do trabalho

ESQUEMA DE VISITAÇÃO DURANTE TRÊS PERÍODOS AOS ESTABELECIMENTOS ESCOLHIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



Fonte: Autores (2024)

3.3 Análise dos dados

A partir dos preços coletados, foi realizado uma análise da Margem Absoluta e Margem relativa dos estabelecimentos e dos produtores frente aos diferentes canais de venda (atacado e varejo). Os dados coletados foram processados utilizando o software Microsoft® Office Excel 2016.

3.4 Margem Absoluta e margem relativa

Para uma melhor caracterização do cenário da comercialização no município de São Luís, a categoria “varejo” foi subdividida em “feira a céu aberto” e “supermercados”. Tal divisão se fundamenta por uma peculiaridade importante do comércio de hortaliças na região, que consiste na baixíssima participação dos produtores rurais do estado no abastecimento da CEASA-MA. Esse fato também inviabiliza o cálculo da margem de comercialização de atacado, visto que a política de preços praticada na CEASA-MA é extremamente agressiva quando comparada a dos agricultores maranhenses. Essa discrepância entre preços é explicada pelo abastecimento da CEASA-MA ser realizado por produtos importados de outros polos produtores de hortaliças localizados em outras unidades federativas.

As equações utilizadas para calcular as Margens Relativa e Absoluta do produtor, e dos estabelecimentos atacadista e varejistas foram:

- Margem de Comercialização Total Absoluta (Feira) = $(Pv^1 - Pp)$
- Margem de Comercialização Total Relativa (Feira) = $((Pv^1 - Pp) / Pv^1) * 100$
- Margem de Comercialização Total Absoluta (Supermercados) = $(Pv^2 - Pp)$
- Margem de Comercialização Total Relativa (Supermercados) = $((Pv^2 - Pp) / Pv^2) * 100$
- Margem de Comercialização de Varejo Absoluta (Supermercados) = $(Pv^2 - Pa)$
- Margem de Comercialização de Varejo Relativa (Supermercados) = $((Pv^2 - Pa) / Pv^2) * 100$
- Margem de Comercialização de Varejo Absoluta (Feira) = $(Pv^1 - Pa)$
- Margem de Comercialização de Varejo Relativa (Feira) = $((Pv^1 - Pa) / Pv^1) * 100$

Onde:

Pp: preço praticado pelo produtor;

Pv¹: preço final de comercialização praticado pela feira a céu aberto;

Pv²: preço final de comercialização praticado pelos supermercados;

Pa: preço praticado pelo atacadista (CEASA-MA).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são exibidos os resultados dos cálculos da Margem de Comercialização Total (Tabela 1 e Tabela 2) e de Varejo (Tabela 3 e Tabela 4) dos estabelecimentos estudados nos meses de abril, maio e junho de 2024.

Itens	Unid.	MARGEM TRIMESTRAL	
		VA	VR%
Melancia	Kg	R\$ 1,52	35,12
Quiabo	Kg	R\$ 14,34	64,19
Maxixe	Kg	R\$ 14,75	64,84
Alface crespa	Maço	R\$ 1,08	26,53
Couve	Maço	R\$ 1,80	47,30
Coentro	Maço	R\$ 1,46	49,37
Cebolinha	Maço	R\$ 1,32	39,73
Berinjela	Kg	R\$ 4,48	49,87
Mandioca	Kg	R\$ 4,61	53,53
Batata doce	Kg	R\$ 1,02	16,87
Beterraba	Kg	R\$ 2,52	23,96
Pimentinha	Kg	R\$ 14,69	59,50

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo

Tabela 1. Margem Total dos supermercados analisados no 2º trimestre de 2024

Fonte: Autores (2024)

Os resultados indicaram uma variação nas margens absolutas e relativas entre os diferentes produtos. O quiabo (R\$ 14,34) e o maxixe (R\$ 14,75) têm as maiores margens absolutas e também se destacam com as maiores margens relativas, de 64,19% e 64,84%, respectivamente. Por outro lado, produtos como a Melancia (1,52) e a Batata Doce (1,02) têm margens absolutas mais baixas.

Margens maiores geralmente indicam que os produtores têm uma menor participação na precificação final dos produtos. As variações nas margens relativas e absolutas podem ser atribuídas a diversos fatores inter-relacionados, incluindo aspectos de comercialização, envolvendo principalmente o papel dos atravessadores, além de fatores climáticos e logísticos. Os atravessadores desempenham um papel significativo, especialmente na agricultura familiar, onde os produtores frequentemente não têm acesso a canais de comercialização adequados. Esses intermediários compram os produtos a preços baixos e os revendem a preços superiores, impactando diretamente o preço final para o consumidor (Souza, 2011).

Além disso, a forma de comercialização afeta diretamente a lucratividade. De acordo com Bueno *et al.* (2020), para a melancia, a venda direta na propriedade é o canal mais lucrativo, com uma margem de contribuição unitária de 84%. Em contraste, a comercialização por meio de intermediários resulta em uma margem de 63%. Isso demonstra que a venda direta reduz os custos e, conseqüentemente, aumenta a lucratividade. Os fatores climáticos também desempenham um papel crucial na precificação. Períodos chuvosos, por exemplo, podem afetar a oferta e a qualidade dos produtos agrícolas, aumentando a incidência de doenças e insetos. Além disso, as condições climáticas adversas podem ele-

var os custos de produção, especialmente em sistemas de cultivo protegido que demandam infraestrutura muito maior (Dias, 2021).

Itens	Unid.	MARGEM TRIMESTRAL	
		VA	VR%
Melancia	Kg	R\$ 1,80	39,13
Quiabo	Kg	R\$ 7,00	46,67
Maxixe	Kg	R\$ 13,00	61,90
Alface crespa	Maço	R\$ 0,35	10,45
Couve	Maço	R\$ 0,00	0,00
Coentro	Maço	R\$ 0,50	25,00
Cebolinha	Maço	R\$ 0,00	0,00
Berinjela	Kg	R\$ 7,90	63,71
Mandioca	Kg	R\$ 2,50	38,46
Batata doce	Kg	R\$ 3,00	37,50
Beterraba	Kg	R\$ 2,67	25,02
Pimentinha	Kg	R\$ 6,00	37,50

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo

Tabela 2. Margem Total da feira analisada no 2º trimestre de 2024.

Fonte: Autores (2024)

Na Tabela 2, pode-se observar as margens totais de comercialização absoluta e relativa para os diferentes itens comercializados na feira a céu aberto. O maxixe e a berinjela destacam-se por apresentarem os maiores valores absolutos, R\$ 13,00 e R\$ 7,90 por Kg, respectivamente. Esses valores representam o quanto foi adicionado ao preço original desses itens em toda cadeia de comercialização, ou seja, desde o produtor, atravessador, atacado, varejo e consumidor. Ambas apresentam também as maiores margens relativas, 61,90% e 63,71%, respectivamente, ou seja, esses percentuais ilustram o quanto do preço pago pelo consumidor na feira é composto pela margem de comercialização. Segundo Barros (1987), produtos que requerem cuidados especiais devido a sua natureza, como os perecíveis, tendem a ter margens mais elevadas. Isso ocorre porque os vendedores podem cobrar mais para cobrir os riscos associados à deterioração e à necessidade de armazenamento apropriado.

Em contrapartida, a alface crespa e o coentro apresentaram os menores valores absolutos, R\$ 0,35 e R\$ 0,50 o maço, respectivamente, isso pode estar atrelado a concorrência intensa desses produtos na feira, onde o produtor precisa reduzir seus preços para atrair consumidores. Outra explicação seria a dependência de vendas em grande volume para gerar lucros.

Em relação a couve e a cebolinha, os valores absolutos e relativos foram iguais a zero, devido ao cenário da região, onde ambas as hortaliças são bastante produzidas no Cinturão Verde, comunidade agrícola responsável por abastecer grande parte das feiras do município de São Luís. Essa proximidade das feiras e grande oferta desses produtos, reflete em um menor custo com logística, transporte, armazenamento e perdas, reduzindo essas margens de comercialização.

Itens	Unid.	MARGEM TRIMESTRAL	
		VA	VR%
Melancia	Kg	R\$ 2,02	46,71
Quiabo	Kg	R\$ 7,94	35,53
Maxixe	Kg	R\$ 7,99	35,10
Alface crespa	Maço	R\$ 1,68	41,22
Couve	Maço	R\$ 1,96	51,69
Coentro	Maço	R\$ 1,13	38,12
Cebolinha	Maço	R\$ 1,55	46,76
Berinjela	Kg	R\$ 4,52	50,35
Mandioca	Kg	R\$ 4,37	50,82
Batata doce	Kg	R\$ 1,75	29,07
Beterraba	Kg	R\$ 3,39	32,20
Pimentinha	Kg	R\$ 15,97	64,67

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo

Tabela 3. Margem de Varejo dos supermercados analisados no 2º trimestre de 2024

Fonte: Autores (2024)

A tabela 3 apresenta a margem de varejo dos supermercados analisados no 2º trimestre de 2024 para diversos itens hortifrutigranjeiros, evidenciando as significativas margens relativas (VR%) para produtos como pimentinha (64,67%), mandioca (50,82%) e couve (51,69%). Esses dados indicam uma alta lucratividade para os supermercados, contrastando com a pouca participação dos produtores de hortaliças de São Luís nesse mercado.

Os produtores locais enfrentam desafios para competir com os preços praticados pelos supermercados, que buscam maximizar suas margens de lucro. A logística de entrega e a capacidade de atender às exigências de qualidade e volume são barreiras adicionais. Como resultado, muitos pequenos agricultores optam por vender seus produtos em feiras livres e mercados diretos aos consumidores, onde conseguem negociar melhores preços e condições. A falta de apoio e políticas públicas que integrem esses produtores ao mercado varejista também contribui para sua baixa participação, reforçando a necessidade de iniciativas que fortaleçam a agricultura local e a tornem mais competitiva.

Os dados da Tabela 4 revelam as margens trimestrais de lucro para diferentes hortaliças comercializadas na feira. A margem de lucro é um indicador crucial para avaliar a viabilidade econômica e a rentabilidade de cada produto. Observamos que: Melancia e Berinjela apresentam as maiores margens de lucro, com 50,00% e 64,06%, respectivamente. Esses produtos são altamente rentáveis para os vendedores, o que pode ser atribuído à alta demanda e ao preço de venda relativamente alto comparado ao custo. Quiabo, Couve e Coentro têm margens muito baixas, variando entre 4,00% e 8,33%. Esses produtos apresentam uma rentabilidade muito baixa, possivelmente devido ao baixo preço de venda ou ao alto custo de produção e distribuição.

Itens	Unid.	MARGEM TRIMESTRAL	
		VA	VR%
Melancia	Kg	R\$ 2,30	50,00
Quiabo	Kg	R\$ 0,60	4,00
Maxixe	Kg	R\$ 6,23	29,68
Alface crespa	Maço	R\$ 0,95	28,36
Couve	Maço	R\$ 0,17	8,33
Coentro	Maço	R\$ 0,17	8,33
Cebolinha	Maço	R\$ 0,23	11,67
Berinjela	Kg	R\$ 7,94	64,06
Mandioca	Kg	R\$ 2,27	34,87
Batata doce	Kg	R\$ 3,73	46,67
Beterraba	Kg	R\$ 3,54	33,15
Pimentinha	Kg	R\$ 7,28	45,48

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo

Tabela 4. Margem de Varejo da feira analisada no 2º trimestre de 2024

Fonte: Autores (2024)

Conforme indicou a pesquisa de campo de Gomes *et al.* (2018), cerca de 59% dos atravessadores (indivíduos que compram produtos agrícolas e revendem, principalmente em feiras livres) estão presentes nas feiras do município de São Luís. O dado de que cerca de 59% das feiras no município são ocupadas por atravessadores é significativo. A presença desses intermediários pode impactar diretamente as margens de lucro dos agricultores familiares e dos comerciantes locais. A presença predominante de atravessadores sugere: Aumento dos custos: Os atravessadores compram as hortaliças dos agricultores e as revendem com uma margem adicional, o que pode aumentar o preço final para o consumidor. Isso pode diminuir a competitividade dos produtos locais e reduzir o lucro líquido dos produtores.

Quanto às espécies mais produzidas, a vinagreira, o cheiro-verde e o maxixe destacam-se nas três primeiras posições. Estas espécies são regionais, devido à facilidade de cultivo por adaptação ao clima e solos da região, e, assim, apresentam baixo custo de produção (Gomes *et al.*, 2018).

5. CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto que através dos dados obtidos a partir de cálculos de Margem Absoluta e Margem Relativa, foi possível analisar de uma forma geral, as margens de lucros na comercialização hortícola nos estabelecimentos analisados, bem como os tipos de comercialização e a influência dos mesmos nas lucratividades dos produtos, além de apresentar uma baixa participação dos produtores na precificação dos produtos comercializados o que pode implicar em diferentes lacunas como pouca estrutura de mercado, padrões de negociações desfavorável, poder de negociação reduzido dentre outros.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. R. D. de. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: Edusp, 295 p. 1994.
- ALMEIDA, E. I. B. *et al.* Perdas pós-colheita de frutas e hortaliças no Maranhão: estimativas, causas, impactos e soluções. São Luís: **EDUFMA**, 2020.
- ÂNGULO, J. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 5, 2011.
- BARBOSA, C, S. *et al.* **Elaboração e precificação de vinho abacaxi (*Smooth cayenne*) para fins de comercialização**. CIAGRO, Recife - PB, 2021.
- BARROS, G. S.A. C. **Economia da Comercialização Agrícola**. PIRACICABA, SP: FEALQ, 1987. 306p.
- BARROS; C, S, G. **Economia da Comercialização Agrícola**. CEPEA/LES-ESALQ/USP. Piracicaba- SP. p. 3, 2007.
- BARROS, G. S. de C. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba/São Paulo: CEPEA/LES-ESALQ/USP, p.221, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. (2015). **Pesquisa do MDS identifica feiras livres e agroecológicas em todo o país**. Disponível em: <<https://goo.gl/nWnNp2>. Acesso: 03 de junho de 2024.
- CAMARA, S. B. *et al.* Análise econômica comparativa de diferentes canais de comercialização utilizados pela agricultura familiar. Revista IDeAS, v. 14, n. 1, p. e020004-e020004, 2020.
- DIAS, J. P. T. **Perspectivas na horticultura**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2021. cap. 2, p. 26-44.
- GLASENAPP, S.; LIMA, S, C. **Guia de Comercialização e Marketing**. Incubadora Social (UFSM), Santa Maria - RS, p. 11, 2022.
- GOMES, João Flávio Bomfim; DE SOUZA, Alex Oliveira; GOMES, Renata da Silva Bomfim. Caracterização socioespacial da produção e comercialização de hortícolas na Ilha de São Luís, Maranhão. Scientia Plena, v. 14, n. 4, 2018.
- GUIDUCCI, R. C.; LIMA F. J.; MOTA, M. M. **Viabilidade econômica de sistemas de produção agropecuários: metodologia e estudos de caso**. Embrapa, 2012.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed.–São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012 796p.
- LAGES, A. M. *et al.* A cadeia produtiva e particularidades dos canais de comercialização do aipim em Alagoas. **Razão Contábil e Finanças**, v. 9, n. 2, 2018.
- LAGES, A. M. *et al.* Um estudo introdutório sobre margens de comercialização entre feiras no estado de alagoas (brasil). o caso da carne bovina. **DRPEES-Desenvolvimento Regional com Políticas Econômicas Estratégicas e Sustentáveis: Governos Municipais, Estaduais e Federal Integrado**, v. 2, n. 2, 2021.
- LOCH, V. C. *et al.* Perfil dos consumidores de produtos orgânicos e de base agroecológica em São Luís, Maranhão. **Cadernos de Agroecologia** – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul, 2018.
- MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. **Comercialização de Produtos Agrícolas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. Parte IV (142-165).
- MANUEL, G. **Marketing para supermercados: o que mudou e quais as tendências**. PROPZ, 2022. Disponível em: <<https://propz.com.br/blog/marketing-para-supermercados/>. Acesso: 03 de junho de 2024.
- OLIVEIRA, A. F. C.; NOGUEIRA, M. S. Obesidade como fator de risco para a hipertensão entre profissionais de enfermagem de uma instituição filantrópica. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 44, p. 388-394, 2010.
- OLIVEIRA, L. de. **Reformulação do modelo de precificação de uma indústria de plástico flexível**. 2023.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomics** (8th ed.). Prentice Hall, v. 24, n. 51, p. 251-268, 1994.
- PUCUHUARANGA, Cindy Lee Cajachagua; FERRAZ-ALMEIDA, Risely. Volatilidade de preços e demanda de hortaliças na CEAGES/SP, CEASA/MG e CEASA/RJ durante 2017 e 2021. **Journal of Biotechnology and Biodiversity**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 035–043, 2024. DOI: 10.20873/jbb.uft.cemaf.v12n1.15266. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/JBB/article/view/15266>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- RODRIGUES, G, A, R. **Margens de comercialização na cadeia da carne bovina no rio grande do Sul: uma análise a partir dos efeitos da pandemia de covid-19. 2023**. Pag. 54 trabalhos de conclusão de curso – Ciências Econômicas, Universidade Federal de Pampa, Santana do Livramento, 2023.

SANTANA, A. C. de. Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local: Série Acadêmica 01. Belém: Graphitte; GTZ; TUD; UFRA, p.198, 2005.

SILVA, T, J H; MARQUES, V, P. Preço e margens de comercialização na indústria de citros no Brasil. **Revista de política agrícola**: Piracicaba - SP, Ano XXIV, nº 4, p. 114- 133, 2015.

SOUZA, J. R. M de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano**. 2011.Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

WANDER, E, A; CUNHA, A, C. **Margens de comercialização no mercado de arroz em São Paulo**. Goiás – GO. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260601540_Margens_de_comercializacao_no_mercado_de_arroz_em_Sao_Paulo_052010_a_042013. Acesso em 17 jun. 2024.

4

DIAGNÓSTICO DO PERFIL TECNOLÓGICO E SOCIOECONÔMICO DO SISTEMA PRODUTIVO DA CAJUCULTURA NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS, MARANHÃO

DIAGNOSIS OF THE TECHNOLOGICAL AND SOCIOECONOMIC PROFILE OF THE CASHEW CULTURE PRODUCTION SYSTEM IN THE MUNICIPALITY OF BARREIRINHAS, MARANHÃO

Edivaldo Rocha Lisboa Junior

José Ribamar Gusmão Araujo

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Moisés Rodrigues Martins

Raimunda Nonata Santos de Lemos

Anderson Santos Caldas

 **10.29327/5430353.1-4**



Resumo

A produção de castanha de caju tem grande relevância para os Estados do Nordeste brasileiro, sendo um fator importante no desenvolvimento socioeconômico para o município de Barreirinhas, MA. A cajucultura é uma alternativa para os agricultores, pois apresenta capacidade adaptativa aos fatores climáticas como a seca, solos de baixa fertilidade natural, fonte de alimento nutritivo e por ser uma alternativa de renda no período de estiagem. A pesquisa objetivou realizar o diagnóstico do perfil tecnológico e socioeconômico do sistema produtivo do cajueiro Gigante no município de Barreirinhas, MA. O estudo foi realizado por meio da análise de dados a partir da aplicação de 36 questionários entre os cajucultores familiares, assentados em projetos de reforma agrária do Estado e do Governo Federal, escolhidos aleatoriamente. Foram avaliados os subíndices social, institucional e econômico e práticas de manejo adotados nos pomares. O sistema de produção do cajueiro Gigante pode ser caracterizado como extrativista, devido a sua forma de condução e manejo ao longo ciclo de produção. Poucas práticas agrônômicas são adotadas pelo cajucultores, o que resulta em um baixo rendimento na produção de castanha e aproveitamento do pedúnculo. No aspecto econômico os indicadores de impacto da renda proveniente da produção de castanha, e satisfação com renda da produção de castanha foram consideradas ruins, enquanto a renda média do produtor e produção foram considerados bons. A insatisfação com a renda advinda da produção de castanha de caju está relacionada com a venda para atravessadores a baixo preço, desvalorizando a atividade.

Palavras-chaves: Cajueiro gigante, Castanha de caju, Desenvolvimento local, Agricultura familiar.

Abstract

The production of cashew nuts is of great relevance to the Brazilian Northeast states, being an important factor in the socioeconomic development of the municipality of Barreirinhas, MA. Cashew farming is an alternative for farmers, as it has adaptive capacity to climate factors such as drought, soils with low natural fertility, a source of nutritious food and because it is an alternative source of income during the dry season. The research aimed to diagnose the technological and socioeconomic profile of the Gigante cashew production system in the municipality of Barreirinhas, MA. The present study was carried out to do diagnosis of the technological and socioeconomic profile of the Gigante cashew production system through data analysis based on the application of 36 questionnaires among family cashew farmers, based in agrarian reform projects of the State and Federal Government, chosen randomly. The social, institutional and economic sub-indices and management practices adopted in the orchards were evaluated. The Gigante cashew production system can be characterized as extractive, due to the way it is conducted and managed throughout the production cycle. Few agronomic practices are adopted by cashew farmers, which results in a low yield in nut production and use of the peduncle. In the economic aspect, indicators of impact on income from cashew nut production, and satisfaction with income from cashew nut production were considered bad, while the producer's average income and production were considered good. Dissatisfaction with the income arising from cashew nut production is related to the sale to middlemen at low prices, devaluing the activity.

Keywords: Giant cashew tree, Cashew nuts, Local development, Family farming.

1. INTRODUÇÃO

O cajueiro (*Anacardium occidentale* L.) teve seu início de exploração comercial na década de 1970 no Nordeste brasileiro por meio de programas governamentais, que também apoiaram o desenvolvimento da indústria e processamento da castanha do caju. Tais fomentos se deram devido à cajucultura oferecer diversos produtos que podem ser explorados comercialmente, como o pedúnculo que pode ser aproveitado para a produção de sucos, cajuína, ração animal etc. e que pode ser comercializado como frutos de mesa. Outro importante produto oriundo do caju é o Líquido da Castanha do Caju (LCC) resultado do processamento da castanha. O LCC é usado com base para revestimentos, isolantes elétricos, plastificantes para borracha, reveladores de fotografias, tintas, vernizes, esmaltes, abrasivos e antioxidantes (BNB, 2018).

O aproveitamento e a comercialização do pedúnculo são mais rentáveis para o produtor do que a castanha, porém, estima-se que 90% do pedúnculo ainda seja desperdiçado na Região Nordeste e o principal produto da cajucultura familiar nordestina continua sendo a Amêndoa de Castanha de Caju (ACC). Além da concentração da renda na castanha, o setor depara-se com fatores que causam fraqueza na cadeia produtiva: pomares antigos com baixa produtividade, baixo uso de tecnologias, falta de assistência técnica, pomares com cajueiro Gigante ou comum, que inviabilizam a aplicação dos tratamentos culturais e padronização do produto para agroindústria.

A cajucultura se tornou uma alternativa aos produtores pois, além de sua capacidade adaptativa, se adequa favoravelmente a solos de baixa fertilidade, as temperaturas elevadas e ao estresse hídrico. Além disso, tem um papel social, haja vista que gera empregos e garante renda aos agricultores no período de entressafra da maioria das outras culturas, produz matéria-prima para várias indústrias e diminui o êxodo rural (SERRANO; PESSOA, 2016).

Apesar da cajucultura apresentar uma grande importância socioeconômica, encontra-se defasada por ter uma área em torno de 90% de cajueiro Comum ou Gigante, baixa produtividade, pomares envelhecidos, manejo inadequado, queda dos preços e de competitividade no mercado internacional, baixo nível tecnológico dos produtores. Outro agravante é a ausência quase que total do uso de práticas de conservação do solo. Atualmente há necessidade de uma modernização no setor tais como a substituição de copa de cajueiros improdutivos por material genético superior, uso de variedades adequadas para cada região por finalidade ou aptidão de produtos, introdução de práticas agrícolas eficientes, emprego de boas técnicas de colheita e pós-colheita (FRANÇA *et al.*, 2008).

Dentre os principais produtores mundiais de caju, o Brasil é o que possui a menor produtividade de castanha de caju (BNB, 2022), cerca de 117 mil toneladas/ano. A baixa produtividade e a queda de produção dos últimos anos se dão pela formação de pomares de cajueiro Gigante, que é maioria na Região Nordeste e são explorados de forma quase extrativista, com baixa utilização de tecnologia que não favorecem o desempenho produtivo do pomar, causando uma inviabilidade do sistema produtivo.

Em relação ao Nordeste, maior região produtora de caju do país, os estados maiores produtores são: Ceará, onde se encontra mais da metade da área colhida, em torno dos 63,5%, Piauí e Rio Grande do Norte, cuja áreas somam 28,7%. O Maranhão tem uma participação de 2,1% na área colhida no ano de 2022, ocupando o quarto lugar, com uma produção 3.514 toneladas e um rendimento médio de 389 kg/ha (IBGE, 2022). O município de Barreirinhas se destaca com a maior produção de castanha de caju do Estado do Ma-

ranhão (1.148 toneladas/ano) com um rendimento médio de 380 kg/ha e uma área colhida de 3.020 hectares no ano de 2021 (IBGE, 2022).

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivos analisar o diagnóstico do perfil tecnológico e social do sistema produtivo do cajueiro Gigante ou Comum no município de Barreirinhas, Maranhão. A análise socioeconômica e fitotécnica dos cajucultores permitirá o esclarecimento dos sistemas agrários vigentes na cajucultura da região, o perfil socioeconômico e tecnológico dos produtores e as práticas de manejo adotadas pelos produtores de castanha de caju.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Levantamento dos dados e local de estudo

O estudo foi realizado com os cajucultores do município de Barreirinhas, Maranhão, localizado na Região Norte do Estado e na microrregião dos Lençóis Maranhenses, nas coordenadas geográficas 2°45'19.63" S e 42°49'47.80" W (Figura 1). O município possui uma área de 3.046,308 km², limitando-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Urbanos Santos e Santana do Maranhão, a Oeste com o município de Santo Amaro e a Leste com o município de Paulinho Neves. A população estimada é de 65.589 pessoas e densidade demográfica de 21,53 hab/km² (IBGE, 2022). O clima predominante na Região é o clima tropical, classificação de Koppert (1936) com clima de savana (As) com estação chuvosa bem definida e período de estiagem durante 5 meses com precipitação média de 1100 mm/ano. Os solos são classificados como ácidos, profundos e altamente intemperizados. A classe de solo predominante é o Neossolo Quartzarênico Órtico (NQo) (SANTOS et al., 2018). A vegetação de Savana Parque sem floresta de galeria (Sps) ocupa cerca de 70% do território do município, ocupando a faixa mais ao Sul e ao Norte com a presença de Duna (Dn) e Formação pioneiras com influência marinha arbórea (Pfm) (BDIA, 2024).

As informações para a condução da pesquisa foram obtidas a partir de fontes primárias, com aplicação de questionários pré-elaborados, visitas e conversas informais junto aos cajucultores e fontes secundárias por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural (AGERP), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Agricultura de Barreirinhas, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Sindicato dos Produtores Rurais de Barreirinhas (STTRB).

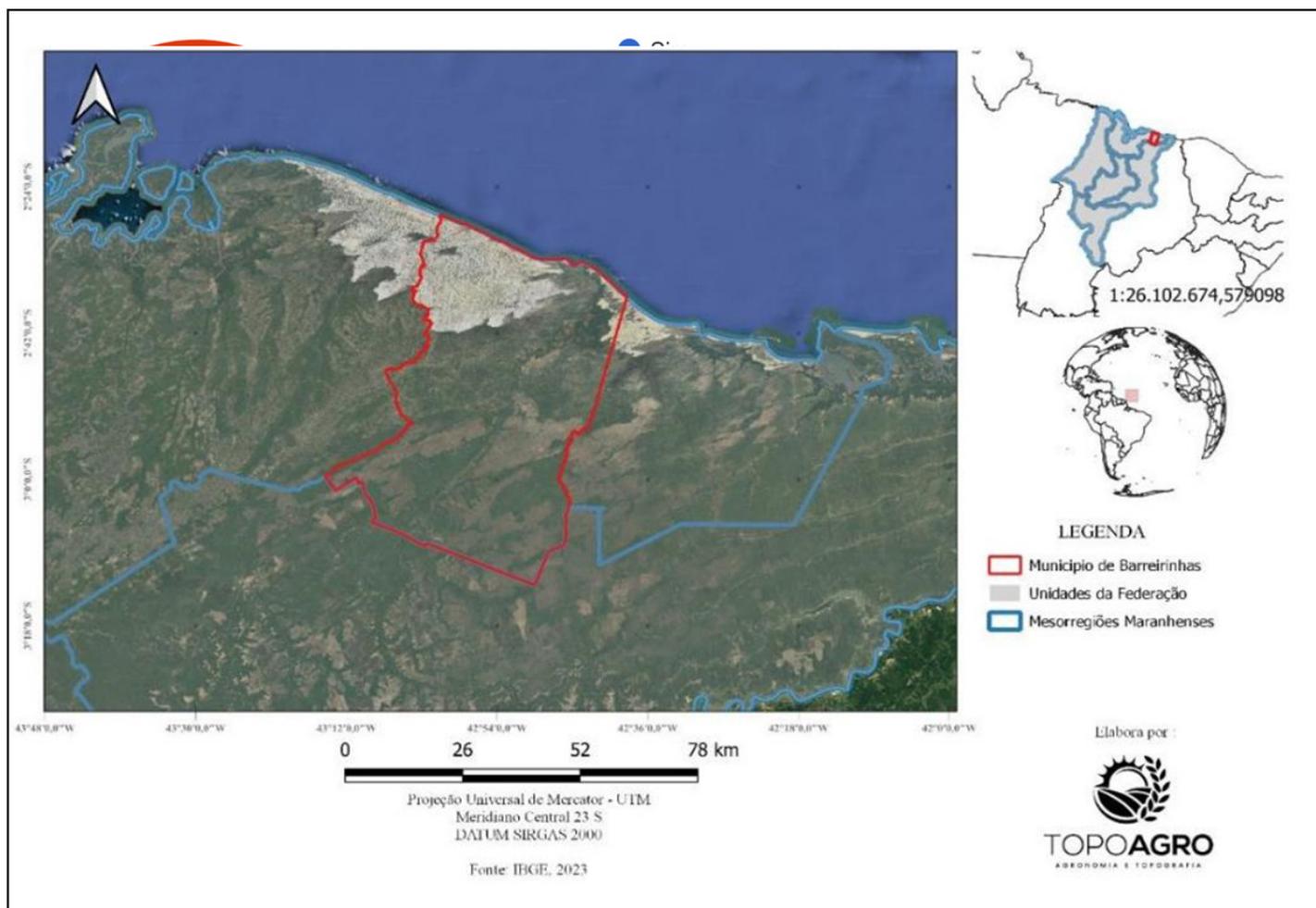


Figura 1. Mapa de localização do município de Barreirinhas, Maranhão

Fonte: Lisboa Junior (2024)

2.2 Definição da amostra

Devido à ausência de dados numéricos sobre o número de cajucultores e de informações das atividades do sistema de produção de caju da Região para a realização da pesquisa, definiu-se uma amostragem não probabilística, na qual o pesquisador seleciona membros da população mais acessível (OLIVEIRA, 2021). Na presente pesquisa, as amostras foram definidas de acordo com o acesso aos produtores das comunidades mais representativas na exploração e produção de cajueiro Gigante, predominante no município, com uma área igual ou superior a 01 (um) hectare.

Foram definidos 12 projetos de assentamentos, sendo 11 projetos de Assentamento Estaduais (PE), sob a responsabilidade do Instituto de Terras e Reforma Agrárias do Estado do Maranhão (ITERMA) e 01 (um) Projeto de Assentamento Federal (PA), de responsabilidade do Governo Federal, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para a pesquisa de campo foram selecionados cajucultores no banco de dados da Secretaria de Agricultura do município e do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreirinhas - MA. A princípio, buscou-se alcançar 40 produtores na amostra, no entanto, devido à dificuldade de levantamento desses cajucultores, foram entrevistados 36 produtores diretamente envolvidos na atividade, cujo número foi proporcional à representatividade de

cada comunidade, entre aquelas tidas como as mais conhecidas e tradicionais.

2.3 Métodos e técnicas de análise

Os métodos de análise neste estudo, tem como finalidade sistematizar de forma objetiva os dados obtidos, identificar relações entre variáveis e aprofundar a discussão sobre o tema apresentado. As técnicas se encontram divididos nas seguintes etapas: a) pesquisa documental e bibliográfica; b) caracterização do sistema produtivo do caju e c) análise econômico-social do cajucultores, e com suporte dos subíndices abaixo.

2.3.1 Subíndice Social dos cajucultores familiares

De acordo Silva (2019), o subíndice social dos cajucultores é formado pelos indicadores de educação, habitação, saúde e saneamento básico. Esse índice está diretamente relacionado com as necessidades humanas e o bem-estar (RABELO, 2007).

2.3.2 Subíndice Institucional dos cajucultores familiares

De acordo com Silva (2019), o capital social e os serviços técnicos oferecidos aos cajucultores, em conjunto, forma o Subíndice Institucional dos produtores de caju.

2.3.3 Subíndice Econômico dos cajucultores familiares

Silva (2019) destaca que o Subíndice Econômico dos cajucultores familiares se enquadra na dimensão econômica e é formado pelos seguintes indicadores: renda do produtor, renda da castanha de caju, produção e beneficiamento, Os indicadores mostram como a cajucultura pode afetar a renda e os valores monetários da produção.

2.4 Tratamento e análises dos dados

Para a análise estatística dos dados levantados, foi utilizado o Software Microsoft® Excel® 2019 MSO (Versão 2303 Build 16.0.16227.20202). Como método estatístico, foi utilizado parâmetros da estatística descritiva (média, percentagem, distribuição de frequência), com representações por meio de tabelas e figuras, para avaliar qualitativamente os subíndices levantados na pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aspectos do sistema de produção dos cajucultores familiares

O cajueiro mais cultivado na Região dos Lençóis Maranhenses é o tipo 'Gigante' ou 'Comum' oriundo de plantio por sementes (pé-franco), realizado durante os períodos de plantio dos roçados, tendo como principal característica a "catação manual" da castanha proveniente do "cajual" e o baixo uso de tecnologia no manejo do sistema produtivo. Dentro das unidades analisadas, a produção da castanha de caju, tem um peso significativo

na formação da renda familiar, uma vez que tal produção fornece uma renda superior quando comparada aos demais cultivos ou criação de animais que integram os sistemas de produção dos cajucultores.

Com base nessas informações, essa caracterização permite identificar e hierarquizar os problemas técnicos, ambientais e econômicos em cada grupo de produtores. Assim, é possível subsidiar políticas ou projetos mais apropriados para o conjunto dos produtores, estabelecer prioridades para a assistência técnica, para o crédito ou para os investimentos em infraestrutura, sugerir novos sistemas de cultura ou de criação e avaliar as possibilidades de mudança tecnológica. Além do mais, a caracterização fez-se necessária pois a cajucultura local é exercida de forma diferente das demais Regiões do Nordeste brasileiro.

A cajucultura familiar barreirinhense está muito associada ao sistema tradicional de roça-no-toco, no qual durante o período de chuvas na Região (dezembro a junho) os cajucultores aproveitam para diversificar a produção com culturas agroalimentares de subsistência como o milho, feijão, melancia e mandioca (Figura 2). O uso da estratégia do sistema itinerante facilita a abertura de novas áreas para o cajueiro Gigante e um aumento da renda familiar no período de entressafra da castanha, tendo uma renda satisfatória o ano todo.

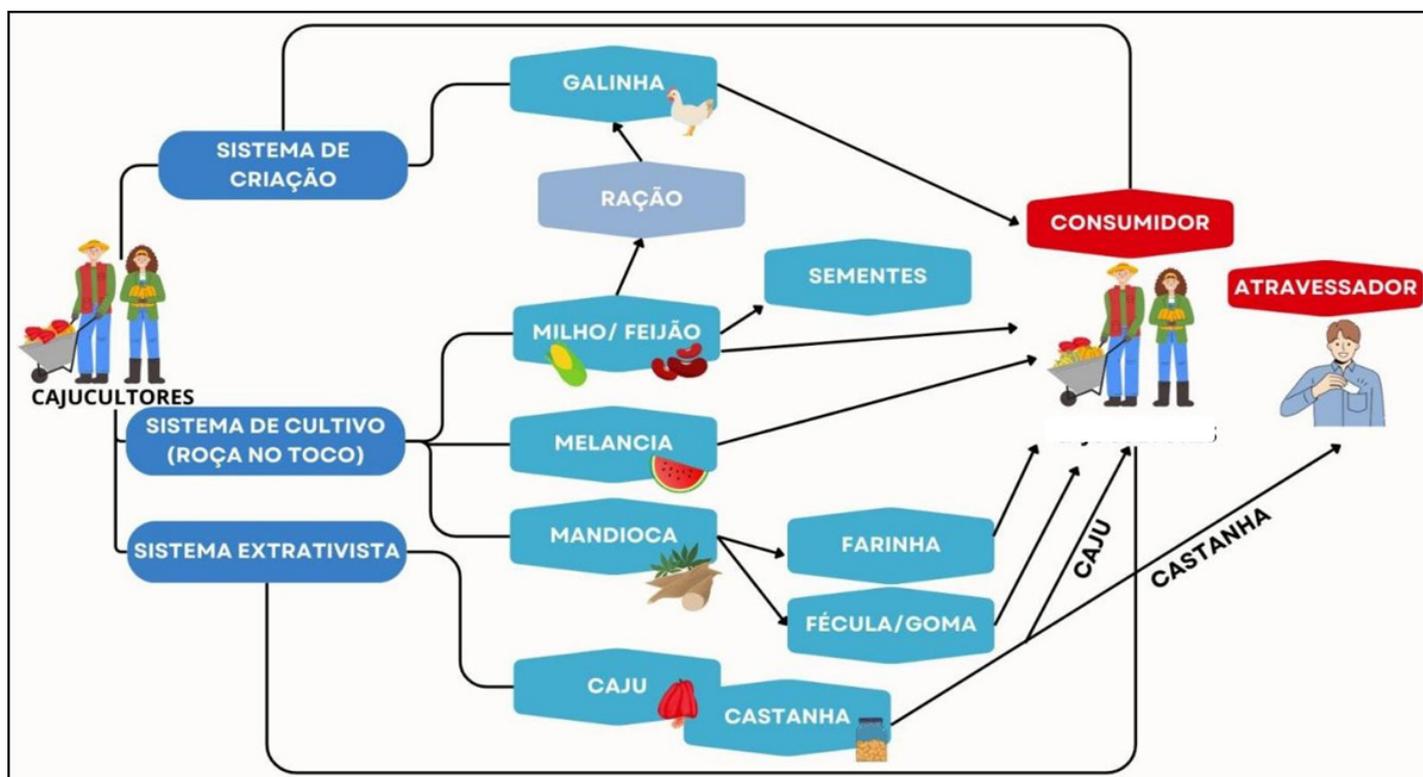


Figura 2. Caracterização do sistema de produção do cajueiro Gigante em Barreirinhas, Maranhão

Fonte: Lisboa Junior (2023)

3.2 Caracterização do perfil socioeconômico dos cajucultores

O perfil socioeconômico dos produtores de castanha de caju do município de Barreirinhas/MA, foi realizado por meio de pesquisa de campo, a partir da aplicação de questionários junto ao cajucultores. Na pesquisa foram visitadas 12 comunidades do município, inseridas em Projetos de Assentamento do Estado (PE) e do Governo Federal (PA).

3.2.1 Aspectos do subíndice social

A dimensão social está diretamente relacionada com as necessidades básicas e a qualidade de vida dos produtores. Para esta dimensão foram priorizados os indicadores de estrutura familiar, educação e habitação.

A composição média familiar dos produtores é de 8 (oito) pessoas. A família dos cajucultores é composta em maior expressão por adultos (56,58 %) de acordo com Tabela 1. A fixação dos familiares nas atividades agrícolas dentro do município através das políticas agrícolas direcionadas aos jovens e adultos estimula a produção e a comercialização de produtos artesanais, aumento da renda e melhora nas condições de vida ao produtor. O aumento de números de crianças e jovens favorece, a longo prazo, a permanência da família na região e a sucessão familiar na atividade. No entanto, a mão de obra familiar disponível não atende as necessidades de trabalho nos pomares.

Variável	Adultos ¹	Jovens ²	Crianças	Idosos ³	Total
Frequência absoluta	172	38,0	52	42	304
Média	4,78	1,06	1,44	1,17	8,44
Frequência relativa (%)	56,58	12,50	17,11	13,82	100

¹Maior que 18 anos e menor que 60 anos, ² maior ou igual a 14 anos e menor que 18 anos; ³Maior que 60 anos

Tabela 1. Distribuição de membros da família, por faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O nível educacional dos agricultores tem um impacto direto na promoção de uma agricultura mais sustentável e lucrativa. Quanto mais instruídos forem os cajucultores, maior a chance de terem acesso às discussões sobre as questões sociais, ambientais e econômicas das atividades que eles desenvolvem como produtores (Tabela 2). Contrariamente, a pesquisa revela que 2/3 dos cajucultores são analfabetos. O aumento da escolaridade dos produtores rurais melhora sua convivência com a sociedade e com o espaço que ocupam, no qual tornam-se agentes atuantes na organização e dinâmica com capacidades de desenvolver a consciência crítica, melhorando a participação nas políticas públicas (SILVA, 2019).

Grau de escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Analfabeto	24,0	66,67
Ensino Fundamental	10,0	27,78
Ensino Médio	2,0	5,56
Ensino Superior	-	-
Total	36,0	100

Tabela 2. Distribuição dos produtores de castanha de caju quanto ao nível de escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A totalidade dos entrevistados possui casa própria, com energia elétrica em suas residências. A Tabela 3 mostra que 58,33% dos produtores residem em uma casa de alvenaria com reboco e piso de cimento; 22,22% dos produtores residem em casas de alvenaria com reboco e piso cerâmico, fato que revela um bom padrão construtivo para esse grupo. A habitação é responsável por promover qualidade de vida e do bem-estar ao produtor, inde-

pendente do seu nível social ou cultural (SILVA, 2019). O indivíduo ao possuir o próprio imóvel garante a segurança familiar por ser um bem de valor cultural e social (PASSOS, 2014).

Tipo de moradia	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Taipa	-	-
Alvenaria sem reboco	1,0	2,78
Alvenaria com piso ereboco	8,0	22,22
Alvenaria com reboco	21,0	58,33
Alvenaria com piso	6,0	16,67
Total	36,0	100

Tabela 3 - Distribuição de produtores de castanha de caju quanto às condições de moradia

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

3.2.2 Aspectos do Subíndice Institucional

A dimensão institucional permite analisar a participação dos produtores em associação, em projetos voltados para a cajucultura, o acesso a assistência técnica e ao crédito rural. Damasceno (2019) destaca que o índice político-institucional é determinado pela mensuração da efetividade ou não de políticas públicas que sejam voltadas aos agricultores familiares tais como assistência técnica, crédito rural, difusão de tecnologias, entre outras.

A organização social das comunidades dá-se por meio de associação ou sindicato de trabalhadores (Tabela 4), no qual fazem parte moradores e produtores que residem nas comunidades. Neste trabalho, 100% dos entrevistados participam das associações das comunidades. As associações desempenham um papel importante juntos aos produtores, pois possibilita a participação de eventos públicos, chamadas de editais, facilidade de acesso ao crédito e cursos/capacitações voltados ao desenvolvimento pessoal e intelectual dos agricultores. Esse percentual mais elevado ocorre pelo fato de os assentamentos rurais possuírem uma organização social bem definida o que facilita a obtenção de crédito, assistência técnica e projetos. Nesse sentido, para 77,78% dos produtores a participação em associação facilita o acesso a projetos. No entanto, os projetos não são voltados para a cajucultura.

Participa de associação/sindicato	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	36,0	100,0
Não	0,0	0,0
Total	36,0	100,0
A participação em associação/sindicato facilita o acesso em projetos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	28,0	77,78
Não	8,0	22,22
Total	36,0	100

Tabela 4. Distribuição de cajucultores quanto a participação em associações/sindicatos

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é outro indicador importante para avaliar as políticas públicas direcionadas aos produtores rurais. A assistência Técnica é extremamente importante para os produtores adquirirem conhecimento sobre o manejo e adoção de tecnologias que viabilizem a produção a partir de técnicas conservacionistas e boas práticas agrícolas e ambientais, que venham a proteger o solo, recursos hídricos e o próprio produtor, além de técnicas e práticas culturais nos pomares (introdução de clones produtivos, poda, adubação, irrigação, manejo fitossanitário etc.).

Para 100% dos produtores, a falta de assistência técnica e de apoio dos órgãos municipais como a Secretaria de Agricultura do município favorece o não desenvolvimento da atividade na Região, causando uma baixa produtividade e a senescência dos pomares de caju, forçando a migração dos produtores para outros setores. A deficiência da assistência técnica quer pública ou privada, constitui situação grave e que implica na não efetivação de uma possível política de revitalização da cajucultura no município. Apesar da presença da Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural (AGERP/SAF), ligada ao Governo Estadual, que possui um escritório Regional na Cidade de Barreirinhas, os produtores relatam que sentem dificuldades em conseguir assistência por parte do Órgão Público.

Em paralelo aos serviços ATER, o crédito rural é outra ferramenta importante para se avaliar a dimensão institucional do sistema produtivo na medida em que o crédito rural possibilita a aquisição de insumos e de tecnologias que venham a contribuir para o aumento da produção agropecuária. Entre os produtores de castanha de caju 83,33% tem acesso ao crédito rural, como mostra a Tabela 5.

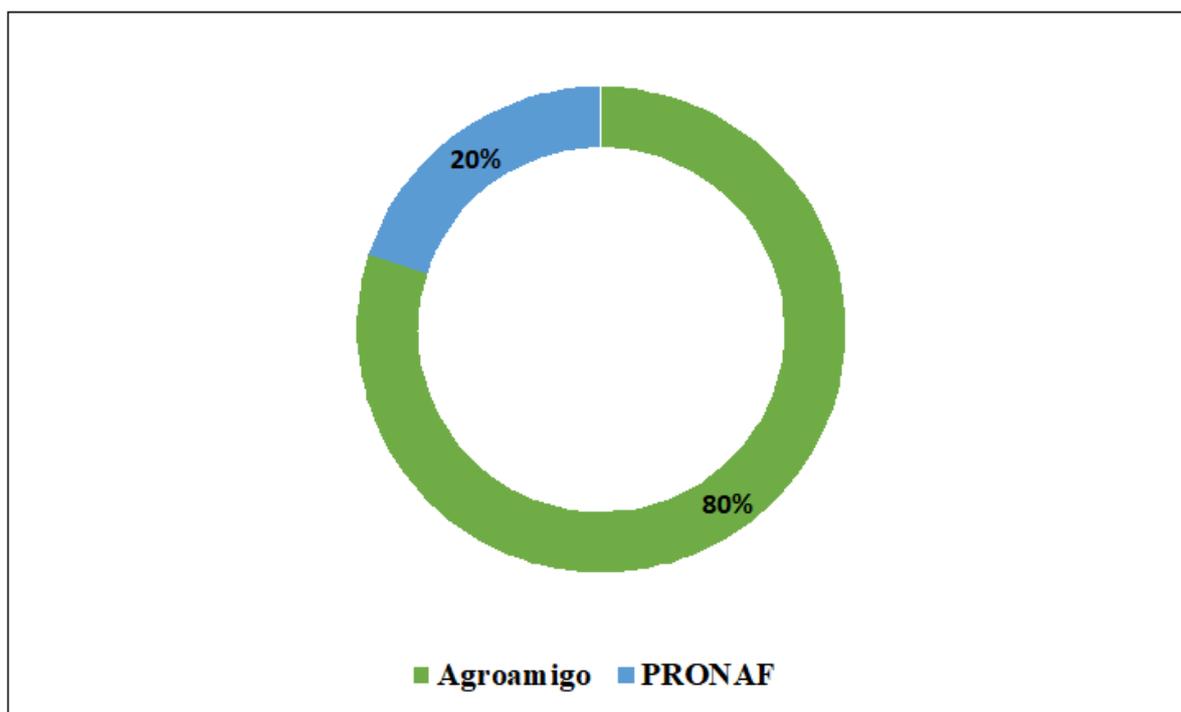
Acesso ao Crédito rural	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	30,0	83,33
Não	6,0	16,67
Total	36,0	100

Tabela 5. Distribuição de produtores quanto ao acesso ao crédito rural.

Fonte 1: Dados da pesquisa (2023).

As principais linhas de crédito que os produtores adquirem os recursos das instituições financeiras constam na Figura 3. O agente bancário Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é a principal instituição atuante no município através do programa AGROAMIGO (PRONAF B), com 80% dos produtores com acesso ao crédito rural nessa linha, enquanto 20% dos produtores se enquadram no PRONAF V (renda variável), com Renda Bruta Anual (RBA) de até 500 mil reais/ano.

Figura 3. Distribuição de cajucultores que tem acesso as linhas de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Apesar da relevância dos dados referentes a política do crédito rural, a deficiência de Assistência Técnica implica em uma baixa efetividade na aplicação dos recursos adquiridos, o que causa um baixo investimento produtivo na cultura.

3.2.3 Aspectos do Subíndice Econômico

Essa dimensão está diretamente relacionada aos aspectos que interferem na formação de renda dos produtores. Portanto, busca-se identificar as fontes de renda familiar e a renda da produção de castanha de caju. A economia dos produtores tem como base a agricultura destacando a produção de castanha de caju, a pecuária e a renda não agrícolas.

A totalidade dos cajucultores familiares barreirinhenses desenvolvem atividades agrícolas, sendo que 63,89% deles realizam atividades voltados para a pecuária, associadas ou não a atividades agrícolas (Tabela 6).

Realiza atividades agrícolas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Agricultura de subsistência e criação de animais de grande porte	8,0	22,22
Agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte	13,0	36,11
Agricultura de subsistência e produção de hortaliças	5,0	13,89
Agricultura de subsistência	8,0	22,22
Criação de animais de pequeno porte	2,0	5,56
Total	36,0	100,00

Tabela 6. Distribuição de produtores quanto às atividades agropecuárias

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A agricultura de subsistência (tipo “roça-no-toco”) associada a criação de animais de pequeno porte (aves, caprinos, ovinos e suínos) é praticada por 36,11% dos cajucultores, enquanto 22,22% dos cajucultores praticam a agricultura de subsistência isoladamente para auxiliar na renda durante entre safra do caju, com a produção de culturas agroalimentares como a mandioca, feijão, milho e melancia. Trata-se de uma estratégia de aumento de área plantada do caju após o corte e queima.

Diversas atividades não agrícolas no eixo familiar dos produtores barreirinhenses são muito comuns, devido ao elevado número de pessoas por família, que busca por melhores condições de moradia e qualidade de vida, podendo ser um complemento na renda anual familiar para cerca de 92% das famílias.

A prestação de serviços se destaca em 55% das famílias entrevistadas, onde desempenham atividades como pedreiro, diarista, marceneiro, carpinteiro, entre outros, enquanto 21% dos produtores atuam em atividades no serviço público como professores, motoristas, merendeiras e auxiliar de serviços gerais (Figura 4).

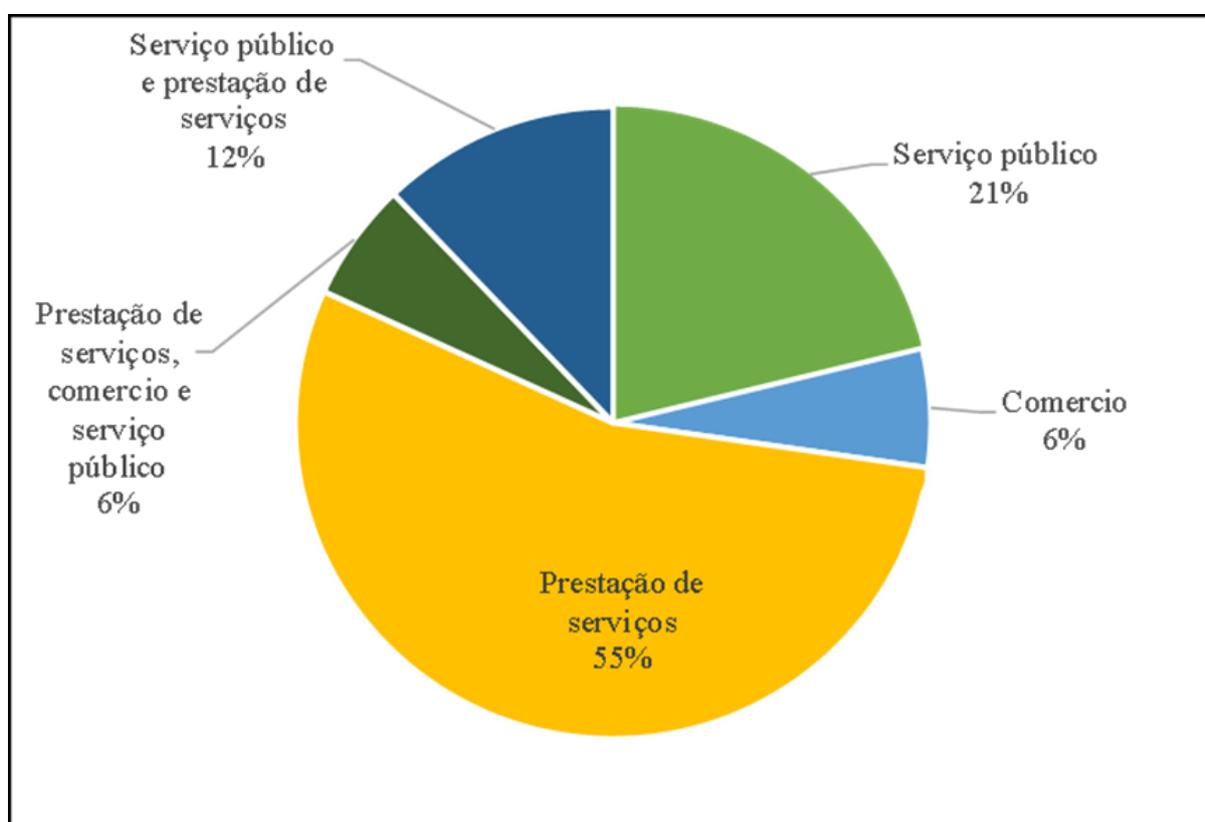


Figura 4. Principais atividades não agrícolas desenvolvidas pelos cajucultores

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quanto à principal fonte de renda dos produtores, 28% dos cajucultores consideram com a principal a renda que obtém da aposentadoria e atividades agrícolas, e 22% definem que as atividades agrícolas associadas a venda da castanha de caju são as principais fontes de renda da família (Figura 5).

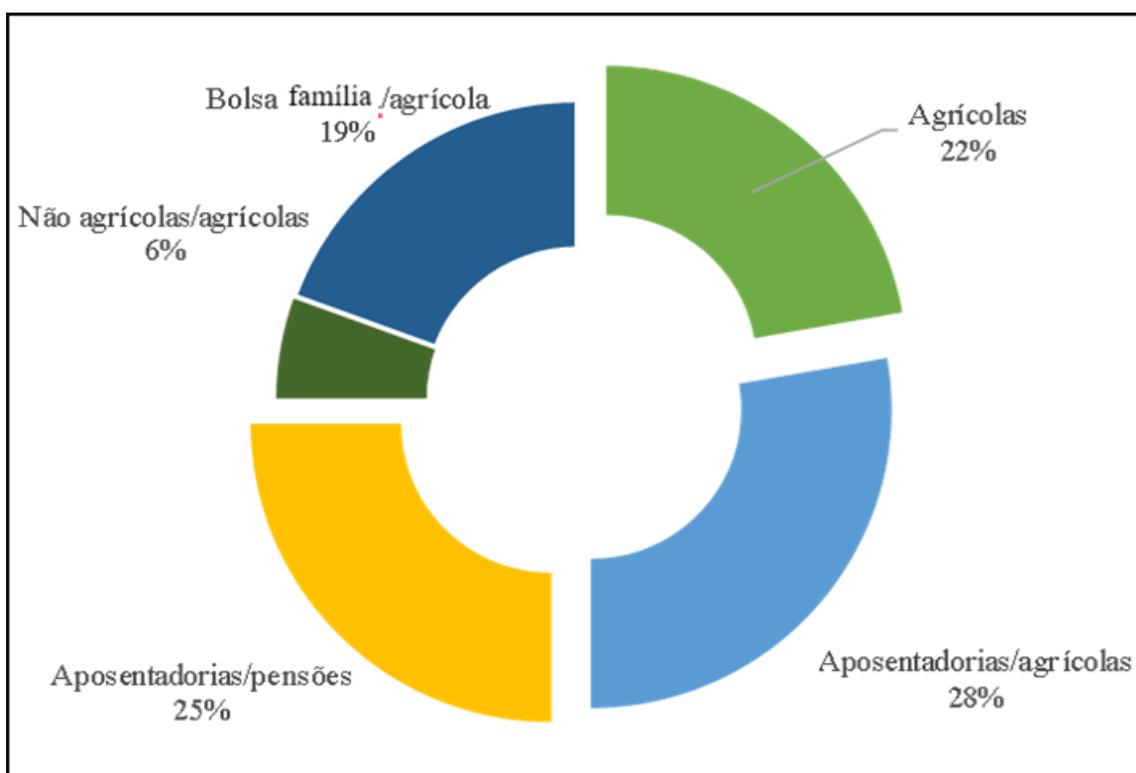


Figura 5. Distribuição dos produtores quanto às principais fontes de renda

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A variação da renda para 64% dos produtores situa-se entre R\$ 1.320,00 a R\$ 2.000,00 e apenas 19% dos cajucultores possuem uma renda maior que R\$ 2.000,00. Em torno de 2/3 (64%) dos produtores se dizem satisfeitos com sua renda mensal, fato relacionado a estabilidade financeira que a aposentadoria/pensão e o serviço público geram na renda familiar dos produtores.

Em relação ao principal produto da cajucultura - a castanha de caju - colhida na entressafra de outras culturas e que coincide com o período de estiagem no município (de agosto a dezembro) a renda da castanha de caju tem peso importante, o que possibilita a geração de renda e emprego nos meses de baixa atividade. Devido à desvalorização do produto e os custos para preparar a castanha para venda, muitos dos cajucultores consideram a sua renda baixa obtida da venda da castanha, devido a ação dos atravessadores, que compram por preço muito abaixo do mercado. Isso acaba desestimulando os produtores investirem na cultura, principalmente no manejo de pragas, doenças e nutricional dos cajueiros ou até mesmo migrar para clones mais produtivos como BRS 226, CCP 076, BRS 189 e outros gerados pela da EMBRAPA.

No processo de comercialização, cerca de 86% dos produtores destinam a produção de castanha de caju para atravessadores, que destinam o produto principalmente para as grandes indústrias de processamento de LCC, agroindústria artesanais de castanhas e a venda na feira local. Outros 14% dos produtores possuem uma certa liberdade de comercializar a produção diretamente ao consumidor final, através de vendas por encomendas e nas feiras livres na sede do município de Barreirinhas - MA. As principais cidades que a produção é destinada por encomenda, segundo os cajucultores são os municípios de São Luís - MA (64%), Santa Rita - MA (22%) e Bacabeira - MA (14%). A castanha de caju se destaca por ser produto nobre no comércio e na culinária regional, apreciada por turistas que visitam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM).

A variação do preço da castanha está ligada diretamente à oferta e demanda, à qua-

lidade da amêndoa, o tamanho e os valores definidos pelos atravessadores da Região. A média de preço da castanha de caju no início da safra 2023 (meses de setembro, outubro e novembro) foi de R\$ 3,50 e no final da safra alguns produtores chegaram a vender para atravessadores a R\$ 4,50. Além da dificuldade do preço na hora de se comercializar a castanha, outro ponto importante que os cajucultores relataram foi a dificuldade de mão de obra, principalmente no período da colheita, o que dificulta o manejo e torna o trabalho mais oneroso.

O aproveitamento do pseudofruto (pedúnculo) na região é muito baixo, e isso reflete um alto desperdício de matéria prima durante o período de safra, questão aliada a baixa qualidade do fruto *in natura* (produto não padronizado). O preço da castanha aliado ao baixo incentivo das organizações municipais, como Secretaria de Agricultura e Sindicatos ligados ao setor, favorece o baixo aproveitamento, bem como o alto desperdício de frutos nos pomares. Resultados demonstram que 100% dos produtores não realizam nenhum tipo de beneficiamento do pedúnculo de caju (Tabela 7).

Realiza beneficiamento do pedúnculo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	0,0	0,00
Não	36,0	100,00
Total	36,0	100,00
Tem interesse em beneficiar	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	29,0	80,56
Não	7,0	19,44
Total	36,0	100,00
Produtos que deseja obter	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Polpa e doces	8,0	27,59
Polpa	16,0	55,17
Doces	5,0	17,24
Total	29,0	100,00

Tabela 7. Distribuição de cajucultores quanto ao beneficiamento do pedúnculo e produtos de interesse

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quanto ao interesse em beneficiar ou produzir derivados do caju, 80,56% mostraram interesse em produzir e comercializar em feiras livres na Região, sendo um ponto importante para complementar a renda da castanha no período da safra. Observou-se que 55,17% dos cajucultores tem o interesse em produzir polpa (Tabela 7) que é base para outros derivados, enquanto 27,59% têm o interesse em produzir polpa e doces.

A produção de doces foi muito destacado em meio ao gênero feminino que relatou a importância de produzir derivados do caju para venda e comercialização na comunidade, acrescentando na renda da produção da castanha. Todos os produtores entrevistados relataram que existem projetos de agroindústria de caju, seja para beneficiar a castanha quanto para beneficiar o pseudofruto; no entanto, os projetos encontram-se desativados e todos os maquinários necessários foram inutilizados. O motivo da paralização se deu pelo fato de que todo o processo de beneficiamento é extremamente técnico e, segundo os produtores, não houve apoio e treinamento para a realização das atividades nas agroindústrias. Outro entrave encontrado foi a não diversificação dos cultivos atuais de cajueiros

gigantes com tipos anão-precoce, a exemplo do CCP 76, BRS 189, entre outros, inclusive com dupla aptidão (castanha e pedúnculo), visando atender os padrões de qualidade das fábricas.

3.3 Considerações Finais

O sistema de produção do cajueiro Gigante é, de forma geral, desafiador para o agricultor familiar, na qual as dificuldades de manejo, baixo investimento na cultura, desvalorização de mão-de-obra e dificuldades na comercialização, exigem uma intervenção maior por parte do poder público, com facilitação dos serviços de ATER, seja ela através da Secretaria Municipal de Agricultura quanto de instituições como AGERP, SENAR/MA e SEBRAE.

A implementação de um “Programa de Revitalização da Cajucultura Barreirinhense” seria uma iniciativa viável e inadiável. Por meio desse programa algumas ações seriam imprescindíveis: fornecimento de clones de cajueiro anão-precoce (enxertados), construção de um viveiro municipal, cursos de capacitação em manejo de pomares e inovações tecnológicas, cursos de capacitação voltados para agroindústria e a implementação de uma rede de Assistência Técnica e Gerencial da propriedade familiar.

4. CONCLUSÕES

O sistema de produção do cajueiro Gigante no município de Barreirinhas, MA, pode ser caracterizado como extrativista, devido a sua forma de condução e manejo ao longo ciclo de produção. Poucas práticas agronômicas são adotadas pelo cajucultores, o que resulta em um baixo rendimento na produção de castanha de caju e um baixo aproveitamento do pedúnculo, sendo o sistema de produção totalmente voltado para a comercialização da amêndoa, seja ela beneficiada ou in natura.

De um modo geral, os homens são os principais responsáveis pela produção de castanha de caju, as famílias são compostas por oito membros e a maioria dos produtores não possui nível de instrução. Habitam em imóvel próprio com bom padrão construtivo e a principal fonte de renda é oriunda das atividades agrícolas tendo por base a castanha de caju, complementada por benefícios sociais, aposentadorias, serviço público e prestação de serviço.

No aspecto institucional os indicadores de acesso à assistência técnica (patamar ruim) e participação em associação, acesso ao crédito rural e acesso a projetos voltados para a cajucultura foram classificados como bons. A organização social por parte dos produtores de castanha de caju é necessária para aquisição de projetos e insumos voltados para atividade, e de investimentos, e assim, tornar a atividade mais produtiva e lucrativa.

O acesso à assistência técnica é extremamente importante para o manejo mais adequado da cultura do cajueiro a partir de práticas agrícolas sustentáveis, assim como o acesso ao crédito rural é necessário para aquisição de tecnologias e insumos para a produção, mas a implementação deve ser apoiada pela ATER. Esses indicadores devem ser melhorados para que haja aumento no índice de produtividade e qualidade.

No aspecto econômico os indicadores de impacto da renda proveniente da produção de castanha, e satisfação com renda da produção de castanha foram consideradas ruins, enquanto a renda média do produtor e produção foram considerados bons. A insatisfação com a renda advinda da produção de castanha de caju está relacionada com a venda para

atravessadores a baixo preço, desvalorizando a atividade.

O beneficiamento ainda é pouco realizado por parte dos produtores, e realizado de maneira muito artesanal e caseira, sem o conhecimento necessário sobre as práticas de manipulação e processamento, sendo necessário também o incentivo para o beneficiamento do pseudofruto (pedúnculo) que é muito desperdiçado e poderia ser um agregador de valor nos produtos e contribuir na renda aos produtores.

REFERÊNCIAS

- BDIA. BANCO DE DADOS E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DO BRASIL. **Barreirinhas: Cobertura vegetal e outras áreas. 2024.** Disponível em <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao>>. Acesso em 26 ago. 2024.
- BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Cajucultura nordestina em recuperação.** Caderno Setorial ETENE, ano 3, n. 54. nov. 2018. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/993/1/2018_CDS_54.pdf> Acesso em 19 mai. 2023.
- BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Cajucultura.** Caderno Setorial ETENE, ano 7, n. 230. Jul 2022. Disponível em <https://g20mais20.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1328/1/2022_CDS_230.pdf> Acesso em 19 mai. 2023.
- FRANÇA, F.M.C. et al. **Agronegócio do caju no Ceará:** cenário atual e propostas. Fortaleza, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará, 2008.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal, 2022.** IBGE Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>>. Acesso em: 19 maio 2023.
- OLIVEIRA, V.H. **Canal da Cajucultura. O caju de mesa ganhou o Brasil.** Youtube, 13 maio 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YiKJG8T4kAo>>. Acesso em: 19 mai. 2023.
- OLIVEIRA, V.H. **Canal da Cajucultura. Cajucultura: conjuntura e tendências.** Youtube, 05 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qZELv7p18vo>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- RABELO, L.S. Indicadores de sustentabilidade: uma proposta metodológica para a mensuração do progresso ao Desenvolvimento Sustentável. 2007. 170 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- RIBEIRO, L. L.; VAL, A. D. B.; RAUJO NETO, P. R. . **Implantação e manejo da cultura do cajueiro-anão-precoce na região Meio-Norte do Brasil.** Teresina/PI: Embrapa Agroindústria Tropical, 2009. 38 p. (Embrapa Agroindústria Tropical. Comunicado Técnico, 187).
- SANTOS, H.G. et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 5ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 356p.
- SERRANO, L. A. L.; PESSOA, P.F.A.P. **Sistema de produção do caju:** aspectos econômicos da cultura do cajueiro. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2 ed. 2016.
- SILVA, R. A. Sustentabilidade dos produtores de caju no litoral norte cearense. 2019. 111 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

5

CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE VIANA – MA

*CHARACTERIZATION OF PRODUCERS AT THE FAMILY FARMING FAIR IN THE
MUNICIPALITY OF VIANA – MA*

Shirley dos Santos

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

 **10.29327/5430353.1-5**



Resumo

Uma das características da agricultura familiar é a utilização da mão de obra familiar nas atividades da propriedade, assim como também, uma grande diversidade na sua produção. No Maranhão e, mais especificamente, no município de Viana, a produção agrícola se concentra na agricultura familiar, que, em geral, se caracteriza por baixo uso de tecnologia e poucas alternativas para comercializar sua produção e gerar renda. Como alternativa para viabilizar o escoamento da produção, surgiu a Feira da Agricultura Familiar, que é uma iniciativa da Prefeitura de Viana e ocorre aos sábados na Praça da Bíblia a partir das 6 horas da manhã. Contudo, com o passar dos anos, diversos problemas têm dificultado a permanência dos feirantes no exercício da atividade. O presente trabalho teve como objetivo caracterizar os produtores familiar da Feira da Agricultura Familiar em Viana – MA. A metodologia adotada foi pautada na aplicação de um questionário com perguntas que envolveram aspectos sociais e econômicos. Ao término da tabulação de dados, observou-se que a Feira se caracteriza como um espaço com potencial de crescimento, porém, foi observado que existem problemas significativos que afetam principalmente os feirantes e refletem um grau de insatisfação decorrente a falta de apoio, especialmente da Prefeitura, no que se refere à organização e ao marketing de divulgação, dois fatores que podem comprometer a existência futura da Feira.

Palavras-chave: Cadeias agroalimentares, Feirantes, Hortifrutigranjeiros.

Abstract

One of the characteristics of family farming is the use of family labor in the farm's activities, as well as great diversity in its production. In Maranhão, as in the Viana city, agricultural production is concentrated in family farming, which is generally characterized by low use of technology and few alternatives for commercializing production and generating income. As an alternative to making it possible to sell the produce, the Family Agriculture Fair has emerged, an initiative of the Viana City Council and which takes place on Saturdays in the *Bíblia Square* from 6 am. However, over the years, a number of problems have made it difficult for market traders to stay in business. The aim of this study was to characterize the family producers at the Family Agriculture Fair in Viana - MA. The methodology adopted was based on the application of a questionnaire with questions involving social and economic aspects. At the end of the data tabulation, it was observed that the Fair is characterized as a space with potential for growth. However, it was noted that there are significant problems that mainly affect the traders and cause dissatisfaction due to the lack of support, especially from the City Council, in terms of organization and marketing, two factors that could compromise the fair's future existence.

Keywords: Agri-food chains, Market traders, Fruit and vegetable growers.

1. INTRODUÇÃO

Uma das características da agricultura familiar é a utilização da mão de obra familiar nas atividades da propriedade. Existe uma diversidade de produtos desenvolvidos por esses agricultores, como grãos, hortaliças, proteína animal e vegetal, frutas, legumes e verduras, ao passo que mais de 50% dos alimentos produzidos no Brasil são de origem familiar (CONAB, 2021). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a agricultura familiar é responsável por 77% dos estabelecimentos agropecuários nacionais, gerando cerca de 10 milhões de empregos, o que representa 67% do público rural. Outro dado bastante relevante é que 38% do valor bruto da produção agropecuária do país é atribuído à agricultura familiar (CONAB, 2021). Nesse contexto, o abastecimento interno de alimentos, especialmente in natura, é realizado majoritariamente pela agricultura familiar, de modo que sua participação no mercado é essencial para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população do país, além de promover a geração de renda aos agricultores.

Sendo assim, como em outros municípios maranhenses, em Viana a produção agrícola se concentra na agricultura familiar. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, o Maranhão ocupa a terceira posição no ranking dos estados do Nordeste com maior concentração de famílias agrícolas (IBGE, 2017). Contudo, assim como em muitas regiões do país, além de problemas relacionados à assistência técnica, os produtores enfrentam-se na comercialização dos produtos. Nesse cenário, surgiu a Feira da Agricultura Familiar, que é uma iniciativa da Prefeitura de Viana e ocorre todos os sábados na Praça da Bíblia a partir das 6 horas da manhã (Viana, 2021), além disso, é a única feira destinada à agricultura familiar no município. Esse espaço é de grande representatividade para os agricultores, uma vez que possibilita a comercialização justa dos produtos e os atores dessa construção ganham visibilidade, o que conseqüentemente, impacta positivamente em sua renda.

A agricultura familiar tem muita importância estratégica na economia brasileira. Além de sua grande contribuição social para atenuar o êxodo rural e a desigualdade social, esse setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas também aos agricultores, por meio de sua inclusão no mercado e, conseqüentemente, aumento na sua renda. Ela é considerada a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário, pois promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma oferta maior e mais diversificada de alimentos à população, produzida de formas sustentáveis, com alimentos de qualidade e diversificados (Maluf, 2018). Ademais, somente nos anos de 1990, esse setor foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, sendo ali criadas e inseridas políticas públicas à agricultura familiar. Sabe-se que bem antes disso, essas políticas eram de favorecimento somente de médios e grandes produtores (Esquerdo-Souza; Bergamasco, 2015).

A agricultura familiar emprega cerca de dez milhões de trabalhadores e envolve mais de quatro milhões de famílias (IBGE, 2017), nesse contexto, o setor é responsável pela economia de 90% dos municípios com até vinte mil habitantes e 40% da população economicamente ativa está sujeita a essa prática. Ainda, segundo o IBGE, a agricultura familiar ocupa 23% do território nacional. Além disso, 70% dos agricultores possuem de um a 50 hectares de terra e 70% dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro são produzidos por este setor (IBGE, 2017; Paim, 2020).

A agricultura familiar desenvolvida no Maranhão é caracterizada por produzir alimentos em pequena escala, e, na maioria das situações, produz-se para consumo da própria



família e o pequeno excedente é comercializado (Barbosa *et al.*, 2021). Esses produtos são principalmente de única natureza, como as proteínas animais, frutas, verduras e legumes.

O Maranhão é considerado um dos estados brasileiros com maior alcance de terras férteis, entretanto, se destaca níveis por ter um baixo desenvolvimento e crescimento socioeconômico, fator que reflete na maior exportação de mão de obra barata para diversos serviços (Nascimento *et al.*, 2018). Essas características também se refletem na pobreza rural, principalmente dos jovens e no êxodo rural das famílias para as periferias das sedes dos municípios.

As feiras livres são historicamente um espaço de comercialização e um importante ambiente social. Além disso, são extremamente relevantes nos circuitos de curto prazo de comercialização, visto que é possível obter o escoamento da produção de diversos agricultores familiares locais. Para Silva (2021), as feiras são ambientes multidimensionais que estão para além de um lugar meramente comercial, pois são espaços de interações socio-culturais, que promovem a troca de saberes, construção de tradições, além de oferecerem espaços de lazer e socialização da população.

Os produtos de circuitos curtos comercializados em feiras livres promovem a dinamização da agricultura local e proporciona remuneração mais justa aos produtores, uma vez que quando os produtos são comercializados, a maior parte do valor fica sob domínio dos agricultores (Darolt; Rover, 2021). Portanto, os Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos (CCCA) são importantes para a geração de renda e para o fortalecimento da autonomia dos produtores e clientes frente aos Circuitos Longos de Comercialização de Alimentos (CLCA). Menezes e Santos (2020) destacam que os circuitos curtos incorporam princípios como autonomia, segurança alimentar dos clientes e soberania alimentar dos agricultores, além de repercutir na geração de novos postos de trabalhos aos membros da família. Diante do exposto, os CCCA são essenciais para a geração de renda na agricultura familiar e são uma importante ferramenta de desenvolvimento socioeconômico desse público, sem deixar de considerar que trazem inúmeros benefícios aos consumidores.

O crescimento da agricultura familiar pode ser obtido por meio do desenvolvimento do processo de comercialização que possui inúmeras características como: seu caráter social; a territorialidade do local onde os produtos são fabricados; e o sabor diferenciado originado da característica artesanal do processo produtivo (Buainain *et al.*, 2017). No entanto, as maiores problemáticas que existem nesse setor estão ligadas principalmente aos processos de comercialização e seu acesso aos mercados, por meio da inadequação de embalagens, de suas instalações e a pouca tecnologia empregada no processo de produção e, principalmente, no que diz respeito à legislação sanitária e à qualidade desses produtos. Nesse aspecto, Batalha e Silva (2018) apontam que as organizações, em seu processo de comercialização, precisam “definir claramente o seu mercado-alvo”. Após a identificação do mercado-alvo, define-se o processo de comercialização (Azevedo, 2016).

Os padrões alimentares da população brasileira mudaram nos últimos anos, principalmente após a pandemia da COVID-19 e observa-se que houve um aumento na preferência por produtos de origem orgânica e minimamente processados, pois os mecanismos de produção e processamento podem determinar a segurança do produto. Diversas razões explicam a constatação de que muitos consumidores preferem as feiras em contraponto aos mercados tradicionais, principalmente: a busca por alimentos frescos e cultivados sem o uso, ou com uso reduzido, de defensivos agrícolas; a crescente tomada de consciência dos efeitos benéficos de uma dieta rica em hortaliças na saúde humana (Rocha; Costa; Cattoldi, 2016). Os produtos distribuídos nas feiras, são alimentos “frescos” em sua maioria, ou seja, colhidos em um curto período de tempo e tem um reduzido período de pós-colheita,

sendo assim, precisam ser comercializados em circuitos curtos.

A comercialização de alimentos gera lucro aos agricultores familiares e impacta diretamente na capacidade de consumo dessas famílias, fomentando o bem-estar, a qualidade de vida e diminuição de inadimplências, sobretudo com a adoção das políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar. Segundo Pinheiro *et al.* (2022), os programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), auxiliam direta e indiretamente na autonomia econômica, social e nutricional dos agricultores familiares em virtude da inclusão social no meio rural. Tais evidências apontam que a instauração de planos públicos que envolvam esse setor são essenciais para o seu fortalecimento, e trazendo para o contexto da comercialização de produtos, as estratégias públicas de apoio são indispensáveis, dada a dificuldade que os agricultores familiares encontram em comercializar sua produção.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Viana (Figura 1), localizado na Microrregião da Baixada Maranhense, a 214 quilômetros da Capital, São Luís. O último Censo Demográfico mostra uma população do município de 51.422 habitantes, distribuídos em 1.166,745 km² de área (IBGE, 2022)

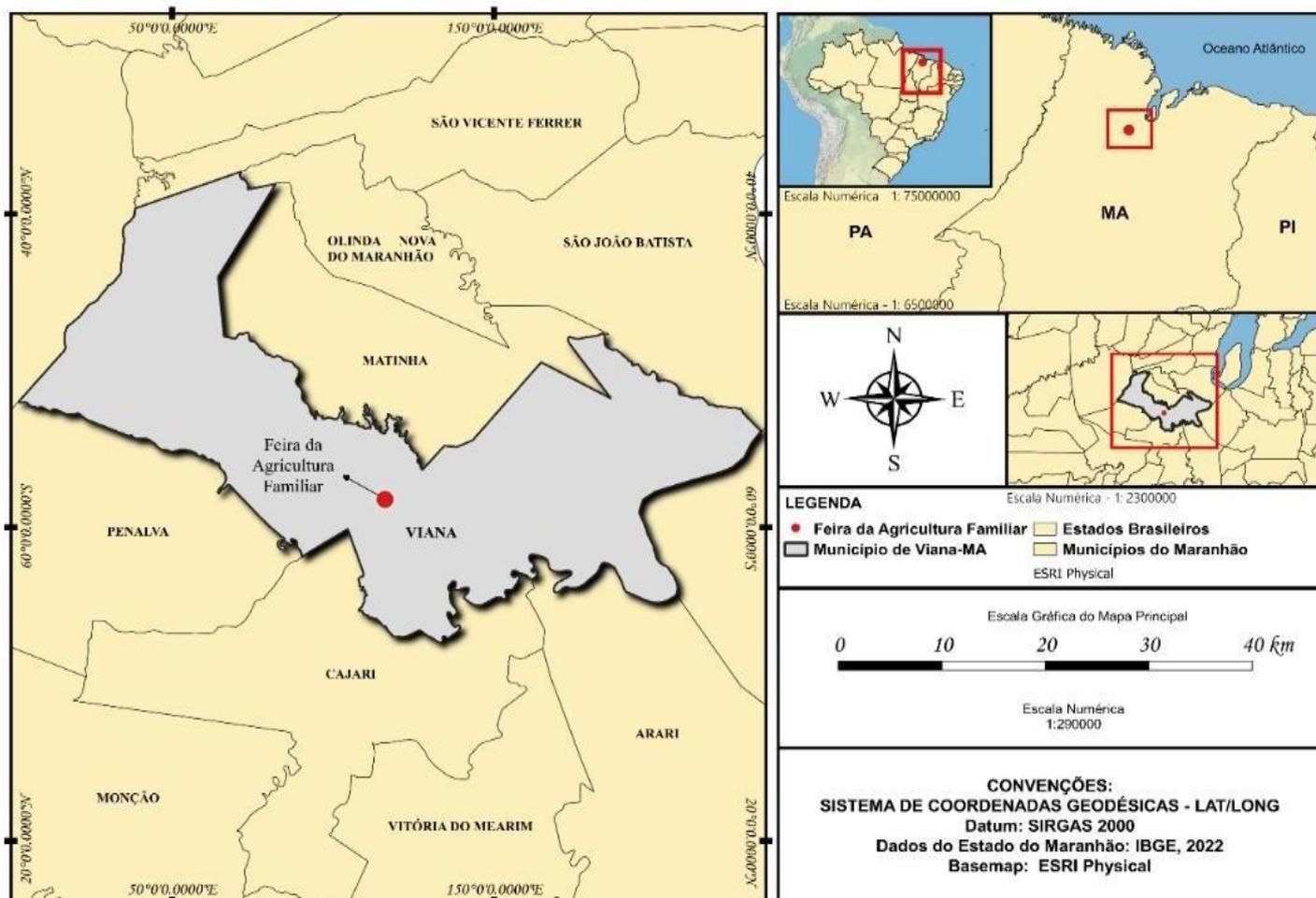


Figura 1. Mapa de localização do município de Viana - MA e da Feira da Agricultura Familiar

Fonte: SANTOS (2022).

Segundo o panorama de Viana divulgado pelo IBGE (2020), o salário médio mensal dos trabalhadores formais do município é de 1,9 salários mínimos e o PIB per capita é de aproximadamente R\$ 8.663,99. O setor agrícola está enquadrado entre as atividades que mais movimentam a economia local, à medida que existem aproximadamente 2.692 estabelecimentos agropecuários distribuídos em seu território.

Em Viana existem diversos estabelecimentos comerciais, como é o caso do mercado público municipal, conhecido como Barra do Sol, onde muitos produtos locais são comercializados. Além disso, no município existem supermercados, restaurantes, lojas diversas, bancos e outros, ao passo que Viana é considerada o principal centro comercial e de serviços da Região dos Lagos Maranhenses. A agricultura (especialmente a produção de arroz e farinha de mandioca), pesca artesanal e a pecuária (com destaque para a bubalinocultura) estão entre as principais atividades que sustentam a economia, além do mercado varejista e atacadista (IBGE, 2017).

As informações desta pesquisa foram coletadas através de questionários estruturados via Google Forms, aplicados junto a 18 feirantes nos dias 26 de novembro e 03 de dezembro de 2022. Inicialmente a feira era composta por 26 feirantes ativos, contudo, em virtude das dificuldades enfrentadas, atualmente só existem 18 feirantes ativos.

Ao término do levantamento de dados gerados pelos questionários, as informações foram tabuladas por meio do software Microsoft Excel 2019. Para a realização das análises de dados, foi adotado o uso de médias e valores percentuais. Por fim, o resultado da análise de dados foi apresentado em forma de tabelas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização dos Feirantes

As informações coletadas e as observações realizadas na Feira da Agricultura Familiar de Viana destacaram diversos pontos falhos. Os pontos negativos relatados *in loco*, partiram especialmente dos feirantes, ao passo que a chegada no local de coleta de dados, causou uma movimentação entre o grupo, pois eles acreditavam que essa seria uma representação da Prefeitura de Viana buscando trazer melhorias às condições de trabalho, uma vez que estes já haviam solicitado suporte e não obtiveram retorno. Neste interim, a coleta de dados diretos da Coordenação da feira foi um dos problemas enfrentados nesta pesquisa, visto que as tentativas de contato também não obtiveram resultado.

Notou-se que existe uma grande insatisfação com a realidade da Feira, principalmente em virtude da displicência da coordenação (Prefeitura de Viana) com o espaço, ao passo que muitos dos feirantes que ainda atuam no espaço, cogitam a possibilidade de abandonar a atividade definitivamente. Esse fato é preocupante, visto que as feiras livres são espaços comerciais que geram renda para muitas famílias agricultoras, e o abandono da atividade contribui para marginalização desse grupo de pessoas. Essa realidade vai de encontro com os estudos desenvolvidos por Grisa *et al.* (2017), no qual a capacidade do poder público em produzir omissões é apontada como potencial de marginalização de agricultores familiares.

Os feirantes tem uma forma simplificada de organização e não se encontram integrados em forma de associação ou em outra forma de organização social coletiva formal, porém, contam com uma líder, que é uma das mais antigas feirantes a integrar o grupo, para representá-los e fazer essa comunicação entre o grupo e a Prefeitura, contudo, de acordo com os relatos da mesma, nos últimos meses, essa comunicação tem se enfraquecido.

3.2 Dados Demográficos

De acordo com os dados reunidos e apresentados na Tabela 1, verificou-se que a maior participação de feirantes da Feira da Agricultura Familiar de Viana – MA é do gênero feminino com 55,6% em detrimento do gênero masculino com 44,4%, o que é justificado através do resultado do último censo agropecuário feito no município de Viana (IBGE, 2017), em que as mulheres representam a maioria nesses espaços. O número majoritário de mulheres é um fator relevante que aponta que atividades de hortas e roças, assim como na antiguidade, são representadas pelo público feminino, contudo, os homens também têm participação significativa, visto que a faixa de variação entre os dois gêneros foi pequena. Mediante ao percentual apresentado na Tabela 1, pode-se inferir que os feirantes têm uma idade avançada, já que 61% estão acima dos 50 anos e que a participação de jovens no processo de vendas é pequena, dados que estão em consonância com o estudo realizado por Nobre (2022) no município de Pombal na Paraíba.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA RELATIVA
Idade	
Até 20 anos	6%
De 21 a 30 anos	11%
De 31 até 40	11%
De 41 a 50 anos	11%
De 51 a 60 anos	33%
Acima de 60 anos	28%
Localidade em que residem	
Multirão	6%
Piçareira	11%
Sindel	6%
Zona Rural	78%
Profissão	
Aposentado(a)	11%
Comerciante	17%
Prestador(a) de Serviços	17%
Funcionário(a) Público(a)	17%
Produtor(a) Rural	39%
Outros	-
Renda Familiar	
Até 1 Salário Mínimo	33%
De 1 a 2 Salários Mínimos	44%
De 2 a 3 Salários Mínimos	11%
De 3 a 4 Salários Mínimos	6%
Acima de 4 Salários Mínimos	6%

Tabela 1. Dados demográficos dos feirantes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Sobre o local onde os feirantes residem (Tabela 1), sua maioria é composta por pessoas

advindas da zona rural, com frequência relativa de 78%, e em menor percentual feirantes oriundos dos bairros da própria sede de Viana, como Piçareira com 11%, Multirão e Sindel com 6%, cada. Assim como nesta pesquisa, o fato de os feirantes residirem na zona rural também foi levantado nos dados de pesquisa desenvolvidos por Araújo *et al.* (2021) no município de Porto Grande/AP, na qual 61% dos participantes da feira alegaram que residem em áreas rurais. Durante as entrevistas, a localidade foi apontada como forte critério de decisão na assiduidade dos comerciantes no local, visto que encontram dificuldades de locomoção em virtude da distância do seu local de residência e a feira. Ao responderem a este questionamento, muitos feirantes relataram que a Prefeitura não presta assistência adequada no transporte dos trabalhadores da feira e cabe aos próprios feirantes arcarem com o custo de locomoção da zona rural até a sede de Viana. Araújo *et al.* (2021) em sua pesquisa afirma que o transporte se caracteriza como um forte obstáculo no escoamento de produtos da agricultura familiar, especialmente em grupos que não detêm de meios de transporte próprio.

Relacionado às atividades laborais, o grupo predominante de pessoas abarcava os trabalhadores rurais com o percentual de 39%, esse que pode ser em lavouras ou por conta própria; seguido de quem trabalha como comerciante, prestadores de serviços e funcionário público com 17% cada um e, com 11% estão os aposentados (Tabela 1). No quesito renda familiar, destaca-se que a faixa majoritária é de pessoas com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, com frequência relativa de 44%, valores próximos aos dados de renda familiar apresentados pelo IBGE (2020), de 1,9 salários mínimos mensais para a cidade. Outro fator observado é que 33% dos feirantes têm renda familiar que não excede 1 salário mínimo, ou seja, é possível inferir que esses têm os rendimentos da feira como principal fonte de renda familiar.

3.3 Produtos e Participação dos Feirantes

Em conformidade com os dados apresentados na Tabela 2, em requisitos que se encaixam no processo de comercialização, como a frequência de vendas dos produtos durante a feira, a maioria dos feirantes (61%) afirmou, de acordo com a escala de satisfação, que existe uma frequência regular de vendas e 20% declararam que há uma boa regularidade. Esses resultados apontam a necessidade de fortalecimento da feira no que tange a venda dos produtos por meio de estratégias de comercialização, para que se atinja a faixa ótima de satisfação e conseqüentemente aumente a renda desses trabalhadores. Cabral *et al.* (2015), salienta que uma importante ferramenta para a garantia da regularidade de vendas dos produtos da agricultura familiar é a participação das associações e cooperativas no desenvolvimento da atividade, visto que trazem garantia de segurança na geração de renda no campo através da sua organização.

Quando questionados sobre sua frequência de participação na feira, 67% dos feirantes frequentam assiduamente o local e expõem seus produtos todos os sábados, 17% vêm três sábados ao mês, 11% somente dois sábados e 6% somente uma vez ao mês. A frequência de participação, segundo os feirantes, dá-se principalmente em função da disponibilidade de capital para custear o transporte da zona rural até a sede de Viana. No que tange à origem dos produtos comercializados, 94% são oriundos de mão de obra familiar dos próprios feirantes e 6% originados de outras localidades. Com isso, observa-se que os comerciantes da Feira utilizam mão de obra familiar como principal fonte de produção de mercadorias. Tal resultado se contrapõe aos dados de pesquisa apresentados por Bitencourt *et al.* (2021), sobre quais agricultores familiares estão caracterizados como reféns dos produtores de matéria-prima, indicando então que esse público está deixando de produzir sua matéria-

-prima e se encaixando em um quadro de dependência de terceiros.

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA RELATIVA
Frequência de Vendas	
1 - Péssimo	-
2 - Ruim	-
3 - Regular	61%
4 - Bom	22%
5 - Ótimo	17%
Frequência de Participação na Feira	
1 Sábado ao Mês	6%
2 Sábados ao Mês	11%
3 Sábados ao Mês	17%
Todos os Sábados	67%

Tabela 2. Aspectos gerais dos produtos, vendas e participação dos feirantes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quando indagados sobre a comercialização de produtos orgânicos nas bancas, observou-se que a maioria, 56%, não têm produtos orgânicos disponíveis para comercialização e que 44% comercializam orgânicos nas bancas. Vale ressaltar que muitos feirantes não têm conhecimento do que é um produto orgânico, e acreditam que o simples fato de não adotar produtos químicos nos processos produtivos já caracterizam o produto como orgânico, contudo, legalmente só são considerados produtos orgânicos aqueles que tem certificação em empresas legalmente respaldadas e que são registradas no SisOrg do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Portanto, podemos considerar que os produtos da feira são agroecológicos. Segundo Sabino *et al.* (2022), as visitas de consumidores às feiras têm uma relação direta com os anseios de melhorias de qualidade de vida e preocupação com impactos ambientais, e esse comportamento se reflete em uma tendência no crescimento da procura por produtos orgânicos. Sendo assim, é interessante que as feiras de agricultura familiar adotem a produção orgânica ou com o uso mínimo de agentes químicos, a fim de atender à demanda de mercado por produtos orgânicos e naturais.

Quanto à geração de renda, verificou-se que o rendimento obtido com a venda dos produtos na feira, são 78% caracterizados como renda extra e 22% de renda única. Independentemente de se definir como renda extra ou única, de acordo com Pessoa e Alchieri (2014), o rendimento obtido na comercialização assume uma grande importância no orçamento mensal familiar dos feirantes, dado que a maioria dos entrevistados tem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Por fim, referente à comercialização do produto em outros locais ou estabelecimento além da feira, obteve-se uma distribuição igualitária, com 50% para “sim” e 50% para “não”, visto que alguns feirantes comercializam os produtos durante a semana nos locais onde residem.

3.4 Organização do Espaço Físico e Administração da Feira

Sobre a organização da feira, em conformidade com a Tabela 3, observou-se que existe muita insatisfação dos feirantes quanto aos processos organizacionais, ao passo que,

nesse quesito, a nota mínima (péssimo) predominou, seguido da segunda e terceira notas mais baixas (ruim e regular) com 22% e 17%, respectivamente. Tal resultado se dá principalmente em função da falta de apoio da Prefeitura e coordenadores da Feira, que, inclusive, é deficiente nas tentativas de soluções dos problemas dos feirantes. Os aspectos referentes à organização e aos resultados dos questionários apontam que esse pode ser o principal causador de abandono da ocupação da feira, dado que, de acordo com os próprios feirantes, o quadro de participantes caiu cerca de 31% desde a sua fundação, passando de 26 para 18 feirantes ativos. Essas informações fortalecem ainda mais a hipótese levantada por Grisa *et al.* (2017), citada anteriormente, em que as omissões do poder público se mostraram como potenciais de desmonte de espaços de comercialização como a Feira da Agricultura Familiar de Viana.

Variáveis	1 - Péssimo	2 - Ruim	3 - Regular	4 - Bom	5 - Ótimo
Organização	39%	22%	17%	17%	6%
Limpeza do Local	6%	22%	39%	22%	11%
Apoio da Prefeitura	67%	0%	11%	17%	6%
Divulgação da Feira	72%	6%	11%	-	11%

Tabela 3. Satisfação quanto à organização, limpeza do local, apoio da Prefeitura e divulgação da Feira

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Referente à limpeza do local (Tabela 3), as avaliações foram regulares com frequência de relativa 39%, seguidas de ruins e boas, ambas com 22%. Nas observações *in loco* foi possível perceber que a Prefeitura mantém a Praça da Bíblia sob boas condições de limpeza, e isso, conseqüentemente, beneficia os feirantes, visto que a feira é montada nesse ambiente. A pesquisa apontou uma grande insatisfação dos feirantes, especialmente no que tange ao apoio da Prefeitura de Viana e em relação à divulgação da feira (72%).

A feira começou a ser desenvolvida para fortalecer os pequenos produtores, mas, não houve divulgação expressiva ao longo dos anos, visto que essa é divulgada apenas nos dias de comercialização dos produtos, através de carros de som que percorrem as ruas da cidade. Sendo assim, perante a importância desse espaço de fortalecimento da agricultura familiar vianense, é necessário que haja mais divulgação do evento, para que tenha mais visitação dos consumidores e, conseqüentemente, maior consumo dos produtos. Existem alguns exemplos de situações parecidas em outras regiões do país, como é o caso do estudo desenvolvido por Wesz (2020) ao observar as feiras da agricultura familiar no município de Jaguari/RS, onde a falta de divulgação desses eventos foi apontada como principal agravante da dificuldade de comercialização nesses espaços. Nesse contexto, a adoção de estratégias de marketing pode mitigar os efeitos da baixa divulgação, visto que o marketing e as ferramentas digitais estão sendo um grande aliado à comercialização de produtos agrícolas (Nunes *et al.*, 2020).

3.5 Características Gerais dos Feirantes

O público que participou da pesquisa, dados os resultados, são compostos em sua maioria por feirantes com mais de 4 anos de participação na feira com 33%, sendo ainda 22% de 3 a 4 anos, 17% de 1 a 3 anos e o que chamou a atenção é que 28% têm participação inferior a 1 ano, o que pode significar que, a depender do interesse e do trabalho da Prefeitura, é uma Feira que pode ser melhorada e durar muitos anos ainda (Tabela 4). A maioria dos feirantes com mais de 4 anos de participação são os mesmos da época de fundação

da feira, e esse fato contribui imensamente para o fortalecimento das relações sociais entre eles e o consumidor público, estabelecendo assim uma relação de confiança e proximidade. Assim como nesta pesquisa; em outros estudos que a antecederam, como é o caso do trabalho elaborado por Godoy e Anjos (2007), do ponto de vista dos feirantes, a feira desempenhou uma função relevante no que tange a esfera social, especialmente aqueles em que o público era, em sua maioria, composta por agricultores familiares, caracterizando-se como espaços multidimensionais e dinâmicos.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA RELATIVA
Há Quantos Anos Trabalha como feirante	
Menos de 1 Ano	28%
Entre 1 e 2 Anos	11%
Entre 2 e 3 Anos	6%
Entre 3 e 4 Anos	22%
Mais de 4 Anos	33%
Motivação Inicial de Adesão a Feira	
Apoio da Prefeitura	11%
Busca de Renda Extra	56%
Busca de Renda Única	33%

Tabela 4. Caracterização dos aspectos gerais dos feirantes

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto aos principais motivos que levaram os feirantes à adesão da Feira da Agricultura Familiar de Viana (Tabela 4), é possível destacar que 56% dos entrevistados buscavam inicialmente o aumento da sua renda familiar, e os rendimentos foram considerados como extra. Em contrapartida, 33% dos participantes da pesquisa alegaram que têm a feira como única fonte de renda da família, enquanto outros 11% aderiram apenas pelo apoio dado pela prefeitura. Sendo assim, pesquisas como a de Luciano (2017), foram de encontro com os resultados deste estudo, visto que 33% dos participantes têm como única fonte de renda os lucros obtidos na feira, e o decréscimo na comercialização impactará na capacidade de consumo dessas famílias e, conseqüentemente, no bem-estar e qualidade de vida.

3.6 Características Gerais dos Clientes na Perspectiva dos Feirantes

A mudança de hábitos alimentares é uma realidade inerente ao desenvolvimento da humanidade, especialmente nos últimos anos com o surgimento da COVID-19, quando a população tinha o fortalecimento da imunidade como único antídoto no enfrentamento à doença. Tal realidade reflete na busca e preferência de consumo das pessoas, e no caso da Feira da Agricultura Familiar de Viana, os resultados indicam que existe uma distribuição quase igualitária na preferência por frutas, hortaliças, legumes e verduras, com frequência relativa de 21%, 21% e 26%, respectivamente. Resultados semelhantes foram citados no trabalho desenvolvido nas feiras de Jequitinhonha por Cruz *et al.* (2021), uma vez que, as frutas, legumes e hortaliças foram apontadas tanto pelos consumidores, quanto pelos feirantes como produtos mais procurados nas bancas das feiras, além de farinhas, temperos caseiros, carnes e produtos do extrativismo.

Não que se refira à frequência e fidelidade de cliente, fornecemos-se que haja uma

frequência regular (50%) de clientes no horário de funcionamento da Feira. Esse fato pode estar intimamente relacionado à falta de divulgação da feira, mencionado acima, visto que, segundo eles, muitas pessoas desconhecem a existência desse espaço de movimentação. Além disso, observe-se que os clientes que frequentam a feira já estabeleceram uma relação de fidelidade com os feirantes.

Corriqueiramente, as feiras distribuídas no território maranhense acontecem especialmente nos períodos da manhã, assim como a Feira da Agricultura Familiar de Viana. Os feirantes costumam sair de casa ainda na madrugada, devido à distância entre a sede e a localidade em que residem. De acordo com a Tabela 5, os consumidores tendem a acompanhar os horários de chegada dos feirantes, em sua maioria costumam frequentar o espaço nas primeiras horas da manhã, de 6 às 7 horas (47%) e de 7 às 8 da manhã (26%). Resultado semelhante a esse foi descrito por Cruz *et al.* (2021), em que o pico de vendas compreendia no período entre 6 até 9 horas da manhã.

	6-7 horas	7-8 horas	8-9 horas	9-10 horas	<10 horas
Melhor horário de vendas	47%	26%	11%	11%	5%
	1-Péssimo	2-Ruim	3-Regular	4-Bom	5-Ótimo
Adesão dos clientes ao horário da xepa	11%	50%	17%	11%	11%

Tabela 5. Aspectos relativos aos horários de venda

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quanto à xepa (período final da feira, quando os produtos disponíveis são, em sua maioria, os excedentes do dia), de acordo com os resultados da Tabela 5, o nível de adesão é ruim, com frequência relativa de 50% e 22% acham bom e ótimo, ainda que no horário da xepa os preços tenham tendência a reduzir. As variações de valores nestes horários são bem significativas, ao passo que os preços podem cair até 50%, visto que os feirantes não querem voltar para casa com a produção. Os feirantes conhecem bem essa situação e procuram vender mais rápido e uma das estratégias é a diminuição do preço (Ribeiro, 2007). Segundo Cruz e Schneider (2022), os consumidores, em sua maioria, têm baixo nível de adesão à xepa especialmente em virtude da queda de qualidade dos produtos, visto que aqueles que apresentam qualidade superior são os primeiros a serem comercializados, e isso justifica também o fato dos consumidores preferirem frequentar a feira nas primeiras horas da manhã.

4. CONCLUSÃO

Em um panorama geral constatou-se que o grupo de feirantes estudado é majoritariamente composto por pessoas com faixa etária maiores de 50 anos, oriundos da zona rural de Viana, com renda familiar de até 1 salário mínimo mensal, onde a atividade agrícola é a principal fonte de renda, além disso, as mulheres são maioria. Do quantitativo de feirantes entrevistado observou-se que são frequentadores assíduos, na maioria com mais de quatro anos de participação, não faltam à Feira. Consideram a frequência das vendas na Feira da Agricultura Familiar regular e tem a comercialização neste espaço como fonte de renda extra, visto que expõem seus produtos em outros locais. As mercadorias comercializadas são de origem de produção da própria família e são predominantemente compostas por produtos não orgânicos.

Quanto às percepções dos feirantes em relação aos consumidores, constatou-se que a preferência de consumo é bem distribuída entre frutas, hortaliças, legumes, verduras e alimentos prontos. Os feirantes consideram que existe uma frequência de clientes regular, contudo, aqueles que frequentam são caracterizados como consumidores fiéis. Em relação à venda dos produtos, de acordo com os feirantes, o público consumidor é mais frequente no horário que compreende de 6 a 7 horas da manhã e esse fato reflete no baixo nível de adesão ao horário de xepa. Dentre os principais pontos críticos apontados pelos feirantes estão a falta de divulgação da feira, apoio da Prefeitura de Viana e falta de organização por parte da coordenação.

Com base no exposto, a Feira da Agricultura Familiar caracteriza-se com um espaço com potencial de crescimento, dado que os consumidores declaram satisfação quanto aos serviços ofertados. Entretanto, observa-se que existem problemas significativos que afetam principalmente os feirantes e refletem um grau de insatisfação decorrente da falta de apoio, especialmente da Prefeitura de Viana, para a continuidade no exercício da função. Sendo assim, se faz necessário o uso de estratégias organizacionais para enfrentamento das adversidades, a fim de garantir que o circuito de comercialização da Feira seja otimizado e, conseqüentemente, garanta dignidade e boas condições de trabalho aos feirantes que a compõe. As problemáticas apresentadas nesta pesquisa são apenas alguns aspectos que dificultam o desenvolvimento e fortalecimento dos agricultores familiares de Viana e existem questões mais complexas que estão para além dos espaços de comercialização, questões essas que uma vez descobertas podem auxiliar no processo de transformação deste setor.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. N. *et al.* Feiras livres e a capilaridade das cadeias curtas em Porto Grande–AP. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e143101220163- e143101220163, 2021.
- AZEVEDO, P. F. Comercialização de Produtos Agroindustriais. In. BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- BARBOSA, B. da C. *et al.* Aspectos socioprodutivos de agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Icatu – MA. **Brazilian Journal of Development**, 7(2), 18376–18391. 2021.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Marketing Estratégico Aplicado ao Agronegócio. In. BATALHA, XVI ENGEMA 2014 14 M.O. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BITENCOURT, F. A. *et al.* (2021). Caracterização da agroindústria de produtos cárneos de base familiar no Rio Grande do Sul. Characterization of familiar agroindustry of meat products in Rio Grande do Sul. **Brazilian Journal of Development**, 7(5), 53823–53840.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* Agricultura Familiar e o NovoMundo Rural. **Revista Sociologias**, n. 10, p. 312-347, 2017.
- CABRAL, F. F. *et al.* Agricultura Familiar e Programação de Aquisição de Alimentos no Estado de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, [S.], 17(34), 78-92. 2015.
- CHAVANTE, B. S. de O. *et al.* Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos: Encurtando caminhos entre produtores e consumidores. In: **Projeto “Encurtando caminhos”: circuitos curtos de comercialização CCC para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste Paraense**. Castanhal: IFPA, 2019. v. 2, 20 p.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, v. 1, n. 1, jul. 2021.
- CRUZ, M. S. da; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 93–113, 2022. DOI: 10.37370/raizes. 2022. v42.769.

- CRUZ, M. S. *et al.* Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.
- DAROLT, R.; ROVER, O. J. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.
- ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural, Santa Maria, RS**, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.
- GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, maio 2007.
- GRISA, C. *et al.* Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 19 out. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Viana – MA**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/viana/panorama>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Viana – MA**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/viana/panorama>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- LUCIANO, W. R. **Agricultura familiar no contexto da Feira do Produtor Rural Feira Corujão no município de Rio Claro - SP**. 2017. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2017.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299- 322, abr. 2018.
- MENEZES, S. de S. M.; SANTOS, L. M. Circuitos curtos de comercialização da produção agroalimentar/orgânica em Aracaju/SE: uma estratégia dos agricultores familiares/camponeses. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11, 2020, Sergipe. **Anais ... Sergipe**, v. 15, no 2, 2020.
- NASCIMENTO, D. V. da C. *et al.* Quando o orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 608-628, 2018.
- NOBRE, K. M. R. **Percepção da produção sustentável dos comerciantes e consumidores da feira livre de Pombal - PB sobre as hortaliças orgânicas**. 2022. 44 f. Dissertação (Sistemas Agroindustriais) - Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar. Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2022.
- NUNES, L. G. T. *et al.* Perfil socioeconômico, produtivo e comercial dos produtores de frutas e hortaliças em Tangará da Serra – MT: para desenvolvimento de ferramentas digitais. **Ciências Agrárias – o avanço da ciência no Brasil**, v. 1, n. 35, p. 519- 534, 2020.
- PAIM, P.. **Agricultura Familiar: o Brasil quer mais, o Brasil pode mais**. Porto Alegre: Edição Sul, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/30/artigo-agricultura-familiar-o-brasil-quer-mais-o-brasil-pode-mais>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- PESSOA, Y. S. R. Q.; ALCHIERI, J. C. Qualidade de Vida em Agricultores Orgânicos Familiares no Interior Paraibano. **Psicol. cienc. prof.** v 34, n. 2, 2014.
- PINHEIRO, E. da C. **Os hábitos, motivações e as adaptações ao acesso de consumo de produtos hortifrutíferos em meio à pandemia da COVID-19 no município de Belém – PA**. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2022.
- RIBEIRO, E. M. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: BNB/ETENE, 2007.
- ROCHA, H. C.; C. C.; CASTOLDI, F. L. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 12, dez. 2016.
- SABINO, N. R. A. *et al.* Perfil do consumidor de produtos agroecológicos da feira da agricultura familiar e economia solidária do centro administrativo de Natal-RN. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 8, pág. e30911830879, 2022.
- SILVA, C. A. da. **Territorialidade e paisagem da feira livre da cidade de Viçosa, Minas Gerais: lugar, memó-**

rias e identidade (1967-2019). 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

SILVA, P. L. B. da. **Identidade, trabalho e inclusão social**: estudo sobre as representações de mulheres feirantes de Barbacena-MG. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

VIANA. Prefeitura Municipal de Viana. Secretaria de Agricultura. **Feira da Agricultura Familiar em Viana**. Viana – MA, 2021.

WESZ, F. T. **Circuitos curtos de comercialização: feira de produtos da agricultura familiar de Jaguari/RS**. 2020. 41p. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Educação no Campo e Agroecologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Jaguari – RS. 2020.



6

OS DESAFIOS DA ASSOCIAÇÃO BABAÇU É VIDA – AMEBV

THE CHALLENGES OF THE BABAÇU É VIDA ASSOCIATION – AMEBV

Raniele da Silva Magalhães

Poliana Oliveira Cardoso

Gabriel da Silva Behenck

Leonardo Victor Moreira Conceição

 **doi 10.29327/5430353.1-6**



Resumo

Este capítulo destaca os desafios coletivos enfrentados pela Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), ao evidenciar o associativismo e seu potencial de superar problemas comuns e capacidade de contribuir para o desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida dos envolvidos. Para tanto, a metodologia utilizada incluiu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários. A coleta de dados foi realizada de forma presencial e remota, totalizando 18 questionários. Os resultados indicam que os principais obstáculos ao crescimento da associação são a baixa participação de algumas associadas nas atividades de produção, reuniões e cargos de diretoria. A pesquisa revelou a necessidade de aumentar o envolvimento das famílias das extrativistas nas atividades da associação e de planejar a sucessão dos cargos de diretoria.

Palavras-chave: Desafios da coletividade, Empreendimentos coletivos, Participação.

Abstract

This chapter highlights the collective challenges faced by the Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), demonstrating associativism and its potential to address common problems and contribute to local development, thereby improving the quality of life for those involved. To achieve this, the methodology used included both bibliographic research and field research through the application of questionnaires. Data collection was conducted both in-person and remotely, totaling 18 questionnaires. The results indicate that the main obstacles to the association's growth are the low participation of some members in production activities, meetings, and board positions. The research revealed the need to increase the involvement of the producers' families in the association's activities and to plan for the succession of board positions.

Keywords: Collective enterprises, Challenges for the community. Participation.

1. INTRODUÇÃO

O associativismo refere-se à união de pessoas ou empresas com o objetivo de superar adversidades e promover benefícios comuns, sejam eles econômicos, sociais ou políticos. Esse conceito envolve a luta conjunta que exerce grande influência na busca de direitos sociais, garantindo que as vozes individuais sejam ouvidas e respeitando valores como democracia e solidariedade (Lucas, 2020). A união de pequenos produtores e produtoras rurais em associações oferece diversas vantagens, como facilidades na aquisição, manutenção e gestão de insumos, equipamentos e maquinários, além de possibilitar preços mais acessíveis para suporte técnico, tecnológico e capacitação profissional. As associações funcionam como pontes que ajudam os associados a buscarem projetos para o desenvolvimento comunitário e fortalecer a integração com o estado (Azevedo, 2006).

O associativismo permite a implementação de mecanismos que atendem às demandas sociais e aproximam homens e mulheres da autonomia, promovendo o desenvolvimento local. A cooperação se torna uma força propulsora que modifica comportamentos e abre portas para novos conhecimentos. Nas áreas rurais, essa cooperação ajuda a atingir objetivos mais amplos, proporcionando acesso a bens, serviços e desenvolvimento, além de estimular o pensamento crítico e político dos produtores, gerando mais mobilização em torno das reivindicações rurais (Lucas, 2020).

A associação de objetivos comuns em uma localidade promove a troca de experiências e a união de ideias, contribuindo para o desenvolvimento local e a criação de novas oportunidades. Isso amplia as possibilidades de mudança social e auxilia na tomada de decisões e no planejamento das atividades do grupo (Lopes; Souza, 2019). Para alcançar melhores resultados econômicos, políticos e culturais, é recomendável que as associações formem redes de colaboração com ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos e outros parceiros, buscando vantagens além do crédito rural (Maneschy; Maia; Conceição, 2008).

Reputação, confiança e reciprocidade são fundamentais para fortalecer a cooperação, enquanto a falta desses atributos pode gerar desconfiança coletiva e desestimular a colaboração. Variáveis estruturais que podem afetar a cooperação incluem: a) número de participantes; b) divisão ou compartilhamento dos benefícios entre os membros; c) heterogeneidade dos membros; d) possibilidade de comunicação direta; e) transparência nas informações sobre ações passadas; f) conexões entre os indivíduos; e g) liberdade para entrar ou sair do grupo (Ostrom, 2007). Schmitz e Farias (2021) afirmam que a manutenção da cooperação em associações depende de um espaço solidário e recíproco que apoia a ação coletiva. Paul Singer (2002) destaca que cooperativas bem-sucedidas costumam praticar a autogestão, com sócios comprometidos e motivados, o que contribui para o sucesso econômico do empreendimento.

Além disso, a participação de jovens e mulheres é crucial para o surgimento e consolidação de novas formas de sociabilidade e para a promoção de relações sociais mais horizontais. O envelhecimento e a masculinização das populações rurais são desafios que afetam a sucessão familiar e a continuidade das cooperativas, evidenciando uma fragilidade na produção e nas ações das organizações coletivas. No entanto, as organizações têm o conhecimento e a legitimidade para superar esses desafios, oferecendo soluções que podem transformar esses cenários (Búrigo; Rover; Ferreira, 2021).

Tendo em vista tais aspectos, o objetivo deste trabalho é destacar os principais desafios coletivos enfrentados pela Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AME-BV).

2. METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como exploratória e consiste em duas etapas principais. A primeira etapa é a pesquisa bibliográfica, que envolve a consulta a diversas fontes secundárias e contribuições de pesquisadores que estudam o tema, com o objetivo de aprofundar o conhecimento teórico e conceitual sobre o associativismo. A segunda etapa compreende a coleta de dados por meio de pesquisa de campo, realizada através da aplicação de questionários às integrantes da AMEBV. A AMEBV está localizada no povoado Cajueiro, no município de São Mateus do Maranhão, pertencente à microrregião do Médio Mearim e à mesorregião Centro Maranhense. De acordo com o Censo de 2022, a população da área é de 38.829 habitantes, com uma densidade demográfica de 48,53 hab/km² (IBGE, 2023). A escolha da associação se justifica pelo fato de ser um empreendimento coletivo recentemente constituído, que evoluiu de um grupo informal para uma associação formalizada, apresentando um histórico de crescimento e desenvolvimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os membros da associação, percebe-se que a maior parte da força de trabalho é composta por mulheres. Durante as entrevistas, foram registradas 17 mulheres e apenas 1 homem participando diretamente da associação, o que evidencia a representatividade e o protagonismo das mulheres rurais. Diante da predominância feminina entre as associadas, esta seção usará pronomes pessoais femininos. Além disso, a associação abrange uma variedade de faixas etárias, com a maioria dos membros situando-se entre 30 e 39 anos e mulheres na faixa de 50 a 59 anos, sendo 6 associadas em cada uma dessas faixas etárias.

No que se trata dos desafios enfrentados, ao analisar a variável renda, verifica-se que 14 associadas afirmam não ter um salário fixo, enquanto 4 participantes da pesquisa confirmam ter um salário fixo. No que diz respeito à qualidade e diversidade da produção, observa-se que os membros dessa instituição coletiva produzem uma ampla gama de itens, incluindo criação de animais e cultivo de roças. Destacam-se atividades como a pecuária (incluindo gado, galinhas, porcos e patos), a produção de azeite nas residências das associadas, bem como o plantio de milho, feijão, mandioca, limão e o cultivo de hortaliças.

A diversificação das atividades rurais é benéfica em vários aspectos, configurando uma multidimensionalidade social, ambiental e econômica (Fontoura *et al.*, 2022). Além disso, é importante ressaltar as contribuições de Silva (2021), que ampliam a compreensão dos dados deste estudo ao destacar que a identidade de quebradeira de coco babaçu vai além da simples quebra do coco. Essas mulheres também desenvolvem outras atividades produtivas. O autor enfatiza que a quebra do coco babaçu é frequentemente combinada com atividades como a criação de pequenos animais, cultivo de roças e pesca. Ademais, é relevante incluir na discussão o caso da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (COPPALJ), estudada por Silva e Sousa (2023), onde os cooperados relataram realizar tanto o extrativismo do babaçu quanto a produção de culturas alimentares, frutas e criação de animais de pequeno porte.

Ainda ao analisar os dados econômicos, observa-se que a renda gerada pela produção agrícola e extrativa é complementada principalmente por benefícios governamentais, com 8 beneficiárias do Bolsa Família. Além disso, 2 pessoas relataram receber pensão e uma recebe aposentadoria rural.

Os dados da pesquisa evidenciam que o extrativismo é a principal fonte de renda para

as mulheres, e que o trabalho autônomo e o serviço público aparecem também dentre as principais fontes, com (N= 4 e N=5), respectivamente. O Programa Bolsa Família, conforme descrito por Amaral e Cunha (2021), é uma iniciativa de transferência de renda no Brasil destinada a apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de aliviar a extrema pobreza e melhorar as condições de vida dos beneficiários através da concessão de recursos financeiros (Silva *et al.*, 2021). Por outro lado, os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensões têm maior impacto nas finanças dos domicílios chefiados por pessoas com mais de 40 anos.

Novamente, é pertinente complementar a discussão com os dados de pesquisas análogas, e no caso da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (COPPALJ), no qual os autores destacam a relevância financeira para as mulheres, já que representa um mecanismo capaz de promover geração de renda para as quebradeiras de coco, a fim de que elas sintam que não precisam depender exclusivamente de atividades exercidas por seus maridos. Além disso, destaca-se o fato que algumas mulheres cooperadas produzem o azeite de coco babaçu em suas próprias residências seja para o autoconsumo, seja para comercialização, como meio de garantir um complemento na renda familiar (Silva; Sousa, 2023).

Na análise da rotina diária das entrevistadas fora da associação, observa-se que o trabalho doméstico predomina (N=17), seguido pelo trabalho individual relacionado ao extrativismo e pelo trabalho autônomo, ambos com (N=8) em cada categoria. No que diz respeito ao extrativismo individual, destaca-se que essa atividade inclui a quebra de coco, a produção de azeite e a produção de carvão, realizadas diretamente nas propriedades das extrativistas. Além disso, algumas entrevistadas relataram trabalhar com atividades pecuárias (N=2), principalmente na bovinocultura, e com a agricultura (N=5), que envolve a produção de farinha/tapioca, o cultivo de hortaliças, frutas, mandioca, feijão e milho. Além disso, quatro entrevistadas mencionaram estarem envolvidas no serviço público. No contexto do trabalho autônomo, é relevante destacar que essas ocupações incluem diversas atividades econômicas, como manicure, serviços de cozinha e limpeza em residências de terceiros, artesanato, crochê, comércio, fotografia e venda de roupas. Observa-se também que algumas dessas mulheres conciliam múltiplas funções em sua rotina diária, desempenhando tanto tarefas domésticas quanto atividades autônomas.

A rotina diária do grupo influencia o tempo que as participantes dedicam ao empreendimento coletivo. Ao analisar as horas semanais dedicadas à associação, (N=11) entrevistadas mencionaram que não possuem uma jornada fixa. Em contraste, (N=04) relataram trabalhar entre 11 e 20 horas semanais, enquanto (N=03) afirmaram dedicar de 21 a 30 horas semanais à associação. Esses dados evidenciam uma certa diferença na distribuição do tempo dedicado entre as integrantes.

Quanto aos principais obstáculos que impedem o crescimento contínuo da associação, as participantes da pesquisa destacaram a baixa participação efetiva de algumas associadas, especialmente em atividades de produção e reuniões. Além disso, as associadas mencionaram a dificuldade em realizar um planejamento estratégico adequado e relataram a presença de comportamentos individualistas e imediatistas entre as integrantes (Gráfico 1).

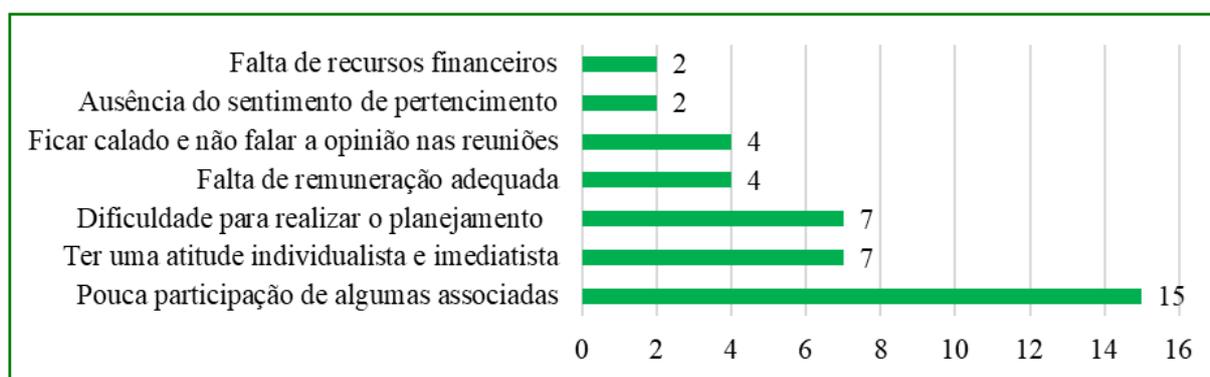


Gráfico 1. Principais problemas que inviabilizam a associação de continuar crescendo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

As associadas relataram que o trabalho coletivo está enfraquecido, pois percebem uma falta de colaboração e baixo envolvimento de alguns integrantes em momentos importantes, como a produção de subprodutos, reuniões e oficinas. Diante dessa situação, as entrevistadas mencionaram que algumas pessoas na associação justificam sua ausência nas atividades de produção e reuniões alegando falta de tempo. Elas destacaram a necessidade de mais atitude e de uma participação mais ativa, além de um maior senso de pertencimento à associação. Durante as entrevistas, também foi apontada a falta de capital suficiente para a compra de utensílios e máquinas necessárias para as atividades com subprodutos do babaçu, o que impede o crescimento da associação. Além disso, os associados mencionaram que o imediatismo e o individualismo dificultam o desenvolvimento, já que algumas pessoas priorizam interesses pessoais e buscam resultados imediatos, sem a paciência necessária para esperar pelos benefícios de médio e longo prazo.

Além disso, foi mencionado que a falta de um planejamento estratégico adequado para a produção é um dos principais desafios enfrentados pela associação. As associadas também destacaram a necessidade de melhorar a remuneração pelo trabalho realizado, como forma de incentivar maior participação. Esse último ponto revela uma questão relacionada à natureza do empreendimento coletivo. Vale lembrar que, de acordo com o Código Civil de 2012, em seu Art. 53, as associações são formadas pela união de pessoas com fins não econômicos. A legislação deixa claro que as associações não têm natureza econômica, ao contrário das sociedades cooperativas, que visam fins econômicos. Diante disso, considerando as expectativas econômicas do grupo em relação à associação, um empreendimento cooperativo poderia atender melhor a esses anseios.

Quanto à longevidade do empreendimento, percebe-se que esta é uma preocupação da AMEBV, com todas as integrantes acreditando que a continuidade depende do ingresso e da participação dos jovens. Além disso, o maior envolvimento dos familiares dos associados (mencionado por 3 entrevistadas), a participação de outras famílias (citada por 14 entrevistadas), e sugestões como expandir a associação para outras comunidades, motivar a comunidade e as vizinhanças a se envolverem, e melhorar as parcerias com instituições e organizações governamentais, também foram destacadas.

As participantes da pesquisa relataram que sua dedicação integral às atividades da associação é comprometida pelo tempo dedicado aos serviços domésticos em casa e a outras atividades produtivas. Algumas mencionaram dificuldades em obter transporte, o que dificulta o acesso à sede da associação. Também foram destacadas outras questões, como a necessidade de um calendário de trabalho definido e organizado, remuneração que cubra os custos de transporte/deslocamento, além de problemas de saúde, tanto crônicos quanto temporários, que afetam as associadas (Gráfico 2).

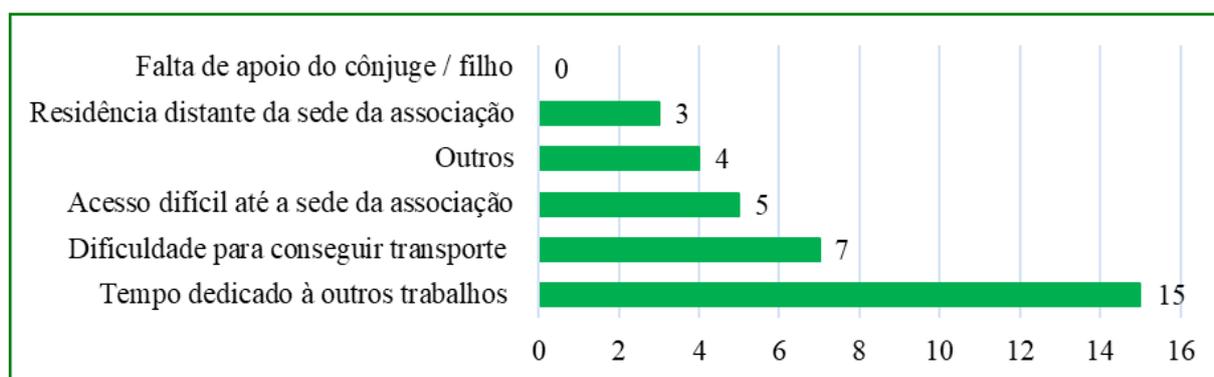


Gráfico 2. Fatores que dificultam a participação mais ativa dos associados

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

Outra questão importante é a dificuldade em atrair novos associados. As extrativistas relataram que, apesar de convidarem pessoas da comunidade e parentes para se juntarem à associação, atualmente não há interesse em novos membros. Elas apontam que muitas mulheres da comunidade tendem a focar nas dificuldades relacionadas a questões familiares, como o tempo dedicado aos serviços domésticos, cuidados com os filhos e apoio do marido ou companheiro. Isso evidencia que a rotina diária dessas mulheres, frequentemente, impede sua participação na associação.

Os 11 participantes da pesquisa informaram que há uma falta de interesse em assumir os cargos de Diretoria da associação. Algumas mencionaram que existem mulheres que têm receio de assumir essa responsabilidade. Para enfrentar esse desafio, sugerem a realização de reuniões sobre o tema e a preparação das associadas para esses cargos. No entanto, duas participantes indicaram que há interesse em assumir posições na Diretoria. Outras associadas argumentam que a falta de conhecimento e habilidades para os cargos de diretoria desmotiva as pessoas a assumir tais responsabilidades. Elas acreditam que cursos e oficinas são necessários para preparar as associadas e aumentar a confiança e capacitação para o compromisso. Até o momento, a associação não buscou oferecer formação para as associadas em cargos no conselho.

É importante destacar que órgãos de apoio como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) oferecem cursos de formação em gestão de empreendimentos coletivos. As extrativistas também notam que os jovens não consideram a atividade atrativa, geralmente associada às mulheres adultas e idosas. Algumas não têm orgulho de ser quebradeiras de coco devido à natureza sacrificante do trabalho, o que evidencia a necessidade de políticas de apoio que considerem as condições de trabalho.

Porro (2019) complementa que a quebra do coco, que antes era fundamental para a sobrevivência familiar, está diminuindo devido ao desestímulo das gerações mais jovens. Oito extrativistas mencionaram a necessidade de mudar a realidade produtiva na região, incluindo a valorização das quebradeiras de coco. Elas apontam que a cadeia do babaçu não reconhece o valor do trabalho árduo de coleta e quebra do coco, especialmente no acesso aos babaçuais em propriedades privadas. Para aumentar a produção de amêndoas de babaçu, é necessário valorizar o preço do produto, melhorar o transporte dos cocos e fortalecer a união das mulheres em organizações coletivas.

Além disso, as mulheres destacaram a importância de sensibilizar a comunidade sobre a preservação dos babaçuais, devido aos casos de desmatamento e queimadas. Elas ressaltam a necessidade de realizar um extrativismo consciente, manejar adequadamente os babaçuais, e incentivar práticas sustentáveis. Santos (2021) observa que as mulheres,

que dependem do coco babaçu para sua subsistência, lutam para manter a palmeira viva como forma de reafirmar sua identidade. As reivindicações visam fortalecer a história das quebradeiras de coco e promover uma sociedade mais equitativa.

Nascimento (2021) aponta que a devastação das palmeiras continua sendo um desafio local, com muitos fazendeiros derrubando palmeiras novas e usando fogo para limpar áreas. No entanto, o esforço da comunidade para impedir tais atos é visto como um sinal positivo de sensibilidade para a preservação do babaçu.

4. CONCLUSÃO

Constata-se que a associação possui características homogêneas, mas enfrenta desafios que limitam seu desenvolvimento, especialmente relacionados à rotina diária, que afeta a participação ativa de algumas associadas. Além disso, foram identificadas dificuldades na execução do planejamento estratégico e comportamentos individualistas entre alguns membros da associação. A pesquisa revelou a necessidade de promover o envolvimento das famílias das produtoras nas atividades da associação e de planejar a sucessão dos cargos de diretoria. Para o avanço da associação, é crucial que haja uma participação mais ativa das associadas e investimentos em formações que orientem sobre planejamento e execução das ações. Isso permitirá uma gestão coletiva mais eficiente e eficaz. Superados esses desafios, a associação tem o potencial de evoluir institucionalmente para uma estrutura cooperativa em médio e longo prazo.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos integrantes da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida. Este trabalho foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA e a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. F. **Associativismo e agroecossistemas: um estudo em Nossa Senhora da Glória-SE**. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, 2006.
- BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. *In*: BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García (Org.). **Cooperação e Desenvolvimento Rural: olhares sulamericanos**. Letras contemporâneas, ed. 1, cap. 1, Florianópolis-SC, 2021.
- FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da; SILVA, Maicon da; DEPONTI, Cidonea Machado. Diversificação da produção rural: Em busca de alternativas para a gestão econômica e financeira na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 11, n. 01, p. 128-148, jan./abr. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População no último censo [2022] de São Mateus do Maranhão**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-mateus-do-maranhao/panorama>> . Acesso em: 21 ago. 2023.
- LOPES, Ana Araújo; SOUZA, Ivna Herbênia da S. Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de salgado, em Serrinha-BA. **Revista Macambira**, v. 3, n. 1, p. 16-35, 2019.

LUCAS, Ademir de. **Organização Rural**. MSc., Dr. Depto de Economia, Administração e Sociologia. ESALQ/USP. 2020. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br>>. Acesso em: 14 de nov 2022.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos Naea**, v.11, n.1, p. 85-108, Belém, jun. 2008.

NASCIMENTO, Aline Souza. **Ação coletiva e meios de vida: análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA**. 2021. p 117 – 129. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. Bologna, 2007.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, 2019.

SANTOS, Juscelino Laurindo dos. **AS FILHAS DAS PALMEIRAS DO COCO BABAÇU: Memórias e resistências nos modos de vida de quebradeiras de coco de São Miguel do Tocantins (TO)**. 2021. 104 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína – TO, 2021.

SCHMITZ, H.; FARIAS, E. S. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 26, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo. 6a reimpressão. São Paulo, 2002.

SILVA, Laíse Pereira da; SOUSA, Alice de Jesus de. **Cooperativismo em atividade agroextrativista da Agricultura Familiar**. p. 37 – 40. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do Maranhão, Bacabal-MA, 2023.

7

A REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTABILIDADE SOCIAL

*AGRARIAN REFORM AND SOCIAL CONFLICTS: ANALYSIS OF THE
RELATIONSHIP BETWEEN LAND DISTRIBUTION AND SOCIAL STABILITY*

Vinicius Ribeiro Marques
Hewellen Alves de Sousa
Josevy Vitoria Brito da Silva
Luis Gustavo Meireles Barroso
Bruna da Silva Silva

 **10.29327/5430353.1-7**



Resumo

O presente trabalho pretende refletir sobre a democratização do acesso à terra no Brasil, um tema que gera inúmeros estudos, controvérsias e disputas políticas. O alto nível de concentração da propriedade da terra, juntamente com a grande quantidade de terras ociosas, em contraste com a crescente mobilização de sem-terras, destaca a urgência de soluções. Este estudo objetiva realizar uma revisão de literatura sobre a relação entre reforma agrária e conflitos sociais, focando no impacto da distribuição de terras na estabilidade social, e oferecer subsídios teóricos e práticos à formulação de políticas públicas mais eficazes e justas. A metodologia utilizada consistiu na obtenção de informações sobre a temática abordada, através da coleta de dados e informações em diversas fontes, como sites, revistas, reportagens e publicações de autores, utilizando palavras-chave como “reforma agrária”, “distribuição de terras” e “conflitos sociais”. Em 2023, o Brasil registrou um número recorde de conflitos no campo, principalmente relacionados à terra, água e trabalho. Conclui-se que a implementação de políticas de titulação de terras e a promoção de assentamentos produtivos são caminhos possíveis para mitigar os conflitos e promover uma distribuição de terras mais justa, contribuindo para a estabilidade social e econômica.

Palavras-chaves: Democratização, Acesso à terra, Concentração, Terras ociosas, Assentamentos produtivos.

Abstract

This paper aims to reflect on the democratization of land access in Brazil, a topic that generates numerous studies, controversies, and political disputes. The high level of land ownership concentration, alongside a large amount of idle land, contrasted with the growing mobilization of landless people, underscores the urgency of solutions. This study aims to conduct a literature review on the relationship between agrarian reform and social conflicts, focusing on the impact of land distribution on social stability, and to provide theoretical and practical support for the formulation of more effective and fair public policies. The methodology used consisted of gathering information on the addressed theme through data and information collection from various sources, such as websites, magazines, reports, and publications by authors, using keywords like “agrarian reform,” “land distribution,” and “social conflicts.” In 2023, Brazil recorded a record number of rural conflicts, mainly related to land, water, and labor. It is concluded that the implementation of land titling policies and the promotion of productive settlements are possible ways to mitigate conflicts and promote a fairer land distribution, contributing to social and economic stability.

Keywords: Democratization, Access to land, Concentration, Idle land, Productive settlements.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Martins (2023), a democratização do acesso à terra no Brasil é um problema que tem sido objeto de inúmeros estudos, controvérsias, assim como de disputas políticas. O elevado nível de concentração da propriedade da terra associado à grande quantidade de terras ociosas por um lado, e a crescente mobilização de sem-terras por outro, são evidências de que este é um problema que ainda precisa de solução.

Para Ciavatta (2009), essa profunda desigualdade socioeconômica vivenciada pela sociedade brasileira resulta de “múltiplas determinações”, dentre as quais se destacam a formação econômica da sociedade brasileira desde a sua origem e suas relações de dependência com o capital hegemônico, as dificuldades enfrentadas pelos grupos anti-hegemônicos e pelos movimentos sociais para constituírem resistência ao processo predatório imposto pelo capital, o comportamento elitista e antidemocrático das elites nacionais, entre outros. Além disso, de acordo com Rissato (2015), é preciso considerar que os governos brasileiros assumindo posições alinhadas com os interesses dominantes optaram, predominantemente, por políticas de estabilização econômica e de crescimento econômico em detrimento das políticas de cunho redistributivo que poderiam reduzir, em alguma medida, as profundas desigualdades que assolam o país.

O processo de agravamento das desigualdades socioeconômicas na agricultura brasileira pode ser explicado através da contradição existente entre a busca do crescimento econômico e o aumento da pobreza no campo (De Sousa Freitas, 2019).

Entretanto, as novas estratégias de desenvolvimento rural, bem como a preocupação crescente com a geração de ocupações e de renda recolocam a necessidade de intervenções através de “novas políticas” que na verdade constituem uma reorientação das políticas públicas atuais passando a tratar o rural não apenas como o somatório de um conjunto de atividades agropecuárias (Graziano da Silva, 1999).

Além disso, Mello (2024) aborda o posicionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a necessidade de retomar a reforma agrária como estratégia para combater a pobreza no Brasil. De acordo com Jaime Amorim, membro da coordenação nacional do movimento, a redistribuição de terras improdutivas poderia ser uma maneira de assegurar renda para famílias que atualmente enfrentam condições de vida precárias.

Segundo Rechmann (2023), a disparidade na estrutura fundiária do Brasil tem provocado insatisfação em diversas esferas da sociedade, incluindo trabalhadores rurais, cientistas políticos, sociólogos e entidades religiosas, entre outros, que apoiam a implementação da reforma agrária. Este apoio fundamenta-se em dois pontos principais: o fator social e o fator econômico. O aspecto social está relacionado à necessidade de milhares de famílias obterem acesso à terra para cultivar alimentos, o que também é crucial para sua subsistência. Por outro lado, o fator econômico está ligado aos objetivos de garantir a produção de alimentos para o mercado interno, o que poderia contribuir para a estabilização dos preços, especialmente diante da recente crise global de alimentos. Além disso, destaca-se a possibilidade de que esses pequenos produtores se tornem exportadores para diversos países, o que poderia fortalecer a economia nacional.

Diante o exposto, o principal objetivo do trabalho é realizar uma revisão de literatura que abrange a relação entre reforma agrária e conflitos sociais e como a distribuição de terras impacta a estabilidade social. Explorando esse tema espera-se contribuir para um

entendimento mais profundo das implicações sociais e políticas da reforma agrária, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas.

2. METODOLOGIA

A presente revisão de literatura foi realizada por meio de pesquisas sistemáticas em sites, revistas, reportagens, publicações de autores, entre outros meios, utilizando palavras-chave como “reforma agrária”, “distribuição de terras” e “conflitos sociais”. Os estudos selecionados foram sintetizados permitindo uma compreensão abrangente. Além disso, traz informações relevantes sobre a temática abordada.

3. CONFLITOS NO MEIO RURAL BRASILEIRO

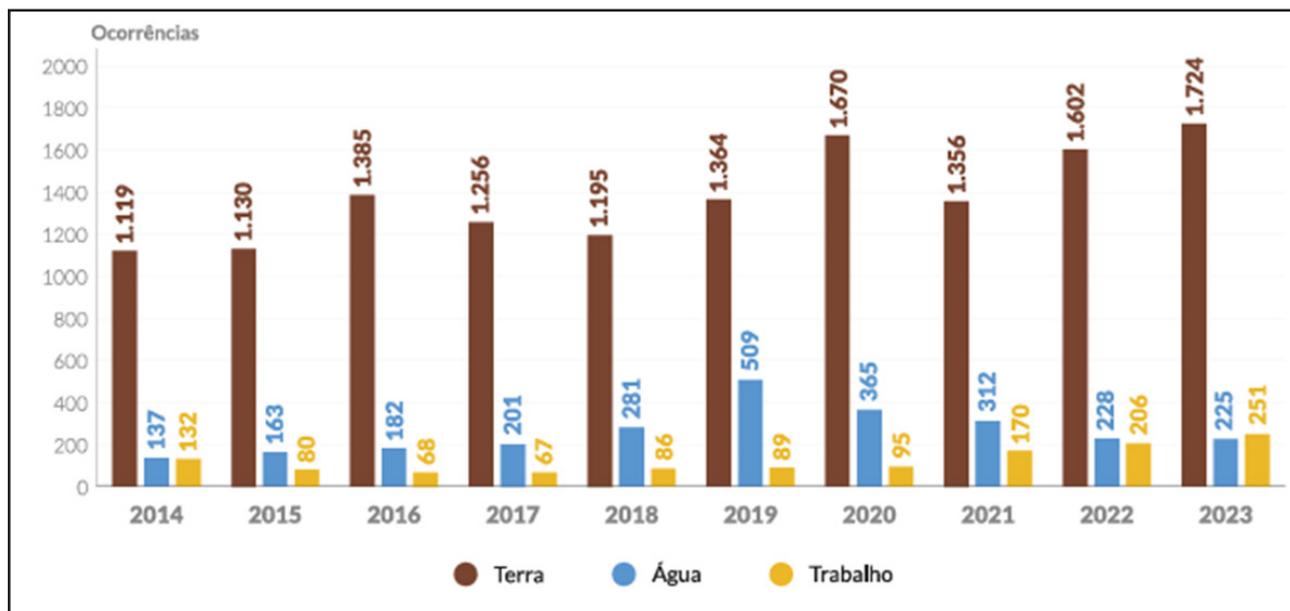
Com a violação dos direitos humanos, com a desigualdade social rural e com a formação de pólos de miséria, onde “o homem rural sofre as dores da humilhação, do peso do fracasso e das mazelas da exclusão social, ou seja, neste abismo de desigualdades, reinam a criminalidade e a violência causadas pela falha do Estado e pela exploração do homem pelo seu semelhante mais bem colocado economicamente” (Maniglia, 2005, p. 5).

Para se entender o que vem a ser “conflitos no campo”, faz-se necessário conceituar o que significa este termo e, para tanto, pode-se citar a conceituação da comissão Pastoral da Terra em seu relatório anual do ano de 2012 que explica:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produções. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. [...] Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringueais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto [...].

Segundo Mello (2024), o Brasil registrou um número recorde de conflitos no campo em 2023. Esses conflitos podem estar relacionados à terra, à água e ao trabalho (Figura 1). Exemplos de violência no campo incluem casos de pistolagem, grilagem, invasão de terras, expulsão, destruição de pertences, trabalho análogo à escravidão, entre outros (Figura 2).

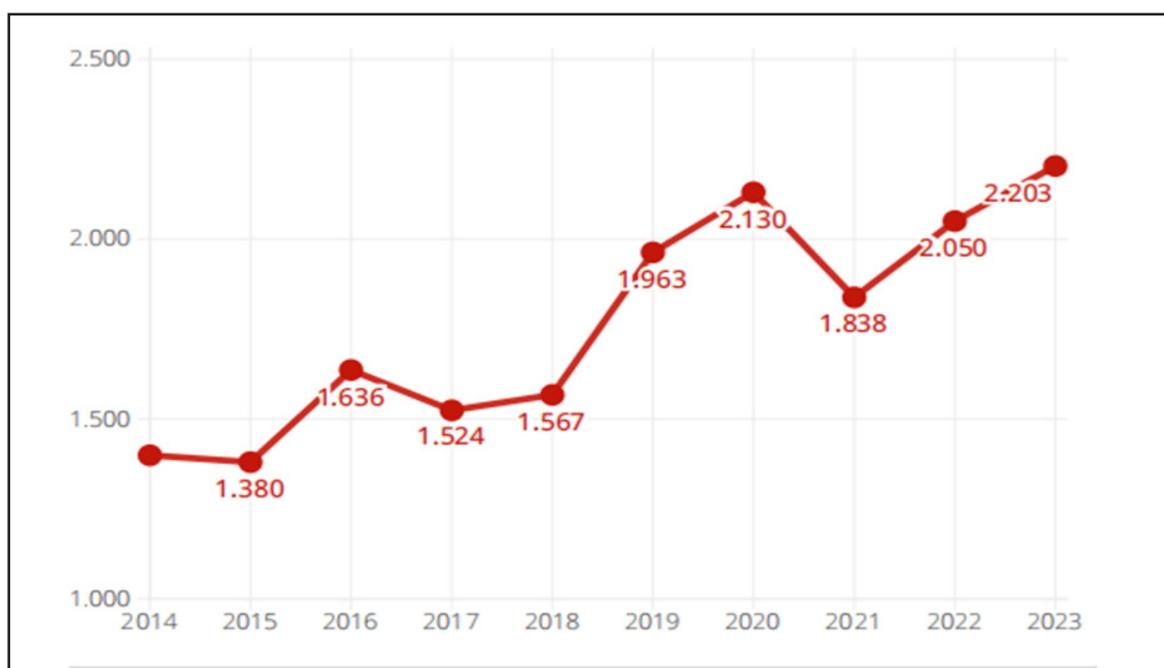
Figura 1. Ocorrências de conflito no campo no Brasil por eixo de violência (2014-2023)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024

De acordo com a Figura 1, foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo brasileiro em 2023, associadas a disputas por terra, água e relações trabalhistas. Os conflitos por terra foram os que mais cresceram em valores absolutos. Embora os últimos anos tenham sido altamente conflituosos, estamos observando um declínio nas ocorrências de conflitos por água e um aumento nos conflitos por terra. Isso indica a relevância da questão fundiária na conjuntura atual e corrobora a análise da contrarreforma agrária e do avanço do capital agropecuário, mineral e dos projetos energéticos no campo brasileiro. Apesar desse declínio, os números relativos aos conflitos por água ainda são maiores do que aqueles registrados no início da série histórica. Os conflitos em torno da água manifestam-se através de restrições de acesso, impedimento de ir e vir, e poluição de rios e mananciais (CPT, 2023).

Figura 2. Estimativa de conflitos no campo durante a última década



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2023.

De acordo com a figura 2, foi possível analisar que os conflitos de terra estão diretamente relacionados à invasão de propriedades, com 350 casos, pistolagem, com 264 casos, e destruição de propriedades, com 101 casos confirmados. Esses dados foram extraídos do gráfico. É importante destacar que em 2020 foram registrados cerca de 2.130 casos de conflitos de terra, enquanto em 2023 esse número aumentou para 2.203 casos, trazendo consigo diversos problemas sociais e econômicos (Vilela, 2024).

Os conflitos no campo brasileiro no período de 2014 a 2024 estão relacionados à manutenção de um modo de desenvolvimento voltado ao capitalismo, à violência e à expropriação de territórios. As análises anteriores apontam que, desde 2015, estamos vivenciando um momento de aguda conflitividade no espaço agrário brasileiro, marcado primordialmente pela expansão do agro, minero e hidronegócio sobre diferentes territórios (CPT, 2023).

É importante destacar que a ruptura política tem como efeito a ausência dos agentes hegemônicos contra os direitos e a vida dos povos do campo, o fim das políticas públicas para os pobres e inação do poder público ao controle e fiscalização, assim elevando os conflitos a partir de 2016 (CPT, 2023).

A Comissão Pastoral da Terra - CPT, mostra que no período de 2016 e 2018, a situação no campo se agravou em conflitividade, superando as 1.500 ocorrências anuais. Enquanto o patamar anterior era de quase 1.400 ocorrências ao ano. Ou seja, a conjuntura de ruptura política produziu um primeiro incremento de pouco mais de 10% dos conflitos no campo.

Com intermédio do governo Bolsonaro essa situação se agravou, a partir de 2019, marcado pelo desmonte das políticas públicas para os pobres do campo e dos órgãos de fiscalização; associado a um discurso contrário aos movimentos sociais, à preservação da natureza, às políticas distributivas e à reforma agrária; enquanto se fortalecia a defesa dos agentes legais e ilegais do agronegócio e da mineração no espaço agrário (Mello, 2024).

Os estados brasileiros que registraram o maior número de ocorrências de conflitos no campo em 2023, conforme indicado pelo gráfico, foram:

Figura 3. Estimativas de estados com maiores casos de conflitos



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2023.

A Bahia foi o estado com o maior número de conflitos registrados (249), seguido do Pará (227), Maranhão (206), Rondônia (186) e Goiás (167). Dentre as regiões, o Norte foi o que mais registrou conflitos (810), seguida do Nordeste (665), Centro-Oeste (353), Sudeste (207), e por fim, a região Sul, com 168 ocorrências (CPT, 2023).

3.1 Distribuição e posse de terra

No Brasil existem mais terras destinadas à reforma agrária do que o total de terras atualmente cultivadas. Aproximadamente 88 milhões de hectares já foram destinados para pouco mais de um milhão de famílias assentadas, enquanto 68,8 milhões são áreas agrícolas. Esses dados são fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018. Em paralelo, movimentos sociais têm pressionado pelo avanço da política agrária no país. Nos últimos meses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) informou ter ocupado propriedades improdutivas em Campinas (SP), Crateús (CE), Parauapebas (PA) e Campos dos Goytacazes (RJ) (Rechmann, 2024).

Dados do IBGE de 2017 indicam que 84% das propriedades rurais são de pequenos agricultores familiares e que 77% dos trabalhadores do campo estão empregados em pequenas propriedades. Portanto, a agricultura familiar é uma das molas propulsoras da nossa economia, sendo responsável por mais de 10% do PIB brasileiro. A regularização das propriedades de pequenos agricultores é essencial para garantir o desenvolvimento contínuo deste importante segmento econômico. Com a regularização fundiária, a agricultura familiar brasileira ganha autonomia e liberdade para escolher o modelo de desenvolvimento mais adequado, assegurando a preservação da vida e a garantia da segurança alimentar.

Segundo Tavares dos Santos (2000, p. 1), “os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em todas as regiões brasileiras, são marcados por inúmeros atos violentos, o que significa uma ação generalizada contra as formas de luta pela terra das populações rurais brasileiras” e acrescenta:

Deve-se ressaltar que a maior ocorrência de assassinatos de crianças em conflitos de terra revela o quanto foram destruídos grupos familiares de camponeses, principalmente no período inicial do Governo Civil, quando se abriu uma relativa possibilidade de uma redistribuição fundiária no País. As mortes em acidentes de transporte para o trabalho atingem principalmente as famílias de trabalhadores diaristas, que recebem por tarefa, motivo da presença de crianças que vem a completar o grupo familiar. A ocorrência de mortes em situações de trabalho escravo denota a brutalidade desta relação de trabalho presente no quadro da modernização da agricultura brasileira. Finalmente, as mortes de crianças em acampamentos de colonos e trabalhadores sem-terra expressam a precariedade da vida destas famílias em acampamentos de lona à beira de estradas e de fazendas. (Tavares dos Santos, 2000, p. 2).

“As situações que envolvem a prática política dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Brasil são inúmeras no decorrer da história do país. Trata-se de desafios que unem o passado e o presente numa mesma realidade, transformando a reflexão da sociedade sobre o desenvolvimento num tema polêmico e crucial”(Bruno, 2003, p. 284).

Em trabalho anterior (Hoffmann, 2007), usando dados do Censo Agropecuário 1995-1996 e indicadores fornecidos em PNUD (1998) para o ano de referência de 1991, mostra-se que a desigualdade da distribuição da posse de terra nas microrregiões homogêneas do Brasil apresentava forte correlação negativa com indicadores de desenvolvimento humano. Ressalta-se, especialmente, a existência de relação positiva e estatisticamente significativa entre a desigualdade da distribuição da posse de terra e a taxa de mortalidade infantil, mesmo quando se controla o efeito da escolaridade média na microrregião. O resultado foi semelhante ao se avaliar o efeito negativo da desigualdade da distribuição da posse de terra sobre a esperança de vida ao nascer.



Valadares, Silveira e Pirani (2017) analisaram as relações entre a desigualdade na distribuição da posse de terra e o desenvolvimento humano nas microrregiões e nos municípios brasileiros utilizando dados dos Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006 e indicadores baseados nos Censos Demográficos 2000 e 2010. Constataram que “fica patente o efeito negativo da concentração fundiária sobre os indicadores de qualidade de vida da população” (Valadares; Silveira; Pirani, 2017, p. 234).

É, então, ilusório pensar que uma reforma agrária, em 2020, teria a capacidade de mudar radicalmente, no curto prazo, a distribuição de renda no país. Conforme dados da PNAD Contínua 2017, menos de 4% de toda a renda declarada se origina de atividades exercidas por pessoas ocupadas no setor agrícola (como empregados, trabalhadores por conta-própria ou empregadores). Além disso, essa parcela é progressiva, isto é, como componente da renda domiciliar per capita (RDPC), ela contribui para reduzir a desigualdade da sua distribuição no país. Quando se considera a RDPC como uma soma de parcelas, pode-se demonstrar que o índice de Gini da distribuição da RDPC é uma média ponderada das razões de concentração das parcelas. De acordo com os dados da PNAD Contínua 2017, a razão de concentração da renda obtida em ocupação no setor agrícola é igual a 0,311, substancialmente menor do que o índice de Gini da distribuição da RDPC, que é igual a 0,549 (Hoffmann, 2020).

Firmiano e Mafort (2018) salientam que aconteceram diversos cortes nas políticas públicas e sociais do governo Dilma, com relação aos dois governos Lula. Henig (2018, p.345) concorda em posicionar o governo Dilma como “um real desastre para a reforma agrária”, isso pois sua participação na formação de assentamentos e redistribuição de terras foi muito menor que o esperado, dando continuidade a uma redução já nos últimos anos do governo Lula.

3.2 Violência no campo

A violência é entendida como sendo o constrangimento e ou a destruição, quer seja física ou moral que são exercidas sobre os trabalhadores do campo e aqueles que são aliados, sendo que, tais violências estão relacionadas com os mais diversos tipos de conflitos que são registrados, além das manifestações dos movimentos sociais que se dão no campo (Comparato, 2010).

O aparecimento da violência no espaço agrário alimenta-se da crise da dominação política do Estado brasileiro, onde se assiste a uma disseminação da violência, por estar os aparelhos repressivos do Estado vinculados à uma violência social e política difusa no campo. “O Estado não cumpre com suas funções legítimas de proteção e isso multiplica os atos violentos contra os trabalhadores rurais” (Martins, 1991, p. 50).

As denúncias de violências contra trabalhadores rurais têm origem no poder do latifúndio e do agronegócio, em uma política dos governos federais e estaduais que privilegia as oligarquias, lembrando que o Estado capitalista defende os interesses de uma minoria e não se importa com os interesses daqueles mais necessitados. Não se pode olvidar, porém, que a função principal do Estado deve ser a de garantir a justiça e a igualdade social. (Bales, 2000).

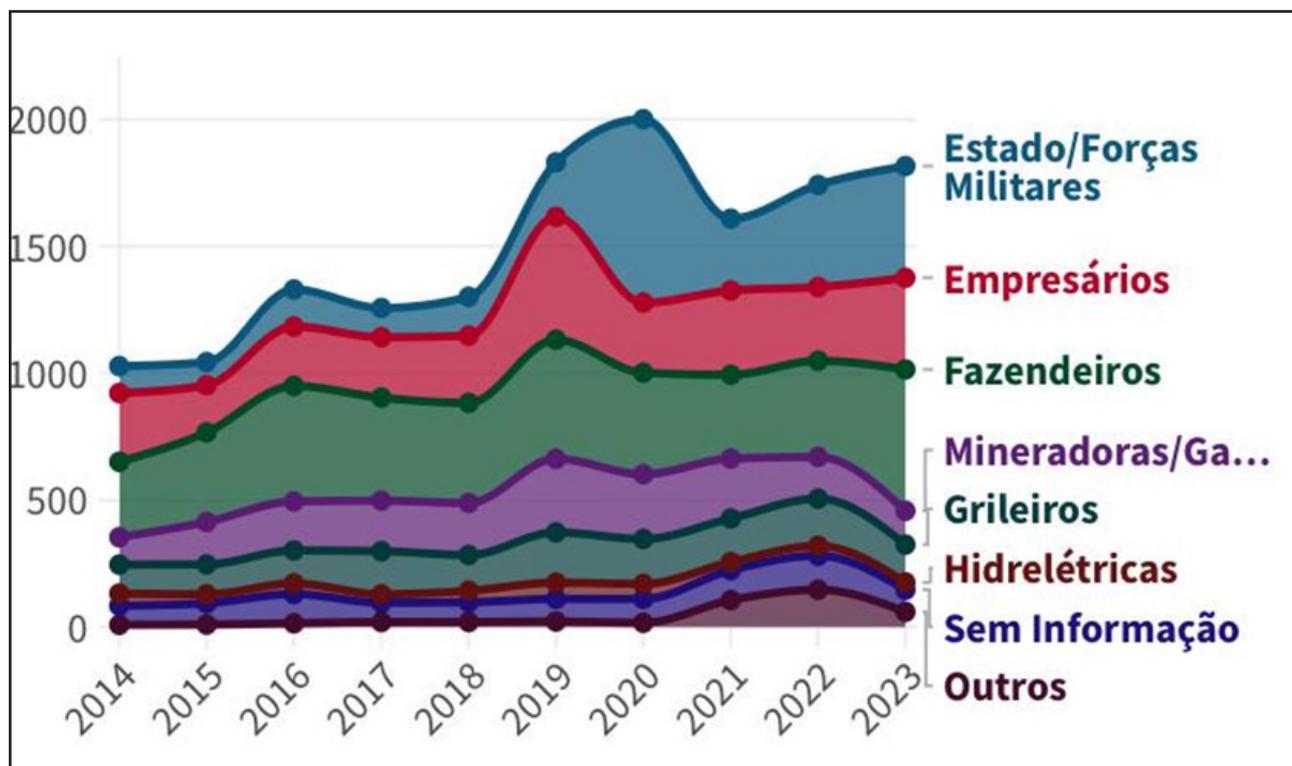
Como elucida Marilena Chauí (2011, p. 378), no Brasil, a violência não é percebida pela sociedade, pois:

[...] a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viola interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira, que, em sua violência cotidiana, reitera, alimenta e repete o mito da não-violência. [...] As disputas pela posse da terra cultivada ou cultivável são resolvidas pelas armas e pelos assassinatos clandestinos. As desigualdades econômicas atingem a proporção do genocídio.

No ano de 2012, na Amazônia se registraram 489 dos 1067 conflitos no campo, porém, não se pode olvidar que nessa região se encontram 97% das áreas envolvidas nestes conflitos sendo que, ali se concentram 58,3% dos assassinatos, 84,4% das tentativas de assassinatos, 77,4% dos ameaçados de morte, 62,6% de presos e 63,6% de pessoas agredidas. (CPT, 2012).

Os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2023), mostram que os principais causadores de violência em disputas por terra em 2023 são os fazendeiros, responsáveis por 31,2% dos casos, seguidos por empresários (19,7%), governo federal (11,2%), grileiros (9%) e governos estaduais (8,3%). Considerando o total dos conflitos, o Estado e as forças militares continuam sendo os principais causadores de violência (Figura 4).

Figura 4. Principais causadores de violência em disputas por terra



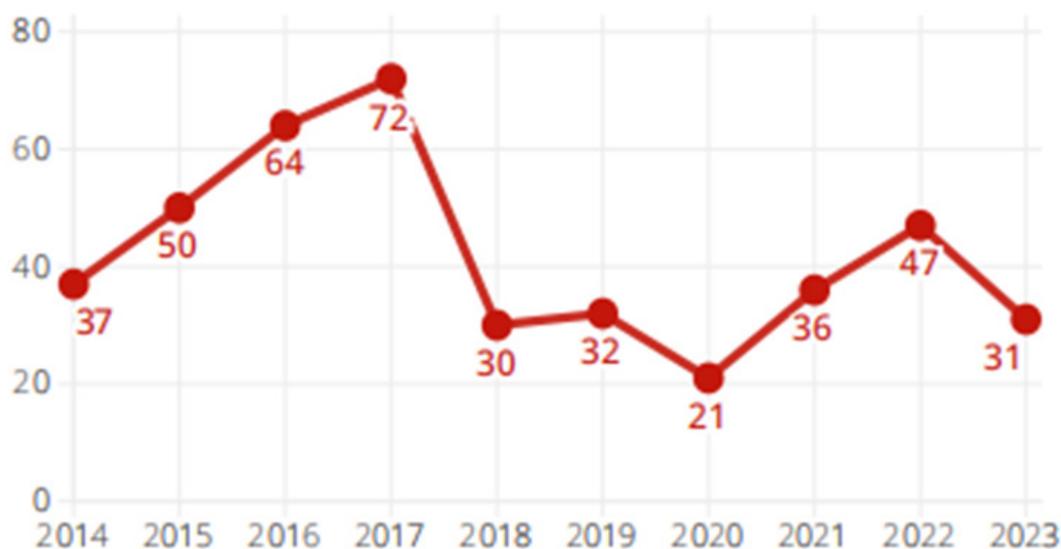
Fonte: Relatório 'Conflitos no Campo - Brasil 2023', da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2023.

Medeiros (2015, p. 27) analisa a violência no campo brasileiro a partir das ações de anulação e negação de "direitos do outro", mesmo em situação de mediação legal. Ações que

se definem no campo “institucional”, mediadas juridicamente, e no campo “privado” no qual se constata a emergência de novos atores com a permanência de velhas práticas (a exemplo da “pistolagem”, considerada pela autora como uma prática imemorial de busca de resolução de conflitos com base na violência privada).

De acordo com o gráfico de assassinatos divulgado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, nos últimos dez anos, o pico mais alto de homicídios no campo foi registrado em 2017, com um total de 72 casos. Em contraste, em 2023 foram contabilizados 31 homicídios em áreas rurais, enquanto em 2022 houve 47 mortes. O total de 2023 também representa o menor número desde 2020, quando foram registradas 21 mortes em todo o país (Figura 5).

Figura 5: Estimativa de assassinatos por conflitos de terras



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2023.

Em relação aos assassinatos em 2023, os povos tradicionais foram as principais vítimas, totalizando cerca de 1.394 mortos, o que representa 45,17% dos casos (Figura 4). A CPT destaca que a violência contra os povos indígenas tem aumentado exponencialmente desde 2016, tornando-os as principais vítimas dos conflitos no campo a partir de 2019 (Camargos, 2024).

Junior (2018) aponta o governo Temer como responsável pelo aumento da violência no campo, com a reforma agrária paralisada e com a indicação do governo de apoio à grande propriedade, muitas foram as retiradas de ocupações, o que, conseqüentemente, gerou embates violentos.

Desde o início da série histórica, é evidente que os povos e comunidades tradicionais são a categoria mais atingida por ações de violência, um padrão que se consolidou desde meados da década de 2000. O alto índice de conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais, em particular os povos indígenas, indicam a relevância da raça como estrategicamente fundamental de configuração da estrutura de poder da sociedade (Quijano, 2005), que cria, nas palavras de Fanon (2008), “zonas do ser e do não-ser”, e essa clivagem decide “quem importa e quem não importa, quem é fundamental e quem não é” (Mbembe, 2018, p. 41).

As estimativas apresentadas acima indicam que o aumento da violência no campo está diretamente ligado à impunidade pelos crimes cometidos, à grilagem, à ocupação predatória e à falta de regularização fundiária. Além disso, a ausência de uma reforma

agrária efetiva tem gerado sérios problemas no meio rural, incluindo questões sociais significativas. Essas condições contribuem para um ambiente de insegurança e conflito, prejudicando tanto os pequenos agricultores quanto às comunidades tradicionais que dependem da terra para sua subsistência (Mello, 2024).

Segundo Camargos (2024), o terceiro governo do Presidente Lula (PT) iniciou com um recorde histórico de violência no campo, registrando uma média de seis conflitos diários relacionados a disputas de terra. Este cenário refletiu uma intensificação das tensões agrárias no Brasil, evidenciando problemas estruturais na distribuição de terras, além da falta de políticas eficazes para a resolução pacífica dos conflitos rurais.

4. IMPACTOS SOCIAIS DA REFORMA AGRÁRIA E ESTABILIDADE SOCIAL

A formação da sociedade brasileira encontra-se num profundo processo de exclusão da maioria de sua população, onde a pobreza marca a estrutura do país em consequência do privilegiado setor econômico histórico, formado por donatários de capitânias hereditárias, senhores de engenho e fazendeiros, que têm orientado de forma prioritária a dinâmica de desenvolvimento, pautados em seus próprios interesses imperialistas de cada época e, conseqüentemente, alijando do acesso aos bens do país os escravos, os trabalhadores do campo e os imigrantes pobres (Rech, 2003, p. 21).

Ramos Filho (2014, p. 172), “acrescenta que as elites brasileiras sempre negaram a necessidade da realização de uma política de reforma agrária ou não permitiram que tais políticas fossem renovadas. Portanto, todas as conquistas externas para os trabalhadores do campo devem-se à pressão dos movimentos camponeses que mantêm lutas constantes pela realização de um programa de reforma agrária de qualidade”.

Além disso, “o direito à vida dos trabalhadores rurais é uma questão limite, pois o dia a dia deles é configurado por uma rotina de violência expressada por rituais de dominação por parte dos que detêm o poder da propriedade” (Tavares dos Santos, 2000, p. 2).

A violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, civis e políticos circunscrevem locais bem delimitados e se espalham no território brasileiro, através de indivíduos ou grupos de indivíduos que são forçados a saírem da sua terra, que não conseguem retomar seu território, que não são beneficiados pela reforma agrária e, conseqüentemente, deparam-se com “a violação de seus direitos à terra, ao trabalho, à moradia, à alimentação, à água, à cultura, ao direito de ir e vir. Portanto, assim, são concretizadas, no lugar da dignidade da pessoa humana, a ameaça e a violência contra seus direitos proclamados” (Rech, 2003, p. 119).

Além dos conflitos armados, existe a problemática do trabalho escravo, que se mostra, a cada momento, uma situação mais complicada e de difícil correção, uma vez que “a desigualdade social e a assimetria de poder entre as classes trazem uma realidade cujo pagamento da relação trabalhista é a barbárie e a angústia daqueles que se encontram sobre dominação” (Tavares dos Santos, 2000, p. 2).

“O aumento nos índices de migrações internas no território brasileiro, que mostra o quadro de violação de direitos humanos de trabalhadores rurais no país, oriundos do Nordeste, que chegam nas lavouras de cana-de-açúcar paulistas para trabalhar temporariamente, traz à tona a problemática do trabalho escravo” (Rech, 2003, p. 21).

Dados do ano de 2023, traz informações sobre o trabalho escravo rural brasileiro que mostra as principais atividades produtivas e número de resgatados por unidade federativa, onde 2663 pessoas foram resgatadas, este foi o maior número de resgatados nos últi-

mos 10 anos, sendo o Goiás o estado com maior número de vítimas com 699. As atividades rurais produtivas como cana de açúcar, lavouras permanentes e lavouras temporárias representaram os maiores números de pessoas trabalhando em condições análogas a escravidão (CPT, 2023).

A estabilidade social no campo está intrinsecamente ligada à criação de condições que permitam às comunidades rurais viverem com segurança, dignidade e oportunidades de progresso econômico e social. A redistribuição justa e equitativa da terra possibilita que mais famílias tenham acesso a recursos essenciais para a produção agrícola, diminuindo a concentração fundiária e as tensões associadas à posse da terra. A regularização fundiária é igualmente crucial, pois assegura segurança jurídica aos pequenos agricultores, viabilizando o acesso a crédito, assistência técnica e outros benefícios que impulsionam a produtividade e a sustentabilidade. Além disso, a estabilidade social no campo depende da implementação de políticas públicas que promovam a agricultura familiar, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no Brasil. Estimular a produção local por meio de subsídios, programas de capacitação e melhorias na infraestrutura rural contribui para o fortalecimento das economias locais e para a garantia da segurança alimentar (Monteiro; Ventura, 2023).

As movimentações fazem parte das ações do Abril Vermelho, dedicado às mobilizações pela ampliação do acesso à terra. Esse mês relembra o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, onde uma ação da Polícia Militar resultou na morte de 21 trabalhadores rurais que protestavam pela reforma agrária. No entanto, os projetos de assentamento frequentemente falham em cumprir seu propósito de promover a função social da terra, muitas vezes se transformando em verdadeiras favelas rurais, sem gerar riqueza ou oportunidades sustentáveis para as famílias. Muitos assentados acabam vendendo suas terras, retornando ao ciclo de invasões e crimes. Esse ciclo não representa uma verdadeira reforma agrária, mas sim a perpetuação da dependência do Estado (Santos, 2024).

O recente Decreto Presidencial (Nº 11.995/2024), intitulado “Terra da Gente”, longe de trazer soluções, apenas compila de forma precária legislações existentes, colocando em risco a segurança jurídica da propriedade privada. Em contrapartida, medidas como a titulação dos assentamentos existentes poderiam trazer dignidade e estabilidade para as comunidades rurais. A reforma agrária tem como seus princípios a igualdade econômica pois pode ajudar a enfrentar a desigualdade econômica ao redistribuir a terra para os sem-terra e melhorar a renda e a subsistência dos sem-terra, na questão da segurança alimentar a produtividade agrícola melhorada pode levar uma segurança alimentar a nível familiar e também nacional, a própria estabilidade econômica pois aborda queixas relacionadas à desigualdade de terra, contribuindo para a estabilidade social e política. O empoderamento também pode proporcionar status social e poder econômico, contribuindo para o empoderamento de grupos marginalizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é preciso levar em consideração que a democratização do acesso à terra no Brasil é um assunto a ser tratado com extrema importância, não somente do ponto de vista econômico, mas também social e político. A concentração da propriedade fundiária, a terra ociosa e os crescentes movimentos dos sem-terra indicam a necessidade de soluções para essa pauta com o objetivo de promover a justiça social e a redução das desigualdades.

Embora o movimento por uma reforma na terra tenha boas intenções, é fato de que ele encontrou diversos empecilhos, incluindo a própria concentração de terras, a violência

contra o trabalhador rural e a baixa efetividade dos projetos de assentamento agrário. Todas essas questões devem ser combatidas em uma abordagem integrada e contínua. Para tanto, as propostas para a titularização da terra e a criação de assentamentos produtivos e auto-sustentáveis parecem ser possíveis saídas.

Conforme destacado por diversos autores, a democratização do acesso à terra não é apenas uma questão de justiça social, mas também de desenvolvimento econômico sustentável. A redistribuição de terras improdutivas e a promoção da agricultura familiar são apontadas como soluções viáveis para combater a pobreza e fomentar a economia local, conforme argumentado por Mello (2024) e Rechmann (2023).

Os dados apresentados revelam a persistência de conflitos no campo, principalmente relacionados à posse da terra, água e condições de trabalho, que são exacerbados pela ausência de políticas públicas eficazes e pelo avanço do capital agropecuário e mineral. A violência no campo, conforme apontado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), é uma manifestação clara das falhas do Estado em proteger os direitos dos trabalhadores rurais e em regular adequadamente a distribuição fundiária.

Portanto, a reforma agrária deve ser vista como um instrumento essencial para promover a justiça social e a estabilidade no campo. A reorientação das políticas públicas, com foco na regularização fundiária e no apoio à agricultura familiar, é fundamental para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

A estabilidade social no campo está intrinsecamente ligada à criação de condições que permitam às comunidades rurais viverem com segurança, dignidade e oportunidades de progresso econômico e social. Além disso, a mesma depende da implementação de políticas públicas que promovam a agricultura familiar, possibilitando um desenvolvimento mais justo e inclusivo para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BALES, K. **I nuovi schiavi. La merce umana nell'economia globale**. Milão: Feltrinelli, 2000.
- BRASIL. **O Decreto Presidencial nº N° 11.995/2024, de 15 de abril de 2024**. Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária. São Paulo, 2024.
- CAMARGOS, D. Sem reforma agrária, violência no campo bate recorde com governo Lula, diz CPT. **Repórter Brasil**, [S. l.], p. 1, 22 abr. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/04/violencia-no-campo-bate-recorde-com-lula/>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- CIAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores** (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009. 456p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Divulgação de dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil de janeiro a setembro de 2011**. Goiânia, GO, 2011. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=908:cptdivulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de2011&catid=12:conflitos&Itemid=94. Acesso em: 03 jun 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo Brasil 2012: Relatório anual**. Goiânia, GO, 2012. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-nocampo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23>. Acesso 2 jun 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?-task=download.send&id=14308:conflitos-no-camp-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 3 jun 2024.
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CHAUÍ, M. **Ensaio: ética e violência**. Fundação Perseu Abramo. Teoria e Debate, n. 39, 1998. Disponível em:



- <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-edebate/edicoes-anteriores/ensaio-etica-e-violencia>. Acesso em: 3 jun 2024.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JÚNIOR, J. C. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 649-663, 2018.
- FREITAS E SOUZA, M.; DE SOUZA JUNIOR, F. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. **Revista FIDES**, v. 10, n. 2, p. 191-205, 12 nov. 2019.
- FIRMIANO, F. D.; MAFORT, K. C de O. A reforma da contrarreforma agrária no Brasil. **Libertas**, v. 18, n. 2, 2018.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS, P. (Org.). *Dimensões do agrogócio brasileiro: políticas institucionais e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
- HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil e o setor agrícola. **Economia & Região**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 5-23, 2020.
- MANIGLIA, E. **Criminalidade e violência no âmbito rural**: críticas e reflexões. Disponível em: <http://www.sao-luis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- MARTINS, E. A reforma agrária, a luta pela terra e os assentamentos rurais: uma questão pública histórico-estrutural em análise. **Revista Formação Econômica**, [S. l.], p. 1, 1 jul. 2003. Disponível em: <http://works.bepress.com/eloi/363/>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N -1 edições, 2018. 80p.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MELLO, D. MST diz que retomada da reforma agrária pode combater a pobreza. **Agência Brasil**, [S. l.], p. 1, 27 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/mst-diz-que-retomada-da-reforma-agraria-pode-combater-pobreza>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- MONTEIRO, R; VENTURA, M. Campos Neto: 'Não se consegue estabilidade social com inflação descontrolada'. **O Globo**, [S. l.], p. 1, 23 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/campos-neto-nao-se-consegue-estabilidade-social-com-inflacao-descontrolada.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- NOGUEIRA, L. M. A questão agrária brasileira em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes e Ignácio Rangel. **Revista Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 83-99, 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino - americanas**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005: p. 117 -142.
- RAMOS FILHO, E. S. **A geografia da reforma agrária e reforma agrária no nordeste brasileiro (1998-2006)**. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F.FERNANDES, B. M. (Orgs.). *Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 167-190.
- RECHMANN, A. A área destinada para a reforma agrária é maior do que o total de lavouras no Brasil. **Gazeta do povo**, [S. l.], p. 1, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/area-destinada-para-a-reforma-agraria-e-maior-do-que-o-total-de-lavouras-no-brasil/>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- RECH, Daniel (Org). **Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- RISSATO, D. **Políticas sociais, pobreza e risco infanto-juvenil no contexto de realização do Programa Bolsa Família em Foz do Iguaçu-Paraná**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. 291p.
- SANTOS, D. O governo anunciou um programa de reforma agrária em meio à pressão do MST. **Metrópoles**, [S. l.], p. 1, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/governo-anuncia-programa-de-reforma-agraria-em-meio-a-pressao-do-mst>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidade Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso em: 2

jun. 2024.

VALADARES, A. A.; SILVEIRA, F. G.; PIRANI, N. C. Desenvolvimento humano e distribuição da posse da terra. In: NARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (Orgs.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: Ipea, 2017. 245p.

VILELA, R. Governo anuncia plano para assentar 295 mil famílias até 2026: Programa prevê novas formas de destinação de áreas rurais. **CNN Brasil**, [S. l.], p. 1, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/governo-anuncia-plano-para-assentar-295-mil-familias-ate-2026>. Acesso em: 3 jun. 2024.



8

IMPACTO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: COMO A DISPUTA POR TERRAS AFETA OS PEQUENOS AGRICULTORES E SUAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

*IMPACT OF LAND CONFLICTS ON FAMILY FARMING: HOW LAND DISPUTES
AFFECT SMALLHOLDER FARMERS AND THEIR AGRICULTURAL PRACTICES*

Gabriel Oliveira Lima

Marília Fernanda Muniz dos Santos

Antonya Vitória da Silva e Silva

Adriane de Oliveira Pereira

Eduardo Mendonça Pinheiro

 **10.29327/5430353.1-8**



Resumo

Este artigo aborda os impactos dos conflitos fundiários na agricultura familiar no Brasil, explorando suas causas, consequências e possíveis soluções. A agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos frescos e pela geração de empregos no campo, enfrenta desafios significativos devido à concentração de terras e aos conflitos agrários. Os conflitos fundiários são intensificados pela disputa por terras historicamente marcada pela concentração fundiária e pela expansão do agronegócio. Isso resulta em insegurança jurídica para os agricultores familiares, limitações no acesso a recursos e no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, e êxodo rural, afetando negativamente a segurança alimentar e a economia local. A análise revela um aumento alarmante da violência no campo, com registros de conflitos envolvendo milhões de pessoas e resultando em deslocamentos forçados e impactos psicológicos severos. Para mitigar esses problemas, são necessárias políticas públicas que priorizem a regularização fundiária, a proteção dos direitos dos agricultores familiares e o apoio financeiro e técnico para promover práticas agrícolas sustentáveis. A revisão bibliográfica evidencia a necessidade urgente de ações integradas para promover um desenvolvimento rural mais justo e equitativo no Brasil.

Palavras-chave: Luta Agrária, Latifúndios, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural.

Abstract

This article addresses the impacts of land conflicts on family farming in Brazil, exploring their causes, consequences, and possible solutions. Family farming, responsible for a significant portion of fresh food production and rural employment, faces significant challenges due to land concentration and agrarian conflicts. Land conflicts are intensified by disputes over historically concentrated land ownership and the expansion of agribusiness. This results in legal insecurity for family farmers, limitations in accessing resources and developing sustainable agricultural practices, and rural exodus, negatively affecting food security and the local economy. The analysis reveals a troubling increase in rural violence, with reports of conflicts involving millions of people resulting in forced displacement and severe psychological impacts. To mitigate these issues, public policies prioritizing land regularization, protection of family farmers' rights, and financial and technical support to promote sustainable agricultural practices are necessary. The literature review underscores the urgent need for integrated actions to promote a more just and equitable rural development in Brazil.

Keywords: Agrarian Struggle, Large Landholdings, Family Farming, Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar se ergue como pilar fundamental da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. Responsável por grande parte da produção de alimentos frescos e pela geração de empregos no campo, esse setor enfrenta um desafio persistente: os conflitos fundiários (Leite; Leite, 2022). Existe um desacordo significativo no conceito e significado da agricultura familiar. No entanto, as definições mais comuns reconhecem o fato de que é uma forma de agricultura em que a terra e a mão de obra estão intimamente ligadas e operam em sinergia trabalhando para garantir a subsistência da família com a produção do solo (Lamarche, 1997).

De acordo com o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar, publicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG (2022), no Brasil, existem 3,9 milhões de propriedades agrícolas familiares, que ocupam apenas 23% das terras, mas geram 10,1 milhões de empregos, representando 67% do total. A agricultura familiar contribui com 23% do valor bruto da produção agropecuária do país e impulsiona a economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, que correspondem a 68% do total de municípios (CONTAG, 2022).

A importância da agricultura familiar é estratégica tanto para o Brasil quanto para o mundo, já que o país é o oitavo maior produtor de alimentos do planeta. Na América Latina e no Caribe, as agricultoras familiares, camponesas e as mulheres indígenas são responsáveis por produzir 45% dos alimentos consumidos, sendo a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno com alimentos saudáveis e sustentáveis (CONTAG, 2022).

Entretanto, a agricultura familiar encontra diversos desafios ao redor do mundo, que variam de questões econômicas e sociais a questões ambientais, essas dificuldades podem levar a impactos significativos na segurança alimentar, na capacidade de sustento da família rural e na capacidade dos agricultores combaterem sistemas mais sustentáveis (Santos; Coelho; Lima, 2023). Nos desafios sociais, encontram-se os conflitos por terras onde, segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2022), mais de 71 milhões de hectares de terras, aproximadamente 8,4% do território brasileiro, foram alvo de disputas em 2021, com 1546 casos de conflitos envolvendo terra. Esses números refletem o tenso cenário de produção e reprodução no setor agrário da sociedade brasileira.

Os conflitos pela terra são, sob a perspectiva do campo, um impasse extremamente delicado a ser enfrentado. Envolvem, em sua essência, grupos socialmente excluídos, como camponeses, indígenas e quilombolas. Esses grupos, na maioria das vezes, não possuem terras e, quando as possuem, enfrentam diversas ameaças dos grandes proprietários fundiários através de jagunços. Essas ameaças resultam em mortes, violências físicas e psicológicas para esses grupos sociais (Lopes; Santos, 2020). Conhecer os desafios enfrentados pelos agricultores familiares em relação ao acesso à terra e recursos agrícolas básicos, que possibilitam o desenvolvimento rural sustentável e contribui para a segurança alimentar e a redução da pobreza nas áreas rurais é de extrema importância.

Portanto, o objetivo deste trabalho é elencar os impactos dos conflitos fundiários na agricultura familiar no Brasil, explorando suas causas, consequências e possíveis soluções.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo estabelecido, foram utilizados métodos de pesquisa de revi-

são bibliográfica com o intuito de obter uma base teórica robusta e identificar lacunas no conhecimento atual. Essas lacunas serão exploradas posteriormente através da consulta a livros, artigos científicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos governamentais relevantes, além da coleta de dados de diversas fontes, visando obter uma visão abrangente sobre os conflitos fundiários e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Brasil.

3. CONFLITOS FUNDIÁRIOS E A AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 A origem das disputas por terras

Para abordarmos os conflitos no campo brasileiro, é fundamental entender a origem dessa questão. Portanto, é necessário revisitar a história do processo de distribuição de terras no Brasil para compreendermos os problemas atuais que envolvem os conflitos agrários no país.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT (2017), esclarece bem a origem das disputas por terra no Brasil, afirmando que somos herdeiros de quatro sombras que ainda pesam sobre nós e perpetuam a violência.

A primeira sombra é nosso passado colonial, um processo inerentemente violento, que envolveu a invasão de terras, a subjugação dos povos e a imposição da cultura do colonizador. Isso resultou em um sentimento de dependência e uma supervalorização do que vem de fora (CPT, 2017).

A segunda sombra foi o genocídio indígena. Antes da colonização, existiam mais de 4 milhões de indígenas. Massacres promovidos por Mem de Sá em 31 de maio de 1580 exterminaram os Tupiniquim na Capitania de Ilhéus. A guerra oficialmente declarada por D. João VI em 13 de maio de 1808 dizimou os Botocudos (Krenak) no Vale do Rio Doce, gerando uma falta de respeito e discriminação que persistem até hoje na sociedade (CPT, 2017).

A terceira sombra, a mais nefasta de todas, foi a escravidão. Entre 4 a 5 milhões de africanos foram trazidos com extrema violência para serem utilizados como “peças” no processo de produção. A humanidade lhes foi negada, estabelecendo a instituição da Casa Grande e da Senzala. Esse processo originou uma nação profundamente dividida entre uma minoria rica e uma grande maioria pobre. Somos um dos países mais desiguais do mundo, o que se traduz em um país violento e cheio de injustiças sociais (CPT, 2017).

E a quarta sombra que explica grande parte da violência no campo é a Lei de Terras do Brasil, nº 601, de 18 de setembro de 1850. Esta lei determinava que a apropriação de terras só seria possível mediante compra da Coroa, proprietária de todas elas. A consequência final dessa decisão imperial foi empurrar os sem-terra para as favelas, criando cinturões de pobreza e miséria que caracterizam quase todas as nossas cidades (CPT, 2017).

Conforme destacado pela CPT, somos herdeiros desse passado que ressoa no presente, fazendo do campo no Brasil um palco de conflitos. Esses conflitos são resultado de ações arcaicas que se manifestam na luta pela terra e pela sobrevivência no campo.

Assim, os conflitos pela terra estão relacionados à garantia de uso e permanência dos camponeses e grupos minoritários no acesso à terra. Esses conflitos habitualmente ocasionam mortes, ameaças de morte, torturas e prisões. Portanto, é uma questão muito delicada que precisa ser debatida para encontrar soluções para essa problemática (Lopes; Santos, 2020).

3.2 A agricultura familiar perante os conflitos fundiários e o agronegócio

A grande concentração de terras e sua injusta distribuição juntamente com nossa história colonial, são as raízes da existência das disputas, lutas e conflitos por terras no Brasil, alguns desses como, a Guerra de Canudos no Nordeste, Guerra do Contestado no Sul e Guerra do Formoso no norte goiano, ficaram marcados na história do nosso país (Albuquerque Junior *et al.*, 2019). Mendonça (2018), respalda dizendo que, no Brasil milhões de pessoas vivem sem terra, enquanto cerca de 40% das grandes propriedades agropecuárias não são utilizadas para atividades econômicas, como cultivo ou criação de animais. Historicamente, as terras brasileiras foram dominadas pela classe hegemônica e, atualmente, também estão sob o controle de grandes empresas, tanto nacionais quanto internacionais.

Diante dessa situação, grupos de famílias sem-terra se reúnem para ocupar terras que não estão cumprindo sua função social, criando assim as chamadas ocupações ou retomadas, ou seja, ações coletivas realizadas por famílias sem-terra que, ao entrarem em propriedades rurais, reivindicam terras que não cumprem sua função social. Também incluem ações coletivas de indígenas e quilombolas que, diante da demora do Estado no processo de demarcação de áreas que lhes são asseguradas por direito, buscam reconquistar seus territórios (CPT, 2022).

A resposta a essas ocupações são os conflitos, que é uma realidade no campo, onde famílias de agricultores que vivem em uma propriedade são expulsas a pedido do “proprietário”, e essas expulsões geralmente são acompanhadas de violência, ameaças, e destruição de bens, casas e plantações, executadas por jagunços a serviço dos grandes proprietários de terra destinada ao agronegócio (Lopes; Santos, 2020).

Os números da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2022), demonstram como esse cenário tem resultado em um aumento da violência no campo. Entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números aumentaram para 10.384 conflitos, afetando 5,5 milhões de pessoas (Tabela 01).

	2011/2015	2016/2021	Incremento
Ocorrência Terra	4.096	7.223	76,34%
Conf. Trabalhista	827	582	-29,63%
Conflitos pela água	532	1.811	240,40%
Total de Conflitos	6.737	10.384	54,13%
Assassinatos	188	252	34,04%
Pessoas Envolvidas	3.568.585	5.534.203	55,08%
Hectares (Conf. no Campo)	63.342.264	302.125.254	376,97%

Tabela 1. Conflitos rurais em dois períodos: 2011/2015 e 2016/2021.

Fonte: Adaptado de CPT (2022).

Nesse contexto, a expansão fundiária do agronegócio é justificada pelo conceito artificial de terra vazia, desocupada ou disponível. Essa concepção considera essas terras como sem destinação econômica, onde os conflitos agrários e ambientais são implicitamente ignorados ou negligenciados pelo governo, pelos poderes legislativo e judiciário, e pela mídia (CPT, 2022).

Observando como o crescimento em área dos latifúndios destinados ao agro afeta a agricultura familiar, nas últimas três décadas, a área cultivada com soja, milho e cana, as

principais lavouras para exportação no agronegócio, superou significativamente a área cultivada com arroz, feijão e mandioca, que são os principais alimentos da população brasileira trabalhados pela agricultura familiar (IBGE, 2024).

Em 1988, o Brasil dedicava aproximadamente um quarto do total de sua área cultivada 24,7% às três principais culturas destinadas à alimentação diária da população. Em 2018, essa proporção despencou para apenas 7,7%. No mesmo ano, nenhuma região brasileira dedicou mais de 20% de sua área cultivada ao cultivo de arroz, feijão e mandioca. Mesmo as regiões que historicamente mais dedicavam suas áreas a esses cultivos viram uma queda significativa: a região Norte chegou a destinar até 50,6% de sua área em 1998 e o Nordeste até 37,9% em 1988, mas esses índices caíram para cerca de 18% em 2018 (CPT, 2022).

As regiões Sudeste e Centro-Oeste, que são mais desenvolvidas do ponto de vista dos grandes latifúndios empresariais com suas monoculturas de commodities, dedicaram ínfimos 3,6% e 2,5%, respectivamente, de suas áreas totais ao cultivo dessas lavouras em 2018 (CPT, 2022).

Em contrapartida, em relação à área cultivada para produtos voltados à exportação, a área total no Brasil aumentou de 49,8% em 1988 para 78,3% em 2018. Houve um aumento espetacular das monoculturas de commodities, com mais de três quartos da área total das lavouras temporárias e permanentes sendo ocupados por apenas três produtos: soja, cana-de-açúcar e milho. Na região Centro-Oeste, o crescimento da área plantada alcançou 92,1% em 2018 somente com essas três culturas. Nas regiões Sul e Sudeste, esse crescimento foi de aproximadamente 75%. Já a região Norte, que abrange a maior parte da Amazônia brasileira, tinha apenas 27% de sua área plantada destinada a esses três cultivos em 1988. Em 2018, essa proporção aumentou para 64% de sua área cultivada com cana-de-açúcar, soja e, em menor escala, milho (CPT, 2022).

É importante destacar que essa verdadeira explosão no crescimento da área destinada às commodities ocorreu a partir dos anos 2000, intensificando os conflitos por terra desde então.

4. IMPACTO DOS CONFLITOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

4.1 Insegurança Jurídica

Os pequenos agricultores, de acordo com a CPT, são classificados em quatro tipologias: posseiro, sem-terra, assentado e pequeno proprietário, que vivem em áreas de disputa ou que, no caso dos assentados, ainda não receberam titulação. Quando as propriedades familiares não possuem títulos definitivos de regularização, surge um campo de “dúvida jurídica” que facilita as expropriações pelo capital extrativo (grupos político-empresariais e instituições de pesquisa), ou seja, a falta de regularização fundiária gera a chamada “insegurança jurídica” no campo, pois “não se sabe quem é o verdadeiro proprietário da terra” (CTP, 2022).

As famílias dos pequenos produtores que vivem dentro desse cenário, dependem da terra para seu sustento, produzindo e vendendo seus produtos nos municípios, o que fortalece a economia local (Silva, 2019). Esse quadro fundiário, marcado pela aparente “fragilidade jurídica” das posses familiares, favorece a concentração de terras nas mãos dos causadores dos conflitos agrários, como fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros (CTP, 2022).

4.2 Êxodo Rural e Impacto Psicológico

Devido à vulnerabilidade dos pequenos agricultores e camponeses, como discutido anteriormente, e à grande representatividade da agricultura familiar entre os produtores rurais, o êxodo rural certamente também afeta a agricultura familiar (Hein; Silva, 2019). Além disso, a constante ameaça de perder suas terras e a incerteza associada aos conflitos fundiários podem causar estresse e ansiedade nos pequenos agricultores, afetando sua qualidade de vida e capacidade de trabalho.

Em muitos casos, conflitos fundiários resultam no deslocamento forçado de agricultores, levando à perda de suas terras e meios de subsistência. Isso pode causar migração para áreas urbanas, agravando problemas sociais. Hein e Silva (2019), sustentam essa ideia apontando uma relação direta entre as vulnerabilidades no campo e o êxodo rural. Nesse contexto, Portela e Vesentini (2009) destacam as razões individuais que levam as pessoas a se mudarem para as cidades:

- a) Pressão demográfica sobre os recursos: quando a terra disponível não é suficiente para sustentar uma família em crescimento, ou quando a divisão de herança resulta em parcelas muito pequenas para sustentar os herdeiros, que precisam formar novas famílias;
- b) Pressões econômicas: grandes proprietários de terras forçam pequenos agricultores a venderem suas propriedades;
- c) Atração pela vida urbana: a expectativa de uma vida melhor nos grandes centros urbanos, impulsionada por um estilo de vida consumista promovido pela mídia, especialmente atraente para os jovens.

Das razões destacadas pelos autores, “a” e “b” estão relacionadas à disputa por terras, sustentando a afirmativa de que em sua grande maioria os conflitos fundiários desencadeiam a saída do homem do campo para a cidade ocasionando outros problemas sociais urbanos.

4.3 Dificuldade de Acesso a Recursos e Limitação da Produção

Conflitos fundiários podem limitar o acesso dos agricultores a recursos essenciais, como crédito agrícola, assistência técnica e programas governamentais de apoio, dificultando a implementação de práticas agrícolas mais sustentáveis e produtivas. Sambuichi *et al.* (2016), respalda que os agricultores têm dificuldade para obter crédito necessário para investir em sistemas de produção diversificados. A autor ainda destaca que o maior obstáculo reside na capacidade das agências bancárias de avaliar a rentabilidade desses sistemas. A influência negativa do seguro agrícola na diversidade se deve à redução do risco, um fator importante na decisão dos agricultores de diversificar a produção, e ao fato de que as instituições bancárias exigem garantias para conceder empréstimos, o que muitos agricultores não possuem, principalmente devido a irregularidade das terras.

Diante deste quadro, os agricultores familiares clamam por políticas públicas adequadas que sirvam de suporte aos pequenos empreendimentos, ajudando a fixá-los no campo e contribuindo para a estrutura econômica regional. Isso é crucial para evitar o inchaço das cidades devido ao aumento do êxodo rural (Santos; John, 2018).

No entanto, Arruda (2019), reitera que uma das grandes dificuldades é que as políticas públicas não atendem às necessidades específicas de algumas famílias produtoras, o que reduz sua permanência no campo. O autor continua afirmando que, embora o governo

ofereça programas como o Pronaf, que disponibiliza linhas de crédito e assistência técnica aos agricultores, isso ainda não é suficiente, pois não abrange todos os agricultores familiares de maneira uniforme. Além disso, a falta de regularização das propriedades agrava ainda mais a situação, pois impede que os agricultores obtenham os documentos necessários para acessar esses programas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos impactos diretos sobre a agricultura familiar e os agricultores envolvidos nos conflitos fundiários, há também consequências significativas para a segurança alimentar. A produção de alimentos no Brasil é severamente afetada pela concentração de terras e pela priorização de monoculturas voltadas para exportação em detrimento de culturas alimentares locais.

A expansão das grandes propriedades agrícolas destinadas ao agronegócio tem diminuído a área disponível para a agricultura familiar, que historicamente tem sido responsável pela produção de alimentos básicos, como arroz, feijão e mandioca. Esses produtos são fundamentais para a segurança alimentar da população brasileira, especialmente das camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade.

No entanto, a partir dos anos 2000, a área dedicada a culturas voltadas para exportação, como soja, milho e cana-de-açúcar, tem crescido exponencialmente. Isso tem reduzido a disponibilidade de terras para a produção de alimentos essenciais à dieta básica dos brasileiros. Regiões que historicamente eram dedicadas a culturas alimentares, como arroz, feijão e mandioca, viram suas áreas cultivadas diminuir drasticamente.

Essa mudança na estrutura agrícola do país tem impactos diretos sobre a segurança alimentar, aumentando a dependência de importações para suprir a demanda interna por alimentos básicos. Além disso, contribui para a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, aumentando a vulnerabilidade dos pequenos agricultores e agravando os conflitos fundiários.

Portanto, é crucial repensar a política agrícola no Brasil, priorizando a produção de alimentos básicos para a população e promovendo políticas que apoiem a agricultura familiar e a regularização fundiária. Isso não apenas contribuirá para a segurança alimentar do país, mas também ajudará a reduzir os conflitos agrários e promover uma distribuição mais justa de terras no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Ailton Batista de *et al.* Análise da concentração de terras no Brasil a partir de uma visão crítica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 15291-15300, 2019.

ARRUDA, Rafael Vinícius; ARAÚJO, Victória. A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural. **Enciclopédia Biosfera**, v. 16, n. 29, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, GO, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>. Acesso em: 20 maio, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia, GO, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 20 maio, 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIA-



RES – CONTAG. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2022**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-20220728>. Acesso em: 18 maio, 2024.

HEIN, André Fernando; SILVA, Nardel Luiz Soares da. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 394-417, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – EMBRAPA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro, RJ, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 22 maio, 2024.

LAMARCHE, Hugues (Ed.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. Unicamp, 1997.

LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In) segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 528-538, 2022.

LOPES, Jaelson Silva; SANTOS, Raimundo Wilson Pereira dos. Conflitos e Violência no Campo Brasileiro: Um Panorama dos Últimos Anos. **Geografia: Publicações Avulsas**, v. 2, n. 2, p. 104-119, 2020.

MENDONÇA, Cláudio. **Concentração Fundiária: Raízes Históricas da Questão da Terra no Brasil**. UOL, 2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/concentracao-fundiaria-raizes-historicas-da-questao-da-terra-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 maio, 2024.

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José William. **Êxodo Rural e urbanização**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; PEREIRA, R.M.; CONSTANTINO, M.S.R. et al., **Diversidade da Produção nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise econométrica baseada no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. 2016.

SANTOS, C.S. dos; JOHN, N.S.; O desenvolvimento rural e a agroecologia: uma alternativa para sustentabilidade ambiental/Rural development and agroecology: na alternative for environmental sustainability. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 6, p. 3053-3063, 2018.

SANTOS, Fellype Noletto; COELHO, Pedro Augusto Alves; LIMA, Ronaldo Pereira. Desafios enfrentados pela agricultura familiar. **Revistaft**, v. 27, n. 128, p. 124-130, 2023.

SILVA, Geisiane dos Santos *et al.* Agricultura familiar, economia popular e solidária e comercialização: “boas expectativas” como resultado de estudo na comunidade quilombola de Lagoa Grande, Feira de Santana-ba. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 6, n. 11, p. 13-13, 2019.

9

PREFERÊNCIA DO MERCADO CONSUMIDOR DE MEL EM SÃO LUÍS-MA

CONSUMER MARKET PREFERENCE FOR HONEY IN SÃO LUÍS-MA

Cintia de Cássia Melonio Pacheco

 **doi** 10.29327/5430353.1-9



Resumo

A análise do perfil do consumidor de mel é essencial para compreender melhor as demandas e necessidades do mercado. Este estudo teve como objetivo investigar as preferências dos consumidores em relação aos méis produzidos por abelhas africanizadas em diferentes biomas do estado do Maranhão, bem como o mel da abelha nativa tiúba. A pesquisa foi conduzida em oito supermercados e duas exposições na cidade de São Luís-MA, entre setembro e novembro de 2012, totalizando 675 questionários. Os resultados mostraram que 49,93% dos entrevistados não sabiam diferenciar as espécies de abelhas, 36,15% consomem mel uma vez por mês, sendo que a maioria o utiliza apenas quando está doente, e muitos preferem consumi-lo puro. O mel com maior aceitação foi o de número 2, proveniente do bioma da Floresta Equatorial (29,08%). Conclui-se que o consumo de mel em São Luís-MA ainda é baixo, e é necessária uma maior divulgação de sua importância como alimento. É crucial considerar a preferência desses consumidores por mel em garrafas de vidro de 700 gramas, bem como sua predileção pela florada do bioma da Floresta Equatorial. Isso não apenas pode servir como um atrativo para aumentar o consumo, mas também contribuir para a renda das famílias rurais e promover a sustentabilidade ambiental, tanto na preservação das vegetações quanto na polinização de outras culturas.

Palavras-chave: Abelha, Bioma, Perfil, Polinização

Abstract

Analyzing the profile of honey consumers is essential to better understand the market's demands and needs. This study aimed to investigate consumer preferences for honey produced by Africanized bees in different biomes of the state of Maranhão, as well as honey from the native tiúba bee. The research was conducted in eight supermarkets and two exhibitions in the city of São Luís-MA, between September and November 2012, totaling 675 questionnaires. The results showed that 49.93% of respondents could not differentiate between bee species, 36.15% consume honey once a month, with most using it only when they are sick, and many prefer to consume it pure. The most accepted honey was sample number 2, from the Equatorial Forest biome (29.08%). It was concluded that honey consumption in São Luís-MA is still low, and there is a need for greater awareness of its importance as a food. It is crucial to consider these consumers' preference for honey in 700-gram glass bottles, as well as their appreciation for the flowering of the Equatorial Forest biome. This can not only serve as an incentive to increase consumption but also contribute to the income of rural families and promote environmental sustainability, both in the preservation of vegetation and in the pollination of other crops.

Keywords: Bee, Biome, Profile, Pollination

1. INTRODUÇÃO

O mercado do mel caracteriza-se pela presença de dois produtos bem diferenciados: o mel industrial utilizado para fabricação de biscoitos, cosméticos e o mel de mesa consumido *in natura*. (Böhlke; Palmeira, 2006).

No Brasil o consumo *per capita* anual de mel situa-se entre os menores do mundo, em 2021 este consumo foi de 0,03kg/pessoa, enquanto a União Europeia foi de 0,6 kg/pessoa/ano e nos Estados Unidos fica em torno 0,08 kg/pessoa/ano (Vidal, 2024). Este comportamento de consumo para ser melhor entendido precisa-se considerar que as escolhas dos indivíduos não sofrem intervenções apenas relacionadas a restrições de ordem econômica, mas também são influenciadas por normas, valores, tabus, permissões, proibições e crenças que possuem em relação aos produtos (Cheung; Gerber 2009).

Contudo devido ao crescimento da demanda por produtos saudáveis em decorrência da pandemia de Covid-19, houve um aumento temporário no consumo de mel, tanto no mercado interno quanto no externo. (Vidal, 2024; Sousa; Bendini, 2022; Mafra; Lasmar; Rivas, 2020)

Atualmente os maiores produtores mundiais de mel são a China, Turquia e o Iran respectivamente, o Brasil ocupa a 11ª posição (FAO, 2024). Contudo, a flora nacional e o clima das regiões brasileiras são bons indicadores de competitividade para a atividade apícola (SEBRAE, 2006). No estado do Maranhão o mel de manguezal tem mercado promissor em virtude do sabor, cor, viscosidade e aroma específicos, este já foi destaque internacional gerando grandes expectativas em relação à exportação (Bezerra, 2007).

Dessa forma, visando auxiliar a base da cadeia produtiva de mel interessada na comercialização local de seus produtos, o objetivo desse trabalho foi analisar a preferência do consumidor em relação aos méis produzidos em diferentes biomas do estado do Maranhão pela abelha africanizada e um produzido pela abelha nativa tiúba.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de São Luís localizado na Ilha do Maranhão, entre as coordenadas de 02° 28' 12" e 02° 48' 09" de latitude sul e 44° 10'18" e 44° 35'37" de longitude oeste de Greenwich. Ocupa cerca de 57% da Ilha, tendo como limites as baías de São José e São Marcos e o município de São José de Ribamar. É a capital do estado do Maranhão e o município mais populoso, com cerca de 1.037.775 habitantes, com área territorial de 583.063 km² e densidade demográfica de 1.779,87 hab/km² (IBGE, 2022).

2.2 Coleta e análise de dados

Inicialmente foi feito uma pesquisa piloto com a aplicação de 100 questionários junto aos participantes da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC realizada na cidade de São Luís no período de 22 a 27 de julho de 2012. Este piloto permitiu correções às questões incompreendidas pelo consumidor garantindo a clareza do questionário definitivo.

O cálculo do tamanho da amostra de populações infinitas por meio de amostragem aleatória estratificada simples foi definido através da fórmula citada por Costa Junior *et al.* (2006):

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q}{d^2}$$

Onde: n = tamanho da amostra; Z = abscissa da normal padrão; p = estimativa da proporção característica pesquisada no universo; q = 1 - p; d = erro amostral.

Considerando-se a população ludovicense de 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010), um erro de estimação de 4% (d = 0,04), a abscissa da normal padrão Z = 1,96, o nível de confiança de 95% e p - q = 0,5, obteve-se o tamanho da amostra (n) igual a aproximadamente 600. Diante disso, foram aplicados 675 questionários, cerca de 12% acima desse valor. As respostas do questionário foram tabuladas e analisadas por meio da análise de estatística descritiva.

O trabalho foi realizado entre os meses de setembro e novembro de 2012 durante dois eventos e em oito supermercados, obtendo uma grande diversidade de público.

Os dois eventos foram a 56ª Exposição Agropecuária do Maranhão - EXPOEMA (01 a 09/09/2012), em que foram utilizados 30 questionários e, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (15 a 20/10/2012), com 185 questionários, conforme a visitação aos stands da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

E nos supermercados a pesquisa foi realizada aos sábados das 9 às 17 horas de 29/09 a 24/11/2012. Os oito supermercados escolhidos nesse período ficavam localizados nos bairros Calhau, Jaracaty, Cohama, Turu, Cohatrac IV, João Paulo, São Cristóvão, e Cidade Operária (Figura 1) onde foram aplicados 460 questionários.

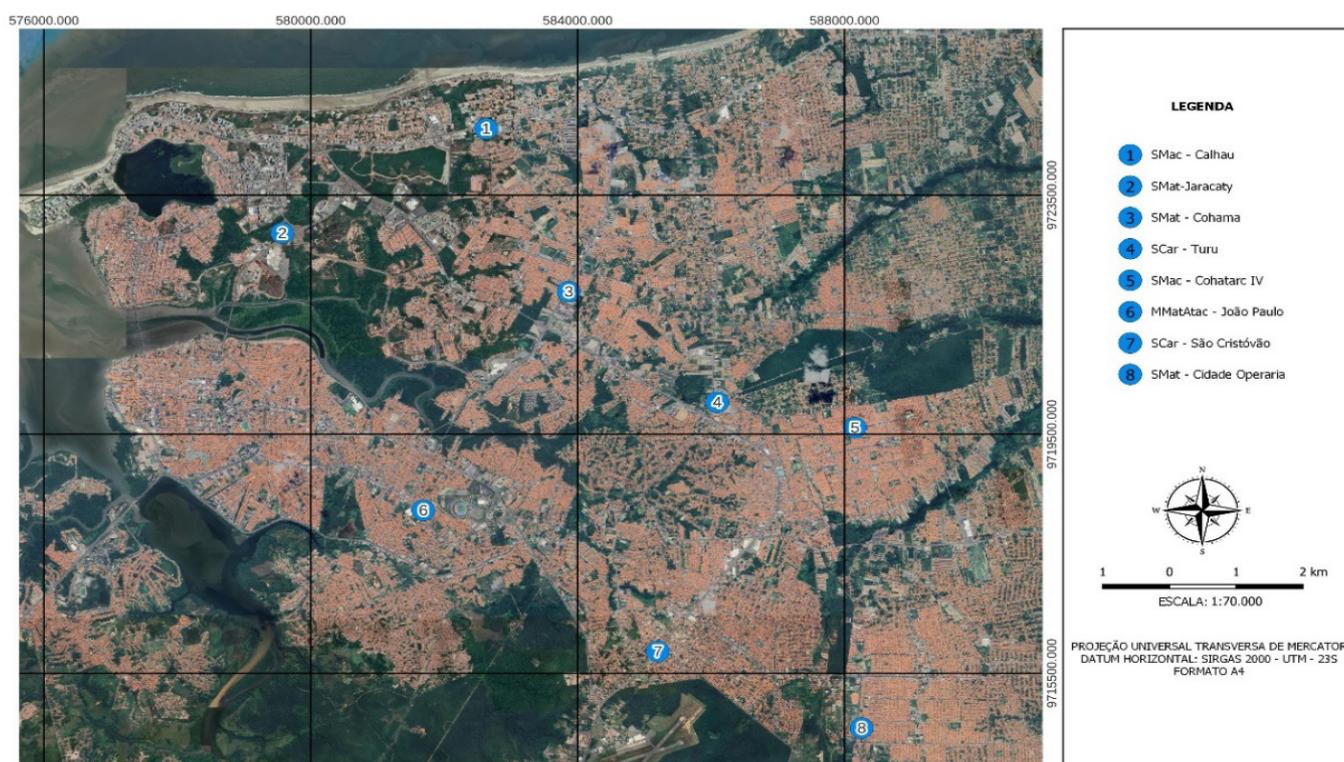


Figura 1. Localização dos supermercados em São Luís - MA onde foi realizada a pesquisa

O questionário foi estruturado contendo 06 perguntas de caracterização (sexo, idade, escolaridade, renda mensal, região e cidade) e 14 perguntas relacionadas ao consumo do mel. Nele havia questões de resposta única, de múltipla escolha e uma questão aberta. As de múltipla escolha eram contadas individualmente, ou seja, independentemente do número total de questionários, e a partir da totalidade de respostas tirava-se a porcentagem.

A questão aberta teve como finalidade levar o entrevistado a degustar cinco amostras de mel de abelha africanizada (*Apis mellifera*) originados dos biomas maranhenses (floresta equatorial, cerrado, mata de transição, manguezal e restinga, sendo que esses dois últimos correspondem ao bioma costeiro e marinho). Todavia, o entrevistado não sabia qual o tipo de mel estava degustando, pois as bisnagas foram identificadas apenas com números e cada um optou por duas amostras de mel de sua preferência. Vale ressaltar que todas as amostras de mel foram adquiridas diretamente do produtor e passaram por análise microbiológica, esta atestou conformidade com o regulamento estabelecido na legislação brasileira de acordo com o laudo emitido pelo Laboratório de Microbiologia da UEMA.

3. RESULTADOS

3.1 Dados do consumidor

Constatou-se que 56% dos entrevistados eram do sexo feminino e 44% masculino. Quanto à idade avaliada desde menores de 18 anos até maiores de 60 anos, observou-se que a maioria dos entrevistados estavam na faixa etária dos 18 aos 30 anos, representando 41,04% do total, 26,67% tinham entre 31 e 45 anos, 16% estavam entre 46 e 60 anos, 10,67% tinham menos de 18 anos e 5,62% tinham mais de 60 anos.

Em relação à escolaridade pôde-se observar que a maior parte dos entrevistados, 41,33% possuíam o ensino médio, seja ele completo ou incompleto, 22,67% possuíam ensino superior incompleto ou estavam cursando, 14,07% tinham o superior completo, 11,41% eram pós-graduados, 8,30% tinham o ensino fundamental e apenas 2,22% não estudaram ou tinham o fundamental incompleto.

A renda mensal dos entrevistados ficou distribuída em ordem decrescente da seguinte forma: 30,96% possuíam de um a três salários mínimos, 26,22% não trabalhavam, 17,93% possuíam até um salário mínimo, 12,74% obtinham mais de cinco salários mínimos e 12,15% possuíam entre três a cinco salários mínimos.

A pesquisa mostrou que 99,41% moram na região Nordeste e 93,93% residiam em São Luís - MA.

3.2 Dados de consumo

Quando questionados ao tipo de mel de abelha de sua preferência, 49,93% não sabiam diferenciar as abelhas, 25,33% escolheram mel de abelhas sem ferrão, 15,11% não tinham uma preferência, 9,19% preferiam mel da abelha do gênero *Apis* e 0,44% não opinaram.

Quanto à frequência de consumo, 36,15% consumiam uma vez ao mês, 31,56% consumiam uma vez ao ano, 9,18% uma vez por semana, os que consumiam mais de uma vez por semana eram 9,04%, tendo apenas 7,25% dos entrevistados que consomem diariamente, 6,52% declararam nunca consumirem mel e 0,30% não opinaram.

Quando perguntado qual razão da frequência de consumo (Gráfico 1) a maioria

(49,19%) responderam que só consomem quando estão doentes e a minoria (1,78%) afirmaram que não podem consumir por terem problemas de saúde.

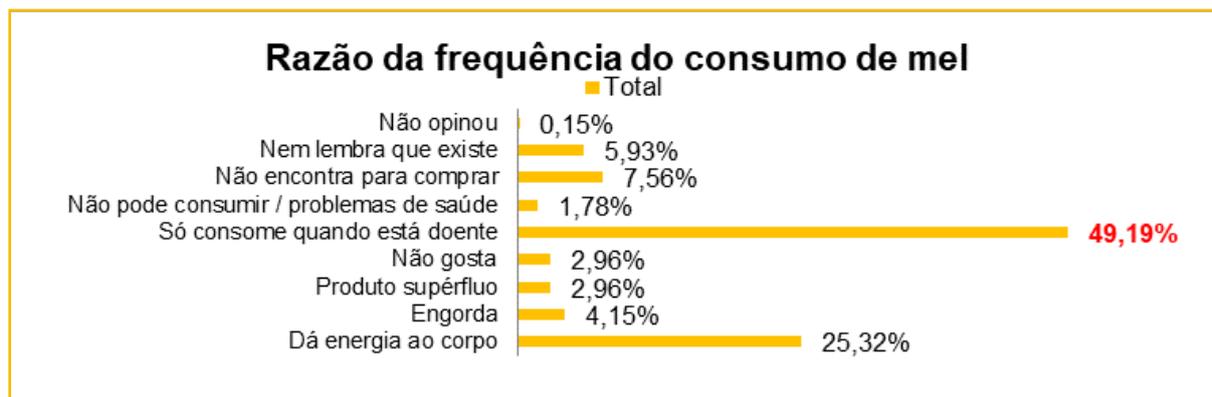


Gráfico 1. Razão da frequência do consumo de mel em São Luís - MA

Quanto à forma de utilização do mel, 35,76% usam como remédio. Nesta pesquisa, constatou-se também que 32,48% utilizam puro para consumo, 19,81% com outros alimentos, 4,92% como produto de beleza, 4,34% substituindo o açúcar, 2,46% não utilizam e 0,23% não opinaram. Vale ressaltar que nesta questão o entrevistado poderia optar por mais de uma resposta.

No que se refere ao preço do mel, 62,22% acharam normal (razoável). Dentre os demais entrevistados nesta pesquisa, 23,41% acharam caro, 7,40% disseram ser muito caro, 5,48% acharam barato e somente 1,19% disseram ser muito barato, 0,30% não opinaram. Cabe destacar que 23,14% dos entrevistados compram mel no supermercado (Gráfico 2), e logo após vem as feiras com 22,28% do total, e em terceiro lugar com 17,08% vem as farmácias.

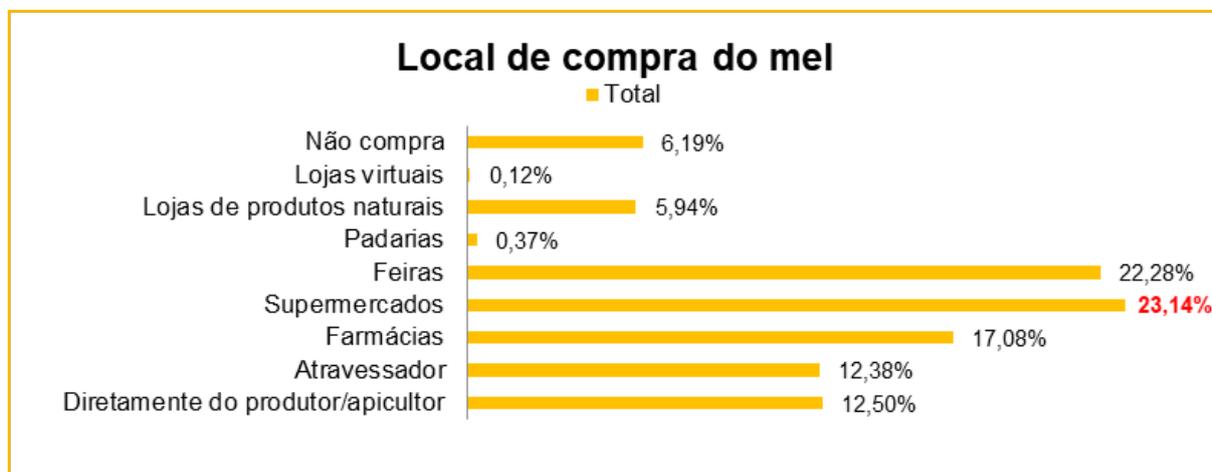


Gráfico 2. Local de compra do mel pelos consumidores de São Luís - MA

Quando se perguntou sobre o material preferido da embalagem 66,07% escolheram vidro, 33,63% preferiram o plástico e 0,30% não opinaram. Em relação ao tipo de embalagem preferida a garrafa ficou em primeiro lugar com 49,48% dos entrevistados. Após a garrafa, 26,22% preferiram o pote, 14,97% disseram não ter preferência, 4,74% escolheram o sachê e 4,59% preferiram a bisnaga. O tamanho preferido da embalagem é o médio (500 ml) equivalendo a 35,41% das respostas, em segundo lugar com 23,41% ficaram as pessoas que disseram não ter preferência, 23,11% preferiram a embalagem pequena (200 ml) e 18,07% preferem o tamanho grande (1000 ml).

Percebeu-se na pesquisa que os critérios mais utilizados para realização da compra do mel foram a pureza e transparência (19,57%) e o preço (19,25%) (Gráfico 3). Salientando

que esta questão tinha mais de uma opção de resposta.

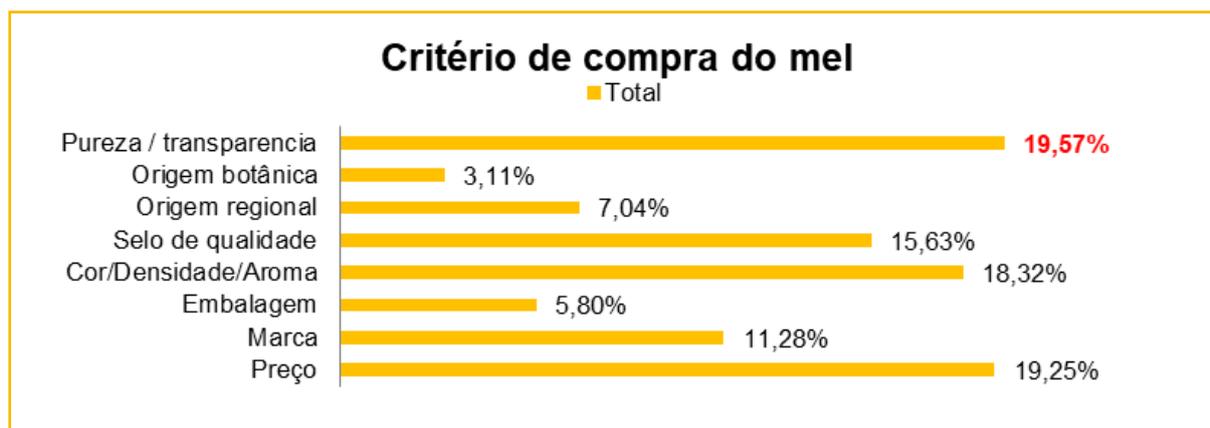


Gráfico 3. Critério utilizado pelos consumidores para compra do mel em São Luís – MA

Quando se perguntou sobre a preferência de cor do mel, 38,52% dos entrevistados preferiram o mel claro, 31,11% foram indiferentes à cor, 30,22% preferiram o mel escuro e 0,15% não opinaram.

Os consumidores também foram questionados sobre a propaganda do mel (Gráfico 4), quando se perguntou onde era percebida a propaganda do mel, 42,08% disseram que no próprio local de compra seja ele supermercados, feiras, farmácias etc., porém 35,66% disseram que não há propaganda. Esta questão admitia mais de uma opção de resposta.

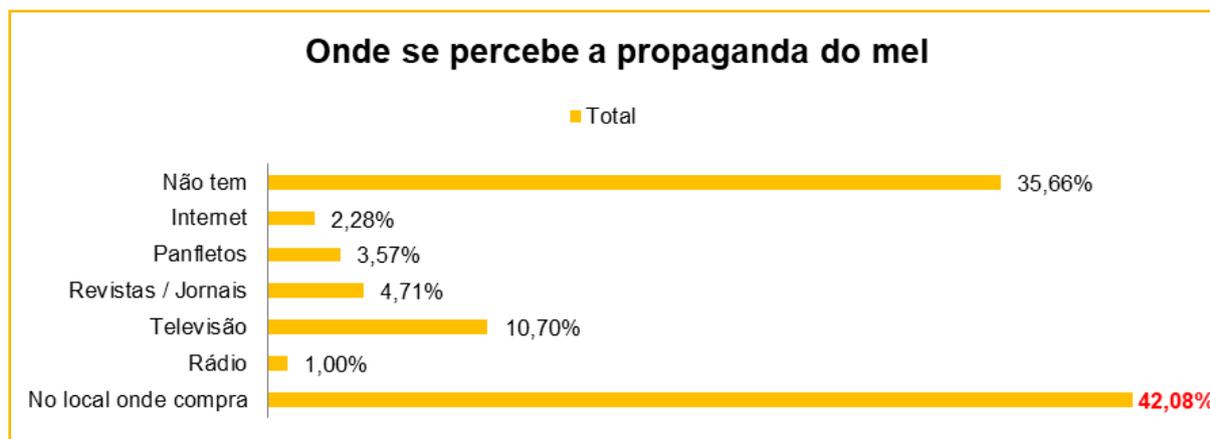


Gráfico 4. Propaganda do mel em São Luís- MA.

A cristalização foi outra questão abordada em que 29,08% dos entrevistados disseram que mel nesse estado é consequência de adição de açúcar, porém, 23,46% achavam está bom para o consumo, 16,48% disseram que o mel é de qualidade inferior, 13,37% acreditam que o produto está velho, 10,53% disseram que está estragado e 7,08% não conhecem. A última questão desta pesquisa se tratava de escolher o mel de sua preferência após a degustação, sendo que das seis amostras, todas originadas de biomas maranhenses, cinco foram produzidas pela abelha africanizada e uma amostra era da abelha tíuba e cada entrevistado elegeu as duas amostras que mais lhe agradaram.

O mel de melhor aceitação foi o da amostra número 2 (Gráfico 5), que correspondia ao bioma da Floresta equatorial (29,08%) e o menos aceito foi o mel da amostra número 6, que pertencia a abelha sem ferrão tíuba (7,07%).

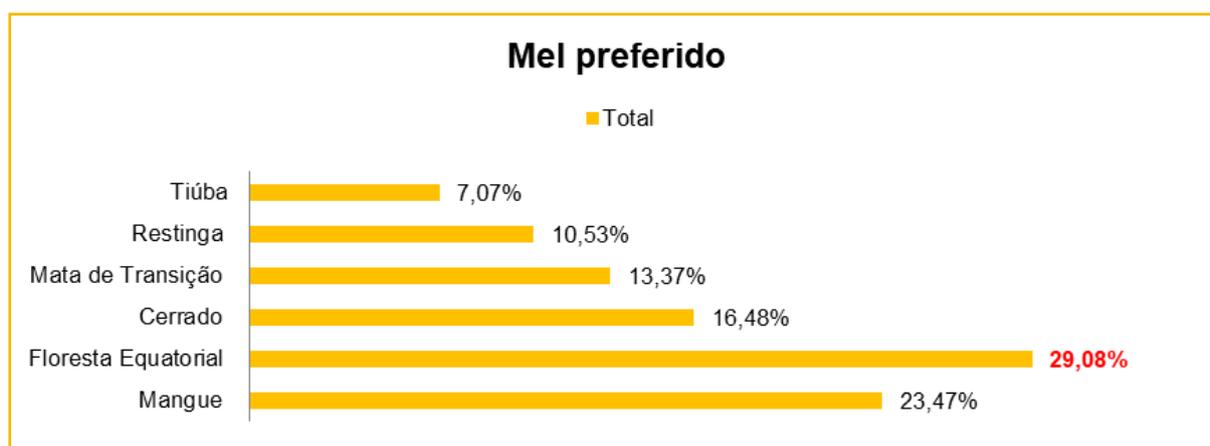


Gráfico 5. Mel de preferência do consumidor de São Luís - MA

4. DISCUSSÃO

4.1 Dados do consumidor

A maior representatividade feminina na pesquisa mostra que a mulher continua a ser a grande responsável pela aquisição de bens alimentares para o lar, corroborando com os resultados obtidos por outros estudos (Dantas *et al.* (2009), Dos Anjos (2018) e Sousa, Belém e Rosa (2024)). De acordo com Rivera (2005), ela como dona de casa, detecta a necessidade, procura informação, avalia e escolhe a marca e, decide onde e quando comprar o produto.

Os consumidores em sua maioria eram jovens e possuindo o ensino médio seja completo ou incompleto o que pode evidenciar uma busca por alimentos mais saudáveis agregado ao estilo de vida desses consumidores, resultados semelhantes foram encontrados por Zamberlan e Dos Santos (2010). E quanto a renda mensal, nossos resultados corroboram com os obtidos por Costa Júnior *et al.* (2006).

4.2 Dados de consumo

A maioria dos entrevistados não sabiam diferenciar as abelhas e seus tipos de mel, aumentando as possibilidades da aquisição de mel adulterado. Além disso, nosso estudo mostrou que o consumo é esporádico. Conforme Vidal (2024) no Brasil o consumo *per capita* anual de mel situa-se entre os menores do mundo, em 2021 este foi de 0,03kg/pessoa. Quanto ao não consumo de mel encontramos resultados semelhantes no trabalho de Carrer *et al.* (2010) e Sá *et al.* (2018), porém, bem diferentes dos encontrados por Vilckas *et al.* (2001).

Pôde-se perceber que a maioria dos entrevistados consideram o mel como remédio, visto que a frequência de consumo está relacionada a quando estão doentes, nesse sentido, outros autores constataram em seus trabalhos essas mesmas atitudes (Vilckas *et al.*, 2001; Costa Júnior *et al.*, 2006; Martins *et al.*, 2010; Dos Anjos, 2018; Dácio *et al.*, 2023). Cargargo *et al.* (2006) dizem que embora o mel seja um alimento de energético de altíssima qualidade a sua utilização no Brasil está voltada ao aspecto medicinal e tendo seu consumo aumentado na época mais frias do ano devido a maior incidência dos casos de gripes e resfriados. E isso ratifica os nossos resultados quando a maioria dos consumidores utilizam puro para consumo.

Em relação ao preço que mesmo sendo considerado normal pela maioria dos consumidores, e isso também foi encontrado em outros trabalhos (Dzazio *et al.* (2007); Carrer *et al.* (2010) e Sá *et al.* (2018)), não influenciou a frequência de consumo.

Quanto a aquisição do mel os supermercados e feiras ficaram bem próximo à preferência dos consumidores, diferente do que foi encontrado por Sá *et al.* (2018) e Kopala *et al.* (2019) onde a maioria preferem comprar diretamente dos apicultores, já no trabalho de Dos Anjos (2018) a maioria preferem a feiras. O mel adquirido em feiras confirma a informalidade com que este produto é comercializado, pois a maior parte dos méis vendidos neste local é artesanal, não tendo qualquer tipo de serviço de inspeção, podendo ser de origem duvidosa ou ter sido extraído e envasado sem condições de higiene.

A embalagem de vidro ficou como o material preferencial em nosso estudo, e isso pode estar relacionado a melhor visualização do produto e sua qualidade, estes dados corroboram com o que foi encontrado por Lunardi *et al.* (2007) e Martins *et al.* (2010), porém diferente do que foi encontrado por Zamberlan e Dos Santos (2010), vale ressaltar que os que escolheram a embalagem de plástico justificaram que é por não haver o risco de quebrar. Além disso, os entrevistados preferiram garrafa a outras embalagens, resultado também encontrado pelo Sebrae (2002) em municípios de Sergipe.

O tamanho preferido da embalagem é de 700 gramas, resultados semelhantes foram encontrados por Zamberlan e Dos Santos (2010) e Sá *et al.* (2018). É importante ressaltar que os entrevistados que escolheram as embalagens de 280 gramas justificaram que esta é mais barata e o consumo mais rápido, portanto não daria tempo para o mel cristalizar.

Conforme Martins *et al.* (2010), para aumentar o lucro muitos vendedores optam por fraudarem o mel, essa adulteração pode ser feita por adição de açúcares comerciais, derivados de cana-de-açúcar e milho. Em relação ao aspecto sensorial do mel, a coloração, o aroma e o sabor, sabe-se que estes dependem quase que exclusivamente da origem floral (Modesta, 2007).

Nota-se que os consumidores se sentem receosos quanto à qualidade do mel, usando então determinados critérios para realizar a compras, sendo que nosso estudo a pureza/transparência e preço ficaram equivalentes, porém o critério cor/densidade/aroma veio logo em seguida mostrando a importância sensorial na escolha do mel. Atributos diferentes foram observados por Cosmina *et al.* (2016) onde os consumidores tinham como critérios o país de origem e se o produto era orgânico.

O envelhecimento, armazenamento e a temperatura, são fatores que podem afetar não só essas características, mas também a coloração do mel. Modesta (2007) afirma que os méis com sabor delicado são sempre luminosos e os escuros normalmente têm um sabor forte indicando que a cor pode oferecer informações sobre o sabor. Além disso, quanto mais escuro o mel, maior quantidade de minerais este possui, porém menor valor comercial, pois a coloração clara é mais aceita no mercado mundial, sendo vendido com maior preço (Venturini *et al.* 2007), corroborando com a preferência encontrada nesta pesquisa.

Sabe-se que a propaganda tem uma grande influência no poder de decisão do consumidor e em nossa pesquisa parte dos consumidores disseram que percebem a propaganda do mel no próprio local de compra, porém, a outra parcela deles disseram que não há propaganda. Isso comprova que não existem ou são poucas as campanhas de informação sobre os benefícios de consumo do mel ou ainda propagandas de divulgação do produto junto à população.

Devido a insuficiência dessa divulgação percebeu-se que os consumidores não compreendem que a cristalização é um fenômeno natural, que ocorre com os méis puros,

maduros e não fervidos, visto que, a maioria dissera que mel nesse estado é consequência de adição de açúcar. Alguns relataram que descartam quando o mel “açucara”, dessa forma é importante ressaltar que o mel não perde o valor de nenhuma de suas propriedades com o processo da cristalização (Magalhães *et al.*, 2006). Resultados semelhantes foram encontrados por Dos Anjos (2018) e Sá *et al.* (2018).

Compreende-se que há necessidade de se fazer um esclarecimento a população em relação a esse fator, isso porque dependendo da origem botânica, temperatura ambiente e umidade, a cristalização do mel pode ocorrer devido à separação da glicose, que é menos solúvel em água do que a frutose (Venturini *et al.* 2007).

E quanto a aceitação dos méis após a degustação, o da abelha do gênero *Apis* correspondente ao bioma da Floresta equatorial foi o de maior preferência, entretanto esse resultado é conflitante com relação à resposta da primeira pergunta do questionário (dados de consumo), quando menos de 10% optaram pelo mel de abelha africanizada, porém, confirma a resposta desta mesma pergunta, onde mais grande parte dos entrevistados disseram não saber diferenciar as abelhas e conseqüentemente, o mel produzido por elas.

Dessa forma, conclui-se que o consumo de mel em São Luís - MA ainda é deficiente, sendo este esporádico e utilizado como medicamento, além disso, os consumidores não sabem distinguir o tipo de mel relacionado a espécie de abelha que o produziu, aumentando assim a possibilidade de adquirirem produto adulterado. Faz-se necessário a divulgação da sua importância como alimento. É importante levar em consideração a preferência desses consumidores pelo mel de 700 gramas em garrafas de vidro e que apreciam a florada do bioma da Floresta Equatorial, isso além de utilizar como atrativo para ampliar o consumo, incrementa a renda das famílias que vivem na zona rural e promove a sustentabilidade ambiental, tanto na conservação das vegetações como também na polinização de outras culturas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, J. A. Pescadores de mel, Maranhão explora ecossistemas exclusivos, como as regiões de mangue, e começa a se destacar em apicultura e meliponicultura. **Globo Rural**, a palavra do campo. São Paulo: Ed. Globo S.A, nº 260, jun. 2007, p. 42–51.
- BÖHLKE, P. B. & PALMEIRA, E. M. Inserção competitiva do pequeno produtor de mel no mercado internacional. **Revista acadêmica de economia**, n.71, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/>> Acesso em: 18. 02. 2020.
- CAMARGO, R. C. R; PEREIRA, F. M; LOPES, M.T.R. **Núcleo temático de apicultura e meliponicultura**: plano de gestão. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2005. 17p. (Embrapa Meio-Norte. Documentos, 115).
- CARRER, C. C. et al. Diagnóstico de mercado junto a consumidores de mel no município de Pirassununga, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.5, maio 2010.
- CHEUNG, T. L & GERBER, R. M. CONSUMO DE MEL DE ABELHAS: análise dos comportamentos de comensais do Estado de Santa Catarina. **Informações Econômicas**, SP, v.39, n.10, out. 2009.
- COSMINA M., GALLENTI G., MARANGON F., TROIANO S., 2016, Attitudes towards honey among Italian consumers: A choice experiment approach, **Appetite**, 99: 52–58.
- COSTA JUNIOR, M. P.; SILVA, L. P.; SOUSA, E. P. Comportamento do consumidor de mel de abelha nas cidades cearenses de Crato e Juazeiro do Norte. In: 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER. **Anais...**Fortaleza, CE, 2006.
- DANTAS, P. C. et al. Preferências da população da Região Metropolitana da Grande Aracaju (SE), sobre o consumo de produtos apícolas. *Scientia plena*. **v. 5, n. 12, 2009.**
- DÁCIO, R. F. da S.; BARRETO, W. de S.; FERREIRA, M. dos S.; DOS SANTOS, A. R. Perfil comportamental do consumidor de mel de abelha no município de Parintins-AM. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINO-

- MERICANA, [S. I.], v. 21, n. 8, p. 8348–8363, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n8-030. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/920>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- DOS ANJOS, J. S. Perfil dos Consumidores de Mel no Município de Chapadinha – MA. Monografia (Graduação) – Curso de Zootecnia, Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha – MA. 49 fls. 2018
- DO NASCIMENTO SOUSA, B. F.; DE SOUZA BELÉM, Mylenna Maria; FELIPE DE LIMA, R. O. S. A. DIAGNÓSTICO DA UTILIZAÇÃO DE MEL APÍCOLA POR FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES MATINHA E MIRANDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE COLMEIA-TO. Revista Novos Desafios, v. 4, n. 1, p. 45-54, 2024.
- DZAZIO, C. H. et al. **Análise do consumo de mel na cidade de Ponta Grossa- PR**. Série Ciência e Tecnologia de Alimentos: Desenvolvimentos em tecnologia de alimentos. v. 01, p. 01 – 06, 2007.
- FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Faostat. 2024. Disponível em: Acesso em: 28 ago. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2022). Disponível em:<São Luís (MA) | Cidades e Estados | IBGE Acesso: 29 de ago. de 2024
- KOPIAŁA, ELŻBIETA & Balcerak, Marek & Kuźnicka, Ewa. (2019). Survey of consumer preferences on the bee product market. Part 1. Honey. **Annals of Warsaw University of Life Sciences - SGGW - Animal Science**. 58. 153-158. 10.22630/AAS.2019.58.2.16.
- LUNARDI, R.; AGNE, C. L; OLIVEIRA, A. S; SKOLAUDE, R. F; TOLOTTI, A. M; GEHRKE, R. Perfil dos consumidores de mel de Cachoeira do Sul/RS, 2007. **Revista Mensagem Doce**, n.93. Disponível em: <<http://www.apacame.org.br/mensagemdoce/93/artigo2.htm>> Acessado em: 26 de Out. de 2019.
- MAFRA, R. Z, LASMAR, D. J., & RIVAS, A. A. (2020). O consumo de remédios caseiros durante a pandemia do Covid19.e a evidência da bioeconomia. **Nota técnica**. 1(7). 1-13, 2020.
- MAGALHÃES, E. O. et al. **Perfil do consumidor de mel de abelhas no município de Itabuna, Bahia –Brasil**. 2006. Disponível em:<http://www.apacame.org.br/mensagemdoce/92/artigo4.htm>. Acessado em: 15 de Set. de 2020.
- MARTINS, F. F. F. et al. **Perfil do consumo de mel de abelhas africanizadas em cidades do interior do estado do Ceará**. In: V CONNEPI-2010. 2010.
- MODESTA, R. C. D. **A cor do mel**. (2007). Disponível em: < <https://www.portaldogronegocio.com.br/pecuaria/apicultura/artigos/a-cor-do-mel>> Acesso em: 12 Abr. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **Faostat. 2019**. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- RIVERA, M. Análisis de los factores demográficos en el consumo de miel de abeja en las familias de la ciudad de Aguascalientes, **Memorias do 1º congresso Estatal “La Investigación en el Posgrado**, (Aguascalientes, México), 2005. Disponível em: <http://www.uaa.mx/investigacion/.../castillo_rivera.doc>. Acesso: 07 Jan. 2020.
- SÁ, M. S; PEREIRA, B. R. A; LIMA NETO, J. F; OLIVEIRA, P. A; MELO, A. B. **Fatores que interferem na compra de mel de abelha na UFRPE/UAST**. II Simpósio de Produção Animal da UFRPE-UAST. Mudanças Climáticas e Avanços Tecnológicos na Produção Animal. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 25 a 27 de abril de 2018.
- SEBRAE. **Pesquisa mel de abelhas e derivados – Perfil do consumidor**. Maio, 2002. Disponível em:< <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso: 05 fev. 2019.
- SEBRAE. **Boletim de Mercado mel e outros produtos das abelhas**. Ano 1- maio, 2006. Disponível em:< <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- SOUSA, F. J; BENDINI, J. N. Consumo de produtos apícolas no Piauí durante a pandemia da Covid-19. **Hig. aliment**, p. e1101-e1101, 2022.
- SOUSA, B F. N; BELÉM, M. M. S; ROSA, F. L. Diagnóstico da utilização de mel apícola por famílias das comunidades Matinha e Mirandópolis, município de Colmeia-TO. **Revista Novos Desafios**, v. 4, n. 1, p. 45-54, 2024.
- VENTURINI, K. S; SARCINELLI, M. F & SILVA, L. C. **Características do Mel**; Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: < http://agais.com/telomc/b01107_caracteristicas_mel.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020
- VIDAL, M. F. **Mel Natural**. Fortaleza: Banco do Nordeste. Caderno Setorial ETENE, Ano 9, Nº 333, 2024. Disponível em: < 2024_CDS_333.pdf (bnb.gov.br) > Acesso em: 28 ago. 2024.
- VILCKAS, M; GRAMACHO, K. P; GONÇALVES, L. S; MARTINELLI, D. P (2001). Perfil do consumidor de mel e o

mercado de mel. **Revista Mensagem Doce**, n.64. Disponível em: http://www.apacame.org.br/mensagemdoce/64/artigo_.htm. Acesso em: 13 Jul. 2019.

ZAMBERLAN, L.; SANTOS, D. M. dos. O comportamento do consumidor de mel: um estudo exploratório. **RACI: Revista de administração e ciências contábeis do IDEAU**, v.5, n.10,p. 1-23, Jan –Jun, 2010.

10

CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL

*CERTIFICATION OF RURAL PROPERTY BETWEEN ADVANCES AND
CHALLENGES IN THE DEVELOPMENT OF BRAZIL'S LAND STRUCTURE*

Fredson de Jesus Pinto Neves

Melissa Rodrigues Lopes

Mathias Ariel Chaves Duarte

Isabella Sales Alencar

Paulo Eduardo Boaes

 **10.29327/5430353.1-10**



Resumo

A estrutura fundiária brasileira é um tema bem complexo, permeado por conflitos históricos e demanda medidas urgentes para promover um sistema justo e equitativo. A certificação de imóveis rurais processo instituído pela Lei 10.267 de 28 de agosto de 2001, completa 23 anos em 2024. Concebida para garantir a segurança jurídica das propriedades e fortalecer o desenvolvimento agrário, a iniciativa enfrenta desafios que persistem ao longo das duas décadas de sua implementação. A importância de iniciativas de profissionais capacitados para a orientação aos pequenos agricultores é um ponto muito importante a ser analisado visto que o estado do Maranhão por sua maioria é constituído pela agricultura familiar e por possuir um baixo IDH. Com isso, a pesquisa buscou, por meio de seu objetivo, analisar os avanços e desafios do sistema de gestão fundiária do Brasil. Onde foi utilizado uma abordagem de pesquisa exploratória, que visa compreender o assunto sem limitações prévias, permitindo uma visão mais completa do tema ao analisá-lo. O georreferenciamento tem trazido facilidade para a regularização do imóvel rural, sendo uma tecnologia eficaz e precisa, por outro lado o custo para ter essa ferramenta ainda é alta. A estrutura fundiária, segundo o IBGE, é um indicador da apropriação da natureza e da estratificação social no meio rural. E a regularização fundiária, por sua vez, garante o direito à propriedade e facilita o acesso a políticas públicas.

Palavras-chave: Jurídico, Geoprocessamento, Certificação.

Abstract

The Brazilian land structure is a very complex topic, permeated by historical conflicts and requires urgent measures to promote a fair and equitable system. The certification of rural properties in Maranhão, a process established by Law 10,267 of August 28, 2001, completes 23 years in 2024. Designed to guarantee the legal security of properties and strengthen agrarian development, the initiative faces challenges that persist throughout the two decades of its implementation. The importance of initiatives by trained professionals to provide guidance to small farmers is a very important point to be analyzed given that the majority of the state of Maranhão is made up of family farming and has a low HDI. With this, the research sought, through its objective, to analyze the advances and challenges of the land management system in Brazil, with emphasis on the State of Maranhão. Where an exploratory research approach was used, which aims to understand the subject without prior limitations, allowing a more complete view of the topic when analyzing it. Georeferencing has made it easier to regularize rural properties, being an effective and accurate technology. On the other hand, the cost of having this tool is still high. The land structure, according to IBGE, is an indicator of the appropriation of nature and social stratification in rural areas. And land regularization, in turn, guarantees the right to property and facilitates access to public policies.

Keywords: Legal, Geoprocessing, Certification

1. INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária brasileira é um tema de grande relevância e complexidade, permeado por conflitos históricos e demandando medidas urgentes para promover um sistema mais justo e equitativo. Que, de acordo com Toledo e Bertotti (2014) o avanço tecnológico e a disseminação das informações, surge um marco crucial: a Lei n. 10.267/2001, que não apenas aborda o georreferenciamento de imóveis rurais, mas também inaugura o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), representando uma virada significativa no cenário fundiário do país. No entanto, ainda há desafios a superar e oportunidades a explorar.

A regularização de imóveis rurais no país tem sido um processo de longa duração, sido marcado por uma série de avanços e desafios importantes. Durante esse período, o estado testemunhou esforços contínuos para promover a regularização fundiária, a segurança jurídica e a sustentabilidade ambiental nas áreas rurais. Inúmeras iniciativas, políticas e regulamentações foram implementadas visando atingir tais objetivos (Silva, 2022).

Segundo Oliveira (2023) os avanços ao longo desses anos incluem a implementação de programas de certificação e regularização fundiária, parcerias com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, bem como o desenvolvimento de tecnologias e sistemas para facilitar o processo de certificação de imóveis rurais. Esses esforços têm contribuído para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais, o fortalecimento da economia local e a promoção da preservação ambiental.

No entanto, essa jornada também tem sido permeada por desafios significativos, tais como conflitos fundiários, questões burocráticas, limitações de recursos e a necessidade de conciliar interesses diversos (Lima, 2023). Além disso, a garantia da participação efetiva das comunidades locais, a proteção dos direitos das populações tradicionais e a preservação dos ecossistemas naturais continuam sendo questões permanentes.

Para isso, a pesquisa buscou, por meio de seu objetivo geral, compreender os desafios do sistema fundiário brasileiro, e os avanços com implementos tecnológicos para uma gestão mais eficiente e justa. Serão abordados os seguintes objetivos específicos: apresentar os principais conceitos sobre a regularização de imóveis rurais, avanços e realizações, desafios e obstáculos, perspectivas e soluções propostas.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada tendo em vista explorar, como podemos aproveitar essas medidas e avanços tecnológicos para construir um sistema fundiário mais eficiente e justo, especialmente no estado do Maranhão que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi o estado com o segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo no ano 2000 e em 2021 o primeiro mais baixo do Brasil. Nesse contexto, surge a questão fundamental: como as leis que regem o sistema fundiário brasileiro, especialmente no estado do Maranhão, podem ser aprimoradas para facilitar a gestão de cadastros, certificação e titulação de imóveis rurais, aproveitando novas tecnologias para soluções mais eficazes?

Adotou-se na pesquisa a metodologia do tipo exploratória, que visa compreender o assunto sem limitações prévias, permitindo uma visão mais completa do tema ao analisá-lo de diferentes ângulos e encontrar conexões entre as informações. Para atingir esse objetivo, foram consultadas diversas fontes de dados, como documentos governamentais,

relatórios técnicos e estudos acadêmicos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Principais conceitos sobre a regularização de imóveis rurais

O desenvolvimento das comunidades em sociedade mais complexas está intimamente ligada com a disposição do uso da terra de forma sistemática e organizada que segundo, Reydon e Felício (2017, p.19) “a gestão da terra como um recurso natural, promove o seu desenvolvimento sustentável e, como instrumento administrativo trata da estrutura social, jurídica, econômica e técnica, onde gestores e administradores do espaço fundiário devem trabalhar para suprir as demandas de uma sociedade em evolução.”

Que de acordo com o IBGE (2017) ao longo da história grupos sociais com acessos a terras facilitados, tiveram maior engajamento na sociedade, como na política e economia do Brasil, sendo portanto possível considerar a estrutura fundiária um indicador relevante dos processos de apropriação da natureza e a estratificação social do território rural. Concernente a estrutura fundiária entender os conceitos que o regem é fundamental para desenvolvimento de ações inclusivas como por exemplo reforma agrária que tem por objetivo segundo Lei nº 4.504, de 30/11/1964 no § 1º do Art. 1º a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Brasil, 1964).

De encontro com Brasil (1964), a regularização de imóveis rurais é uma medida importante que assegura ao cidadão ou grupos sociais como comunidades tradicionais o direito de propriedade ou titularidade do domínio sobre uma determinada área de terra mediante o aval jurídico. Segundo o Estatuto da Terra, conforme a Lei nº 4.504, de 30/11/1964 e a Lei nº 8.629, de 25/2/1993, conceitua imóvel rural como: Prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.

Ficando a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) autarquia federal gerar o documento de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) mediante ao cadastro do memorial descritivo ou da planta georreferenciada da área do imóvel, onde a Lei nº 4.947, de 06/04/1966 no art.22 versa que:

A partir de 1º de janeiro de 1967, somente mediante apresentação do Certificado de Cadastro, expedido pelo IBRA e previsto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderá o proprietário de qualquer imóvel rural pleitear as facilidades proporcionadas pelos órgãos federais de administração centralizada ou descentralizada, ou por empresas de economia mista de que a União possua a maioria das ações, e, bem assim, obter inscrição, aprovação e registro de projetos de colonização particular, no IBRA ou no INDA, ou aprovação de projetos de loteamento.

Diante desta demanda o INCRA desenvolve e opera o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) a fim de oferecer subsídio para o desenvolvimento da estrutura fundiária mais produtiva, sustentável e socioeconomicamente mais justa. Porém de acordo com Reydon *et al.* (2017) este sistema não está completo, apresentando deficiência pela falta de um maior número de cadastros de terras públicas efetiva e do desencontro de informação entre as diferentes entidades envolvidas.

3.2 Avanços e Desafios na Certificação Georreferenciada de Imóveis Rurais

De acordo com Brasil (2013), o georreferenciamento, técnica de levantamento mais acurada pela certificação do perímetro do imóvel, incluindo suas particularidades, limites e confrontações, desempenhando um papel significativo na atualização, realizando o levantamento das coordenadas dos pontos dos imóveis rurais georreferenciados ao sistema de referência geoespacial.

Além de ser eficaz na localização, o georreferenciamento tem atuado diretamente com sistemas de inovação que vem contribuindo com uma tecnologia rápida, para detectar os registros de imóveis com segurança e confiabilidade Pautz (2021, p. 08). A justiça jurídica é um dos benefícios gerados, uma vez que fornece informações de segurança precisas dos limites das propriedades, evitando assim conflitos. Também é possível através dessa ferramenta planejada o uso mais eficiente do imóvel, organizando espaços de produção e áreas ambientais.

Por outro lado, os desafios decorrentes são, de ser um procedimento caro, que exige tempo da equipe responsável. E pelo fato de ser um procedimento ainda desconhecido por parte dos agricultores, que possuem carência de assistência técnica, havendo falta de profissionais capacitados os participantes. Muitas das vezes também é gerado conflitos, em relação à veracidade de informações fornecidas pelo agricultor, que algumas vezes não são precisas, havendo omissões, pelo fato de ter disputas territoriais e desconhecimento dos limites das propriedades. Com isso a importância de conscientizar e oferecer assistência técnica aos agricultores, com o objetivo de obter informações verdadeiras (Silva, 2023).

No estado do Maranhão a regularização é feita apenas pelo Iterma (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) cuja principal missão é a execução da política agrária. Onde as “etapas de execução do georreferenciamento se dão pela iniciativa de uma reunião entre os agricultores e os técnicos da instituição para identificar os limites da área e a estratégia de deslocamento, em seguida a equipe em conjunto com membros da comunidade se direciona até os limites da área para realizar o rastreamento de dados com aparelho GPS, após o trabalho de campo é realizado o geoprocessamento dos dados coletados com a elaboração das peças técnicas: mapa, memorial descritivo e planilha de cálculo de área” (Iterma, 2021, p.26). Segundo com Almeida (2021) os assentamentos no estado não possuem georreferenciamento, e a maioria dos projetos são antigos. Foram feitos alguns testes de terceirização na instituição para o georreferenciamento, mas os técnicos do órgão avaliaram que não tiveram êxito na tentativa, porque a empresa contratada não foi fiscalizada, o que gerou vários problemas, retrabalho e poucos resultados. Houve também um problema de planejamento e deficiência na checagem de informações prévias ao trabalho de campo, pois a empresa acabou georreferenciando áreas que já haviam sido regularizadas antes e que, portanto, não poderiam ser arrecadadas pelo órgão para regularização fundiária.

3.3 Perspectivas e realizações na Certificação de Imóveis Rurais no Maranhão

No Brasil, a certificação de imóveis rurais é uma das etapas primordiais para uma regularização fundiária que garanta a posse da propriedade de terra e a segurança jurídica. Dentre os tipos de certificações existem como principais: Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico para todos os imóveis rurais, criado pela Lei nº 12.651/2012, conhecido como Novo Código Florestal, ele é o principal objeto de controle, monitoramento e combate ao desmatamento e de outras formas de vegetação nativa do Brasil, além de au-

xiliar no planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais (Brasil, 2012). Podemos perceber que com a certificação de imóveis rurais no Brasil, temos como objetivo proteger os recursos que fazem parte do meio ambiente, o Código Florestal brasileiro está entre as principais ferramentas jurídicas que compõem a legislação ambiental no país com esse fim. Sua primeira versão foi sancionada em 1934, seguida pela segunda edição do código que passou a vigorar em 1965, pela Lei nº 4.771.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Cadastro Ambiental Rural contém todos os dados em âmbito nacional dos imóveis rurais que irão compor um banco de informações. Nele são inseridos dados detalhados sobre a localização georreferenciada dos imóveis, suas características ambientais, como áreas de vegetação nativa, reservas legais e áreas de preservação permanente, além das atividades econômicas desenvolvidas. Essas informações são fundamentais para a gestão ambiental integrada, permitindo tanto a fiscalização quanto a implementação de políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais brasileiras (Brasil, 2020).

É importante mostrar que a legislação já define o conceito de Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) como o sistema eletrônico de âmbito nacional destinado a gerenciar as informações ambientais dos imóveis rurais, que tem como objetivo, entre outros, receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de os entes federais, desde aqueles que já possuem sistemas federativos. Dentre esses, aqueles que já possuem sistemas para o cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua base de dados ao Sicar, e os que não possuem poderão utilizar o módulo de cadastro que será disponibilizado pelo MMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O MMA disponibilizará imagens de satélite de todo o território nacional, destinadas ao mapeamento dos imóveis e que compõem a base de dados do sistema nacional. Com isso podemos observar que a certificação de imóveis rurais é um processo essencial para garantir a regularização, a segurança jurídica e a sustentabilidade ambiental das propriedades rurais no Brasil (Brasil, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o artigo enfatiza a importância crucial da estrutura fundiária brasileira, com foco no Estado do Maranhão, onde desafios históricos persistem e requerem abordagens inovadoras. A implementação da Lei n. 10.267/2001, que instituiu o georreferenciamento de imóveis rurais e o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), representou um marco significativo. No entanto, ainda há diversos obstáculos a serem superados.

Com isso, ao explorar conceitos fundamentais como regularização de imóveis rurais e georreferenciamento, a pesquisa ressalta a necessidade de segurança jurídica e eficiência na gestão fundiária para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Contudo, os desafios se evidenciam, principalmente na efetiva implementação das medidas legislativas e tecnológicas.

A escassez de profissionais capacitados, os custos elevados e a falta de coordenação entre as instituições responsáveis são alguns dos obstáculos enfrentados no processo de certificação georreferenciada de imóveis rurais no Maranhão. Diante desses desafios, é imperativo buscar soluções práticas e eficazes, como investimentos em capacitação profissional, aprimoramento da coordenação entre os órgãos responsáveis e o estabelecimento de processos de verificação e fiscalização mais eficientes.

Adicionalmente, é crucial promover maior conscientização e assistência técnica aos agricultores, assegurando a precisão e veracidade das informações fornecidas. Isso contribuirá para um entendimento mais amplo dos desafios enfrentados pelo sistema fundiário brasileiro, especialmente no Estado do Maranhão, ressaltando a importância de medidas inovadoras e colaborativas para promover um sistema de gestão de terras mais justo, equitativo e eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J; BRITO, B; GOMES, P. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Maranhão**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021.
- BRASIL. Tribunal de Justiça. **Retificação de imóvel rural e a obrigatoriedade do georreferenciamento de acordo com a Lei 10.267 de 2001**. Curso de Direito da Universidade Salvador, 2013.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C Acesso 11 mai 2024
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=%C3%89%20proibido%20o%20uso%20de,e%20estabelecendo%20normas%20de%20precau%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 ma. 2024
- BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 fev. 1993. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm Acesso 11 mai 2024
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Acesso 11 mai 2024
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Cadastro Ambiental Rural (CAR):** informações sobre localização georreferenciada, características ambientais e atividades econômicas. Brasília, DF: MMA, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório sobre a estrutura fundiária no Brasil e seu impacto na sociedade**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/O2_00_texto.pdf. Acesso em: 11 mai. 2024
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório sobre a estrutura fundiária no Brasil e seu impacto na sociedade**. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Dis
- ITERMA - **Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. Regularização fundiária dos territórios quilombolas no estado do Maranhão:** legislação estadual, perguntas e respostas. São Luís: ITERMA, 2021. 48 p.
- LIMA, Ana et al. Participação Comunitária e Proteção dos Direitos das Populações Tradicionais na Regularização Fundiária. **Revista Brasileira de Direito Agrário**, vol. 20, nº 3, 2023, pp. 112-130
- OLIVEIRA, Maria Impacto dos Programas de Certificação e Regularização Fundiária na Economia Local e na Preservação Ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Rurais**, vol. 15, nº 2, 2023, pp. 112-135
- PAUTZ, E. A importância do georreferenciamento: desafios e possibilidades. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 7(11), 1778– 1787. 2021
- REYDON, B. P. FELÍCIO, A. S. **Fundamentos da governança fundiária**. Governança, p. 13, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/b4mCb> Acesso em: 11 de mai. 2024
- REYDON, B. P; BUENO, A. P. D. S; SIQUEIRA, G. P. **Histórico e dinâmica dos diferentes cadastros de terras do Brasil**. Governança, p. 127, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/b4mCb> Acesso em: 11 de mai. 2024

SILVA, João. Políticas de Regularização Fundiária no Brasil: Análise dos Avanços e Desafios. **Revista Brasileira de Geografia Agrária**, vol. 10, n° 2, 2022, pp. 45-68.

TOLEDO, B. H. C.; BERTOTTI, L. G. Breve histórico da certificação de imóveis rurais no Brasil e apresentação do Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF. **Ambiência**, v. 10, n. 3, p. 839-847, 2014.

11

EXTRATIVISMO DE COLETA DO BACURI (*Platonia insignis* Mart.) EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SANTA RITA, MARANHÃO

*BACURI (*Platonia insignis* Mart.) COLLECTION EXTRACTIVISM IN TRADITIONAL COMMUNITIES OF SANTA RITA, MARANHÃO*

José Ribamar Gusmão Araujo

José Carlos Ericeira Junior

Moisés Rodrigues Martins

Ariadne Enes Rocha

Raimunda Nonata Santos de Lemos

Thais Roseli Corrêa

Maria da Cruz Chaves Lima Moura

Marileia Barros Furtado

Arilson de Jesus França Souza

João Marcus Abreu da Silva

 **10.29327/5430353.1-11**



Resumo

O extrativismo do bacuri faz parte do elenco de “produtos invisíveis” que são extraídos da floresta amazônica e apresenta enorme potencial produtivo, podendo ser consumido de diversas formas, apresenta valor econômico agregado e se constitui em uma fonte de renda para populações tradicionais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os pequenos produtores familiares e extrativistas do município de Santa Rita, MA, com o objetivo de analisar a forma de extração do produto, aspectos sociais, manejo do agroecossistema, formas de comercialização e impactos na renda. O levantamento foi baseado na aplicação de entrevistas com 20 produtores-extrativistas com uso de formulário semiestruturado tendo questões abertas e fechadas. As famílias extrativistas informam que a extração do fruto gera uma renda significativa para subsistência da comunidade, a técnica de armazenamento do fruto garante na forma de polpa garante a venda até a safra seguinte, mas necessitam de mais informações acerca do fruto e técnicas de manejo mais sustentáveis. A atividade extrativista é realizada a baixos custos, visto que é praticada apenas a roçagem em época de colheita. Diante do exposto, pode-se afirmar que o bacuri é uma fonte de renda extra para os extrativistas com a venda do fruto *in natura*, mas somente em uma época do ano, no período de colheita. A produção de polpa é uma alternativa viável, no entanto, ainda é um gargalo para muitos produtores que não possuem congeladores. Ainda existem lacunas sobre técnicas de manejo nos bacuraizais e áreas de brotações e sobre conservação da espécie pelos extrativistas.

Palavras-chave: *Platonia insignis* Mart., Agricultura familiar, Agroextrativismo de floresta, Renda.

Abstract

Bacuri extraction is part of the list of “invisible products” that are extracted from the Amazon forest and has enormous productive potential, can be consumed in different ways, has added economic value and constitutes a source of income for traditional populations. Interviews were carried out with small family producers and extractivists in the municipality of Santa Rita, MA, with the aim of analyzing the way the product is extracted, social aspects, management of the agroecosystem, forms of commercialization and impacts on income. The survey was based on interviews with 20 extractive producers using a semi-structured form with open and closed questions. Extractive families report that extracting the fruit generates significant income for the community’s subsistence, the technique for storing the fruit in the form of pulp guarantees its sale until the next harvest, but they need more information about the fruit and management techniques more sustainable. Extractive activity is carried out at low costs, as only clearing is practiced during harvest time. Given the above, it can be said that bacuri is a source of extra income for extractivists through the sale of the fruit *in natura*, but only at one time of the year, during the harvest period. Pulp production is a viable alternative, however, it is still a challenge for many producers who do not have freezers. There are still gaps in management techniques of bacuri trees and sprouting areas and in the conservation of the species by extractivists.

Keywords: *Platonia insignis* Mart., Family farming, Forest agroextractivism, Income.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar na região Amazônica apresenta um conjunto de características únicas e inerentes ao seu bioma. Essas características são decorrentes do grau de riqueza da vegetação, da pobreza da maioria dos solos, do clima, dos recursos hídricos e minerais e do ambiente socioeconômico e cultural que se perpetua de geração em geração ao longo de milhares de anos (HOMMA, 2006). Isso tem influenciado nos aspectos relativos à natureza, bem como na dinâmica do fornecimento de serviços ecossistêmicos e na agricultura familiar ao longo do tempo.

Há uma estimativa de 600 mil agricultores familiares na região amazônica, que vivem nos ecossistemas de várzea e terra firme, com diversos graus de inter-relações com a floresta, rios e estradas, que promovem influência direta e indireta na economia regional (BRANDÃO JÚNIOR & SOUZA JÚNIOR, 2006). Para Homma (2006) a Amazônia é, seguramente, uma das regiões onde a agricultura familiar se manifesta de forma mais evidente e fortalecida, em razão de sua vasta diversidade e por constituir a base sobre a qual se assenta a extração de recursos naturais e a maior parte da produção de alimentos, como o caso da produção extrativista das seringueiras, buritizeiros, açaizais e bacurizeiros.

O extrativismo do bacuri faz parte do elenco de “produtos invisíveis” que, segundo Menezes (2002), são produtos extraídos da floresta amazônica, como o uxi (*Endopleura uchi* Huber), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum* G.F.W. Meyer), a bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.) e outros já domesticados, entre os quais tem o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum), pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) e jambu (*Spilanthes oleracea* L.), que não são computados nas estatísticas oficiais, mas são importantes na estratégia de sobrevivência da agricultura familiar.

O bacurizeiro é uma espécie arbórea de médio e grande porte, com centro de origem na Amazônia Oriental e ocorre espontaneamente em todos os estados da Região Norte e no Mato Grosso, Maranhão e Piauí. Rompendo as fronteiras brasileiras, é encontrado nas Guianas, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador (MORAES; GUTJAHR, 2011). Assume importância econômica nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí, onde se concentram densas e diversificadas populações naturais, em áreas de vegetação secundária (CAVALCANTE, 2010).

Dentro dos escritos elaborados por Cavalcante (2010), o fruto do bacurizeiro pode alcançar de 900 a 1000g e de modo geral é constituído de 50 a 80% de casca, 12 a 30% de semente e 4 a 30% da polpa. Os frutos do bacurizeiro apresentam elevado valor nutricional, muito apreciados por suas excelentes características organolépticas, com ampla aceitação no mercado, tanto para o consumo *in natura* quanto para a industrialização de polpas, doces, sorvetes, sucos, cremes, entre outros, proporcionando sustento, emprego e renda para muitas famílias, especialmente no Maranhão (SANTOS *et al.*, 2019).

As possibilidades de crescimento no mercado de polpa do bacuri são semelhantes às dos açaizeiros e cupuaçuzeiros, para o qual se verifica um evidente conflito entre a oferta natural e a pressão da demanda dessa fruta. Esse mercado potencial indica que o setor produtivo já deveria estar com a mesma área plantada de cupuaçuzeiros na Amazônia, estimada em mais de 25 mil hectares (NOGUEIRA, 1997; NOGUEIRA; HOMMA, 1998).

Devido à escassez de informações sobre o bacuri e dados relativos aos aspectos econômicos, pouco se conhece sobre os aspectos tecnológicos dos sistemas de manejo do bacurizeiro desenvolvidos pelos próprios coletores. Nos últimos anos, pesquisadores tem

somado esforços no intuito de desenvolver estudos que busquem a domesticação da espécie, e assim produzir dados de qualidade e com segurança, para que sejam publicados para a comunidade geral e para conhecimento do agricultor familiar (MEDINA; FERREIRA, 2008).

No estado do Pará, Menezes (2010) cita que o bacurizeiro está passando da fase extrativa para manejada, e do início da domesticação desenvolvido pelos agricultores, tendo em vista o seu potencial para produção da polpa e para recuperação de áreas degradadas. As barreiras naturais à cultura do bacurizeiro podem ser facilmente rompidas com o surgimento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento sustentável em diversos ambientes, como o manejo de brotações em quintais florestais, enriquecendo e os tornando-os produtivos. Dessa maneira, é esperada a transição entre um extrativismo de caráter extensivo para um extrativismo de caráter intensivo (MACHADO, 2008).

Em dados publicados por Santos (2013) foi observado que nas comunidades rurais que possuem quintais produtivos, a principal utilidade das plantas é na alimentação, o que é evidenciado também em uma pesquisa feita por Florentino et al. (2007), onde o mesmo autor também cita alta frequência de frutíferas nos quintais produtivos. As frutíferas apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes (CARVALHO, 2002). De acordo com Grisa (2007) este tipo de produção é fundamental para estabelecer autonomia para as famílias que fazem uso desse recurso para sua subsistência, um dos aspectos mais relevantes para a reprodução da agricultura familiar, a alimentação.

Menezes (2010) também identificou em um estudo sobre o extrativismo de bacurizeiros nativos, que com a iniciativa de valorização dos frutos do bacurizeiro, sobretudo nos últimos dez anos, muitos produtores das Mesorregiões do Nordeste Paraense e da Ilha do Marajó passaram a preservar as plantas existentes nas proximidades de suas casas ou roçados, adotando práticas de manejo com grande heterogeneidade. O fato dessas áreas serem de ocorrência de forte pressão humana por necessidade de ocupação e atividades antrópicas, pode estar restringindo as possibilidades de aproveitamento futuro, com grandes perspectivas de mercado, geração de renda e emprego, bem como regeneração das áreas degradadas.

Diante da dinâmica que envolve as atribuições advindas do extrativismo do bacuri como incremento na renda familiar e parte complementar na alimentação das famílias coletoras de bacuri no Município de Santa Rita, o presente trabalho teve como objetivo realizar o diagnóstico do “sistema de produção extrativista” e analisar a contribuição da comercialização dos frutos e da polpa de bacuri para a renda familiar, assim como também caracterizar o nível de organização social.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização dos locais de coleta

As coletas dos dados foram concentradas nas comunidades rurais de Santa Filomena (4°48'6" S; 45°43'3" O) e de Porto Alegre (3°09'51.0" S; 44°16'37.2" W), ambas pertencentes ao município de Santa Rita (03°08'37" S; 44°19'33" O), localizado no estado do Maranhão, na Microrregião de Rosário, situada na Bacia Hidrográfica do Munim (Figura 1).

O clima do município é caracterizado como úmido B1, com temperatura média anual de 27 °C e totais anuais de chuva que variam de 1600 a 2000 mm, com os períodos chuvosos e de estiagem bem definidos e umidade relativa média anual de 80%; o solo é classificado como Plintossolo Pétrico e Gleissolo (NUGEO, 2018).

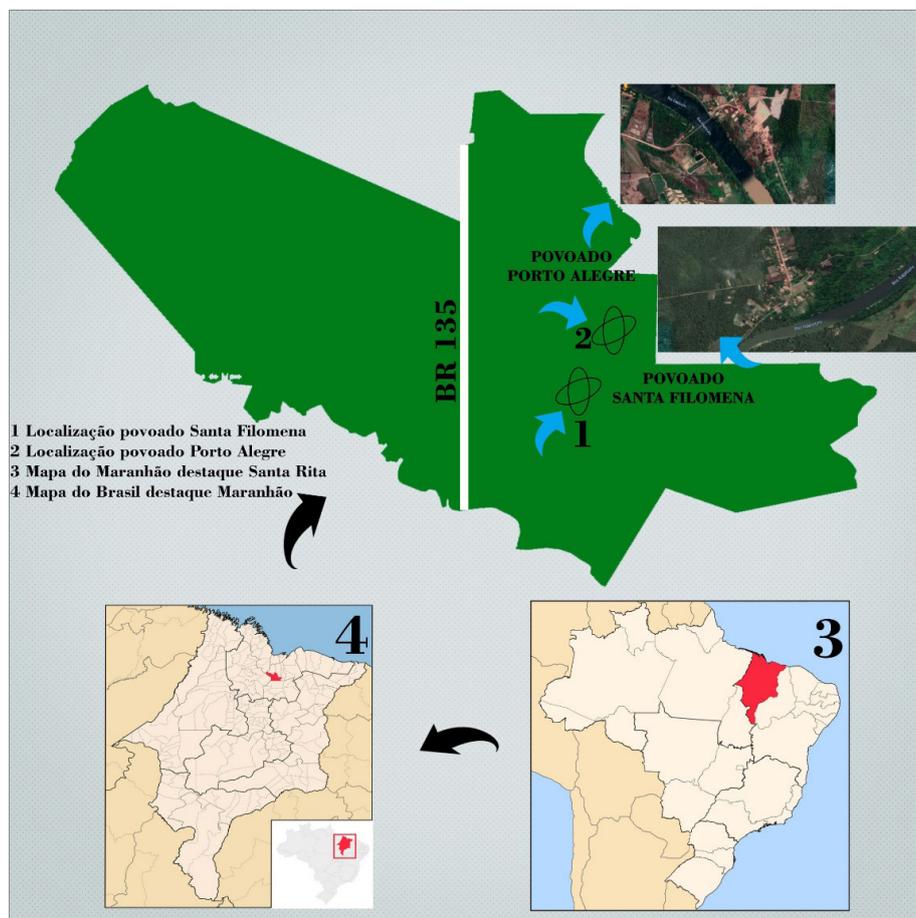


Figura 1. Localização comunidade Santa Filomena (1), comunidade Porto Alegre (2), Mapa do Brasil destacando o Maranhão (3) e mapa do Maranhão destacando Santa Rita (4)

Fonte: Arquivo pessoal

2.2 Aplicação do Instrumento de Pesquisa junto aos Agricultores/Extrativistas

Inicialmente, a partir de informações da Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Rita e de técnicos da AGERP local, teve-se conhecimento das comunidades representativas e tradicionais na coleta de dados sobre a área, e a forma de extração dos frutos de bacuri. Em seguida, realizou-se reuniões com os representantes e membros das Associações das comunidades locais, para apresentação dos objetivos da pesquisa e esclarecimento das necessidades de realização desse estudo, bem como foi aplicado aos produtores e entrevistados o termo de consentimento livre e esclarecido para aplicação do instrumento de pesquisa.

A coleta dos dados foi desenvolvida por uma equipe composta por dois pesquisadores, com aplicação de questionário semiestruturado (formulário próprio), contendo perguntas abertas e fechadas. A combinação de questões fechadas e abertas permite ao informante uma abordagem mais livre e detalhada sobre o tema abordado (BONI; QUARESMA, 2005).

Os aplicadores foram previamente treinados para aferir a validade e praticidade do instrumento de avaliação, além do tempo necessário para uma boa entrevista. Durante esse processo, adotou-se uma linguagem coloquial e clara, procurando usar o máximo de expressões conhecidas e contextualizadas dos entrevistados, de modo que as informações obtidas permitissem refletir a realidade dos entrevistados e os objetivos da pesquisa. Antes

da entrevista e visando atender à legislação foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que, ao final, foi assinado pelo agricultor-extrativista e pesquisador.

O perfil do entrevistado, designado como “agricultor-extrativista”, em número de 20 nas duas comunidades, foi caracterizado com aquele/aquela que desenvolvia atividades agrícolas típicas da agricultura familiar e, cumulativamente, tinha alguma inserção na prática regular de coleta, uso e/ou manejo de bacuri nativo quer no ambiente de seu quintal doméstico ou em áreas coletivas.

O formulário contendo o questionário semiestruturado foi organizado em três blocos ou grupos de perguntas, conforme os aspectos de interesse principais: (I) aspectos socioeconômicos: informações gerais sobre a família como a composição familiar, idade, escolaridade, ocupação, renda a partir do bacuri e outras fontes, etnia, gênero, situação fundiária, condições de moradia, entre outros; (II) aspectos de cultivo/produção e manejo de bacuri: produção/extração de frutos, tratos culturais, períodos de florescimento e frutificação, problemas de causas bióticas e abióticas, qualidade dos frutos, práticas de manejo, beneficiamento, comercialização, entre outros, e (III) aspectos ecológicos e de conhecimentos sobre bacuri: solos e vegetação, preparo da área, conservação e proteção da espécie e assistência técnica.

2.3 Tratamento dos dados e informações

A partir do conjunto de formulários aplicados, inicialmente foram gerados três planilhas-mãe no programa Excel, de acordo com os blocos de perguntas, de modo a sistematizar as respostas em dados e informações quanti-qualitativas.

As médias e os valores percentuais das variáveis de interesse foram utilizados para alimentar um banco de dados referente a aspectos de manejo e as práticas realizadas pelos agricultores familiares.

Em seguida, os resultados foram organizados em gráficos (figuras) e tabelas, baseado no percentual das respostas obtidas para cada variável e distribuição de frequência estabelecida conforme a natureza dos dados e clareza na expressão dos resultados.

Para cálculo da renda mensal gerada em equivalência de salários mínimos, com a venda da produção extrativa *in natura* de bacuri, considerou-se o preço de venda informado pelo agricultor, o volume médio de frutos extraído nas duas safras (2018/2019 e 2019/2020) e o percentual de frutos comercializados em um período de 4 meses. Para tanto, tomou-se o valor do salário mínimo vigente em dezembro de 2021 (R\$ 1.100,00).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aspectos da Produção e Manejo de *P. insignis*

Dentre as dinâmicas que envolvem a produtividade dos frutos de bacuri, vários fatores podem influenciar na ocorrência de variações na produtividade de ano para ano e na qualidade do fruto, de acordo com relatos de agricultores-extrativistas. Estes fatores estão ligados às condições climáticas, idade dos bacurizeiros, desenvolvimento vegetativo das plantas, a sazonalidade da espécie e influência de agentes polinizadores.

Constatou-se que os agricultores-extrativistas, em suas coletas, informaram valores

que vão de 200 unidades até mais de 2.000 unidades de bacuri por planta, inclusive, foi constatado que 20 % dos agricultores coletam entre 1001 a 2000 frutos por planta (Figura 2A). É importante frisar que apenas 10% dos agricultores não souberam informar a quantidade de frutos coletados por planta/safra. Com relação ao número de frutos coletados por safra e por agricultor, 60% relataram que coletam acima de 5.000 frutos (Figura 2B).

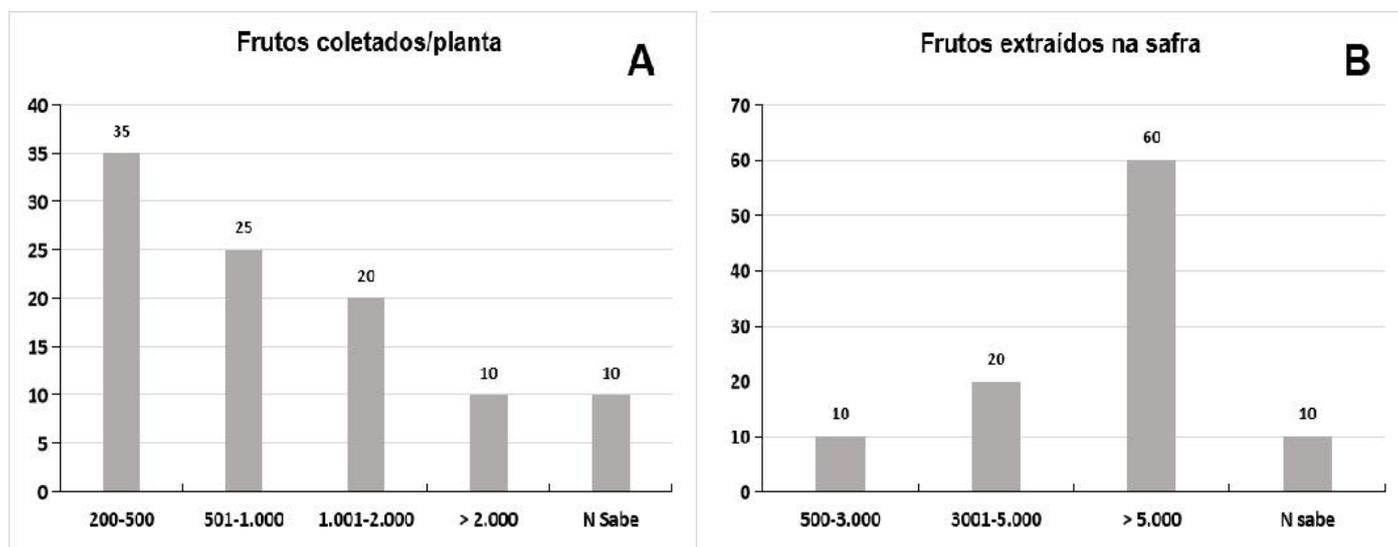


Figura 2. Frequência da quantidade de frutos coletados por planta (A) e total de frutos extraídos na safra (B) por agricultore-extrativista, em Santa Rita, MA, na safra 2019/2020

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os frutos que são coletados passam por uma seleção, baseada no tamanho, cor, aparência, formato e peso. Alguns frutos são selecionados apenas para produção da polpa por serem muito pequenos ou apresentarem algum tipo de avaria, o que o torna inviável para serem destinados para prateleira na forma *in natura*. Muitos agricultores destinam parte da coleta para a produção da polpa, visto que os preços praticados são superiores e a polpa permite maior tempo de armazenagem, visto que a safra é sazonal e com curto período de produção.

Apesar da sazonalidade que a cultura do bacuri apresenta, no que diz a produção de frutos, os dados levantados são referentes a safra do ano de 2018/2019 e 2019/2020 (Figura 3), os valores observados apresentaram pequena variação, diferindo do que foi confirmado pela pesquisa realizada por Ferreira (2008) na qual foi verificado que um ano de alta produção foi seguido de um ou dois de baixa produção, considerando-se os mesmos indivíduos, o que pode ser explicado por diferentes fatores, como falta de nutrientes adicionais, baixa disponibilidade de água, e excesso de chuva nos período de florescimento, ocasionando abortamento das flores, refletindo negativamente na produção, resultando em poucos frutos na safra.

Neste item, o que mais chamou atenção foi um pequeno aumento nos números de frutos coletados por safra na casa de 5.000 frutos, em que na safra de 2018/2019 era de 25% e na safra seguinte, aumentou para 30%, conforme Figura 3. Ferreira (2008) observou também que, na Mesorregião do Nordeste Paraense 19% dos agricultores coletaram de 500 a 3.500 frutos por safra.

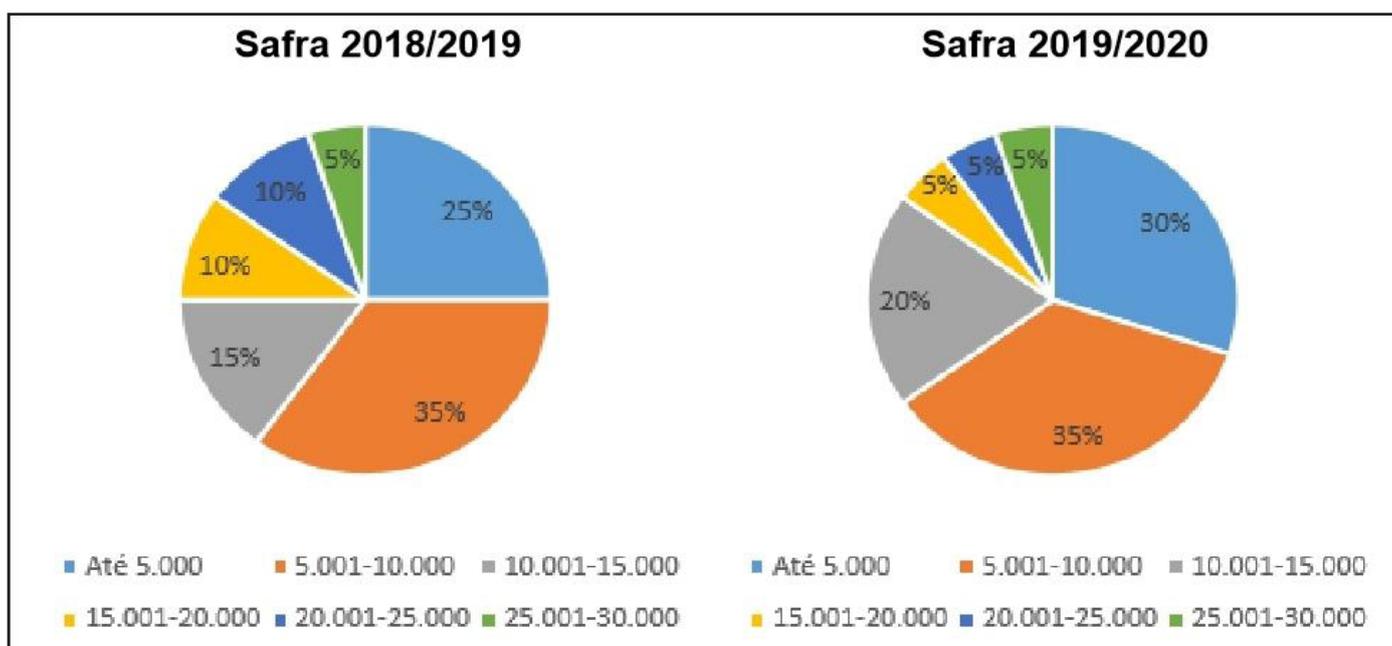


Figura 3. Frequência da quantidade total de frutos de bacuri extraídos nas safras 2018/2019 e 2019/2020 por agricultore-extrativista, em Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

A produtividade dos frutos de bacuri varia bastante com as condições climáticas, com a idade dos bacurizeiros, do desenvolvimento vegetativo das plantas, da possível consanguinidade dos rebrotamentos, da existência de polinizadores e do efeito da sazonalidade existente na espécie (MENEZES, 2010). Em outro estudo conduzido por Fouque (1989), foi verificado que nas florestas da Guiana Francesa o bacurizeiro frutifica de dois em dois anos. Shanley *et al.* (1998) encontraram uma produção média de 400 frutos por árvore durante cinco anos de estudo.

De acordo com os entrevistados, 100% das famílias informaram realizar a extração de frutos em áreas de bacurizais nativos. No caso da Comunidade Santa Filomena, a coleta é realizada em um bacurizal de 8,0 ha, de uso coletivo, e em bom estado de conservação. Cumulativamente, outros 65% relataram que os frutos também são coletados nos quintais ou *home gardens*, em quantidades bem menores.

A pesquisa mostrou que o período de maior coleta de frutos de bacuri nas duas comunidades extrativistas vai de janeiro a março para 40% dos agricultores da região, seguido de dezembro a janeiro para 30% dos entrevistados (Figura 4). De modo geral, os dados indicam que a safra inicia no final do período seco (dezembro) e se concentra nos três meses iniciais do período chuvoso na região, por isso o crescimento é mais expressivo e o fruto é por consequência mais suculento, em razão da maior absorção de água e nutrientes.

Pesquisas realizados pelas Instituto Peabiru (2006) em uma população de bacurizeiros primitivos na comunidade da Ilha de Ipomonga, no Município de Curuçá, verificou-se que a maior concentração da coleta de frutos ocorre nos meses de dezembro a abril, enquanto que Medina *et al.* (2004) observaram que a frutificação do bacurizeiro é sazonal e a coleta dos frutos ocorre, em sua maior parte, de janeiro a março.

Menezes (2010) obteve resultados semelhantes, com maior concentração de coleta de frutos de bacuri nas duas mesorregiões estudadas, de janeiro a março, sendo confirmada pela metade dos agricultores da Mesorregião do Nordeste Paraense e menos da metade dos agricultores na Mesorregião da Ilha do Marajó.

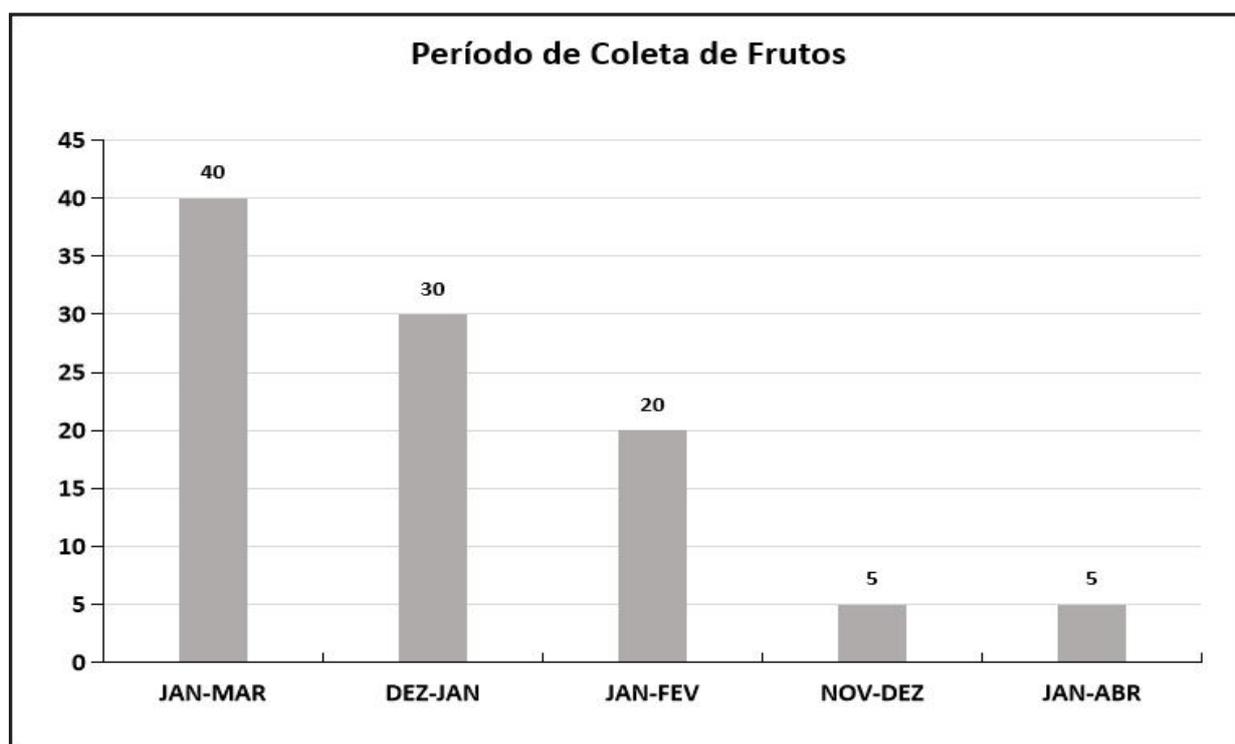


Figura 4. Períodos de coleta de frutos de bacuri citados pelos agricultores-extrativistas de Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação a qualidade dos frutos, os extrativistas atestam que o produto apresenta qualidade entre boa (para 75%) e muito boa (para 25%). Para a qualidade geral dos frutos, os extrativistas consideram as seguintes características: formato (redondo a oblongo), presença de bico (ápice acuminado), cor da casca (amarela), espessura da casca (fina a média), presença de línguas (formações patenocárpicas) (muitas, ao redor de 3) e sabor (doce). Esses e outros atributos são boas referências que devem ser considerados pelos melhoristas nos trabalhos de prospecção e coleta de germoplasmas de *Platonia insignis*, bem como nas estratégias de conservação *in situ*. Em relação à massa média ideal do fruto, as informações variaram bastante (entre 100 e 1.200g), enquanto que 20% dos agricultores não souberam informar. Para 25% dos agricultores a massa ideal do fruto está entre 450 e 500g, enquanto para 45% essa variável deve estar entre 700 e 1.000g. Frutos com massa e tamanho maiores é uma percepção comum e aceitável dos agricultores, mas no caso do bacuri o rendimento da polpa possivelmente seja um atributo mais relevante. Para Ferreira (2008) o preço da polpa e do bacuri varia em função do tamanho do fruto e da época. Os frutos maiores tendem a receber preços mais elevados no início ou no término da safra. A conservação do bacuri na pós-colheita ainda é um gargalo dentro das comunidades extrativistas, agravado pelo fato de serem coletados no chão, com danos e manchas.

Em função dos bacurizais serem nativos, coletivos ou não, e em sua maioria, apenas visitados por catadores na época da safra, os tratos culturais são bem escassos, muitas vezes, inexistentes. Em torno de 70% dos agricultores não realizam nenhum tipo de trato cultural no bacurizal (Figura 5). Esse fato justifica-se por, no primeiro momento, não haver necessidade, uma vez que a floresta é autossustentável e cada ser vivo fornece os serviços ecossistêmicos necessários e satisfaz as necessidades como adubação, cobertura de solo e ciclagem de nutrientes; por outro lado, justifica-se pelo simples fato de não terem conhecimento acerca da importância dos tratos culturais mínimos dentro de um “sistema de produção”.

A limpeza/roçagem rápida (limpeza dos caminhos de acesso aos bacurizeiros) é feita

para facilitar a coleta dos frutos e a visualização das árvores, e só ocorre por ocasião da coleta de frutos pelas famílias envolvidas, prática essa citada apenas por 10% dos extrativistas, conforme a Figura 5. Em um outro estudo, Ferreira (2008) menciona que na Mesorregião do Nordeste Paraense, os agricultores realizam uma roçagem no sub-bosque, no raio que compreende a copa da árvore produtiva para facilitar a coleta dos frutos.

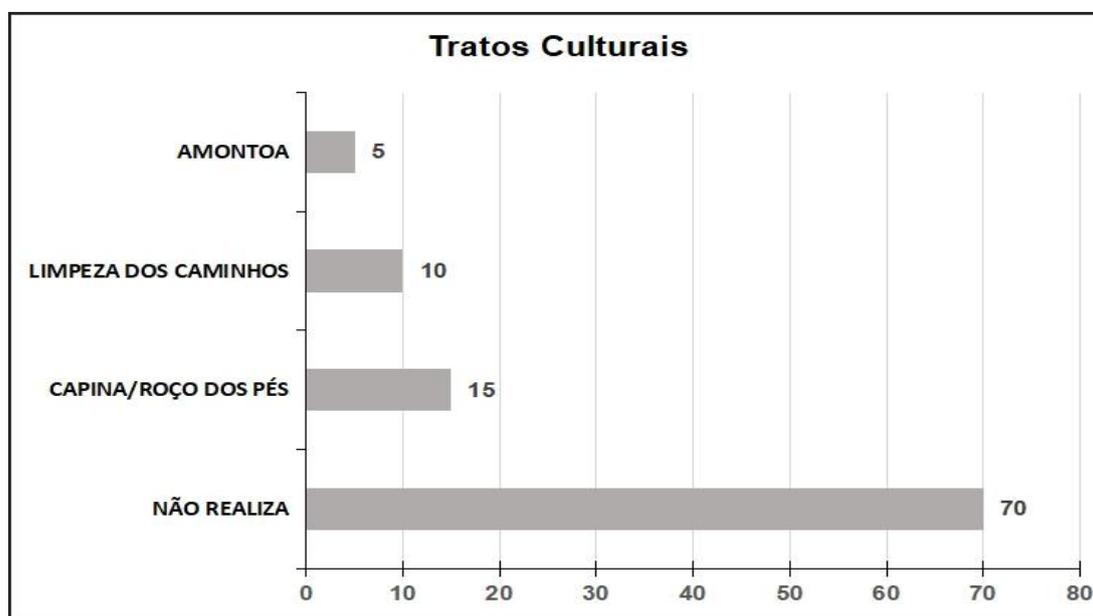


Figura 5. Tratos culturais adotados pelos agricultores-extrativistas nos bacurizais nativos, em Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

Já Menezes (2010) menciona que os agricultores não realizam constantes limpezas ou capinas, e que tais práticas nas áreas de ocorrência seriam feitas para facilitar a coleta dos frutos e a visualização das árvores, mas que só ocorre por ocasião da coleta de frutos pelas famílias envolvidas, sendo realizada pelos próprios agricultores

Especificamente, no que se refere às práticas de manejo de brotações de bacurizeiros jovens em áreas antropizadas ou remanescentes de roçados/cultivos itinerantes, os agricultores-extrativistas alegam que não realizam essas atividades. Isto possivelmente decorre da falta de conhecimento acerca do potencial destes agroecossistemas para a formação de “pomares nativos” e produtivos e, portanto, representa um prejuízo aos agricultores.

Entre as estratégias que podem ser adotadas nos manejos das brotações citam-se: roçagem seletiva da vegetação, identificação de brotações vigorosas, desbaste e ajuste da densidade, poda da haste principal, capinas/coroamento, tutoramento, amontoa, consorciação com culturas temporárias, enriquecimento com espécies arbóreas e/ou leguminosas; além disso, a ocorrência espontânea de espécies potencias na vegetação secundária, possibilita ao agricultor praticar o roço seletivo e desta forma valorizar a capoeira tornando-a um componente produtivo do agroecossistema (SOUZA *et al.*, 2010), proporcionando o enriquecimento de capoeiras (GEHRING, 2006), e também a sobrenxertia direta no campo (SANTOS, 2018).

3.2 Aspectos Socioeconômicos

Os agricultores afirmam que a atividade extrativista do bacuri é rentável e fornece sustento para boa parte das famílias residentes nas comunidades Santa Filomena e Porto Alegre.

A comunidade de Santa Filomena é um quilombo, localizado em Santa Rita, e na população amostrada nas duas comunidades, há prevalência de população autodeclarada negra (70% dos agricultores) e com primeiro grau de ensino incompleto (75%). A forte presença do homem no campo é marcada pelo árduo trabalho braçal, como aquele desenvolvido na roça e típico da pluriatividade da agricultura familiar, da qual é retirado grande parte do sustento das famílias. Do público pesquisado, 80% foram composto por homens, com idade entre 32 e 78 anos.

A composição familiar apresentou variações de 2 a 6 membros por unidade familiar. A maior representatividade foi de 35%, representando as unidades familiares compostas por 5 pessoas e a menor representatividade foi de 5%, para as famílias com 6 membros, conforme apresentado na Figura 6.

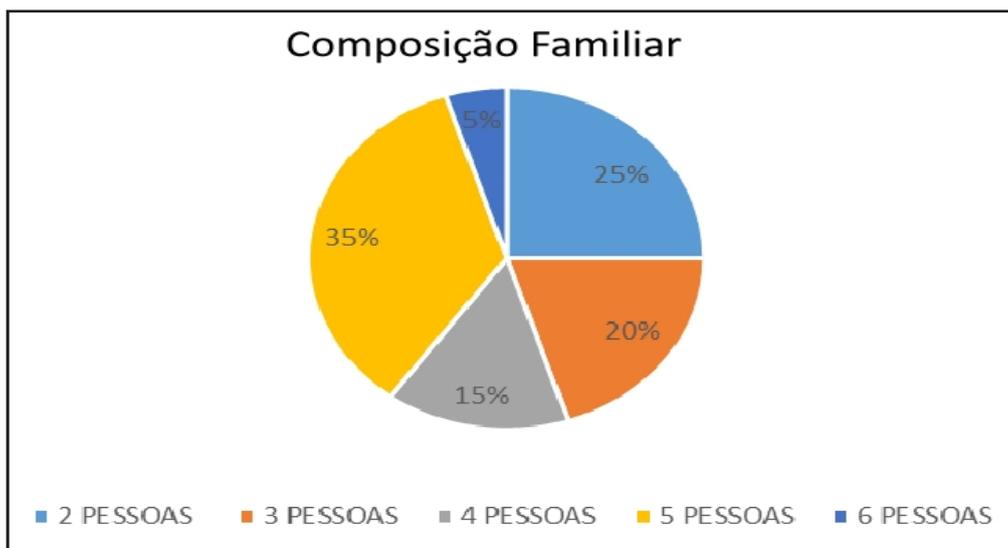


Figura 6. Composição familiar dos agricultores-extrativistas das comunidades Santa Filomena e Porto Alegre, Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação a participação dos membros da família na atividade de extrativismo de bacuri, observou-se que a contribuição dos integrantes da família pode chegar a 100% em alguns casos (Figura 7), conforme é visualizado na classe de 76 a 100% de participação, evidenciando a importância social e econômica da extração de bacuri na região. Considerando o total das famílias, 35% delas tem o envolvimento de 100% dos seus membros na referida atividade. Abstrai-se dos dados que a grande absorção da mão-de-obra familiar ocorre no período da safra, por 3 a 4 meses, relacionado com a coleta de frutos da floresta.

Similar aos resultados encontrados neste trabalho, Menezes (2010) reporta que na coleta de produtos oriundos da floresta e/ou do estabelecimento familiar ou coletados fora dele, somente 10% realiza contratação de mão-de-obra extra, enquanto 90% não realiza qualquer contratação de mão-de-obra, sendo exclusivamente familiar, principalmente na coleta de frutos de bacurizeiros.

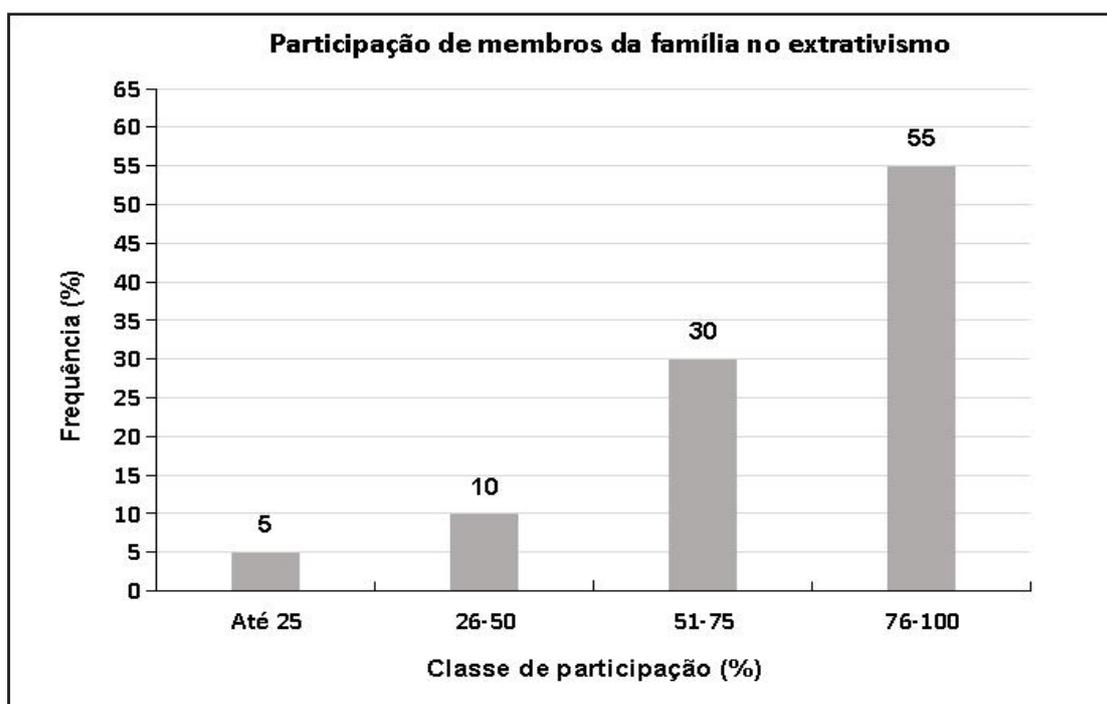


Figura 7- Inserção da mão-de-obra familiar na atividade de extrativismo de bacuri, em Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

A participação dos indivíduos mais jovens na atividade garante a perpetuação das atividades tradicionais, fortalece também a economia familiar, uma vez que se utiliza da mão-de-obra quase que exclusiva da família, com poucos gastos excedentes; neste particular, apenas 10% dos agricultores realizaram a contratação temporária e eventual, com pagamento na forma de diária.

De modo geral, todos os agricultores-extrativistas afirmaram que a atividade de extrativismo do bacuri é rentável e a motivação para sua inserção nesse cenário refere-se ao potencial alimentar e a geração de renda. Alia-se a esses fatores o baixo custo e mesmo a inexistência deste para a obtenção do produto, uma vez que o esforço se resume à catação dos frutos na floresta na época da safra; compreende-se então, que o extrativismo do bacuri não é um trabalho que exige muitos esforços e é de fácil aprendizagem, uma vez que não exige do agricultor maior conhecimento acerca do manejo e uso do produto.

A pesquisa mostrou que 100% dos agricultores pesquisados além de consumirem o bacuri como fonte alimentar (autoconsumo), a partir do excedente, também praticam a comercialização principalmente *in natura*, para o comércio local e cidades circunvizinhas, com mediação de atravessadores. Na média, 73% da extração de frutos é comercializada *in natura*, com variação de 45 a 90%. Parte da produção extrativa é destinada à obtenção da polpa artesanal para autoconsumo familiar e comercialização. Em média, 15% dos frutos coletados são transformados em polpa, variando de 5% a 25%, conforme o interesse dos agricultores e das necessidades da comunidade local e do comércio.

Outro dado relevante refere-se à conversão de frutos em quilos da polpa. Do total dos entrevistados, 35% dos extrativistas relatam que conseguem obter 1,0 kg da polpa a partir da coleta de 21 a 30 frutos (frutos maiores) e para 30% deles são requeridos de 31 a 40 unidades (frutos menores). Outros 30% não souberam estimar o rendimento da polpa. Menezes (2010) corrobora com os resultados desta pesquisa, quando afirma que é necessário de 20 a 30 frutos grandes para produzir um quilo de polpa, fato comprovado neste trabalho, quando os frutos são de tamanho médio, são necessários de 31 a 40 frutos para produzir um quilo da polpa, se forem muito pequenos, são necessários de 41 a 50 frutos para produ-

zir um quilo da polpa. Por isso, a exigência de frutos grandes.

A totalidade dos agricultores-extrativistas (100%) afirmaram que a realização de seleção dos frutos antes da comercialização, é baseada especialmente na aparência, e nos aspectos morfológicos mais citados são: o tamanho/peso, formato e cor da casca. Em média, valores em torno de 12% dos frutos são descartados conforme uma combinação de defeitos, como tamanho muito pequeno, senescentes, imaturos, murchos e/ou com danos físicos.

O preço médio de um fruto praticado na safra 2019/2020 foi de R\$ 0,50 na comercialização *in natura*. Os preços dos frutos variam muito de acordo com a época do ano. No início de safra, devido à baixa disponibilidade de frutos e pouca mão-de-obra dedicada nesta atividade, os preços iniciam em R\$ 0,70 a unidade, e até o final da safra o preço cai, chegando a R\$ 0,35 a 0,40. Geralmente os frutos maiores são obtidos no início de safra, o que também justifica a alta nos preços. Em sua maioria, os frutos são comercializados junto a atravessadores que se deslocam até as comunidades e compram grande parte da produção.

Considerando o preço de venda informado pelos agricultores, o volume médio dos frutos extraídos nas duas safras (2018/2019 e 2019/2020) e o percentual dos frutos comercializados *in natura*, obteve-se a renda gerada em salários mínimos com a produção extrativa somente com bacuri, em um período de 4 meses de safra (Tabela 1).

Renda mensal em Equiv. SM*	Agricultores-extrativistas (%)
> 2 SM	10,0
1,0 - 2 SM	20,0
0,5 - 0,9 SM	35,0
< 0,5 SM	35,0
Renda total média (R\$)	3.890,25
Renda mensal média (R\$)	972,50

*Equivalente em salários mínimos. (SM: R\$ 1.100,00 até dezembro de 2021).

Tabela 1. Renda mensal gerada na comercialização de bacuri *in natura*, no período da safra (2018/2019 e 2019/2020), em Santa Rita, MA

Fonte: Dados da pesquisa

A renda mensal dos agricultores é influenciada pelo período de produção do bacuri. Os extrativistas relataram que destinam maior parte do tempo na extração, o extrativismo tende a gerar até mais de 2 salários mínimos por mês. Agricultores representam entre os entrevistados 10% do total, sendo os demais apenas extrativistas, enquanto que aqueles que destinam menos membros na execução dessas atividades, geram menor renda, representado por 35% dos entrevistados.

A cerca da condição social dos agricultores, 3/4 deles são classificados como semi-analfabetos (1º. grau incompleto), todas as unidades domiciliares apresentam um bom padrão construtivo (paredes de alvenaria, com telhado de madeira e telha cerâmica), possuem utensílios básicos de uso doméstico (televisão, fogão a gás, geladeira), energia elétrica, água encanada e telefone. A fonte de água presente nas comunidades, de modo geral, é advinda de poço artesiano comunitário, o que gera menos gastos para os consumidores; porém, a água que chega até as residências não é 100% segura e livre de microrganismos e bactérias.

4. CONCLUSÕES

A coleta de frutos de bacuri na floresta e quintais constitui-se uma estratégia para obtenção de renda familiar, importante para a manutenção das famílias que vivem no campo e fazem uso do fruto para sua subsistência; a extração de frutos apresenta também potencial de crescimento comparado a outros frutos, o qual é capaz de atender bem a demanda do mercado regional, importante fator econômico para geração de emprego e renda.

Os agricultores-extrativistas consideram que a qualidade dos frutos varia de boa (para 75%) a muito boa (para 25%). Para a qualidade geral dos frutos, os extrativistas elencam as seguintes características: formato redondo a oblongo, presença de bico (ápice acumulado), cor da casca amarela, espessura da casca fina a média, presença de línguas ou formações patenocárpicas (muitas) e sabor doce.

Cerca de 73% da extração de frutos é comercializada na forma *in natura*, com ação de intermediários, enquanto 15% dos frutos coletados são transformados em polpa.

O sistema de comercialização adotado é bastante simples, baseado na coleta de frutos em pequenas quantidades e pulverizada no curto período de safra. Verificou-se também que o pequeno agricultor tem destinado parte de sua extração de frutos para a produção da polpa, visto que esta viabiliza no mercado um preço mais elevado, além de que o armazenamento permite que as famílias conservem as polpas por mais tempo e possam vendê-las a um preço melhor, em períodos de menor oferta do produto.

REFERÊNCIAS

- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.3, p.68-80, 2005.
- BRANDÃO JÚNIOR, A.; SOUSA JÚNIOR, C. **Desmatamento nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Belém, PA: Imazon, 2006.** (O Estado da Amazônia, 7).
- CARVALHO, D.L.; GONÇALVES, R.K.V. Os quintais agroflorestais e sua contribuição na questão da segurança alimentar para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Ribeirão Seco – Ilhéus. In: **Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS**, v.4, 2002.
- CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 7.ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. 282p.
- FERREIRA, M. S. Bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart) em florestas secundárias: possibilidades para o desenvolvimento sustentável no Nordeste Paraense. **Tese** (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- FLORENTINO, A.T.N. et al. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta Bot. Bras.** v.21, n.1, p.37-47, 2007.
- FOUQUES, A. Les arbres fruitiers. **Bois et forêts des tropiques**, v.220, p.64-67, 1989.
- GEHRING, C. **O ambiente do trópico úmido e o manejo sustentável dos agroecossistemas: O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: Princípios e Tecnologia**. 2 ed. Uema, São Luís, p.101-140, 2006.
- GRISA, C. A produção “pro gasto”. Um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, J.E.U.; MENEZES, A.J.E.A.; SOUTO, G.C.; GIBSON, C.P.; MATTIETO, R.A.; REBELLO, F.K.; PEROTES, K.F.; MATOS, G.B. **Manual de manejo de bacurizeiros**. Belém, PA: EMATER – PA, 2006. 36p.
- INSTITUTO PEABIRU. **Resultados finais dos estudos e avaliação da vegetação, flora e fauna das ilhas de Curuçá**. Belém, PA, 2006. 104p.
- MACHADO, R.L.B. Caracterização do sistema agroextrativista familiar do açazeiro nativo (*Euterpe oleracea*

Mart.), na Comunidade Quilombola São Maurício, Alcântara, Maranhão. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Agroecologia), Universidade Estadual do Maranhão.

MEDINA, G.; FERREIRA, M.S. **Bacuri (*Platonia insignis* Martius): o fruto amazônico que virou ouro. In: **Productos forestales, médios de subsistência y conservacion: estúdios de caso sobre sistemas de manejo de productos forestales no maderales**. Bogor: CIFOR, 2008. 499p.**

MENEZES, A.J.A. Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha, Município de Nova Ipixuna, Pará. 137 f. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2002.

MENEZES, A.J.E.; SCHÖFFEL, E.R.; HOMMA, A.K.O. Caracterização de sistemas de manejo de bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.) nas mesorregiões do nordeste paraense e do marajó, estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**. Belém, v.6, n.11, 2010.

MORAES, L.R.B.; GUTJAHR, E. **Química de Oleogenosas - Valorização da Biodiversidade Amazônica**. Editora GIZ, v.2, p.83, 2011.

NOGUEIRA, O.L.; HOMMA, A.K.O. Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar o carrying capacity: o caso de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. **Poematropic**, Belém, n.2, p.31-35, jul./dez. 1998.

NOGUEIRA, O.L. Regeneração, manejo e exploração de açazeiros nativos de várzea do estuário amazônico. **Dissertação** (Mestrado em Biologia Ambiental) – Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará, Belém, p.149, 1997.

NUGEO. **Atlas do Maranhão. São Luís, MA**: Laboratório de Geoprocessamento/GEPLAN-UEMA, p.2018. 42p.

SANTOS, A.S.; OLIVEIRA, L.C.L.; CURADO, F.F.; AMORIM, L.O. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.8, n.2, p.101-111, 2013.

SANTOS, R.F. Caracterização de seleções de bacurizeiros (*Platonia insignis* Mart) e manejo de brotações naturais por sobrenxertia. São Luís, MA, 2018. **Dissertação** (Mestrado em Agroecologia). Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SANTOS, R.F.; ARAUJO, J.R.G.; NEVES JÚNIOR, A. C. V.; MELO, P. A. F. R.; SILVA, L. P.V.S.; et al. Biometric and Chemical Characterization of Fruits From Selections of *Platonia insignis* Mart., Native of the State of Maranhão, Brazil. **Journal of Agricultural Science**, v. 11, n.2, p.376-384, 2019.

SHANLEY, P.; CYMERY, M.; GALVÃO, J. **Frutíferas da mata na vida amazônica**. Belém, PA: Imazon, 127p. 1998.

12

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA GESTÃO DO MERCADO PÚBLICO DE SÃO LUÍS – MA: O CASO DO HORTOMERCADO COHAB

*CHARACTERIZATION AND ANALYSIS OF PUBLIC MARKET MANAGEMENT IN
SÃO LUÍS - MA: THE CASE OF THE HORTOMERCADO COHAB*

Flavia Myllena dos Santos Araujo

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Claudia Reis Pereira

 **10.29327/5430353.1-12**



Resumo

Para a realização do comércio é necessário o encontro de fluxos, de bens materiais, mercadorias e homens e de ideias em determinado espaço físico, o qual recebe a denominação de mercado. Para manter esses espaços ativos e organizados contam com Administração Pública, diante disso, esse trabalho teve como objetivo caracterizar e analisar a gestão do mercado municipal do bairro da Cohab, São Luís, de responsabilidade da SEMAPA. Foram utilizados dados primários e secundários, sendo os primários coletados através de questionários semiestruturado e os secundários coletados através de revisão bibliográfica. As entrevistas foram feitas com os permissionários, coordenadores e gestores do mercado em estudo. Sobre o Hortomercado Cohab, foram entrevistados 30 permissionários, com idade média de 40 anos de idade, 93% dos entrevistados possuem Box e Bancas própria. A relação dos permissionários com o gestor, 67% acreditam ser boa. 80% dos permissionários acreditam que o nível de organização pública influencia na comercialização, sobre a avaliação da gestão dos mercados, 70% caracterizam a gestão como boa. A gestão para alcançar uma maior efetividade, precisa vencer alguns desafios, como: apostar em inovações; focar nas necessidades do público; elaborar um plano estratégico e; estabelecer parcerias de qualidade. Foi observado que a manutenção periódica é a principal demanda do mercado e como a falha de uma gestão conjunta dificulta o andamento de um local de abastecimento. A administração precisa garantir o abastecimento das populações ao redor, assim como garantir também a qualidade de serviço para os permissionários.

Palavra-chave: Comercialização, Permissionário, Administração.

Abstract

This work aimed to characterize and analyze the management of the municipal market in the neighborhood of Cohab, São Luis, under the responsibility of SEMAPA. Primary and secondary data were used, with primary data collected through semi-structured questionnaires and secondary data collected through literature review. The interviews were conducted with the permittees, coordinators and managers of the market under study. About the Cohab market, 30 permission holders were interviewed, with an average age of 40 years old. 93% of those interviewed have their own boxes and stalls. The relationship between permission holders and the manager, 67% believe it to be good. 80% of permission holders believe that the level of public organization influences marketing, and 70% characterize the management of the markets as good. In order to achieve greater effectiveness, management needs to overcome a number of challenges, such as: investing in innovations; focus on the needs of the public; prepare a strategic plan and establish quality partnerships. It was observed that periodic maintenance is the main demand of the market and how the failure of a joint management hinders the progress of a supply site. The administration needs to guarantee the supply of the surrounding population, as well as guaranteeing the quality of service for the permittees.

Keyword: Commercialization, Permissionary, Administration



1. INTRODUÇÃO

Para a realização do comércio é necessário o encontro de fluxos, de bens materiais, mercadorias e homens e de ideias em determinado espaço físico, o qual segundo Vargas (2001) recebe a denominação de mercado. Cordero e Eneva (2016) enfatiza que os mercados desempenham um papel de relevo e do interesse público, sobretudo porque permitem o abastecimento de uma determinada franja da população com menor mobilidade e/ou com menor capacidade econômica que, por via desta condição, não se consegue abastecer noutros espaços comerciais.

Para Malta (2019 *apud* Holanda 2019, p.24), mais do que pontos de venda de alimentos, os mercados públicos contam histórias de pessoas, seus hábitos, suas crenças e sua fé. No Brasil, há exemplos de mercados que acompanham as transformações urbanas de diferentes formas. Podem ser encontrados mercados que fazem parte do equipamento turístico das cidades como é o caso do mercado Municipal de São Paulo, do Mercado Modelo de Salvador e do Mercado de Ver-o-Peso de Belém.

O mercado público apresenta nos dias atuais, um novo perfil. Uma das principais mudanças é em relação ao nome designado aos feirantes, na qual passam ser chamado de permissionários. Malta (2019) em sua obra literária faz uma alusão diferenciando esses termos, na qual a diferença entre feirante e permissionário está relacionada ao uso de bens públicos e aos direitos e obrigações que cada um possui, onde o feirante aluga um espaço temporário em espaço público (como uma barraca ou banca), enquanto o permissionário recebe autorização para explorar um bem público, um Mercado Público, por um período determinado, sem transferência de titularidade.

Estes espaços vêm ganhando destaque por seu potencial cultural, econômico e democrático agregando segmentos da sociedade. Diante disso, para manter esses espaços ativos e organizados contam com Administração Pública, na qual utiliza de uma inovação organizacional cujo objetivo é fazer dos Mercados um formato comercial atual e apto a competir com os restantes formatos comerciais, mais modernos e mais inovadores como salienta Barreta (2022).

Atrelado a essa administração, os gestores de mercados são as figuras principais para manter o pleno funcionamento dos Mercados Públicos. Dito isso, existem com toda a certeza diferentes formas ou modelos de gestão, susceptíveis de serem adotadas nos Mercados juntamente com legislações fornecidas, pois a eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito (Garrido, 2020).

Nesse contexto, este trabalho trata-se de uma pesquisa do mercado público da Cohab, pertencente a cidade de São Luís –MA, no qual é supervisionado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), teve como objetivo caracterizar e analisar a gestão do mercado. Portanto, a importância desta pesquisa está em buscar as informações para que as futuras ações de planejamento visem às reformas organizacionais desse local de abastecimento.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no mercado do município de São Luís, Hortomercado Cohab de responsabilidade da SEMAPA. A escolha do mercado levou em consideração a importância dele dentro dos inúmeros mercados existentes nos bairros de São Luís e por sua

localização abastecer diversos outros bairros.

Para realização deste trabalho, foram feitas abordagens quantitativas e qualitativas, pela necessidade de se conhecer a fundo o mercado público. Para Silva e Borges (2020), os dados quantitativos são importantes na construção do conhecimento, pois clarifica a realidade encontrada na pesquisa de campo. Já os dados qualitativos, captam a subjetividade encontrada nas falas dos entrevistados, por ter natureza mais aberta e interativa, e, também, por envolver a observação do entrevistador.

A pesquisa foi do tipo descritivo, de modo que descreveu as características de uma população, (Gil, 2008). É o tipo de pesquisa mais utilizada nas pesquisas sociais e, é também, de grande importância para avaliar políticas públicas. Foram utilizados dados primários e secundários.

Os dados primários foram coletados através de visitas ao mercado, observações da estrutura e conversas formais, com auxílio de questionários semiestruturado, utilizando-se ferramenta Google Forms, com os permissionários/comerciantes, coordenadores dos órgãos públicos e atuais gestores de cada mercado. Os dados secundários foram coletados através de revisão bibliográfica e documental. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de setembro de 2023 e outubro de 2023, com duração média de 30 minutos.

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise estatística. Todas as análises foram realizadas através do Programa Excel (Microsoft Office Excel).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Histórico do mercado da Cohab

O bairro foi idealizado pela extinta Companhia Habitacional do Estado do Maranhão (COHAB-MA) e financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), no início dos anos 70. Faz parte do atual bairro da COHAB-Anil e foi à última etapa do conjunto, que foi considerado o maior bairro da capital até 1985 quando foi inaugurada a Cidade Operária.

Uma das principais melhorias do bairro foi à urbanização de todo o conjunto em 1980, inclusive com obras de drenagem profunda, com o que acabou com as enchentes em algumas ruas do conjunto. Entre 1990 a 1994, foram construídas diversas avenidas e ruas para aumentar e facilitar a mobilização em geral. Atualmente o bairro é considerado um dos mais valorizados de todas as etapas da Cohab – Anil, pelo fato de quase 100% das unidades ainda serem de origem residenciais. O conjunto possui pequenos mercadinhos e um Mercado Público que atende a população.

O mercado da Cohab, em 1972 foi entregue como um Centro Comercial, diante disso foram instaladas bancas provisórias ao redor dessa instalação. Com decorrer das décadas, as bancas foram se estabelecendo na avenida, em estruturas de alvenaria, gerando desordem urbana. Somente em 2011, através de uma ação judicial, houve a retirada dessas bancas para que se iniciasse a construção do Mercado propriamente dito. Em 11 de abril de 2011, foi entregue a primeira etapa do então Mercado da Cohab.

Em 2019, através do programa público chamado “São Luís em Obras”, na gestão do ex-prefeito Edivaldo Holanda Júnior. A obra de revitalização no Mercado da COHAB foi coordenada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). O principal objetivo da reforma foi promover melhorias na infraestrutura da cidade e na vida dos cidadãos ludovicenses, ou seja, transformar o local com infraestrutura, conforto e segurança para os permissionários e a população que frequenta o espaço.



A Prefeitura de São Luís por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), disponibilizou 250 barracas ao Mercado da Cohab. As barracas padronizadas e protegidas por tendas, pontos de eletricidade foram distribuídos para que cada permissionário pudesse garantir pleno funcionamento de seus refrigeradores e eletrodomésticos.

O estabelecimento do Mercado Público - COHAB marca um marco significativo na comunidade. Esta iniciativa representa não apenas um espaço comercial, mas também um ponto de encontro vital para a população local. Com uma proposta inovadora, o Mercado busca atender às necessidades diversificadas dos consumidores, proporcionando um ambiente dinâmico e acessível para compras e interações sociais.

3.2 Análise dos Permissionários

Foram entrevistados 30 permissionários, apresentando uma idade média de 40 anos de idade, com idade variando entre 30 a 60 anos, dados que se assemelha com trabalho realizado por Silva e Borges (2020) na feira de Arapiraca, Alagoas, na qual parte dos permissionários apresentou idade entre 40 e 60 anos. Cerca de 20% (6) têm o fundamental completo, 3% (1) o fundamental incompleto, 64% (19) apresentam o ensino médio completo, 3% (1) ensino médio incompleto e 10% (3) possuem ensino superior completos, sendo dois permissionários com formação em administração e o terceiro no curso de contabilidade.

Dos entrevistados, 93% (28) possuem Box e Bancas próprias enquanto os 7% (2) restantes são alugados. Esses boxes/bancas são adquiridos através de uma chamada pública, emitida pela SEMAPA, na qual ocorre de três em três anos e tem como principal objetivo realizar a atualização dos permissionários já credenciado e fazer nova seleção de pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse no uso de Box e Bancas para venda de produtos nos mercados municipais de São Luís. Essa chamada pública, tornam-se importantes, uma vez que ao divulgar consegue-se abranger vários indivíduos lhe dando uma oportunidade de emprego e, como consequência, promove a inclusão social e, também, econômica.

No mercado podemos contar com uma variedade de atividades comerciais, tais como: venda de hortifruti, lanches, grãos e cereais, carnes, roupas, plantas etc (Tabela 1), porém a atividade predominante é a hortifruti, em maioria, esses produtos são comprados na CE-ASA ou em caminhões no bairro do João Paulo, conhecido também na cidade de São Luís como outro grande centro de distribuição atacadista informal.

Atividade comercial	Produtos
Hortifruti	Alface, couve, cheiro-verde, tomate, cebola, batata, cenoura, vinagreira, entre outros.
Lanches	Sucos, pastéis, refrigerantes, salgados em geral.
Grão e cereais	Vagem e farinha.
Alimentos perecíveis	Peixe, camarão, carne, frangos abatidos e vísceras.
Variedades	Bolsa, capas de celulares, cosméticos e roupas.
Insumos Agrícolas	Plantas ornamentais, vasos e adubos orgânicos.

Tabela 1. Atividades comerciais realizadas no Mercado da Cohab

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Dos entrevistados, 80% (24) dos permissionários trabalham e vivem apenas das vendas do Mercado, enquanto 20% (6) possuem bancas, mas trabalham em outras atividades autônomas como manicures, pedreiros, eletricitas e recebe pensões.

Nesse contexto, a renda dos mesmos, considerando as classes sociais por faixas de

salário mínimo do IBGE (IBGE, 2024), os/as permissionários/as da classe E (de até 1 salário mínimo) representa 17% (5) do total dos entrevistados, enquanto 75% (22) enquadra-se na classe D (de 1 a 3 salários mínimos). Apenas 10% (3) declarou receber 4 salários mínimos.

Dos que têm outra atividade, a decisão de ter duas fontes de renda pode variar dependendo da situação e das necessidades individuais de cada pessoa, como salienta Garcez et al. (2020 apud PEREIRA et al.2012, p. 241). Renda adicional e realização de metas específicas foram os argumentos utilizados pelos seis permissionários que trabalham com o que denominam “bicos” (emprego temporário).

Quando questionados a respeito de participações em associações e cooperativas, 33% (10) dos permissionários nunca participaram de uma associação, 37% (11) já fizeram parte e apenas 30% (9) fazem parte atualmente de uma associação. Quanto a cooperativas, a situação é bem mais crítica, 93% (27) nunca participaram e somente 7% (2) já fizeram parte de alguma (Figura 1). Esses dados mostram que o grau de organização deles é muito baixo.

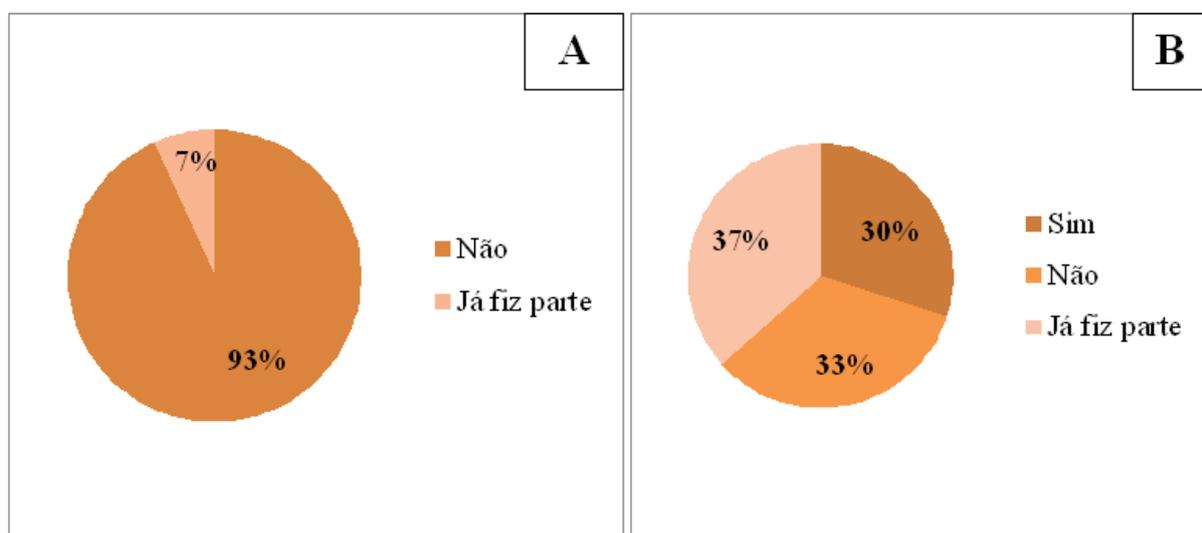


Figura 1. Quantitativos de permissionários que participam de associações (A) e cooperativas (B)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao tratar-se sobre conhecimento das leis dos mercados, 33% (10) não sabia e nunca ouviram falar sobre o tema, 17% (5) sabiam e tinha domínio sobre as leis e 50% (15) sabem da existência, mas nunca pesquisaram sobre o tema. Conhecer as leis é fundamental por diversas razões, no caso do Mercado, conhecer as legislações facilita a prevenção e a resolução de conflitos. Quando as pessoas entendem seus direitos e responsabilidades legais, é mais fácil resolver esses conflitos através dos meios legais adequados.

Em relação ao entendimento da palavra “gestão”, 88% (23) sabiam o significado, enquanto 12% (7) não sabiam. Sobre a relação dos permissionários com o gestor, 67% (20) acreditam ter uma relação boa, 20% (6) regular e 13% (4) ruim (Figura 2). Em relação ao termo de permissão de uso e taxa de manutenção, 100% responderam que sim, sobre obter o termo e que o trabalhador tem a opção de pagar essa taxa diariamente, semanalmente ou mensalmente.

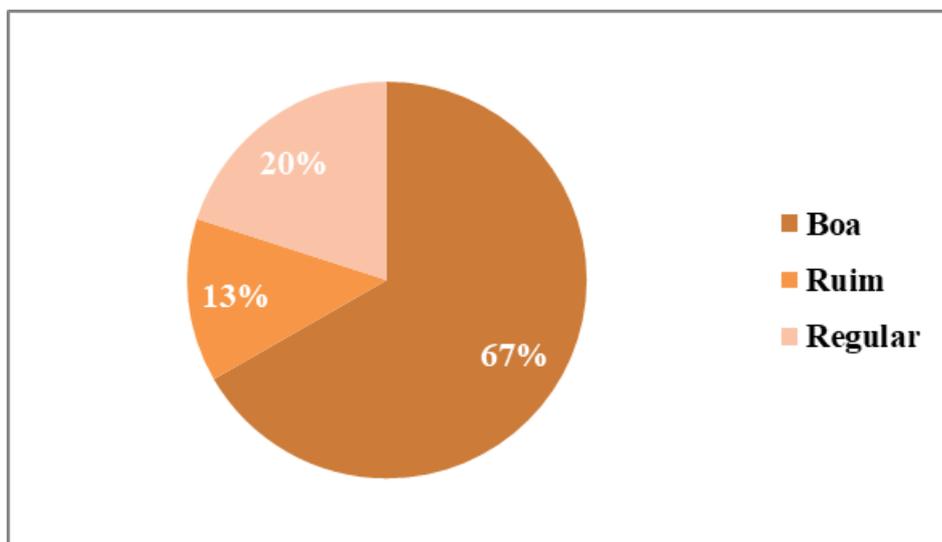


Figura 2: Avaliação do relacionamento dos permissionários do mercado da Cohab com o gestor

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando interrogados sobre as capacitações, 50% (15) afirma que não tem e nunca teve o que se torna contraditório a resposta do gerente do mercado, onde o mesmo afirma realizar capacitações mensais, com temas voltados a higiene do local de trabalho e beneficiamento de produtos, porém a quantidade de pessoas interessadas é pequena, com quantitativos de dez pessoas. 80% (24) dos permissionários acredita que o nível de organização pública influencia na comercialização, pois é preciso de um local adequado e seguro para trabalhar, dito isto, os permissionários dividiram opiniões sobre a avaliação da gestão dos mercados, na qual 70% (21) caracteriza a gestão como boa, 13% (4) como ruim e 17% (5) como regular (Figura 3).

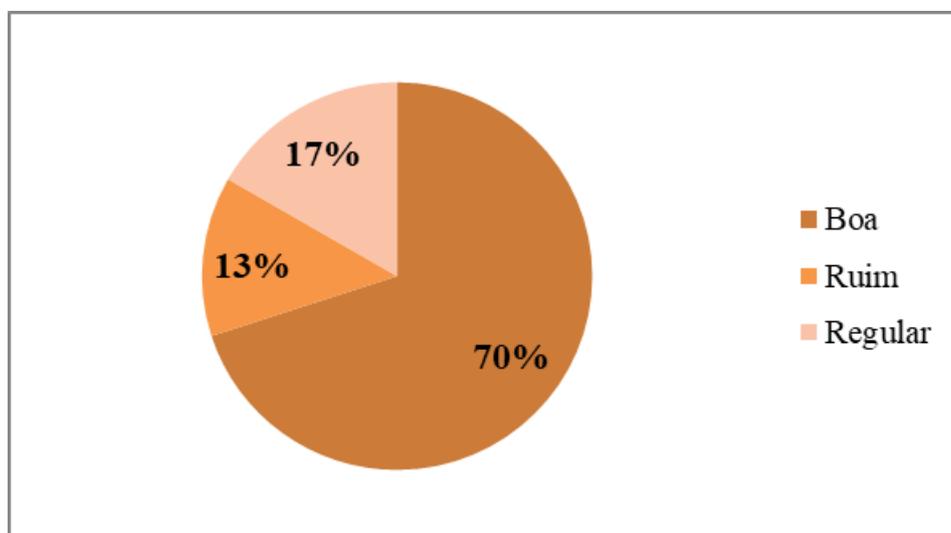


Figura 3. Avaliação da gestão na visão dos permissionários do mercado da Cohab

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

3.3 Análise do gestor

O gestor responsável pelo Hortomercado Cohab tem grau de escolaridade em superior completo (Graduação em Direito). A formação dos gestores públicos, como cita Malta (2019) é um ponto sensível desta análise, visto que, a carência de conhecimento e capaci-

tação acerca da administração de um equipamento público de tamanha complexidade pode se traduzir em problemas de níveis estratégico, tático e mesmo operacional.

Em resposta de como é feita a escolha do gestor, o mesmo respondeu que se dá por meio de seletivo. Em relação ao funcionamento administrativo, responde que atualmente todos os problemas são sanados por ele e sua equipe, que conta com dois colaboradores e quando é uma demanda que conta com ajuda da Secretaria, é feito um levantamento seguido de reuniões para decisões finais. Segundo informações do gestor, o mercado funciona 11hrs semanais (7hrs às 18hrs), equivalente ao horário de funcionamento da feira de Arapiraca – AL salientado por Silva e Borges (2020).

A manutenção funciona com uma limpeza diária no mercado, limpeza diária da lixeira (limpada 3x ao dia) e reparos na estrutura. Esse trabalho é realizado pelos colaboradores na qual não está ligado a SEMAPA, o salário dos mesmos é retirado da taxa paga pelos permissionários. Há uma fiscalização do órgão responsável junto a órgãos parceiros como a Vigilância Sanitária, essa fiscalização ocorre a cada 10 dias. Quanto à procura pelos consumidores para reclamações ou outra demanda, não ocorre mais com tanta frequência, entretanto os permissionários o procuram diariamente, geralmente com assuntos voltados a manutenção. Como sugestão de melhoria para o mercado, ele citou: “segurança e parceria com outros órgãos governamentais”.

3.4 Análise do coordenador

Mediante entrevista, a coordenadora dos Mercados Municipais dita: “A administração dos mercados se dá por uma gerência em cada filial que é responsável em comandar todas as atividades que estão relacionadas ao mercado. Atualmente a SEMAPA conta com 30 mercados, sendo 27 deles ativos”. No que diz respeito à comunicação da gerência dos mercados com a SEMAPA, se dá diariamente devido à demanda que são muito altas e devendo seguir rigorosamente o estatuto da instituição.

A mudança de gestão, a nomeação se dá através da Prefeitura e só há mudanças em casos específicos. Quanto à forma de acesso a banca, os permissionários podem adquirir cabines ou bancas abertas e cobertas por meio de chamada pública via edital. Em conversa, afirma que o trabalhador paga uma taxa pelo espaço, na qual é utilizada para manutenção de toda área do estabelecimento. Em relação à procura, dita que é procurada pelos consumidores e, também, pelos próprios trabalhadores, sendo a maioria das reclamações sobre a segurança e estrutura.

A fiscalização ocorre quinzenalmente, conta com participação de toda equipe da coordenação junto à vigilância sanitária. Ao ser questionado sobre o nível de organização pública influência na comercialização, dita: “Atualmente a equipe da SEMAPA conseguiu gerir todos os mercados que se encontram ativo com o nível de organização pública contribuindo para uma comercialização eficiente, e isso mostra o quanto manter um local público bem estruturado aumenta a rota de comercialização”.

3.5 Análise e características da gestão dos mercados: SEMAPA

Com base no que foi previamente apresentado, torna-se evidente que a gestão dos Mercados desempenha funções que vão além daquelas que inicialmente podem parecer mais lógicas e imediatas, como as associadas a uma perspectiva estritamente comercial e econômica.



Na esfera da Administração local, o Mercado é reconhecido como uma questão conhecida, contudo, sua importância muitas vezes permanece vaga. A questão vai além das atribuições e competências, mas também da escassez de recursos para reformas e manutenção.

Ao analisar a gestão do mercado, é perceptível o quanto se têm a melhorar, principalmente na questão logística e, também, infraestrutura, tais pontos são importantes, pois um local organizado e bem estruturado atrai clientes e aumenta a rota de comercialização. Outro ponto importante trata-se da importância de um profissional da área seja ela técnica ou bacharel na área agrária ou administrativa tendo como justificativa, uma avaliação dos produtos que estão sendo passadas aos consumidores, as condições de pós-colheita dos produtos, por exemplo, e a importância da higienização do local de venda e produtos, questões essas que podem ser vistas através de minicursos e palestras, com um gestor profissional junto aos permissionários.

É crucial avançar em direção a uma distinção competitiva favorável para os Mercados, oferecendo serviços alinhados com as demandas atuais dos clientes/consumidores. Isso pode envolver a adaptação, se necessário, de práticas observadas em grandes mercados de outros estados e municípios, como de São Paulo, Curitiba e Belém.

É de extrema importância que dentro de um Mercado Público haja uma organização para assim garantir não só um bom funcionamento, mas também de realizar junto aos permissionários suas atividades comerciais de maneira rápida, econômica, ou seja, de maneira eficiente. De modo entender que isso trará uma maior credibilidade para o mercado e para os clientes.

É importante que os mercados tenham líderes capazes de definir metas e tomar decisões, busquem um melhor relacionamento entre os permissionários, incentivando o trabalho em equipe, motivando os mesmos e proporcionando um ambiente de trabalho saudável e digno de competição.

Nesse contexto, Amorim (2019) saliente que a gestão para alcançar uma maior efetividade, precisa vencer alguns desafios, como a) Direcionar ações e decisões de forma acertada; b) Apostar em inovações; c) Focar nas necessidades do público; d) Elaborar um plano estratégico; e) Estabelecer parcerias de qualidade; f) Reconhecer que precisa de uma consultoria para ajudar.

É relevante abordar a ausência de adesão dos permissionários a uma organização relacionada ao mercado de trabalho. Essa adesão representaria uma maneira eficaz de demandar do poder público medidas mais abrangentes e assertivas para abordar as necessidades e desafios enfrentados por essa comunidade. Mas infelizmente, a falta de informações atrasa o avanço dentro do mercado, onde as pessoas em seus achismos se limitam aos que lhe é dado, ou seja, limitam seus direitos quanto trabalhadores, dito isto, volta a ressaltar a importância de pessoas qualificadas para atender as necessidades e demandas de um mercado público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa mostrou a viabilidade e relevância para a gestão dos mercados, que trata-se de um espaço de compra de qualidade e em contrapartida incentiva a rentabilidade econômica e que apenas precisa-se de certos concertos, para que se torne um ambiente adequando para compra e venda.

Os resultados das análises desenvolvidas nesse trabalho possibilitaram a atender os

objetivos propostos e as tendências atribuídas aos Mercados Públicos. As análises do perfil junto às avaliações dos permissionários, coordenadores e gestores públicos propiciaram melhor entendimento do funcionamento e de toda logística para manter um estabelecimento público de compra e venda de produtos.

Em linhas gerais, observa-se que os Mercados enfrentam um processo de degradação, abrangendo tanto suas estruturas físicas quanto a vertente comercial em suas diversas facetas. A SEMAPA, possui uma gestão organizada e com uma logística funcional, abrange mercados que são considerados patrimônio cultural, porém, ainda sim, possui uma administração deficitária.

A administração precisa garantir o abastecimento das populações ao redor, assim como garantir também a qualidade de serviço para os permissionários, oferecendo uma melhor infraestrutura, higienização e segurança, pois eles são os que mais dependem das condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, F. **Quais são os 6 principais desafios da gestão de mercados municipais?**.2019. Disponível em: <https://blog.houer.com.br/gestao-de-mercados-municipais/>. Acesso em: 19. jul.2024.
- BARRETA, J.M.C.B. **Organização e gestão dos mercados municipais. mudar e inovar para competir**. Lisboa: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Econômica do Ministério da Economia, 2022.
- CORDERO, A.; ENEVA, S. Mercados, museos o malls? La gentrificación de los mercados municipales en Barcelona Y Madrid. Entre Diversidades. **Revista de Ciências Sociais y Humanidades**, v. 6, p.143-173, 2016.
- GARCEZ, J.C. *et al.* Análise da qualidade de vida de agricultores familiares: estudo de caso em Três Passos, Rio Grande do Sul (RS). **Nativa**, v. 8, n. 4, p.506-513, 2020.
- GARRIDO, E.P.L. **Livro do(a) prefeito(a):** orientações para uma gestão responsável. Brasília: CNM, 2020.
- GIL, R.L. **Tipos de pesquisa**. 2008 Disponível em: www.wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais mínimos**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- MALTA, B.E.O.C. **Os mercados públicos de Recife, PE sob a ótica do consumo coletivo:** significados e tendências. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.
- SILVA, D.V.; BORGES, J.R.P. As Feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Revista Rai-zes**, Campina Grande, v. 40, n. 1, 2020.
- VARGAS, H. C. **Espaço terciário:** o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

13

PERFIL DE PRODUTORES E CONSUMIDORES DE HORTALIÇAS E CENÁRIO DE COMERCIALIZAÇÃO EM ITAPECURU-MIRIM

*PROFILE OF VEGETABLE PRODUCERS AND CONSUMERS AND MARKETING
SCENARIO IN ITAPECURU-MIRIM*

Maria Eduarda de Oliveira Martins
Lusinete Rodrigues Martins
Camila Pinheiro Nobre

 **10.29327/5430353.1-13**



Resumo

A agricultura familiar é responsável pela produção da maior quantidade de alimentos que chega à mesa dos brasileiros. Além disso, a produção dos alimentos é uma importante fonte de renda para os agentes relacionados com a atividade agrícola. Compreender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, especialmente durante a etapa de comercialização, assim como verificar as preferências dos consumidores é de suma importância para melhoria na oferta de produtos e serviços. Dessta forma, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil dos produtores e consumidores de hortaliças no Município de Itapecuru Mirim e diagnosticar os problemas enfrentados durante a etapa de comercialização. Foram visitadas duas feiras e aplicados questionários semi-estruturados a 38 produtores e 43 consumidores, durante os meses de dezembro 2024 a maio de 2024, em Itapecuru Mirim-MA sobre sua percepção sobre as feiras livres, produção, venda e preferências de consumo de hortaliças. A maioria dos agricultores familiares em Itapecuru Mirim é do sexo feminino e relativamente jovem, com escolaridade predominante de ensino fundamental incompleto. Há uma carência de apoio institucional, com pouca utilização de financiamentos e baixa participação em programas de aquisição de alimentos. Apesar de cultivarem suas próprias hortaliças, enfrentam dificuldades devido à falta de infraestrutura e problemas de transporte. Melhorias nesses aspectos são necessárias para apoiar e expandir suas atividades. Os consumidores das feiras de Itapecuru Mirim, majoritariamente com ensino médio completo, frequentam as feiras principalmente em busca de alimentos saudáveis. A maioria gasta até R\$ 50,00 por visita. Apesar da alta satisfação com limpeza e qualidade, desafios como horários e acesso limitam o consumo de hortaliças. O cheiro verde é o item mais popular, enquanto mandioca e couve são as hortaliças menos procuradas.

Palavras-chaves: Horticultura, Venda, Gargalos produtivos, Preferência alimentar.

Abstract

Family farming is responsible for producing the largest amount of food that reaches Brazilians' tables. In addition, food production is an important source of income for agents related to agricultural activity. Understanding the difficulties faced by family farmers, especially during the marketing stage, as well as verifying consumer preferences is of utmost importance for improving the supply of products and services. Thus, the objective of this study was to identify the profile of vegetable producers and consumers in the municipality of Itapecuru Mirim and diagnose the problems faced during the marketing stage. Two fairs were visited and semi-structured questionnaires were applied to 38 producers and 43 consumers, from December 2024 to May 2024, in Itapecuru Mirim-MA, about their perception of open-air markets, production, sales, and consumption preferences of vegetables. The majority of family farmers in Itapecuru Mirim are female and relatively young, with a predominant level of education of incomplete elementary school. There is a lack of institutional support, with little use of financing and low participation in food acquisition programs. Although they grow their own vegetables, they face difficulties due to the lack of infrastructure and transportation problems. Improvements in these aspects are necessary to support and expand their activities. Consumers at the Itapecuru Mirim markets, most of whom have completed high school, visit the markets mainly in search of healthy foods. Most spend up to R\$50.00 per visit. Despite high satisfaction with cleanliness and quality, challenges such as schedules and access limit the consumption of vegetables. Green onions are the most popular item, while cassava and kale are the least sought after vegetables.

Keywords: Horticulture, Sales, Production bottlenecks, Food preference.



1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar, a nutrição e a agricultura sustentável representam um grande desafio das políticas internacionais dispostas na Agenda 2030, uma vez que, a produção de alimentos e a agricultura necessitam adotar sistemas alimentares mais modernos e produtivos de modo a garantir a demanda de alimentação mundial ocasionada pelo crescimento da população (FAO, 2019).

A agricultura familiar dialoga diretamente com a segurança alimentar visto que esta agricultura contribui significativa com a produção de alimentos do país (Grisa; Gazolla, Schneider, 2010), atingindo cerca de 70% da comida que chega à mesa dos brasileiros (Bittencourt, 2018).

Definida pela lei Federal Nº 11.326/06, a agricultura familiar é uma atividade realizada pelo empreendedor rural familiar que não tenha área superior a quatro módulos fiscais, gestão rural exclusiva familiar, até 50% da mão de obra de trabalho seja da unidade familiar e percentual mínimo da renda seja oriundo do empreendimento familiar (Brasil, 2006).

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, existem cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários e, aproximadamente 80% destes são considerados familiares de acordo com a lei supracitada. Já o Maranhão possui 85,14% de estabelecimentos agropecuários sob responsabilidade de agricultores familiares, ocupando 86,52% da mão de obra do campo (IBGE, 2019), baseada em práticas agrícolas tradicionais, como o corte e queima (Mesquita, 2011) e pouco ou nenhum uso de tecnologias.

Em constante mutação, a agricultura familiar deixa de ser uma atividade relacionada com a subsistência e se insere cada vez mais em atividade econômica, responsável pelo emprego 67% da mão de obra do campo e respondendo a 23% do valor bruto da produção de alimentos do país (IBGE, 2019). Esta atividade é a base da economia em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (Nascimento; Barros; Santos, 2024) e tem como principais produtos hortaliças como o pimentão e alface, respectivamente com 70,8% e 64,4% da produção nacional, além de frutas como o abacaxi (60,7% da produção nacional), mandioca (69,6%), milho (12,5%), feijões (23,1%) e arroz (10,9%) (IBGE, 2019).

No município de Itapecuru Mirim, a produção da agricultura familiar se caracteriza como policultivo predominando frutas (34,95%), legumes (26,72%), derivados de babaçu (11,08%) e hortaliças (11,03%), evidenciando as preferências regionais e a produção tradicional (Pinheiro *et al.*, 2022).

A atividade recebe incentivo de acesso ao crédito através de programas governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas diversas modalidades de financiamento agrícola. Entretanto, existem gargalos na agricultura familiar, principalmente no acesso à assistência técnica e extensão rural (ATER), deficiente em grande parte dos municípios do país (Cruz *et al.*, 2021).

Dentre estes agricultores, a grande maioria é responsável pela comercialização de sua produção, com maior fluxo de vendas nas feiras livres. Estas são canais de comercialização de extrema importância visto que permitem acesso direto aos produtos locais e regionais a preços acessíveis, além de permitirem a socialização entre produtores e consumidores (Pereira *et al.*, 2023).

Reconhecidas como circuitos curtos de comercialização (CCCs) as feiras livres permitem que os agricultores comercializem seus produtos sem a necessidade de intermediários (Schneider, 2016). Por serem um canal de relacionamento direto entre produtor e con-

sumidor final, as feiras livres possibilitam que as necessidades e desejos dos consumidores sejam identificadas, com possibilidade de adequação dos produtores (Brandão *et al.*, 2015).

Mesmo com outros canais de comercialização como supermercados, as feiras livres são uma opção para consumidores já que tanto os produtos padronizados quanto alimentos sazonais ou exclusivos de determinada região são encontrados (Araújo; Ribeiro, 2018). Estas feiras representam as tradicionais locais/regionais, além de influenciar os hábitos alimentares da população local (Pereira *et al.*, 2022).

Compreender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, especialmente durante a etapa de comercialização, assim como verificar as preferências dos consumidores é de suma importância para melhoria na oferta de produtos e serviços. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil dos produtores e consumidores de hortaliças no Município de Itapecuru Mirim e diagnosticar os problemas enfrentados durante a etapa de comercialização.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Identificar o perfil dos produtores e consumidores de hortaliças no Município de Itapecuru Mirim e diagnosticar os problemas enfrentados durante a etapa de comercialização.

2.2 Específicos

- Identificar os produtores de hortaliças de Itapecuru Mirim e as técnicas e tecnologias utilizadas na produção;
- Realizar levantamento socioeconômico, produtivo e de comercialização com produtores de hortaliças a fim de identificar os pontos fortes e fracos da cadeia produtiva;
- Traçar o perfil dos consumidores de hortaliças de Itapecuru Mirim;
- Verificar as formas de comercialização e as principais queixas dos produtores

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa foi classificada como descritiva, com o objetivo de descrever determinada população (Gil, 2010), além de ser considerada aplicada por buscar solução para os problemas enfrentados (Jacobsen, 2009).

3.2 Local e Coleta de Dados

Foram visitadas três feiras do município de Itapecuru Mirim, feira da gente, do viva e da praça, durante os meses de dezembro/2023 a maio/2024 (Figura 1). Durante a primeira etapa de realização da pesquisa, foram aplicados questionários semi-estruturados, com

perguntas abertas e fechadas para os produtores/vendedores (38) e consumidores (43) a fim de obter o perfil de produção e consumo destes atores. Os produtores foram questionados quanto aspectos socioeconômicos, de produção, comercialização da produção e infraestrutura. Para os consumidores as perguntas foram relacionadas com seu perfil socioeconômico e preferências de consumo e compra. Os questionários dos produtores possuíam 12 perguntas enquanto o dos consumidores 10 (apêndices 1 e 2).

Figura 1. Visão geral das feiras visitadas no Município de Itapecuru Mirim (MA) para entrevista a produtores e consumidores de hortaliças e verduras.



Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Itapecuru Mirim, 2023.

3.3 Análise dos dados obtidos

Após a obtenção dos questionários, os dados foram planilhados e analisados utilizando estatística descritiva, expressos em porcentagem. Os gráficos foram confeccionados para representação visual dos resultados utilizando o programa SigmaPlot 10.0.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos produtores de hortaliças com acesso às feiras livres de Itapecuru Mirim

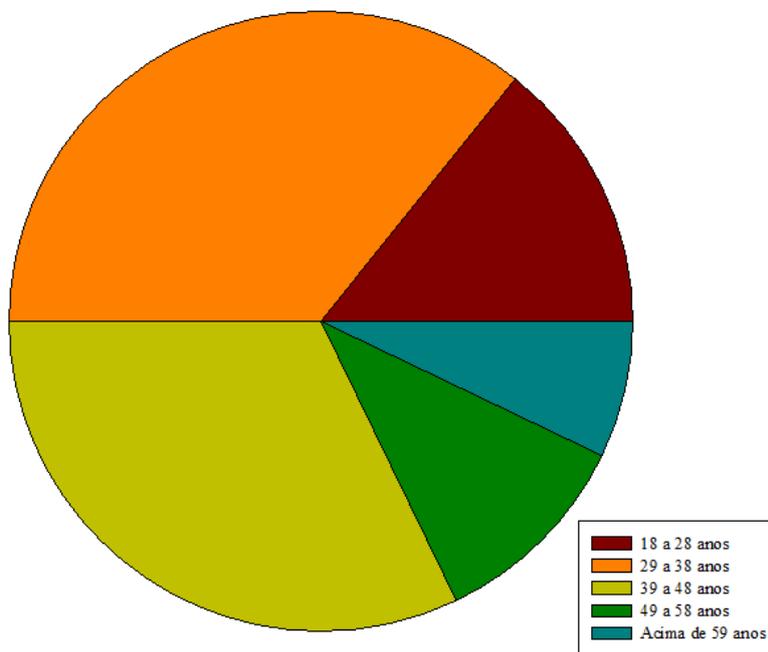
Os questionários foram aplicados em três feiras no município de Itapecuru Mirim: a feira da praça do viva, que ocorre todos os sábados pela manhã, a feira da gente que ocorre às segundas-feira à noite na praça da prefeitura municipal de Itapecuru Mirim e na feira da praça Tancredo Neves. Foram aplicados 38 questionários aos feirantes/agricultores familiares oriundos dos povoados Barriguada, Coqueiro e Vinagre.

A maior parcela dos agricultores familiares presentes nas feiras são mulheres (64,3%) e apenas 35,7% são do gênero masculino. Estudos recentes apresentam cenário semelhante aos dados obtidos neste estudo em relação à proporção de mulheres atuantes em feiras livres (Lages; Assis; Aquino, 2020; Pereira; Marques; Nojosa, 2020).

A maioria dos agricultores familiares atuantes na feiras visitadas tem entre 29 e 38 anos (35,71%), seguidos pelas faixas etárias de 39 a 48 anos (32,10%), 18 a 28 anos (14,29%) e apenas 10,71% entre 49 e 58 anos e 7,14% acima de 59 anos (Figura 2). Estes resultados

corroboram com os obtidos por Lages, Assis e Aquino (2020) em feira agroecológica de Belo Horizonte, com faixa etária concentrada entre 30 a 59 anos.

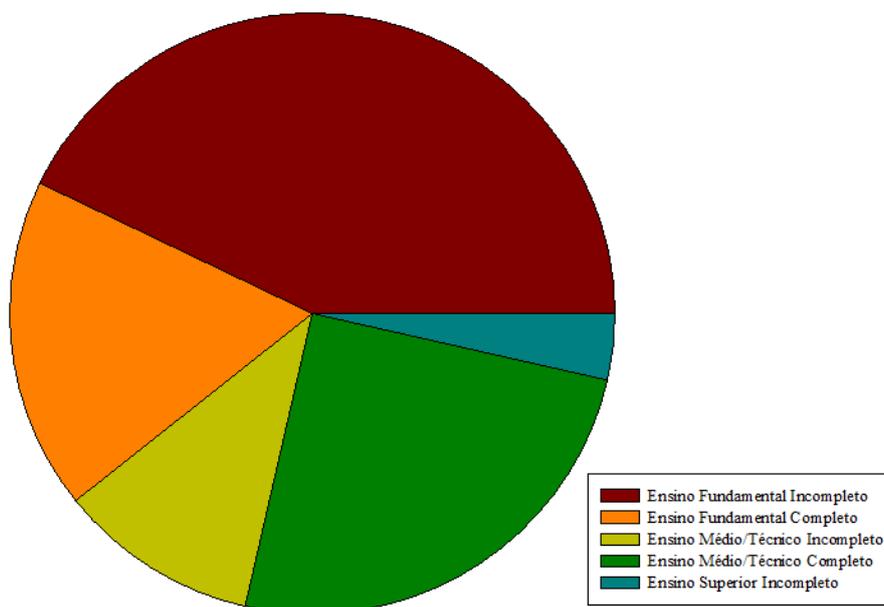
Figura 02. Faixa etária dos produtores atuantes em feiras do município de Itapecuru Mirim, Maranhão no período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação ao nível de escolaridade dos produtores, a maioria (42,86%) possui ensino fundamental incompleto, 17,86% possui ensino fundamental completo, 10,71% relatou ter ensino médio/técnico incompleto e 25% relatou ter concluído o ensino médio/técnico. Apenas um agricultor entrevistado possui ensino superior incompleto (3,57%) (Figura 3). O nível de escolaridade dos produtores rurais brasileiros é baixo, principalmente pela maior parcela (70%) possuir no máximo o ensino fundamental e somente 2% com ensino superior (SEBRAE, 2020).

Figura 03. Nível de escolaridade dos produtores entrevistados em feiras do município de Itapecuru Mirim no período de dezembro/2023 a maio/2024.

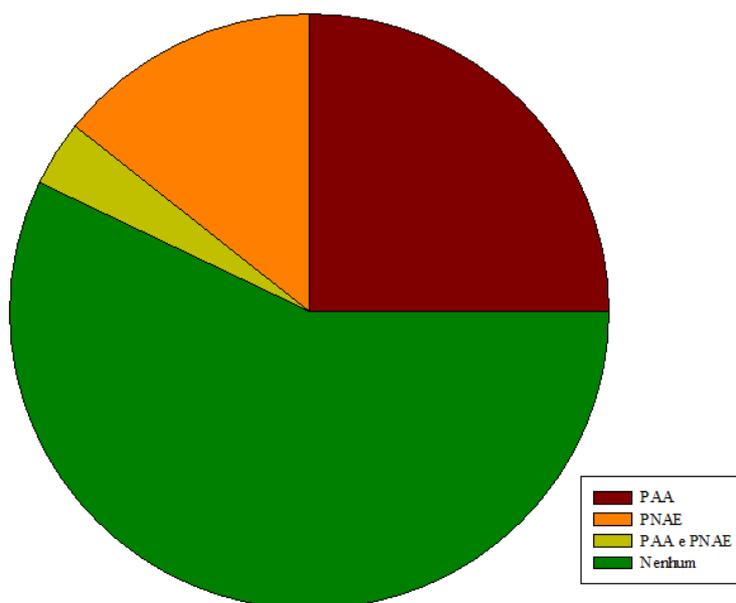


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Apenas um dos 38 produtores entrevistados disse acessar alguma linha de financiamento do PRONAF. A maioria dos produtores (57,14%) não participa de programa de aquisição de alimentos, apenas 25% possui acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e 14,29% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com 3,57% em ambos os programas (Figura 4). O PNAE é uma política pública de aquisição dos produtos da agricultura familiar direcionados para atender a demanda da merenda escolar e proporcionar melhor qualidade nutricional das crianças. A não adesão completa dos agricultores do município pode estar relacionada com a falta informação, demandas de logística, burocracia/documentação, capacitação e acesso à assistência técnica (Silva *et al.*, 2013). A principal fonte de renda dos produtores advém da venda de seus produtos em feiras, com 42,85% complementando com o bolsa família e 23,89% realizando atividades complementares

junto às cooperativas da região. Nunes *et al.* (2021) verificaram que no município de Tangará da Serra – MT, 60% dos produtores possuem alguma atividade que complementa a renda da família além da comercialização das frutas e hortaliças e que identificar a fonte de renda é um importante subsídio para traçar o perfil econômico dos produtores e a sua condição de vida.

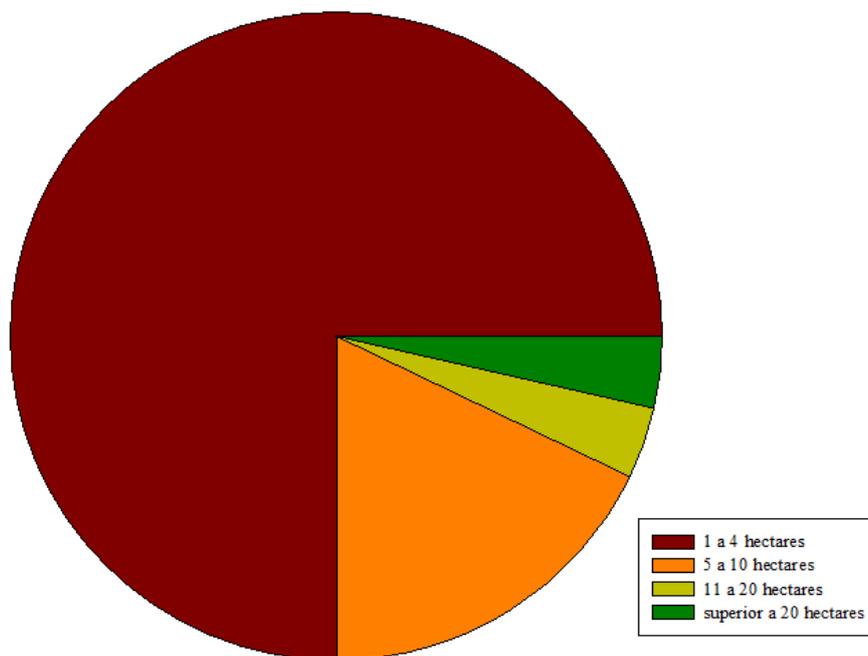
Figura 4. Número de produtores que participam de políticas públicas governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e realizam vendas em feiras livres no município de Itapecuru Mirim (MA) no período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Dentre os produtores entrevistados, 85,90% possuem área de 1 a 4 hectares, três (14,28%) possuem área entre 5 e 10 hectares e apenas um (4,76%) possui mais de 20 hectares (Figura 5). Alface, vinagreira, quiabo e maxixe são cultivados por 100% dos entrevistados, seguido pelo cheiro verde (96,43%), abóbora (92,86%) e pimenta de cheiro (89,29%), enquanto a mandioca é cultivada por apenas 53,57% dos agricultores entrevistados nas feiras de Itapecuru Mirim.

Figura 05. Tamanho das áreas (hectares) dos produtores de olerícolas entrevistados em feiras do Município de Itapecuru Mirim no período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A maioria dos entrevistados (89,29%) produz o que vende, enquanto apenas 10,71% revendem exclusivamente as hortaliças. Pouco menos da metade dos produtores entrevistados é membro de cooperativa (46,43%), fato que permite maior organização, acesso a recursos e mercados diferenciados quando comparados a agricultores não cooperados. Itapecuru Mirim possui cooperativas bastante atuantes, em especial a cooperativa mista dos agricultores do Vinagre (Coomavi) e a cooperativa mista do Vale do Itapecuru (Coopevi). Em relação à assistência técnica, 35,71% disse receber assistência técnica do SENAR, sendo todos estes produtores membros de cooperativas da região.

Para Pinheiro *et al.* (2022), o município de Itapecuru Mirim apresenta baixa produtividade devido a falta de recursos financeiros e ao baixo quantitativo de profissionais que atuam na assistência técnica e extensão rural no município. O papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no sucesso das atividades agroprodutivas é fundamental, principalmente para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, sobretudo, no que se refere a inserção e viabilização de novas práticas produtivas (Silva *et al.*, 2020).

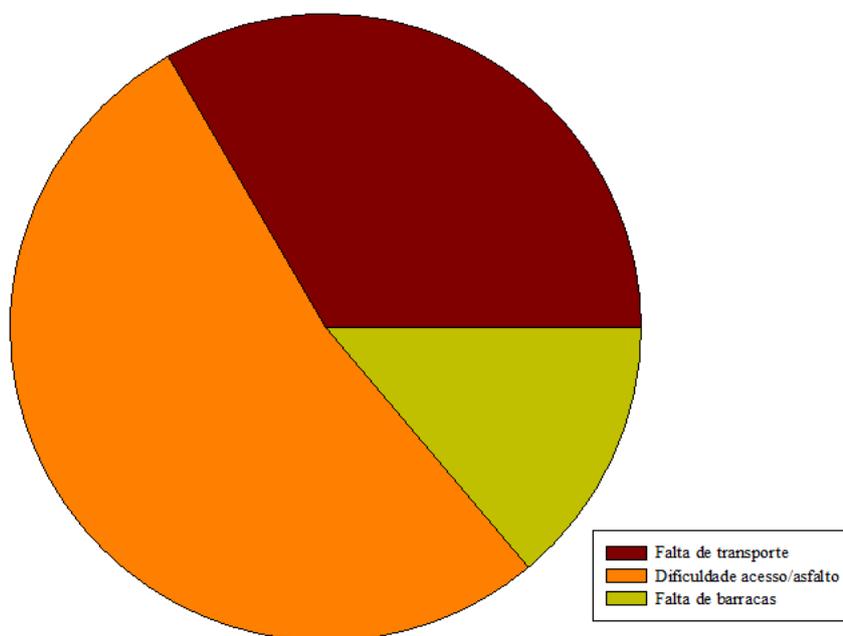
A principal fonte de renda, quase a totalidade dos entrevistados indicam que a venda das hortaliças é sua principal fonte de renda (92,86%), um entrevistado disse ter o programa bolsa família como renda prioritária (3,57%), outro indicou que o salário do cônjuge era a principal renda familiar (3,57%).

Dentre os principais entraves encontrados na comercialização pelos agricultores familiares está o acesso ruim aos pontos de venda, como a falta de estradas asfaltadas, (53%) fato que dificulta o escoamento da produção e deslocamento até as feiras. Outros 33% indicam que a dificuldade no transporte é um gargalo para suas vendas nas feiras do município. Enquanto 14% dos produtores de hortaliças alega que a falta de barracas nas feiras é o maior problema enfrentado no município de Itapecuru (Figura 6).

A ausência de transporte aparece como um dos principais problemas enfrentados pelos feirantes-agricultores em diversas regiões do país (Pereira *et al.*, 2023). Não existe no município de Itapecuru Mirim contrapartida da prefeitura para disponibilização de trans-

porte dos feirantes até os locais de venda. Esta indisponibilidade de apoio no transporte dificulta a presença desses feirantes, além de ser um impeditivo para a participação de outros agricultores que tenham interesse em fazer parte da feira, mas podem ter sua presença inviabilizada devido à essa dificuldade (Pereira *et al.*, 2023).

Figura 06. Principais dificuldades enfrentadas pelos produtores de olerícolas entrevistados em feiras do Município de Itapecuru Mirim no período de dezembro/2023 a maio/2024.

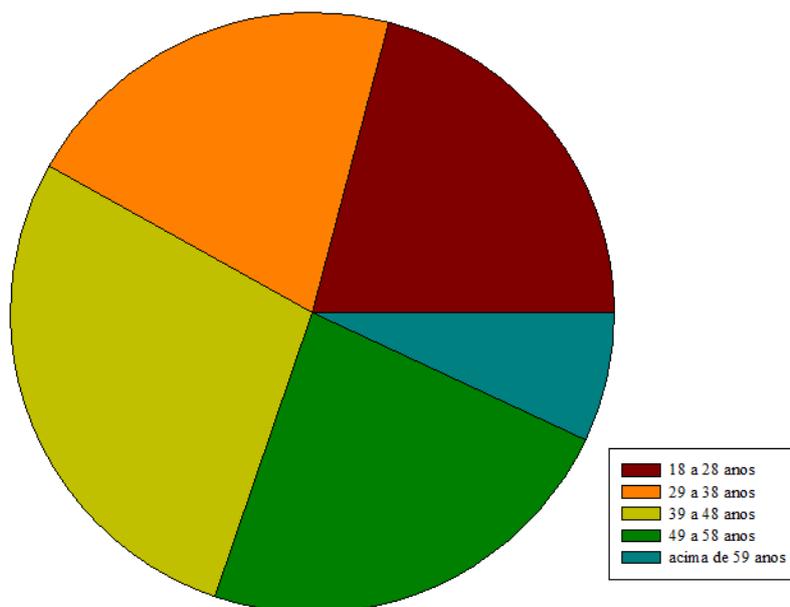


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

4.2 Perfil dos consumidores com acesso às feiras livres de Itapecuru Mirim

Foram aplicados 43 questionários a consumidores com acessos às feiras de Itapecuru Mirim. A maior proporção dos consumidores são do sexo feminino (76,74%) com apenas 6,98% dos entrevistados com mais de 59 anos (Figura 7).

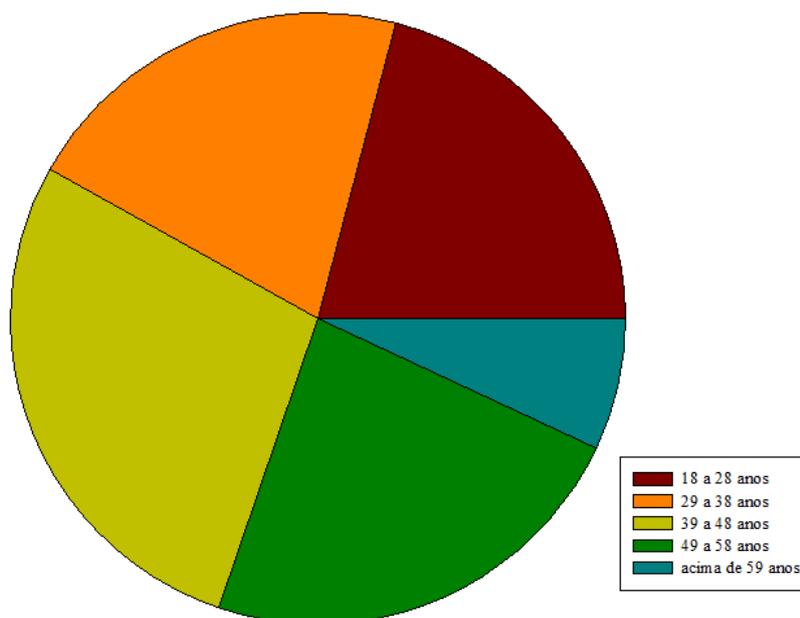
Figura 7. Faixa etária dos consumidores com acesso a feiras do município de Itapecuru Mirim, Maranhão durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O grau de escolaridade dos consumidores variou desde ensino fundamental incompleto, principalmente entre os de idade mais avançada, ao ensino superior completo, com maior proporção de entrevistados tendo concluído o ensino médio (30,23%) (Figura 8). Ribeiro *et al.* (2022), avaliando consumidores em feiras livres de Juiz de Fora-MG, verificaram que 65% dos entrevistados eram mulheres com idade média de 46 anos e 43,6% possuía o ensino médio completo. Estes resultados são bastante similares aos obtidos em Itapecuru Mirim, indicando que as mulheres maduras são o público mais representativo das feiras livres.

Figura 8. Grau de escolaridade dos consumidores de hortaliças em feiras livres do município de Itapecuru Mirim-MA durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.

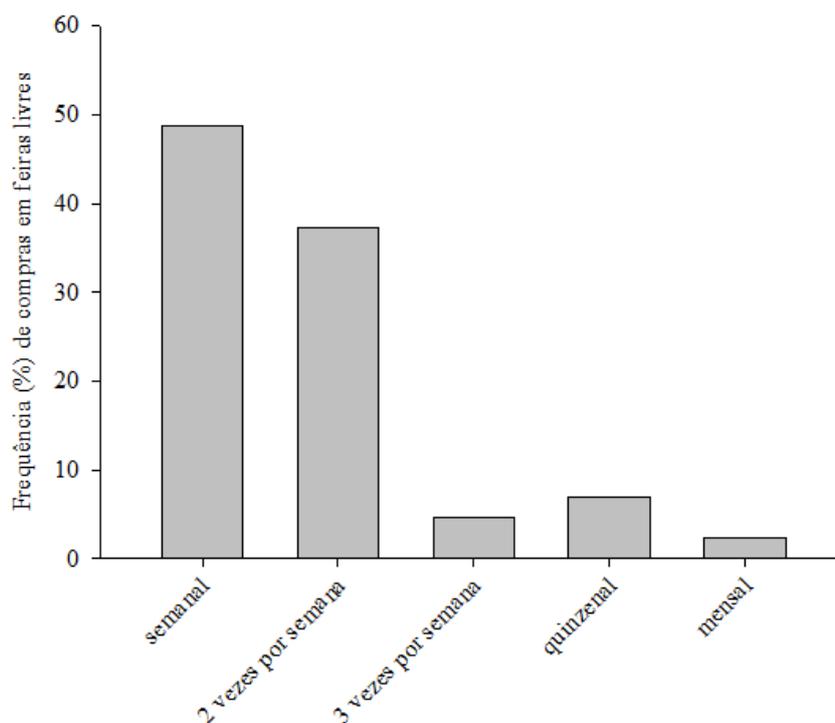


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Aos entrevistados também foi perguntado com qual frequência realizavam suas compras nas feiras. A maior parcela dos consumidores frequenta a feira semanalmente (48,84%) enquanto 37,21% realizam suas compras duas vezes por semana. Um percentual de 4,65% dos entrevistados disse visitar as feiras três vezes por semana, 6,98% a cada quinze dias e apenas 2,33% (um entrevistado) frequenta feiras mensalmente (Figura 9).

A frequência semanal de visitas à feiras livre parece ser uma tendência potencialmente relacionada ao próprio cronograma destas, de geralmente ocorrer uma vez por semana. Em outros municípios do Brasil, como no caso de Lavras e Juiz de Fora-MG e de Chapecó-SC, os consumidores realizam compra de produtos hortícolas uma vez por semana (Morel *et al.*, 2015; Ribeiro *et al.*, 2022; Ripke *et al.*, 2023).

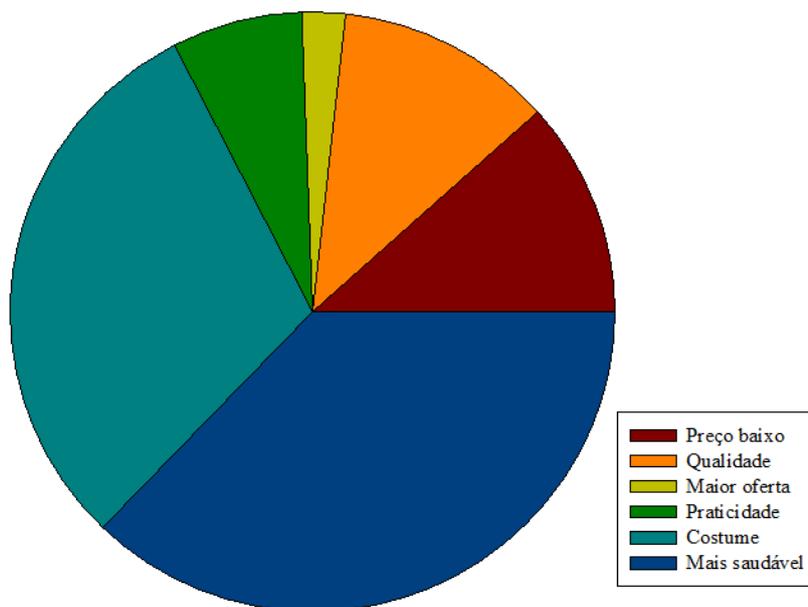
Figura 9. Frequência (%) de visita a feiras do município de Itapecuru Mirim, Maranhão pelos consumidores durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Perguntou-se aos consumidores o motivo de realizarem compras nas feiras com 37,21% alegando serem encontrados alimentos mais saudáveis, treze entrevistados (30,23%) frequentam as feiras por costume. Preço baixo e qualidade são os motivos que levam 23,26% dos entrevistados a fazerem compras nas feiras, três consumidores (6,98%) acreditam que é mais prático frequentar feiras e apenas uma pessoa justificou seu hábito de compra pela maior oferta de hortaliças e verduras encontradas (2,33%) (Figura 10).

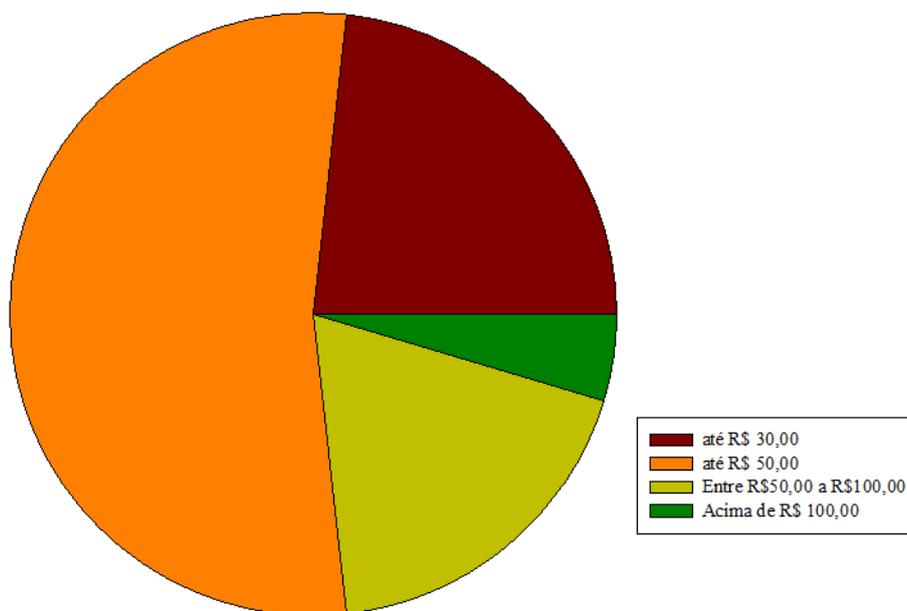
Figura 10. Justificativa da preferência dos consumidores (%) pela aquisição de hortaliças e verduras em feiras do município de Itapecuru Mirim, MA durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação ao valor gasto a cada visita nas feiras, quase metade dos entrevistados gasta até R\$ 50,00 (53,49%), enquanto valores acima de cem reais são gastos apenas por 4,65% dos consumidores que frequentam as feiras do município de Itapecuru Mirim (figura 11).

Figura 11. Valores gastos pelos consumidores (%) na aquisição de hortaliças e verduras em feiras do município de Itapecuru Mirim, MA durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

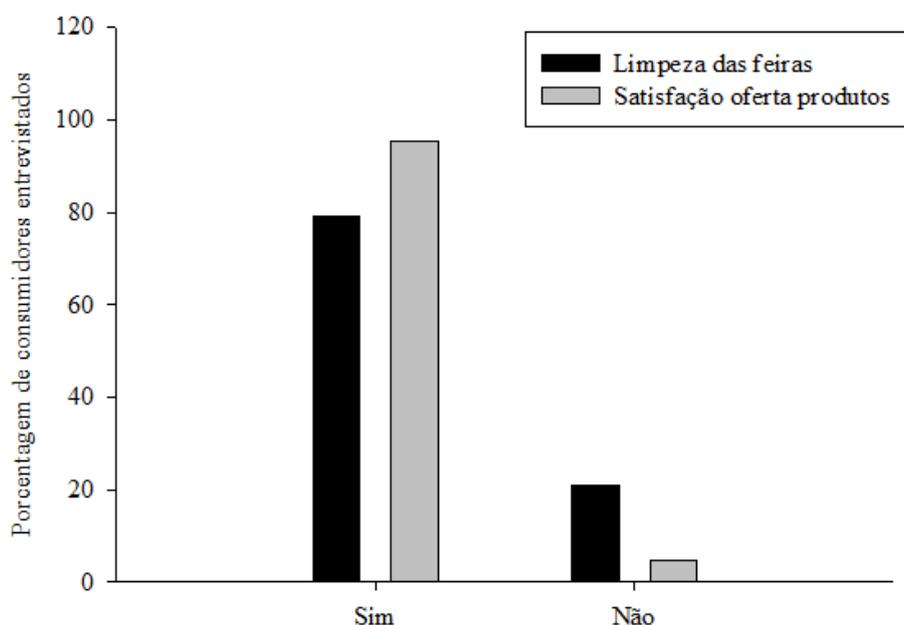
Os valor gasto nas feiras livres pelos consumidores depende de diversos fatores, como o tipo e oferta de hortaliça e o número de pessoas residentes na casa. Porém, a faixa de valores pagos durante as compras nas feiras variou entre R\$ 25,00 a R\$ 50,00 (Ribeiro et al., 2022).

Em relação aos hábitos de consumo, 44,19% acreditam que os alimentos comercializados nas feiras são mais saudáveis, 14 entrevistados (32,56%) gostam de consumir hortaliças e 23,26% consome por recomendações médicas. A associação de que feiras vendem alimentos mais saudáveis e/ou menor quantidade de produtos químicos também foi observada por Ripke *et al.* (2023) e Nascimento *et al.* (2020), com maior parcela dos consumidores entrevistados alegando ser este o motivo para frequentarem feiras livres.

Quando questionados sobre a dificuldade em consumir mais hortaliças, o horário de realização das feiras foi o principal entrave (37,21%), seguido pelo acesso aos locais das feiras (30,23%) e pela variedade dos produtos comercializados (27,91%), enquanto apenas dois entrevistados (4,65%) justificaram que os preços praticados eram o principal motivo do baixo consumo de hortaliças. Em termos de preferência de produtos, o cheiro verde foi a hortaliça com maior taxa de consumo (93,02%), seguido pela abóbora (86,05%), alface (79,07%) e vinagreira (74,42%). Quiabo e maxixe são preferidos por 58,14% dos consumidores, enquanto mandioca (37,21%) e couve (25,58%) são os menos procurados. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2009), as hortaliças folhosas figuram entre as mais consumidas no país, com destaque para a alface. De acordo com os dados deste estudo, cheiro verde (coentro e cebolinha), alface e vinagreira estão entre as quatro hortaliças mais consumidas pelos consumidores, corroborando com os resultados obtidos por Ripke *et al.* (2023).

A percepção dos consumidores quanto a limpeza das feiras e a oferta de produtos é apresentada na figura 12, onde 79,07% dos entrevistados assinalaram que as feiras que frequentam são limpas e com grau de satisfação quanto a oferta e qualidade dos produtos de 95,35%. Os consumidores insatisfeitos (4,65%) comentaram sobre a baixa qualidade dos produtos e do alto preço praticado.

Figura 12. Percepção dos consumidores de hortaliças em feiras livres do município de Itapecuru Mirim-MA quanto a limpeza das instalações e qualidade dos produtos ofertados durante o período de dezembro/2023 a maio/2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Elevado grau de satisfação com as feiras livres também foi observado por Morel *et al.* (2015) tanto em relação à oferta dos produtos quanto com a limpeza, enquanto Ripke *et al.* (2023) indicam que quanto maior o grau de escolaridade dos consumidores, mais elevados

os critérios para atingir o grau de satisfação com as feiras.

5. CONCLUSÕES

A carência de apoio institucional, baixa adesão a financiamentos e programas governamentais de aquisição de alimentos, além da falta de infraestrutura e problemas de transporte são os principais entraves encontrados pelos agricultores familiares presentes nas feiras livres de Itapecuru Mirim-Ma.

Os consumidores das feiras de Itapecuru Mirim, majoritariamente com ensino médio completo, frequentam as feiras semanalmente em busca de alimentos saudáveis. Apesar da alta satisfação com limpeza e oferta de alimentos, desafios como horários e acesso limitam o consumo de hortaliças.

REFERÊNCIAS

- Araújo, A. M.; Ribeiro, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras-livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.
- Bittencourt, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. 2018. Disponível em: [https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo--- agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao](https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao). Acesso: 06 jan. 2024.
- Brandão, A. A. *et al.* Perfil socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. **Horticultura Brasileira**, v. 33, n. 1, p. 119-124. 2015.
- BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006a, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.
- Cruz, N. B. *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 59, n. 3, p. : e22685, 2021.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Boas práticas agrícolas na produção de alimentos**. Brasília: Embrapa transferência de tecnologia. Série qualidade e segurança dos alimentos, 2005. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/854892>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Grisa, C.; Gazolla, M.; Schneider, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- Jacobsen, A. de L. **Gestão por Resultados, Produtividade e Inovação**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- Lage, M. F. R.; Assis, R. L.; Aquino, A. M. Diagnóstico das feiras de produtos orgânicos e seus consumidores em Belo Horizonte. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 37, n. 1, e26519, 2020.
- Mesquita, B. A. **Desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.
- Morel, A. P. S. *et al.* Comportamento do Consumidor das Feiras Livres: Um Estudo em um Município de Minas Gerais. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 4, p. 14-31, 2015.
- Nascimento, L. R. C.; Barros, P. B. A.; Santos, J. A. A produção de farinha de mandioca pelas agroindústrias rurais na Amazônia Legal. **Revista Observatório de la Economía Latino- Americana**, v.22, n.1, p. 1950-1974. 2024.
- Nascimento, S. G. da S. *et al.* Percepções sobre consumo e produção de alimentos: uma análise na feira

livre de Dom Pedrito-RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 10, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21206/rbas.v10i1.8164>

Nunes, L. G. T.; Krause, W.; Grzebieluckas, C.; Gotardo, D.L. Perfil socioeconômico, produtivo e comercial de produtores de frutas e hortaliças em Tangará da Serra – MT: para desenvolvimento de ferramentas digitais. In: MELO, J. O. F. **CIÊNCIAS AGRÁRIAS: O AVANÇO DA CIÊNCIA NO BRASIL**, v.1. pp. 518-534. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/en>. Acesso em 17 de abril de 2019.

Pereira, R. V. M.; Marques, G. E. de C.; Nojosa, E. C. N. Avaliação do perfil de consumidores e feirantes do Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim, Maranhão, Brasil. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

Pereira, V. G. *et al.* Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes. **Revista NUPEM**, v. 15, n. 35, p. 205-225, 2023.

Pinheiro, M. F. N. *et al.* Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Itapecuru Mirim - MA no período de 2010 a 2020. In: _____. **Ciências Agrárias: o avanço da ciência no Brasil**, Editora Científica Digital. v. 03, p. 173-189. 2022.

Ribeiro, N.R. *et al.* Satisfação e perfil socioeconômico e demográfico dos consumidores das feiras livres de Juiz de Fora-MG. **Cad Saúde Colet**, v. 30, n.3. p. 431-438. 2022.

Ripke, M. O. *et al.* Consumidores das Feiras Livres Urbanas: Percepções acerca da segurança dos alimentos em Chapecó, SC. **Revista Cidades**, v. 15, n. 25, p. 80-99. 2023.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Perfil do Produtor Rural**, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

Silva, D.B.P. *et al.* Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares. In: **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes**, 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-pdpp.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

14

DESAFIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

CHALLENGES OF THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE) AND THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN STRENGTHENING FAMILY FARMING

Daniel dos Santos Rodrigues

Eduarda de Sousa Carvalho

Suellen Jhoyna de Oliveira Rodrigues

João Henrique Coelho Pires

Valquiria Barros dos Santos

 **10.29327/5430353.1-14**



Resumo

As políticas públicas são essenciais para a agricultura familiar (AF) na institucionalização e desenvolvimento das atividades agrícolas, pela importância e o impacto da agricultura familiar na distribuição e abastecimento de alimentos para o mercado interno. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são exemplos de programas de políticas públicas que buscam efetivar a associação da produção familiar e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade que promovam a segurança alimentar. O presente trabalho tem como objetivo abordar os desafios do PNAE e do PAA como políticas públicas relevantes para o desenvolvimento da agricultura familiar e segurança alimentar brasileira. Neste trabalho, foi proposta a realização de uma revisão bibliográfica utilizando métodos qualitativos e descritivos de pesquisa sendo considerados trabalhos publicados nos últimos 15 anos. Os principais desafios descritos envolvem: i) questões estruturais quanto ao armazenamento dos alimentos e administrativas quanto ao número de gestores; ii) a oferta dependendo das adaptações nos cardápios, além do baixo percentual de compras e diversificação de alimentos; iii) dificuldades cadastrais referentes a processos burocráticos; e iv) questões orçamentárias pela redução nos recursos repassados. Com base na revisão de literatura, foi possível reforçar a importância dos programas PNAE e PAA no fortalecimento da agricultura familiar. Observou-se que esses programas de políticas públicas proporcionam uma alimentação digna e saudável aos beneficiários consumidores ao passo que gera um aumento na renda dos beneficiários fornecedores com a comercialização dos produtos agrícolas.

Palavras-chave: Produtos agrícolas, Comercialização, Aumento na renda, Políticas públicas, Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

Public policies are essential for family farming (FF) in the institutionalization and development of agricultural activities due to the importance and impact of family farming on the distribution and supply of food for the domestic market. The National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA) are examples of public policy programs that aim to establish the association between family production and the consumption of food in sufficient quantity and quality to promote food security. This paper aims to address the challenges of PNAE and PAA as relevant public policies for the development of family farming and Brazilian food security. In this work, a literature review was proposed using qualitative and descriptive research methods, considering works published in the last 15 years. The main challenges described involve: i) structural issues regarding food storage and administrative issues related to the number of managers; ii) the supply depending on menu adaptations, in addition to the low percentage of purchases and food diversification; iii) registration difficulties related to bureaucratic processes; and iv) budgetary issues due to reduced transferred resources. Based on the literature review, it was possible to reinforce the importance of the PNAE and PAA programs in strengthening family farming. It was observed that these public policy programs provide dignified and healthy food to beneficiary consumers while generating an increase in the income of beneficiary suppliers through the commercialization of agricultural products.

Keywords: Agricultural products, Commercialization, Increase in income, Public policy, Food and Nutritional Security.

1. INTRODUÇÃO

A fome e a desigualdade social são traços marcantes na sociedade brasileira e o combate a esses problemas parte através de estratégias que buscam direcionar prioritariamente políticas públicas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social (Cunha; Freitas; Salgado, 2017).

As políticas públicas se baseiam na atuação de entidades estaduais que tem por função minimizar problemas de caráter social, garantindo a formulação e implementação de programas para o desenvolvimento e progresso social com implicação em diversas áreas como educação, saúde, economia, emprego, renda e segurança (Sodré; Salamoni, 2016). Para a agricultura familiar no Brasil, tais políticas são essenciais na institucionalização e desenvolvimento das atividades agrícolas, tendo em vista a importância e o impacto da agricultura familiar (AF) na distribuição e abastecimento de alimentos para o mercado interno.

De acordo com último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) em 2017, 77% dos estabelecimentos agrícolas são classificados como pertencentes à agricultura familiar, dentro das definições legais regidas pela Lei nº 11.326/2006 e pelo Decreto nº 9.064/2017. A presença expressiva dessa categoria de produtores somada a atuação desse seguimento no abastecimento de alimentos na mesa dos consumidores brasileiros reforça a relevância do entendimento da sociedade sobre a valorização e reconhecimento da agricultura familiar.

Segundo Camargo, Baccarin e Silva (2013), dentro do contexto histórico brasileiro que compreende meados dos anos oitenta ao começo da década de 2000, destaca-se o início do desenvolvimento de programas de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. A criação do Programa Fome Zero em 2003 voltado ao combate da insegurança alimentar (BRASIL, 2010) marcou o surgimento de projetos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que constituem pilares essenciais na promoção do acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar (Saucedo *et al.*, 2024).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947/2009, tem por objetivo contribuir com a educação alimentar e nutricional nas escolas através do repasse de recursos para a oferta de refeições que além de atenderem às demandas nutricionais dos estudantes, possuam 30% dos recursos destinados à compra de produtos da agricultura familiar (Brasil, 2009).

Enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei nº 10.696/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012 tem como objetivo, de modo geral, promover a segurança alimentar através do abastecimento por meio de compras governamentais de alimentos produzidos pelos agricultores familiares que serão direcionados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2018).

De modo geral, o PNAE e o PAA são programas que buscam efetivar a associação da produção familiar e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade que promovam a segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346/2006 (Camargo; Baccarin; Silva, 2013).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo abordar os desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como políticas públicas relevantes para o desenvolvimento da agricultura familiar e

segurança alimentar brasileira.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho, foi proposta a realização de uma revisão bibliográfica utilizando métodos qualitativos e descritivos de pesquisa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A coleta de dados foi feita por meio de indexadores e buscadores como SciELO, periódicos da CAPES e Google Acadêmico. A investigação concentrou-se na análise de trabalhos de autores que abordam o tema central deste estudo em suas pesquisas anteriores. O processo de pesquisa envolveu a exploração de diversas fontes bibliográficas, tais como obras científicas, monografias, revistas e artigos científicos, capítulos de livros, entre outras bases de dados com informações confiáveis, buscando extrair de cada trabalho informações relevantes sobre o tema. Foram considerados trabalhos publicados nos últimos 15 anos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Surgimento e Importância do PAA e PNAE

As políticas públicas buscam associar a agricultura familiar na minimização dos entraves na garantia da segurança alimentar. Visando a mitigação dos problemas sociais relativos à fome e desnutrição, considerando aspectos de caráter econômico como a distribuição de renda e desigualdade social (BRASIL, 2010), a garantia do acesso aos alimentos para a população através de programas de políticas públicas que unem os consumidores e produtores, contribui para a construção da renda de mais de 10,1 milhões de pessoas caracterizadas como agricultores familiares (IBGE, 2017).

Nesse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possui origens de instituição pela Lei nº 37.106/1955 mas que é regulamentado pela Lei 11.947/2009 e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei nº 10.696/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, surgiram como medidas para combater a desnutrição e a insegurança alimentar no Brasil (Camargo; Baccarin; Silva, 2013) e possibilitar a comercialização de produtos agrícolas, que se consolida como um dos fatores limitantes ao desenvolvimento socioeconômico de agricultores familiares (Santana; Lima, 2018).

Destaca-se que ambas as ações de políticas públicas foram fortalecidas após a criação do Programa Fome Zero em 2003, na busca pelo combate à fome no Brasil (Peixinho, 2013; Saucedo *et al.*, 2024). Dessa forma, o PNAE e PAA constituem programas governamentais que fazem parte de um conjunto de iniciativas com objetivo de reduzir as dificuldades de acesso à alimentação, garantir a segurança alimentar e nutricional e fortalecer a agricultura familiar brasileira através de incentivos (Saucedo *et al.*, 2024).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pelos repasses de recursos financeiros para estados, municípios e instituições federais para o PNAE (Brasil, 2024). A reestruturação do PNAE pela Lei nº 11.947/2009 inseriu os agricultores familiares ao exigir que no mínimo 30% dos repasses sejam destinados a aquisição de produtos agropecuários advindos da agricultura familiar da região (Peixinho, 2013). Assim, essa reformulação constituiu um marco relevante no contexto da agricultura familiar pelo

estabelecimento da associação com os agricultores familiares dos municípios, pelo fortalecimento da AF e fornecimento de alimentos frescos e saudáveis substituindo o consumo de alimentos processados.

O PNAE é um dos maiores Programas de Alimentação Escolar mundialmente, servindo de modelo para diversos países, tendo uma cobertura de aproximadamente 40 milhões de beneficiários em 2023 (Brasil, 2023). As refeições disponibilizadas pelo programa contribuíram na mitigação da evasão e a repetência escolar ao atender as necessidades nutricionais diárias. Boklis (2021) estima que a alimentação ofertada pelo programa, reduz em 24% o risco de desenvolvimento da obesidade na adolescência em razão do cardápio balanceado com acompanhamento nutricional, contribuindo para mudanças de hábitos de consumo não saudáveis.

Através das políticas públicas como o PNAE, os pequenos agricultores podem inserir seus produtos no mercado, conseguindo assim, garantir um emprego, renda, além de melhorar o bem-estar e condições de vida das famílias que vivem no meio rural (El Tugoz; Leismann; Brandalise, 2015). Segundo Paula *et al.* (2023), o PNAE contribuiu para um aumento na renda média dos agricultores familiares, chegando a um acréscimo de 32,6% no Valor Bruto da Produção (VBP) dos fornecedores dos produtos agrícolas. Dessa forma, observa-se a importância que o PNAE representa para a agricultura familiar como uma alternativa para a inclusão produtiva de gêneros alimentícios oriundos de sistemas de produção mais sustentáveis e elevação da renda.

O PAA foi criado em um contexto de debate sobre a fome e segurança alimentar e nutricional e buscou articular o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar através da aquisição de produtos pelo governo federal (Grisa, 2012). Visando promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, o PAA tem como principais objetivos: a valorização da agricultura familiar, o combate à fome e à pobreza, o estímulo à produção sustentável de alimentos e o fortalecimento da economia local (Grisa *et al.*, 2010).

A dispensa de licitação e a liberdade do produtor entregar os produtos que tem disponível no momento (Camargo; Baccarin; Silva, 2013), são fatores promovidos pelo PAA que agem como incentivo para os agricultores familiares na integração ao programa e ampliação da produção. Além disso, é importante destacar que o PAA também proporciona a venda dos produtos agrícolas a preços mais justos, diferentemente do cenário anterior ao PAA com a presença do “atravessador” que comprava dos produtores a preços mais baixos e revendia a preços mais elevados no mercado.

3.2 Entraves Estruturais e Administrativos

O PNAE é uma política importante que desde sua implementação sofreu inúmeras modificações em seu texto em busca de melhorias. Quijada, Cavichioli e Soares (2020) ressaltam que o programa facilitou a participação dos agricultores familiares por meio de chamado público ao invés de abertura de licitação. Sodr e e Salamoni (2016), apontaram como restrição aos beneficiários fornecedores desse programa a imposi o de limita o de venda por agricultor familiar de 20 mil reais por ano, valor esse que n o inclui os custos com log stica de processamento dos produtos por parte das cooperativas, dificultando a obten o de ganhos do agricultor familiar.

Essa situa o foi modificada pela Resolu o n 21 de 16 de novembro de 2021, que dobrou o valor limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimenta o escolar para 40 mil ao ano, permitindo atingirem maiores lucros

(Brasil, 2023). Vale ressaltar que não existem restrições que impeçam o AF de participar de uma chamada pública em seu município e no vizinho (Angelo, 2023). Dessa forma, é possível a venda de mais de 40 mil em produtos por ano para outros municípios, ampliando a oportunidade de mercado e lucro do agricultor familiar.

A participação no PNAE e PAA, exige que o agricultor possua o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), documento atualmente substituído da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um dos requisitos impostos para inclusão nos programas (Brasil, 2018). Enquanto as compras de alimentos por meio do PNAE envolvem os gestores de cada Secretaria Municipal de Educação (Sodré; Salamoni, 2016), o PAA conta com a atuação das esferas municipais e estaduais (Brasil, 2020).

O armazenamento dos alimentos desses programas conta com depósitos municipais e, embora esse processo favoreça a logística de entrega dos fornecedores, a existência de problemas estruturais nos depósitos de armazenamento, como dimensões limitadas e falta de câmaras frias em número suficiente, comprometem a preservação e a qualidade dos alimentos ofertados às escolas, afetando os agricultores familiares e gestores, que enfrentam dificuldades na execução das compras (Sodré; Salamoni, 2016). Como a logística de armazenamento é essencial para garantir a eficiência do processo e a qualidade dos alimentos fornecidos, é necessário que os órgãos governamentais e/ou municipais responsáveis busquem desenvolver técnicas que proporcionem avanços nesse processo e evite a perda de alimentos.

Outro fator a ser considerado no funcionamento efetivo do PNAE e PAA envolve a presença de baixos números de gestores em meio a elevada demanda de trabalho. Grisa *et al.* (2022), revelaram que essa foi uma das razões que resultaram na ausência de inscrições em uma chamada pública concedida por meio do PNAE em 2019 para a compra de alimentos para um restaurante universitário do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) de São Luís.

3.3 Entraves na Demanda de Alimento

O Brasil é um país de dimensões continentais e possui uma vasta diversidade de condições climáticas e de aptidão agrícola. Essa variedade de condições pode dificultar a disponibilização de alimento em certos períodos do ano às escolas em razão da sazonalidade climáticas da localidade e comprometer a execução da compra de alimentos pelas prefeituras municipais.

Camilotto e Mosimann (2017) retratam que, no município de Itajaí - SC, encontram-se dificuldades na inclusão de frutas no cardápio escolar devido a problemas de fornecimento. A demanda por alimentos e a exigência de variedade dos produtos ofertado às escolas muitas vezes não são atendidas devido às limitações na produção dos agricultores locais.

Segundo Tinoco e Figueiredo (2024) a adaptação dos cardápios em razão da disponibilidade sazonal dos alimentos locais é um dos meios para contornar esse desafio. Contudo, essa alteração no cardápio é dificultada frente a complexidade de modificar os cardápios escolares aprovados pelas nutricionistas, uma realidade enfrentada pelos agricultores dos assentamentos de Mato Grosso (Wittman; Blesh, 2017). Conforme, Ferreira *et al.* (2019) a situação é agravada pelo número insuficiente de nutricionistas, que contribuem para o baixo percentual de compras e diversificação de alimentos.

Valentim *et al.* (2017) destacaram que as condições estruturais das escolas, como limpeza do refeitório, espaços adequados que comportem mesas e cadeiras suficientes, têm

importância na maior adesão dos alunos a participarem da alimentação escolar e que a deterioração e a má gestão desses espaços são desmotivadoras para os estudantes. Como a merenda escolar, em determinados casos, acaba sendo a única alimentação que esses alunos têm ao longo do dia, gera-se um impacto na permanência deles na escola. Assim, o PNAE atua diretamente no combate a evasão escolar e na redução dos casos de desnutrição. Dessa forma, torna-se mais relevante a necessidade de um cardápio escolar variado e balanceado que contemple os principais grupos alimentares, que atendam às demandas nutricionais. Ramos (2011), ressalta a importância de adaptar o cardápio a sazonalidade local, garantindo alimentos sempre frescos e nutritivos, de menor custo devido aos ciclos naturais e agrícolas, favorecendo a compra de alimentos de agricultores familiares da região.

3.4 Entraves Cadastrais

Dentro do PAA, um problema diz respeito a documentação exigida. Para acessar o programa os agricultores familiares necessitam da obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), documento fundamental para terem acesso as políticas públicas (Brasil, 2018). O maior entrave consiste na sua obtenção, uma vez que o processo para a aquisição do CAF é consideravelmente burocrático demandando tempo e desestimulando o agricultor familiar a buscar o documento (Grisa *et al.*, 2010).

Para a aquisição dos produtos no PNAE, segundo a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, seção II, os pequenos agricultores têm que participar dos editais, no formato de chamada pública, enviando suas cartas com a documentação exigida e a listagem de produtos os quais estão dispostos a fornecer (Brasil, 2013). Esse padrão de aquisição varia de acordo com cada edital emitido por município, porém a participação desses editais exige conhecimentos técnicos relativos à documentação, além disso, os agricultores familiares encontram dificuldades na comercialização e logística, no entendimento do funcionamento do mercado, ficando vulneráveis em meio ao desconhecimento de seus direitos nas negociações (Reis, 2016).

A burocracia envolvida no processo de participação por parte dos agricultores familiares pode ser excessiva quanto a necessidade comprobatória da realidade do agricultor, exigindo documentos básicos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a composição da renda familiar e dados sobre a unidade produtiva (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho, endereço completo) (Leal, 2015). Contudo, observa-se existir no Brasil uma assimetria entre os meios urbano e rural quando se trata, dentre outros aspectos, de acesso aos documentos. Desta forma, muitos agricultores esbarram na falta de documentação de suas terras. Além disso somado as dificuldades burocráticas o programa exige que o CAF seja renovado a cada três anos (Perin *et al.*, 2022).

O PNAE não difere do PAA quanto aos entraves na inserção dos agricultores nos programas. Assim como o PAA, no PNAE os agricultores familiares necessitam do CAF, retomando a dificuldade gerada pelo excesso de burocracia na obtenção do documento, impedindo a participação de muitos agricultores no PNAE. Além disso, é constatado por Barbosa e Bezerra (2019) que outro fator que influencia na participação de agricultores familiares são os problemas burocráticos nas administrações municipais, como a ausência de chamada pública que culmina na impossibilidade de participação do agricultor.

3.5 Entraves Orçamentários

Acerca dos recursos repassados ao PNAE, segundo os dados das transferências financeiras (FNDE, 2024), embora sejam existentes reduções, no geral o investimento nesse programa contou com uma estabilidade nos repasses. De acordo com os dados, em 2020, observou-se um aumento de 360 milhões em comparação ao ano de 2019 em função da pandemia do COVID-19, durante a qual houve a necessidade de investimento em programas como o PNAE embora o país estivesse em “lockdown”, pois os estudantes ainda precisavam de apoio alimentar, principalmente nesse cenário de parada mundial.

Contudo, é importante destacar que no campo, a realidade de contaminação dos produtores rurais e necessidade de quarentena trouxe impactos em processos de produção e comercialização de produtos agrícolas (Araújo; Canteri; Bittencourt, 2021). Assim, apesar desse repasse dos recursos, as mudanças causadas pelo cenário de pandemia levaram os agricultores familiares a buscar novas formas de escoar a produção em meio à vulnerabilidade social.

Com relação aos anos de 2021 e 2022, pode-se observar uma redução significativa de 150 e 590 milhões, respectivamente nos repasses financeiros provavelmente em função dos ajustes orçamentários pós-pandemia. No ano de 2023, o repasse de 5,17 bilhões representa um sinal positivo de investimento PNAE, e consequentemente medidas para o apoio da educação e o fortalecimento da AF (Figura 1).

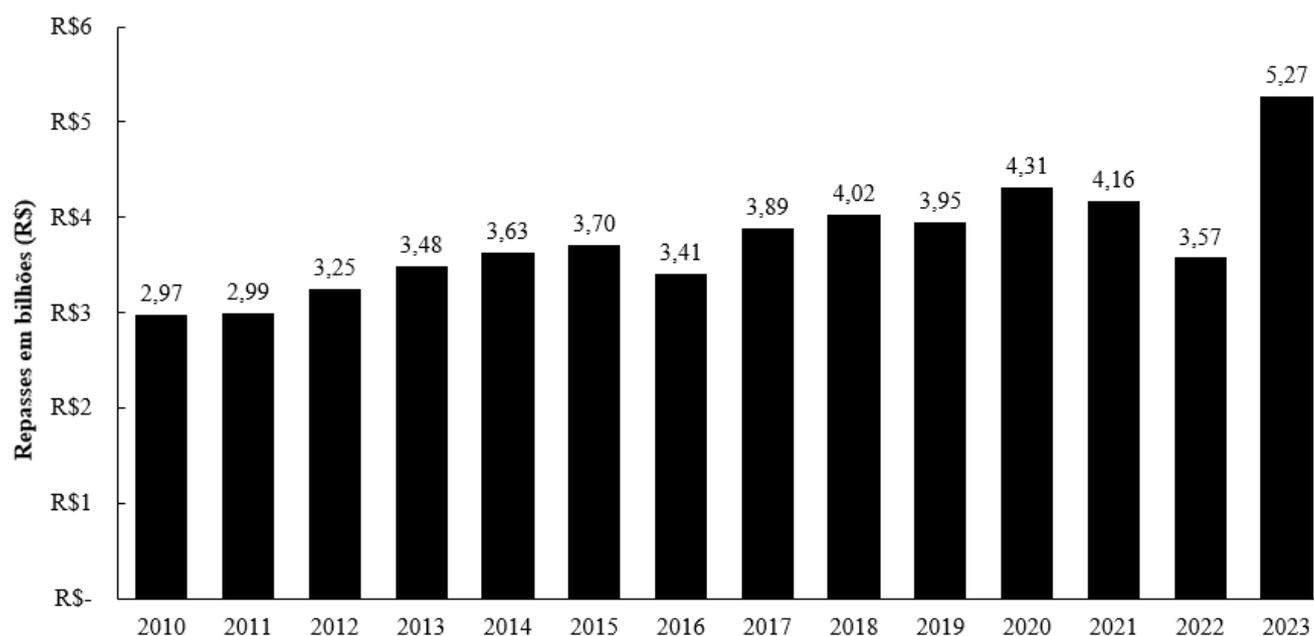


Figura 1. Total de repasses financeiros por entidade executora por ano a nível nacional entre o período de 2010 e 2023

Fonte: FNDE, 2024.

Em contrapartida, os recursos repassados para o PAA nos últimos anos mostram tendência em reduções com base na análise quantitativa realizada por Sambuichi *et al.* (2020), o que gera uma redução no número de beneficiários e o alcance do programa. Silva e Hespanhol (2023) apontaram que as diminuições no valor *per capita* repassado pelo Governo Federal e a falta de complementação dos recursos pelos governos estaduais e municipais são fatores limitantes do PAA. Assim, a redução no investimento e/ou repasses desses recursos refletem negativamente ao criar um desestímulo ao produtor familiar, principalmente àqueles que veem esse programa como um pilar importante na constru-

ção da renda familiar.

Reduções nos recursos do PAA estão no histórico de desenvolvimento desse programa. Silva e Hespanhol (2022) relataram que a diminuição de recursos direcionados PAA no ano de 2013 foi decorrente do extravio de recursos enviados por algumas associações. Assim, observa-se que fatores não relativos ao programa também podem exercer uma influência no progresso do PAA prejudicando a agricultura familiar tendo em vista a insuficiência de meios para desenvolver as próprias atividades produtivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura, determinou-se como desafios presentes no desenvolvimento desses programas questões estruturais e administrativas, questões na demanda dos alimentos pelos órgãos ou instituições associadas, dificuldades cadastrais e questões orçamentárias.

De modo geral, foi possível reforçar a importância dos programas PNAE e PAA no fortalecimento da agricultura familiar. Esses programas proporcionam uma alimentação digna e saudável aos beneficiários consumidores ao passo que geram um aumento na renda dos fornecedores com a comercialização dos produtos agrícolas. Dessa forma, o desenvolvimento de políticas públicas que associam a agricultura familiar aos objetivos de garantia do acesso aos alimentos para a população é relevante para o progresso econômico dos produtores e na promoção da mitigação de problemas de caráter social como a fome.

REFERÊNCIAS

ANGELO, A.B. **Valor de vendas do agricultor familiar dobrou em 2021!** Instituto NAE, 2023. Disponível em: <https://institutonae.com.br/2023/03/12/valor-de-vendas-do-agricultor-familiar-dobrou-em-2021/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ARAÚJO, A.L. de; CANTERI, M.H.G.; BITTENCOURT, J.V.M. **Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos Programas de Políticas Públicas - PNAE E PAA.** In: OLIVEIRA, R.J.de (Org.). Extensão Rural: Práticas e Pesquisas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar. 1 ed. Científica Digital, 2021. p. 81-103.

BARBOSA GOMES, S.A.; BEZERRA DE AMORIM, L. Agricultura Familiar: importância e dificuldades da inserção na alimentação escolar na microrregião de Picos – PI. **PesquisAgro**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 39–48, 2019. DOI: 10.33912/pagro.v1i1.253.

BOKLIS, M. **Adesão à alimentação escolar e sua influência na qualidade da dieta e no estado nutricional de adolescentes do ensino público brasileiro.** 2021. Dissertação (Mestre em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-18032021-104835/publico/BoklisM_MTR_R.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024. DOI: 10.11606/D.6.2021.tde-18032021-104835.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar: Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos> Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php> Acesso em:



13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAE**: R\$ 37,7 milhões do PNAE beneficiam 580 mil alunos no Mato Grosso do Sul. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/pnae/r-37-7-milhoes-do-pnae-beneficiam-580-mil-alunos-no-mato-grosso-do-sul> Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Recursos Financeiros do PNAE**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/recursos-financeiros-do-pnae> Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social 28 p. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. (Org.) ARANHA, A.V. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 190 p. 2010.

CAMARGO, R. de; BACCARIN, J.G.; SILVA, D.B.P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CAMILOTTO, B. A.; MOSIMANN, E. N. Programa nacional de alimentação escolar: desafios e potencialidades da aquisição de produtos da agricultura familiar no município de itajaí/sc. *In*: Simpósio saúde e políticas públicas, **Anais do Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina**. 2017. p. 213. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/cippal/article/view/11369>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CUNHA, W. A. da; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, p. 427-444, 2017. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790550301.

EL TUGOZ, J; LEISMANN, E. L.; BRANDALISE, L. T. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como instrumento de promoção e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. *Sustentabilidade e responsabilidade social*, p. 80.

FERREIRA, D. M. *et al.* Perception of the operating agents about the Brazilian National School Feeding Program. **Revista de Saude Pública**, v. 53, n. 3, p. 46-76, 2019.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Repasses Financeiros por Entidade Executora**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/repasses-financeiros-por-entidade-executora/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em: 13 jun. 2024.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRISA, C. *et al.* **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. 312 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/247725/001148498.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 01 jun. 2024.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto De Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema-SP. **Revista Nera**, v. 18, n. 26, p. 147-164, 2015.

PAULA, S. da R. *et al.* A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva. **IPEA**: Brasília, 2023. 38 p. (Texto para Discussão; 2884).

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PERIN, G. *et al.* Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 9-40, 2022.

QUIJADA, D.W.; CAVICHIOLI, F.A.; SOARES, N.M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Re-**

vista Interface Tecnológica, v. 17, n. 1, p. 340-351, 2020.

RAMOS, M. O. "As crianças estão se sentindo importantes": Avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da Agricultura Familiar. **Revista Trajetória Multicursos**, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

REIS, S. D. G. M. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: o PNAE na região do Alto Tietê – SP. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, USP, São Paulo, 2016.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1079-1096, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200258>

SANTANA, L.S.L; LIMA F.A.X. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n.1, p. 311-336, 2018.

SAUCEDO, A.D. *et al.* Políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise da execução dos programas PAA e PNAE baseada nos atores sociais participantes. **Revista Grifos**, v. 33, n. 61, p. 1-22, 2024.

SILVA, E. R. F. da; HESPANHOL, R. A. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): origem, mudanças e impactos. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 17, n. 43, p. 44-58, 2023.

SILVA, E.R.F. da; HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): origem, características e recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 37, n. 82, p. 126-148, mai./ago. 2022.

SODRÉ, M. T.; SALAMONI, G. A coexistência do pensamento cartesiano e sistêmico: as limitações territoriais enfrentadas pelo PAA e PNAE em Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 28, p. 457-471, 2016.

TINOCO, S. A. DA C.; FIGUEIREDO, A. M. R. Compras Públicas da Agricultura Familiar para o PAA e PNAE. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 7, n. 1, 2024.

VALENTIM, E. A. *et al.* Fatores associados a adesão à alimentação escolar por adolescentes de escolas públicas estaduais de Colombo, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 10, 2017.

WITTMAN, H; BLESCH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81-105, 2017.

15

USO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS ADOTADAS PARA MITIGAR IMPACTOS CAUSADOS POR DESATRES NATURAIS

*USE OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL POLICIES ADOPTED TO MITIGATE
IMPACTS CAUSED BY NATURAL DISASTERS*

Cristielen de Oliveira Pozza

Jean Carlos Costa Rodrigues

João José Lima Junior

Lucas Emanuel Ribeiro Araújo

Vanderson Gomes Marques Souza

 **10.29327/5430353.1-15**



Resumo

O artigo aborda a importância estratégica da política ambiental brasileira, destacando o Brasil como um dos maiores países do mundo com uma vasta biodiversidade e recursos naturais, incluindo a maior parte da floresta Amazônica e a maior quantidade de água doce. O texto examina a evolução do subsistema de política ambiental no Brasil, desde a década de 1930 até os dias atuais, ressaltando a criação de uma estrutura administrativa e jurídica robusta para a proteção dos recursos naturais. Destaca-se a necessidade de políticas públicas eficazes para mitigar os impactos dos desastres naturais, que têm aumentado significativamente. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é citada como um exemplo de integração das políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável. A revisão de literatura e os estudos de caso enfatizam a relação entre políticas ambientais e a ocorrência de desastres, sugerindo a necessidade de aprimoramento das políticas públicas atuais. Conclui-se que, para garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, é essencial expandir e fortalecer as políticas ambientais, integrando-as com outras áreas setoriais e assegurando uma resposta eficiente aos desastres ambientais, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Política ambiental brasileira, Recursos naturais, Evolução da política ambiental, Desastres naturais.

Abstract

The article addresses the strategic importance of Brazilian environmental policy, highlighting Brazil as one of the largest countries in the world with vast biodiversity and natural resources, including most of the Amazon rainforest and the largest amount of freshwater. The text examines the evolution of the environmental policy subsystem in Brazil from the 1930s to the present day, emphasizing the creation of a robust administrative and legal framework for the protection of natural resources. The need for effective public policies to mitigate the impacts of natural disasters, which have significantly increased, is highlighted. The National Policy for Protection and Civil Defense is cited as an example of integrating public policies to promote sustainable development. The literature review and case studies emphasize the relationship between environmental policies and the occurrence of disasters, suggesting the need to improve current public policies. It concludes that, to guarantee the right to a balanced environment, it is essential to expand and strengthen environmental policies, integrating them with other sectoral areas and ensuring an efficient response to environmental disasters, promoting sustainability and quality of life for present and future generations.

Keywords: Brazilian environmental policy, Natural resources, Evolution of environmental policy, Natural disasters.



1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o quinto maior país do mundo, com sete biomas muito diferentes e cerca de 20% da diversidade biológica do planeta, incluindo quase 2/3 da Floresta Amazônica. O país tem a maior quantidade de água doce do mundo, o maior número de povos indígenas isolados e tem sido um importante ator na governança global do clima. Portanto, a política ambiental brasileira é uma preocupação estratégica não só para o país, mas para o mundo (ROCHEDO *et al.*, 2018).

O subsistema de política ambiental no Brasil é complexo e mudou muito nos últimos trinta anos. Apesar das contínuas tensões, competições e fragilidades na sua implementação, o país conseguiu produzir e implementar uma extensa estrutura administrativa e jurídica para a proteção dos recursos naturais (VIOLA; FRANCHINI, 2017).

Os desastres naturais podem ser considerados os eventos de dinâmicas climáticas que promovem interferências no cotidiano da sociedade e demandam, dos órgãos competentes, ações e medidas de mitigação dos impactos causados. Essas medidas e ações estão relacionadas a políticas públicas nas diferentes estâncias do governo, envolvendo todos os entes federados no desenvolvimento de programas e atividades no contexto dos desastres naturais. Os eventos extremos climáticos, tanto o de chuvas intensas quanto o de estiagens derradeiras, podem ocasionar desastres naturais tais como inundações, deslizamentos e secas, que irão influenciar e promover danos à sociedade. No Brasil, a ocorrência desses eventos extremos aumentou, significativamente, entre o período de 1990-2012 (BERTONNE; MARINHO, 2013; CEPED, 2013).

Em sede de políticas públicas relacionadas à proteção contra desastres, observa-se que a ação em diferentes áreas, de forma articulada e envolvendo Poder Público e a coletividade foi a forma preconizada pela lei de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) para o atingimento dos objetivos propostos. Assim, a PNPDEC deverá integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2013)

2. METODOLOGIA

A revisão de literatura foi realizada através de uma busca em bases de dados acadêmicos, incluindo Google Acadêmico, Scielo e CAPES, utilizando palavras-chave como “políticas ambientais”, “desastres naturais”, e “prevenção de desastres”. Foram selecionados artigos, relatórios governamentais e estudos de caso publicados nos últimos trinta anos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

As políticas públicas são o “conjunto ou uma medida isolada praticada pelo Estado com o desiderato de dar efetividade aos direitos fundamentais ou ao Estado Democrático de Direito” (FREIRE JÚNIOR, 2005, p. 47).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto expressa menção à proteção ambiental e à política urbana. Segundo estabelece o art. 182 da CF, a política de desenvolvi-

mento urbano (a qual será executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Neste âmbito, Silva (2000, p. 43) relembra que “o ambientalismo passou a ser tema de elevada importância nas Constituições mais recentes”. Assim, se no passado não havia uma preocupação dos países com relação à proteção ambiental, hoje encontramos regras explícitas regulamentando tal direito.

As políticas de desenvolvimento urbano devem ser implementadas pelo Poder Público municipal com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos habitantes.

Nessa linha, surge, como parte integrante da política urbana, o Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001). Assim, com o objetivo de implementar políticas públicas específicas relacionadas à questão habitacional e de ordenamento territorial foi criada o referido estatuto, o qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (UFMG, 2014). Com ele, surge uma nova concepção em relação ao uso, desenvolvimento e ocupação do território urbano, a qual deverá orientar a ação do Poder Público e da sociedade, de modo que a gestão das cidades seja executada por meio de princípios e diretrizes estabelecidos sob a ótica da justiça, democracia e sustentabilidade (UFMG, 2014).

Assim, quando o Estatuto fala em sustentabilidade deve esta ser entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, de tal forma que se torna possível afirmar que a sustentabilidade se encontra diretamente relacionada à necessidade de planejamento e manutenção dos recursos ambientais para as gerações presentes e futuras (COUTINHO, 2011).

Seguindo esse contexto do Estatuto da Cidade, a sustentabilidade abrange diversos direitos, incluindo o acesso à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, tanto para as gerações atuais quanto futuras. Segundo Coutinho (2011), a sustentabilidade está intimamente ligada à necessidade de planejar e manter os recursos ambientais, garantindo que esses direitos sejam preservados e disponíveis ao longo do tempo.

Segundo Coutinho (2006, p. 13), “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Por isso a importância do planejamento e da elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental. Tais políticas devem levar em conta os objetivos da Administração Pública em benefício da coletividade, sem, contudo, esquecer-se da importância do meio ambiente para a manutenção da vida e da qualidade de vida em nosso planeta.

De acordo com Artaxo (2020) as mudanças climáticas estão exercendo uma forte influência sobre os ecossistemas, não apenas em escala global, mas também em níveis regionais e locais. Nas florestas tropicais, por exemplo, observa-se um aumento na produção de biomassa, juntamente com uma maior mortalidade das árvores e mudanças na distribuição e abundância de espécies, além do aumento dos incêndios, tudo isso associado ao aumento do dióxido de carbono na atmosfera. Quando combinados com mudanças no uso da terra, desmatamento e a extensa fragmentação e degradação dos biomas brasileiros, esses fatores aumentam a vulnerabilidade da vida humana e do ambiente, colocando em risco tanto a biodiversidade quanto os serviços que esses ecossistemas fornecem.



As mudanças provocadas pela atividade humana alcançaram uma magnitude tão significativa que a comunidade científica identifica essa época como o Antropoceno, uma era geológica marcada pela profunda transformação de nossa interação com a natureza. Diante desse cenário, é necessário promover o desenvolvimento de uma ciência voltada para a construção de uma sociedade sustentável nas próximas décadas, que harmonize a preservação ambiental com o progresso econômico e a equidade social. (ARTAXO, 2020).

3.1 Evolução das políticas públicas ambientais no Brasil

A política ambiental vem evoluindo desde a década de 1930, quando se iniciaram as atividades para a regulamentação do uso dos recursos da natureza essenciais para os processos industriais, sendo que na segunda metade do século XX, pode-se verificar internacionalmente, marcos de grande importância os quais influenciaram nas políticas de meio ambiente no Brasil e no mundo (PECCATIELLO, 2011).

Os problemas ambientais e as políticas públicas estão diretamente relacionados, e as ações da sociedade podem resultar na intervenção político administrativa, através das políticas públicas. O Brasil se caracteriza por uma democracia fraca, características sociais e econômicas diferenciadas e políticas que requerem melhorias em relação a instrumentos que envolvem decisões políticas, para que haja a consolidação da participação popular em todos os níveis da sociedade. Houve um desenvolvimento das políticas do meio ambiente no Brasil a partir da resposta ao movimento ambientalista internacional que teve origem durante a década de 1960, tendo como resultado a criação das legislações e instituições ambientais brasileiras (PECCATIELLO, 2011).

A partir da década de 1930, com um Estado mais centralizado, é que há afirmação da regulamentação ambiental. Para Cunha e Coelho (2003, p. 46), há três momentos na história das políticas ambientais: a) o primeiro período, de 1930 a 1971, é caracterizado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chega ao ápice; c) o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias, e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável (CUNHA; COELHO, 2013).

Em 1934 com a Constituição da República do Brasil, já havia a preocupação em relação à natureza. E neste mesmo ano de 1934, foi criado o primeiro Código de Caça e Pesca, o Código das Águas, das Minas e o Código Florestal, sendo este último com a responsabilidade de inserir na legislação as unidades de conservação. Três anos após, ocorreu a criação da primeira unidade de conservação no Brasil (BENSUSAN, 2006). Três anos após a Constituição de 1934, houve a promulgação da Constituição Federal de 1937, e nesta houve modificações nos artigos relacionados à natureza, mas que continuaram a ser competência federal no art. 16 das competências da união “XIV - os bens do domínio federal, minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, florestas, caça e pesca e sua exploração” Estadual e art.18 e 134. monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937, art. 134).

Para Urban (1998) a mobilidade social em prol da questão ambiental até a década de 1950, era limitada a debates acerca da proteção das florestas, mas foi sendo ampliada, e em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, que pode ser considerada um dos primeiros resultados da organização social, visto que eram observa-

dos grupos regionais para a proteção do meio ambiente, tornando-se desta maneira um marco nacional (DOS SANTOS, 2007).

Segundo Magrini (2001), o Brasil foi marcado no ano de 1970 pela fase de elaboração no âmbito ambiental institucional, com a criação federal da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, sendo que alguns estados, nesse período, já continham os instrumentos de gestão ambiental e a nível federal a Lei de Proteção de Florestas de 1965, Lei de Proteção da Fauna de 1967.

A partir de 1980, foi ampliado o conceito de políticas, passando a englobar também normas técnicas e sociais (PECCATIELLO, 2011), e em 1981 foi implantada uma efetiva política orgânica e ambiental, denominada Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA (Lei 6938/1981), que também criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA; e Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, do qual o art. 2: A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

Para Peccatiello (2011) desde a promulgação, a PNMA vem agindo na correção e prevenção de impactos no meio ambiente. Nesta mesma época (1981), criou-se, pela Resolução do Conama 020/1986, o Programa de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PRO-CONVE; pela Resolução 001/1986 da Avaliação de Impacto Ambiental.

No ano de 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, ministério precursor do Ministério do Meio Ambiente, que iria ser criado em 1992, a partir da Lei 8.490 de 1992. Com a mais recente Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o meio ambiente ganhou mais espaço. De acordo com Antes da Constituição de 1967, havia apenas um parágrafo conciso relacionado à natureza. Vinte e um anos depois, com a promulgação da nova Constituição em 1988, o meio ambiente passou a ter um capítulo dedicado exclusivamente a ele. O artigo 225 dessa Constituição assegura: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Antes da Constituição de 1967, havia apenas um parágrafo conciso relacionado à natureza. Vinte e um anos depois, com a promulgação da nova Constituição em 1988, o meio ambiente passou a ter um capítulo dedicado exclusivamente a ele. O artigo 225 dessa Constituição assegura: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Em tempos atuais, as preocupações ambientais se tornaram mais evidenciadas em meio político, mesmo com a diferença entre o falar e o praticar (DOS SANTOS, 2007).

3.2 As políticas públicas ambientais em anos de desastre

Em um ano marcado por desastres, como em 2019 onde ocorrera a tragédia de Brumadinho (MG) torna-se ainda mais crucial entender os problemas ambientais como uma questão de política pública. O Brasil enfrenta desafios significativos nas esferas ambientais e climáticas. O crescente número e intensidade de desastres ambientais extremos têm afetado drasticamente nossa população, economia e ecossistemas. Esses eventos impactam diversas áreas, incluindo a produção agrícola, a infraestrutura costeira, a disponibi-

lidade de recursos hídricos e a qualidade ambiental das cidades, entre outros aspectos (ARTAXO, 2019).

Marques (2019) argumenta que, muitas leis são “políticas”: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) e assim por diante. Muitas outras novas “políticas” estão por vir, como a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PL 6.969/13) e Política Nacional da Fauna (PL 6.268/16). Todas essas leis e projetos que instituem “políticas” estão estipulando normas programáticas, objetivos a serem perseguidos pelo Estado para garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Todavia, a ocorrência de sucessivos desastres que afetaram negativamente o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida em diversos pontos do território nacional pode ser um indicador de que as políticas públicas ambientais, ou seja, aquilo que o Estado deve fazer para garantir o direito fundamental ao meio ambiente a todos os brasileiros, estão falhando e precisam ser aprimoradas.

Nesse contexto, idem afirma que: “Muitos foram os projetos de leis e normas produzidos com o intuito de ser uma resposta aos desastres que acometeram os brasileiros e o meio ambiente”. Como exemplo pode ser mencionado o PL 2.787/2019, que pretende tipificar o crime de ecocídio, impondo, a quem der causa “a desastre ecológico pela contaminação atmosférica, hídrica ou do solo, pela destruição significativa da flora ou mortalidade de animais, que gere estado de calamidade pública” pena de até 20 anos de reclusão. Além da proposta de tipificar o ecocídio, outras propostas foram aventadas na Câmara dos Deputados em Brasília, como a definição de normas gerais para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, exclusão de isenção fiscal para a atividade mineral e para produtos primários de minerais metálicos e até mesmo a criação de uma Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (MARQUES, 2019).

Não se aventou, por exemplo, a criação de um fundo a partir dos royalties para custear as ações de emergência para socorro e assistência dos atingidos por desastres antrópicos, nem a autorização legal para medidas emergenciais importantíssimas para resgate de vítimas, como quebra de sigilo telefônico para localização de atingidos por meio do rastreamento de celulares, que hoje depende de decisão judicial – burocracia que provoca atrasos, demora e pode custar vidas (CAMPANY FERRAZ, 2018). Mediante tal fator, a urgência de considerar os problemas ambientais como questões centrais de política pública, especialmente em um contexto de desastres recorrentes. Apesar de existirem diversas leis e projetos que buscam proteger o meio ambiente e estabelecer normas para um desenvolvimento sustentável, a frequência e a gravidade dos desastres ecológicos indicam que as políticas públicas atuais podem não estar sendo suficientemente eficazes.

É evidente que, embora haja esforços legislativos significativos, como a proposta de tipificar o crime de ecocídio, projeto esse que tramita na câmara dos deputados por autoria do parlamentar Guilherme Boulos, ainda existem lacunas importantes na resposta aos desastres ambientais, incluindo a falta de medidas emergenciais rápidas e eficientes. Para lidar com as crises emergenciais, é necessário desenvolver sistemas de governança que atenda às necessidades de ações integradas em todos os níveis (ARTAXO, 2020).

Portanto, para garantir o direito fundamental segundo o artigo 225 da constituição federal é essencial aprimorar e expandir as políticas públicas ambientais. Isso envolve não apenas a criação de novas leis, mas também a implementação de mecanismos eficientes para a gestão e resposta a desastres ambientais, responsabilizando adequadamente os culpados e assegurando que todas as ações estejam direcionadas à proteção e manutenção da qualidade de vida de toda a sociedade inserida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações fornecidas, é evidente a urgência de priorizar os problemas ambientais como uma pauta central na formulação de políticas públicas, especialmente em meio à ocorrência recorrente de desastres. Apesar das leis e iniciativas existentes para a proteção ambiental e o fomento do desenvolvimento sustentável, a frequência e a severidade dos desastres ecoam a possibilidade de que as abordagens atuais possam não ser suficientemente eficazes. Medidas como a definição de ecocídio como crime e a implementação ágil de medidas emergenciais são sugeridas como formas de fortalecer a capacidade de resposta governamental diante desses eventos. Além disso, destaca-se a importância de integrar políticas de proteção e defesa civil com outras áreas setoriais para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Conclui-se, portanto, que é imperativo aprimorar e expandir as políticas ambientais para assegurar a preservação do meio ambiente e cultivar a estabilidade social, particularmente diante da frequência crescente de desastres naturais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. V. G. (2013). **Política ambiental no Brasil no período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2013.

ARTAXO, P. **As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas**. Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 53–66, dez. 2020.

BARRAL, Welber; FERREIRA, Gustavo Assed. **Direito ambiental e Desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL. **Código de Caça e Pesca**. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15197.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

Brasil. **Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução CONAMA nº 020, de 18 de junho de 1986**. Dispõe sobre os padrões de qualidade ambiental para lançamento de efluentes líquidos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jun. 1986. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=44>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução **CONAMA nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Efetiva a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1997.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 24.643**, de 10 de julho de 1934. Aprova o Regulamento para a Fiscalização do Exercício da Caça. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643compilado.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 mar. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227compilado.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, esta-



- belece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010**. Institui a Política Nacional de Segurança de Barragens e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 set. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em: [https://L4771\(planalto.gov.br\)](https://L4771(planalto.gov.br)). Acesso em: 18 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 5.197**, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 jan. 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, a renúncia de receitas e a contenção de despesas de pessoal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 nov. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Projeto de Lei nº 2.788, de 2019**. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205831>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Projeto de Lei nº 6.268, de 2016**. Institui a Política Nacional da Fauna. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- Brasil. **Projeto de Lei nº 6.969, de 2013**. Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=600344>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CAMPANY FERRAZ, Pedro. O desastre da responsabilidade civil ambiental em casos de desastres. In: QUE-RUBINI, Albernir; BURMANN, Alexandre; BESSA ANTUNES, Paulo de (Orgs). **Direito Ambiental e os 30 Anos da Constituição de 1988**. Londrina: Thot Editora, 2018.
- CAPELARI, M. G. M. et al. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1691-1710, dez. 2020.
- CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida. Políticas públicas ambientais e o Estatuto da Cidade: o urbanismo em um Estado Democrático e de Direito. **Revista Argumentum**, nº 12, Marília: UNIMAR, 2011.
- CUNHA, S.; COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. & GUERRA, A. (Orgs). **A questão ambiental**. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. **O controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 47.
- MAGRINI, A. Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 135-147, 2001.

MARQUES, Letícia Yumi. **As políticas públicas ambientais no ano dos desastres**. São Paulo: in: consultor jurídico, 24 dez. de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-24/direito-ambiental-politicas-publicas-ano-desastres/>. Acesso: 31/05/2024.

MIGUEL RODRIGUES NETTO. **Políticas públicas e transformações sociais contemporâneas**. [s.l.] Paco e Littera, 2022.

PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011.

Rochedo, P. R. R., Soares-Filho, B. S., Schaeffer, R., Viola, E., Szklo, A., Lucena, A. F. P., Koberle, A., Davis, J. L., Rajão, R., & Rathmann, R. (2018). **The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil**. *Nature Climate Change*, 8(8), 695-698.

SILVA, José Afonso da Silva. **Direito Ambiental Constitucional**. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

STRAUCH, M. Instrumentos da política ambiental. In: STRAUCH, M; ALBUQUERQUE, P. P. (Org.). **Resíduos: como lidar com recursos naturais**. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 191212.

UFMG, Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 65, pp. 583 - 602, jul./dez. 2014.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.



AUTORES



Adriane de Oliveira Pereira

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Alaide Pereira Lima

Técnica em agropecuária pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Alderir Neto Siqueira Veloso

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Aline Silva Araújo

Graduando em Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão- UEMA e técnica em Agroecologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

Antônia Edilaila Pestana Moreira

Possui curso de nível Técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Antonya Vitória da Silva e Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Anderson Santos Caldas

Técnico em Agroindústria pelo IFMA-Instituto Federal do Maranhão, campus Barreirinhas (2016) com trabalho de pesquisa na área de arborização e paisagismo de vias públicas. Hoje, graduando em Eng. Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, trabalhando com extensão universitária em escolas públicas, sustentabilidade e produção de hortas e aluno estagiário do núcleo de extensão e desenvolvimento da UEMA.

Ariadne Enes Rocha

Possui doutorado em Agronomia, com área de concentração em Ecologia e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (2011), graduação no Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente pela Universidade Estadual do Maranhão (2004), mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1999). Atualmente é professora Adjunto IV do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Recursos Florestais, Conservação e Manejo de Agroecossistemas, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, educação ambiental, composição florística, fitossociologia, indicadores de qualidade do ambiente, recuperação de áreas degradadas e alteradas, e produção de mudas de espécies florestais nativas. Coordenou a Especialização em Educação de Campo (2014-2016) - Uemanet/Uema. Coordenou a Coordenação de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA (2016-2020). Associada da Associação Brasileira

de Agroecologia - ABA Agroecologia. Associada da Associação Agroecológica Tijupá-Maranhão, Membro do Comitê de Educação do Campo no Maranhão. Membro do Núcleo de Estudos de Agroecologia do IFMA Monte Castelo. Assessora Chefe da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/UEMA).

Arilson de Jesus França Souza

Nascido em Peri mirim, Estado de Maranhão. Toda sua formação foi em escolas públicas das três esferas. EM 1995 se formou em Técnico em Agropecuária pela então Escola Agro-técnica Federal de São Luis - MA, em 2015 obteve a graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias pelo Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luis/Maracanã, em 2017 obteve o grau de Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Maranhão, em 2017 obteve o título de mestre em Agronomia/Produção Vegetal pela UNESP - Campus Jaboticabal, atualmente faz Doutorado em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.. Foi Extensionista por 12 anos em varias regiões do Estado do Maranhão, desde 2009 é servidor do IFMA (de jan. de 2009 a março 2013 no Campus Codó e de março até os dias atuais no Campus São Luis/Maracanã. há 14 anos tem se dedicado a estudar e praticar Agroecologia como modelo de produção de alimentos saudáveis e como modo de vida. Hoje estuda e pesquisa Agroecologia com ênfase para Agricultura Familiar. Tem experiência nas áreas: Suinocultura, Produção Vegetal, Extensão Rural e Agroecologia.

Bruna da Silva Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Camila Pinheiro Nobre

Engenheira Agrônoma - UEMA (2008), Mestre e Doutora em Ciência do Solo - UFRRJ (2011 e 2014), Pós doutorado em Agroecologia - UEMA (2018), Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Maranhão e Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Agrárias - UEMA. O foco dos estudos são fungos micorrízicos arbusculares (FMA), especialmente sua ocorrência e distribuição nos biomas Amazônia e Cerrado, além de sistemas agrícolas; aplicação de FMA na agricultura como perspectiva de soluções baseadas na natureza. Membro da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo Underground Explorer - SPUN.

Carlos Daniel Farias Silva

Formado em Técnico em Agricultura pela Instituição de Ensino: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA. Atualmente Graduando de Engenharia Agrônômica pela Instituição de Ensino Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Cintia de Cássia Melonio Pacheco

Mestrado em Biodiversidade e Conservação pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil (2017). Serviços prestados do Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Brasil.

Claudia Reis Pereira

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Possui curso-tecnico-profissionalizante em TÉCNICO EM BIOCOMBUSTÍVEIS pelo Instituto Federal do Maranhão(2015). Atualmente é Bolsista do Fundação de Amparo à

Pesquisa ao Desenvol. Científico e Tecnológico - MA e Estágio não-obrigatório da SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA.

Cristielen de Oliveira Pozza

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Daniel dos Santos Rodrigues

Graduando em Agronomia Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Campus Paulo VI, em São Luís - MA. Desempenha atividade como representante de sala, além de atuar como bolsista de iniciação científica (PIBIC/FAPEMA) no Laboratório de Plantas Daninhas (LAPAD), sob a orientação da Prof. Dr Maria José Pinheiro Corrêa (2024.2.-25.1). Além disso, participa de forma proativa em atividades de pesquisa e extensão no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) da UEMA. É membro do grupo de pesquisa Defesa vegetal - Diagnóstico e Manejo de Plantas Daninhas. Apresento como área de interesse a agroecologia, com enfoque na área de adubação verde e no processamento dos resíduos orgânicos (Compostagem).

Danilo Collins Vidal

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Darlyara Reis Silva

Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA. Tem experiência em Biotecnologia Vegetal, atuando principalmente na Conservação de Bancos de Germoplasma e Propagação de Plantas in vitro.

Davi Botelho Cutrim

Acadêmico de Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), atualmente no décimo período. Participante de Iniciação Científica na Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, na área de Biologia do Solo.

Edivaldo Rocha Lisboa Junior

Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Eduarda de Sousa Carvalho

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Possui curso-técnico-profissionalizante em Administração pelo Instituto de educação ciência e tecnologia do Maranhão (2019).

Flavia Myllena dos Santos Araujo

Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na UEMA, na área de Fitotecnia e Fitossanidade com ênfase Desempenho produtivo do feijão-mungo-verde no trópico úmido maranhense (2018-2019) e bolsista de Iniciação Científica na UEMA, na

área de Economia Rural com ênfase Análise da assistência técnica prestada pelos órgãos público aos agricultores familiar: o caso dos produtores de hortaliças da microrregião aglomeração urbana de São Luís-Ma (2020-2022). Foi monitora da disciplina de Agricultura do curso de Engenharia Agrônômica (2020-2021). Estagiou na Secretaria de Agricultura e Pecuária do Maranhão (2022-2023).

Fredson de Jesus Pinto Neves

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Gabriel da Silva Behenck

Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Técnico em Agropecuária. Possui formação em nível médio e técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Atualmente presente na graduação em Agronomia Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Gabriel Oliveira Lima

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Formação técnica em agropecuária com ênfase em práticas agrícolas da agricultura familiar e criação de pequenos animais.

Hewellen Alves de Sousa

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Isabella Sales Alencar

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Jean Carlos Costa Rodrigues

Possui graduação em Geografia - Bacharelado e Licenciatura-UFMA. Atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Edafologia e Pedologia - GEPEPE-UFMA. Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

João Henrique Coelho Pires

Possui graduação em Ciências Contábeis - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (2020). Estágio no Sebrae Maranhão - 2019 a 2020. Graduação em andamento - Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão.

João José Lima Junior

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

João Marcus Abreu da Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Atualmente é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

José Ribamar Gusmão Araujo

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1987), mestrado em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e doutorado em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Atua como professor associado do Departamento de Fito-tecnia e Fitossanidade (DFF/CCA) da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Fruticultura, atuando principalmente nos seguintes temas: manejo cultural de plantas frutíferas, prospecção e domesticação de fruteiras nativas, propagação, porta-enxertos e produção de mudas frutíferas, e sistemas agroecológicos de produção vegetal com ênfase para os componentes perenes (sistemas agroflorestais e home gardens). Atualmente, desenvolve projetos de inovações tecnológicas e estudos de qualidade de frutos na cultura do abacaxi Turiaçu voltados para consolidar proposta de Indicação Geográfica (IG/DO); realização de pesquisas com extrativismo, manejo agroecológico e conservação in situ de bacurizeiro (*Plantonia insignis* Mart.) nativo do Maranhão; prospecção, coleta, caracterização e conservação de fruteiras nativas do Estado do Maranhão, com ênfase para ecótipos de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) da Baixada Maranhense e outras espécies da família Clusiaceae e Passifloraceae; e ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UEMA.

José Ribamar Mendes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Josevy Vitoria Brito da Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Josilene Costa Silva

Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Técnica em Alimentos pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Possui experiência prática e de gestão adquirida durante minha participação na empresa júnior de agronomia. Atualmente, integro o projeto de pesquisa no MIPABIO, onde atuo na bioprospecção de fungos filamentosos e leveduriformes em ostras provenientes de áreas portuárias em São Luís - MA.

Karla Bianca Aguiar Ramos

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Lays Regina Batista Costa

Possui curso técnico em agroindústria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Barreirinhas (2018). É acadêmica de Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente, é bolsista PIBIC, atuando no tema de bioprospecção de fungos em plantas daninhas.

Leonardo Alves Furtado

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Leonardo Victor Moreira Conceição

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Lorena Bandeira de Assis Ribeiro

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Lucas Emanuel Ribeiro Araújo

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Lucas Henrique Mendonça Alves

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Luis Gustavo Meireles Barroso

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Lusinete Rodrigues Martins

Possui graduação em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022). Atualmente é secretária de curso da Universidade Estadual do Maranhão.

Maria Cristina Rocha Silva

Graduanda em Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão. Técnica em Agroecologia pelo Instituto Federal do Maranhão, experiente na área e em Cultura de tecidos.

Maria da Cruz Chaves Lima Moura

Docente, Associado IV da Universidade Federal do Maranhão-campi São Luís-MA. Pós-doutorado na UFV-MG e UENF-RJ. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1988), mestrado em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994); doutorado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (2003); Pós-doutorado em melhoramento genético vegetal pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ (2006)

e na UFV-MG. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em biometria, melhoramento plantas e recursos genéticos vegetais. Editora Técnica, autora e co-autora de sete livros. Consultora ad hoc da FAPEMA e da Revista Horticultura Brasileira. Premiações: menção honrosa melhor coordenadora do curso agronomia-gestão 2013-2014 e mérito acadêmico como orientadora da melhor TCC do CCAA-UFMA. Orientou mais de 50 discentes do Curso de Agronomia, em diversas modalidades de bolsas (IC, BAT, BIT, PIBIC). Criou dois grupos de pesquisa: CIO DA TERRA LONGEVITÊ.

Maria Eduarda de Oliveira Martins

Graduação em andamento em Gestão do agronegócio pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Marileia Barros Furtado

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (2003), Mestrado (2005) e Doutorado (2008) em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Foi professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí e atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal do Maranhão. Têm experiência na área de Agronomia, com ênfase em fitotecnia, atuando principalmente nos seguintes temas: produção de culturas (milho, arroz, feijão caupi, soja, algodão, girassol), frutíferas, indicadores físicos e químicos do solo, manejo do solo e geoestatística.

Marília Fernanda Muniz dos Santos

Técnica em meio ambiente pelo Instituto Federal do Maranhão Campus Itapecuru-Mirim-MA, ano 2018 - 2021. Graduanda em Agronomia bacharelado na Universidade Estadual do Maranhão. Experiência na área administrativa na Secretaria de Agricultura de Santa Rita-MA.

Matheus Henrique da Conceição Almeida

Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, experiência prévia com análise de sementes florestais e trabalhos desenvolvidos sobre o mesmo.

Mathias Ariel Chaves Duarte

.Graduando em Bacharelado em Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão (MA) Campus Paulo XII. Com experiência na área das plantas alimentícias não convencionais (Pancs) e manejo de plantas espontâneas.

Melissa Rodrigues Lopes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Moisés Rodrigues Martins

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1988), Mestrado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e Doutorado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão onde leciona a disciplina Melho-

ramento Genético Vegetal. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Melhoria Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: melhoramento de fruteiras e propagação de fruteiras tropicais.

Paulo Eduardo Boaes

Hodiernamente está no 5 período do curso de Agronomia da Universidade Estadual do Estado do Maranhão, é membro fundador da Liga Acadêmica de Solos..

Poliana Oliveira Cardoso

Professora Adjunta II, do Departamento de Economia Rural, da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e Bacharel em Gestão de Cooperativas pela mesma instituição. Coordenadora de Atividades Extracurriculares, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis PROEXAE. Atuou como professora Substituta do Curso de Tecnólogo em Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins. Durante a graduação, atuou como estagiária na Organização do Quadro Social em cooperativas. Foi membro de projetos de extensão universitária e de iniciação científica atuando nas áreas de organização coletiva e trabalhando com assentamentos rurais. Desenvolveu trabalhos com a técnica de Diagnóstico Rural Participativo- DRP em diferentes categorias de Unidades de Conservação. Os principais enfoques de pesquisa se concentraram no desenvolvimento sustentável, juventude rural e a gestão social em cooperativas.

Raimunda Nonata Santos de Lemos

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1987), mestrado em Agronomia (Proteção de Plantas) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996) e doutorado em Agronomia (Proteção de Plantas) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Atualmente é Professora Associada I do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Manejo Integrado de Pragas, atuando principalmente nos seguintes temas: Controle Biológico, Controle alternativo de pragas e Bioecologia de Lagarta do cartucho, Mosca branca, Mosca negra dos citros, Percevejo do colmo do arroz, Moscas das frutas, Cochonilhas e Pulgões. Bolsista de Produtividade FAPEMA.

Raniele da Silva Magalhães

Graduanda em Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Em minha trajetória acadêmica tenho participado de eventos científicos das Ciências Agrárias, projetos de extensão, projeto de pesquisa e cursos de capacitação relacionados tanto com a produção animal e vegetal, quanto desenvolvimento rural. Minhas principais áreas de atuação e interesse são Economia Rural, Comercialização Agrícola, Associativismo e Cooperativismo Rural, Extensão Rural, Tecnologia de Produtos Agropecuários, Elaboração de Projetos Agropecuários, Irrigação e Drenagem, Planejamento e Administração Rural com enfoque no Desenvolvimento Local, Gestão de propriedades rurais e incentivo as potencialidades regionais. No período de 2019 - 2020 participei do projeto de Extensão intitulado como: Produção Integrada na Agricultura Familiar em Santo Amaro do Maranhão. Fui bolsista do PIBEX 2021-2022 no projeto intitulado como Gestão docente de resíduos químicos em aulas experimentais: Ensino verde híbrido sobre planejamento, minimização de escalas e riscologia química. Fui bolsista do projeto de pesquisa FAPEMA intitulado como Desenvolvimento Local e a Associação Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida: Os desafios da coleti-

vidade, no período de 2022 - 2023. Atualmente, sou bolsista do projeto de extensão PIBEX intitulado como Interações Participativas como instrumento de apoio ao desenvolvimento de empreendimentos coletivos. Além disso, fui monitora voluntária da disciplina de Economia Rural nos semestres 2022.1 e 2022.2, bem como fui monitora voluntária da disciplina de Tecnologia de Produtos Agropecuários no semestre 2023.2. No período de 2023 - 2024 fiz estágio extracurricular na Chácara Lulsa, desenvolvendo atividades relacionadas ao Gerenciamento de propriedade rural, Elaboração e dimensionamento, montagem de Projetos de Irrigação agrícola. Realizei estágio não obrigatório durante 6 meses na empresa IRRIMAR, tendo como atividade elaboração de projetos de irrigação agrícola e de jardim.

Rayssa Luiza Farias Do Vale

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Roberto Serejo Graça Junior

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Robson Almeida Da Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Sâmara Antonia Tavares Lima

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Shirley dos Santos

Graduanda em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2018). Formação técnica em Agronegócio pelo Serviço de Aprendizagem Rural - SENAR.

Suellen Jhoyna de Oliveira Rodrigues

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Tem curso técnico em manutenção e suporte em informática (IEMA).

Thais Roseli Correa

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2008), Mestrado em Produção Vegetal pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010) e Doutorado em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (2014). Foi Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento da Universidade Federal de Viçosa. Suas principais contribuições científicas, tecnológicas e intelectuais são nas áreas de Genética Vegetal, em especial no Pré-Melhoramento e Domesticação de Espécies Nativas, Biotecnologia, Cultura de Tecidos Vegetais, Clonagem e Micropropagação. Seus projetos de pesquisa são relacionados a domesticação e melhoramento genético de espécies nativas das regiões Norte e Nordeste, afim de difundir conhecimento técnico-científico sobre estratégias biotecnológicas para caracterização de plantas medicinais para extração óleos

essenciais e desenvolvimento de bioprodutos, propagação massal de mudas com padrão elite de qualidade, com intuito de gerar ativos pré-tecnológicos e fortalecimento das principais cadeias produtivas do Maranhão. Atualmente é Professora Adjunta II na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Paulo VI - São Luís, onde ministra as disciplinas “Biotecnologia Agrônômica” e “Cultura de Células e Tecidos” para o curso de graduação em Agronomia, é também Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UEMA, onde orienta estudantes de mestrado e doutorado, e ministra a disciplina “Biotecnologia Aplicada à Produção de Plantas”. É uma das coordenadoras do Laboratório de Cultura de Tecidos (LCT/UEMA). Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (PPGCIAG/UEMA).

Thiago Oliveira Santiago

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Vanderson Gomes Marques Souza

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Valquiria Barros dos Santos

Graduanda em Agronomia - Bacharelado, pela Universidade Estadual do Maranhão, Campus Paulo VI/São Luís. Atualmente é bolsista de iniciação científica e orientanda da Profa. Dra. Maria José Pinheiro Corrêa, com área de pesquisa no estudo e manejo de plantas daninhas. Desenvolve atividades de pesquisa no Laboratório de Plantas Daninhas (LAPAD/UEMA), além de ser colaboradora do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO/UEMA). Conquistou o Prêmio Destaque pela Iniciação Científica/FAPEMA (2022/2023), na área de Ciências Agrárias/Agronomia pelo desenvolvimento do Trabalho de Pesquisa intitulado Plantas espontâneas em cultivo de hortaliças consorciadas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Rosangela Malheiros Silva.

Vinicius Ribeiro Marques

Graduando na área de Engenharia Agrícola: Agronomia Bacharelado - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Formação em Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária do eixo tecnológico Recursos Naturais, na forma integrada ao Ensino Médio e em tempo Integral, no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA.

Neste livro serão encontrados várias áreas de estudo da Economia Rural, tais como: desenvolvimento rural, cadeias produtivas, comercialização agrícola, situação fundiária, assistência técnica e extensão rural, agricultura familiar, apicultura, fruticultura, política agrícola, reforma agrícola etc.